

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
CENTRO DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

MARINA MATIELLO

**HISTÓRIA DO COLÉGIO REGINA COELI:
DE ESCOLA CONFSSIONAL À ESCOLA COMUNITÁRIA
(VERANÓPOLIS/RS, 1948-1980)**

Caxias do Sul

2013

MARINA MATIELLO

**HISTÓRIA DO COLÉGIO REGINA COELI:
DE ESCOLA CONFSSIONAL À ESCOLA COMUNITÁRIA
(VERANÓPOLIS/RS, 1948-1980)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Orientadora: Dr. Terciane Ângela Luchese.

Caxias do Sul

2013



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

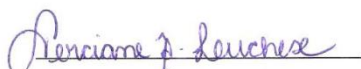
“História do Colégio Regina Coeli: da escola confessional à escola comunitária (1948 - 1980)”

Marina Matiello

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação

Caxias do Sul, 03 de julho de 2013.

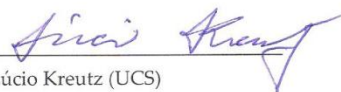
Banca Examinadora:


Dra. Terciane Ângela Luchese

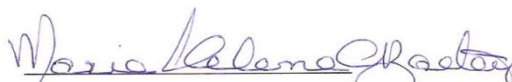
(presidente – UCS)



Dra. Giani Rabelo (UNESC)



Dr. Lúcio Kreutz (UCS)


Dra. Maria Helena Câmara Bastos (PUC-RS)

CIDADE UNIVERSITÁRIA

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – B. Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone / Telefax (54) 3218 2100 – www.ucs.br

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul – CNPJ 88 648 761/0001-03 – CGCTE 029/0089530

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

M433h Matiello, Marina

História do colégio Regina Coeli : de escola confessional à escola comunitária (Veranópolis/RS, 1948-1980) / Marina Matiello. – 2013.
186 f. : il. ; 30 cm

Apresenta bibliografia.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

Orientador: Profª. Drª. Terciane Ângela Luchese

1. Escolas comunitárias – Veranópolis (RS). 2. Escolas – História – Veranópolis (RS). I. Título.

CDU 2.ed.: 37.018.593(816.5VERANÓPOLIS)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|-------------------------------|
| 1. Escolas comunitárias – Veranópolis (RS) | 37.018.593(816.5VERANÓPOLIS) |
| 2. Escolas – História – Veranópolis (RS) | 37.018(816.5VERANÓPOLIS)(091) |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460

*Nossa escola que se ergue altaneira
Deste povo demonstra o valor
Da virtude e saber é pioneira
Nós lhe damos carinho e amor.*

*Salve Regina, Salve Regina Coeli
És remanso de paz e de união
És reinado de um só coração
Salve Regina Coeli
Nosso orgulho é a ti pertencer
Pois teu nome glorioso há de ser.*

(1ª e 2ª estrofes do Hino do Colégio
Regina Coeli, s/d, autor desconhecido).

AGRADECIMENTOS

Agradecer é a palavra que resume a sensação de finalizar essa narrativa, pois foram muitas as pessoas que contribuíram para a construção dessa história. Primeiramente, gostaria de agradecer minha orientadora, a professora Dr. Terciane Ângela Luchese, que acreditou, desde o início, na minha proposta de pesquisa e tornou possível a concretização desse sonho. Com ética, competência, empatia e muita paciência, respeitou as minhas escolhas e meus limites, auxiliando na minha constituição enquanto historiadora da educação. Sou grata também, ao professor Dr. Lúcio Kreutz, que orientou o início da minha pesquisa e que acompanhou toda a minha caminhada, questionando, apontando a direção, de maneira muito próxima e humana. Estes professores, por mim admirados, tornaram-se um exemplo que almejo seguir, por isso, serão sempre lembrados e referenciados.

Mais do que uma dissertação, essa narrativa simboliza a realização de um desejo: tornar acessível à comunidade de Veranópolis/RS os registros de sua história, especialmente àqueles que participaram da trajetória do Colégio Regina Coeli. Durante toda a caminhada, em busca dessa realização, algumas pessoas estiveram ao meu lado de maneira incansável. Não tenho palavras para agradecer o empenho dos meus pais que, cada um de seu jeito, estavam sempre prontos para me auxiliar. Meu pai, em especial, respondeu perguntas, esclareceu dúvidas, auxiliou na busca de fontes, não importando nem a hora, nem o lugar em que se encontrava, estava sempre à disposição. Minha mãe e meus irmãos auxiliaram a suportar todas as dificuldades, demonstrando apoio e carinho em todos os momentos.

Ao agradecer, percebo quantas pessoas se importaram comigo e com minha dissertação: meus professores e colegas de mestrado, que compartilharam as angústias, os avanços e as expectativas em relação à dissertação; meus colegas de trabalho, especialmente os mais próximos, que se mostraram empáticos em relação ao momento de vida pelo qual eu estava transitando; meus amigos, que compreenderam que era necessário abrir mão de muitos momentos juntos, para que eu pudesse produzir. Alguns me acarinhavam, outros cobravam, outros me motivavam, cada um da sua forma, tornou possível e, muitas vezes, mais leve e gostosa, essa caminhada.

Não posso deixar de prestar um agradecimento especial às Irmãs de São José e aos funcionários do Colégio Regina Coeli. Agradeço a diretora Elinara Maria Farina Mendo, que permitiu que eu adentrasse a instituição em busca de documentos e registros para contar esta história. Sou imensamente grata à secretária Carmem Rech que, em muitos momentos, tornou possível minha investigação, assim como à Nildete Anzolin Mossi, que estava sempre pronta

a responder perguntas, mesmo que por telefone, ou à Salete Rech, que no início da pesquisa, apontou os documentos presentes na biblioteca da escola.

Reconheço, carinhosamente, o empenho de todas as Irmãs, que esclareceram dúvidas, mostraram caminhos, indicaram sujeitos e contribuíram na construção dessa narrativa. Mas acima de tudo agradeço os sujeitos que participaram das entrevistas da minha pesquisa, deram voz e emoção à história: Jane Lourdes Dal Pai Giugo, Maria do Carmo de Mello Strapazzon, Marilza Ribeiro Reschke, Dalino Pessin, Irmã Henriete Cembrani, Irmã Maria Diumira Barcellos Neglia. Esses sujeitos são os personagens principais da minha história, pois encantaram através de suas narrativas, tornando-a rica de significados. Por fim, gostaria de dizer que redigir esse agradecimento foi um momento único, permeado por lágrimas e risos, pois me fez reviver a trajetória e perceber a importância de todos os que estiveram ao meu lado.

Muito Obrigada!

Dedicatória

Dedico esta narrativa a todos que participaram da história do Colégio Regina Coeli e à minha família, pelo apoio e incentivo constantes durante toda a caminhada em busca desta conquista.

RESUMO

O presente estudo teve o propósito de narrar a história do Colégio Regina Coeli, nos anos de 1948 a 1980, localizado em Veranópolis, buscando analisar as motivações e possíveis transformações decorrentes da passagem de uma escola confessional para uma comunitária, atentando para as culturas escolares. A escolha do recorte temporal está relacionada a fatos importantes, sendo demarcado o ano de 1948 para o início do estudo, pois foi neste ano que a escola passou a denominar-se Regina Coeli, com a inauguração do prédio construído especificamente para o colégio. A data limite de 1980 foi determinada levando-se em consideração dados sobre a direção da escola, que depois de ter passado da condição de confessional católica para comunitária, em 1969, continuou sendo administrada por Irmãs de São José até o ano de 1976. A partir de 1977, passou a ser dirigida por leigos, tendo tido dois diretores até 1980. Considerando essa delimitação, para a construção da narrativa, analisaram-se as culturas escolares, no que diz respeito aos espaços, aos sujeitos e aos saberes escolares. Pautada nos pressupostos teóricos da História Cultural, utilizou-se como metodologia a análise de documentos, referentes ao Colégio Regina Coeli, e a história oral, através de entrevistas com sujeitos que participaram da instituição de ensino objeto dessa pesquisa. Os documentos dizem respeito às atas de reuniões, ao “Relatório da verificação para efeito da concessão de ‘inspeção preliminar’ Ginásio Regina Coeli”, às fotografias, aos livros de matrículas e aos jornais. As entrevistas foram realizadas com dois ex-diretores, duas Irmãs de São José (uma ex-professora e uma ex-aluna) e duas ex-alunas, que atuaram também como professoras na escola. A narrativa foi organizada em cinco capítulos, iniciando com as considerações iniciais, onde se detalha o processo de pesquisa, apresentando os objetivos e a metodologia adotada para a realização do estudo. Em seguida, apresenta-se um breve contexto histórico e educacional de Veranópolis, apontando aspectos do desenvolvimento social, político, cultural, econômico e educacional. Na sequência são narrados aspectos da cultura escolar do Colégio Regina Coeli, referente aos sujeitos, espaços e saberes, no período em que a escola, com o estatuto de confessional católica, era administrada pelas Irmãs de São José, compreendendo o período de 1948 a 1969, mas citando também aspectos do período anterior, de 1917 a 1947, em que a escola denominava-se São José. Depois, abordam-se as motivações e o processo de transição de estatuto da escola, de confessional católico para comunitário, bem como aspectos das culturas escolares em relação aos sujeitos, espaços e saberes escolares do período de 1969 a 1980. Para concluir, são expostas as considerações finais, que permitem compreenderem que as transformações nas culturas escolares do Colégio Regina Coeli, decorrentes da transição de estatuto de escola confessional católica para comunitária, foram graduais, pois as Irmãs continuaram no Colégio Regina Coeli até o ano 2000, momento em que foram observados maiores tensionamentos. Diante dos resultados obtidos e da narrativa construída, evidencia-se a importância dessa pesquisa para a comunidade veranense e para os estudos na área da história da educação.

Palavras-Chave: Escola confessional católica. Escola comunitária. História das Instituições Escolares. Culturas Escolares.

ABSTRACT

The present study aimed to tell the history of Regina Coeli School, in the years 1948 to 1980, located in Veranópolis, seeking to analyze the motivations and possible changes resulting from the transition of a confessional school for a community school, noting the school cultures. The choice of time frame is related to important facts, which marked the year 1948 for the beginning of the study, it was this year that the school was renamed to Regina Coeli, with the inauguration of the building built specifically for school. The date of 1980 was determined taking into account data about the school board, which after changing the condition of catholic confessional to community in 1969, kept being administrated by the Sisters of São José by the year 1976. From 1977, it began to be directed by lays, having two directors until 1980. Considering this delimitation, for the construction of the narrative, it was analyzed the school cultures, regarding the spaces, the subjects and school knowledge. Guided the theoretical principles of Cultural History, it was used as methodology the documental analysis, referring to Regina Coeli School, and oral history through interviews with people who participated in the educational institution object of this research. The documents relate to the meeting minutes, the "Verify Report for effect of concession of 'preliminary inspection' Gym Regina Coeli", photographs, registration books and newspapers. Interviews were conducted with two former principals, two Sisters of São José (a former teacher and a former student) and two former students, who also acted as teachers in school. The narrative is organized into five chapters, starting with the initial considerations, which details the research process, presenting the objectives and methodology adopted for the study. Then, it presents a brief historical and educational background of Veranópolis, pointing aspects of social, political, cultural, economic and educational development. Following are narrated aspects of school culture of Regina Coeli School, referring to the subjects, spaces and knowledges, in the period in which the school, with the status of Catholic confessional, was administered by the Sisters of São José, covering the period 1948-1969 but also citing aspects of the previous period, from 1917 to 1947, when the school was called São José. Then, discuss the motivations and the transition process of the statute of the school, from Catholic confessional to community, as well as aspects of school cultures in relation to the subjects, spaces and school knowledge of the period 1969-1980. To conclude, the final considerations are exposed, allowing understand that changes in school cultures Regina Coeli School, arising from the transition of statute of Catholic Confessional school for Community School were gradual, as the Sisters continued in Regina Coeli College until 2000, at which time there was a higher tensions. Based on these results and the narrative constructed, highlights the importance of this research to the Veranense community and to the studies in the field of history of education.

Keywords: Confessional Catholic School. Community School. History of Institutions School. School cultures.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Antiga capela. Missa de inauguração em 1888.....	28
Figura 2 - Mapa político do Brasil, com a localização do Município de Veranópolis/RS.....	35
Figura 3 - Mapa de localização do Município de Veranópolis em relação aos municípios vizinhos.....	36
Figura 4 - Ponte que desabou em 1944.....	37
Figura 5 - Vista parcial de Alfredo Chaves em 1915.....	38
Figura 6 - Prédio antigo da Sociedade Alfredo-chavense (Società Italiana Principe di Piemonte) ao centro; Banco do Comércio à esquerda; a antiga Prefeitura à direita - década de 40 (séc. XX).....	42
Figura 7 - Primeiro prédio em que funcionou o Colégio São Luiz. Data: antes de 1923.....	46
Figura 8 - O governador Walter Jobim e sua comitiva chegam ao local da inauguração do Colégio Regina Coeli, no dia 30/5/1948.....	66
Figura 9 - Vista geral do Colégio Regina Coeli.....	67
Figura 10 - Fachada do edifício logo após a inauguração.....	68
Figura 11 - Prédio da antiga Intendência Municipal utilizado pelo Colégio São José.....	70
Figura 12 - Refeitório.....	74
Figura 13 - Dormitório em 1949.....	75
Figura 14 - Enfermaria.....	77
Figura 15 - Gabinete dentário.....	77
Figura 16 - Área coberta para recreio.....	78
Figura 17 - Sala de aula em 1949.....	79
Figura 18 - Sala de aula.....	80
Figura 19 - Sala dos professores em 1949.....	82
Figura 20 - Biblioteca.....	82
Figura 21 - Sala da administração.....	83
Figura 22 - Grupo de alunas da 1ª série.....	91
Figura 23 - Grupo de internas.....	92
Figura 24 - Laboratório.....	97
Figura 25 - Irmã Carmelita com seus alunos.....	102
Figura 26 - Verso da fotografia anterior.....	103
Figura 27 - Grupo de alunas da Irmã Carmelita se apresentando em data comemorativa.....	103
Figura 28 - Verso da fotografia anterior.....	104

Figura 29 - Sala de Geografia em 1949.....	114
Figura 30 - Sala de Desenhos.....	115
Figura 31 - Área e materiais para Educação Física.....	117
Figura 32 - Pátio interno da escola Regina Coeli.....	118
Figura 33 - Sala de Línguas Vivas no Colégio Regina Coeli.....	119
Figura 34 - Sala de Ciências Naturais do Colégio Regina Coeli.....	120
Figura 35 - Entrada do Colégio Regina Coeli na década de 80 (séc. XX).....	133
Figura 36 - Comemoração dos 50 anos de atuação das Irmãs de São José na educação de Veranópolis.....	134
Figura 37 - Vista aérea da escola Regina Coeli.....	135
Figura 38 - Capela da escola no ano de 1949.....	136
Figura 39 - Gruta no Colégio Regina Coeli.....	137
Figura 40 - Corpo Docente do Colégio Regina Coeli – década de 90 (séc. passado).....	141
Figura 41 - Um mural do Colégio Regina Coeli em 1977.....	150
Figura 42 - Festa italiana com a presença do diretor Dalino Pessin (ao centro) – 1978.....	152
Figura 43 - Banda Marcial Regina Coeli – 1967.....	160
Figura 44 - Banda Marcial Regina Coeli – 1994.....	161
Figura 45 - Passeata da Festa de São João – fim da década de 70 (séc. XX).....	163
Figura 46 - Desfile de 7 de Setembro – aproximadamente 1977.....	165
Figura 47 - Desfile de 7 de Setembro – aproximadamente 1977.....	166
Figura 48 - Desfile de 7 de Setembro – aproximadamente 1977.....	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Chefes do Executivo.....	32
Quadro 2 - Número de alunos matriculados de 1917 a 1939.....	87
Quadro 3 - Diretoras do Colégio Regina Coeli (1917 a 1969).....	109
Quadro 4 - Diretorias Executivas do Cecovea – 1969 a 1980.....	128
Quadro 5 - Diretores a partir de 1969: Escola Comunitária.....	144

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CECOVEA – Centro Comunitário Veranense de Educação e Assistência

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

UCS – Universidade de Caxias do Sul

ZH – [Jornal] Zero Hora

OSPB – Organização Social e Política Brasileira

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

CFPP – Curso de Formação de Professores Primário

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CTA – Conselho Técnico-Administrativo

CPM – Círculo de Pais e Mestres

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
2 DE ALFREDO CHAVES A VERANÓPOLIS: CONTEXTOS HISTÓRICO E EDUCACIONAL.....	23
2.1 CENÁRIO HISTÓRICO DE VERANÓPOLIS.....	23
2.1.1 Veranópolis: de “Princesa dos Vales” à Terra da Longevidade.....	34
2.2 SITUANDO A EMERGÊNCIA DAS ESCOLAS EM VERANÓPOLIS.....	43
2.3 FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ.....	50
2.3.1 Irmãs de São José no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	51
2.3.2 Irmãs de São José em Veranópolis.....	55
2.4 COLÉGIO REGINA COELI.....	57
2.5 VERANÓPOLIS HOJE: TERRA DO BEM-VIVER.....	61
3 COLÉGIO REGINA COELI: UMA ESCOLA CONFSSIONAL CATÓLICA – DE 1948 A 1969.....	64
3.1 ESPAÇO ESCOLAR.....	65
3.2 SUJEITOS ESCOLARES.....	84
3.2.1 Sujeitos do aprender: normas, rotinas e vivências dos educandos do Colégio Regina Coeli.....	85
3.2.2 Sujeitos do ensinar: experiências e relatos dos educadores do Colégio Regina Coeli.....	96
3.2.3 Sujeitos administrativos: olhares e representações acerca da Direção do Colégio Regina Coeli.....	107
3.3 SABERES ESCOLARES.....	111
4 COLÉGIO REGINA COELI: UMA ESCOLA COMUNITÁRIA - TRANSIÇÃO, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DE 1969 A 1980.....	125
4.1 ESPAÇO ESCOLAR.....	131
4.2 SUJEITOS ESCOLARES.....	138

4.2.1 Sujeitos do aprender: alguns dados e vivências dos educandos do Colégio Regina Coeli.....	138
4.2.2 Sujeitos do ensinar: experiências e relatos dos educadores do Colégio Regina Coeli.....	140
4.2.3 Sujeitos administrativos: olhares e representações acerca da Direção do Colégio Regina Coeli.....	143
4.3 SABERES ESCOLARES.....	154
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS.....	175
APÊNDICES.....	182

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Narrar a história do Colégio Regina Coeli de Veranópolis surgiu do desejo de conhecer e contar a trajetória de uma instituição que teve e tem um papel de destaque na comunidade veranense. Havia um conhecimento prévio das culturas escolares, advindo das vivências como aluna, assim como havia muitas indagações para as quais nem sempre se encontravam respostas. Assim, o desejo foi reforçado por não existirem pesquisas específicas relativas à história das instituições de ensino de Veranópolis e por se constituir em um trabalho historiográfico inédito. Na busca por respostas sobre a educação oferecida pelo município, é possível encontrar pequenos textos, inseridos em livros sobre Veranópolis, porém apresentados de forma sucinta.

A aproximação com o objeto de estudo, o Colégio Regina Coeli, se deu de diversas formas. Primeiro, como aluna, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Depois, como Orientadora Educacional no Colégio São José de Caxias do Sul, administrado pela mesma congregação que esteve à frente do Colégio Regina Coeli por, aproximadamente, 60 anos. Também é preciso considerar o papel atuante do pai da pesquisadora, Nicanor Matiello, seja como professor no Colégio Regina Coeli, seja como presidente Centro Comunitário Veranense de Educação e Assistência (Cecovea), entidade que administra o colégio até os dias atuais. Assim, como aluna e filha de professor, o vínculo com a instituição se manteve por muitos anos. Esse vínculo, carregado de representações e sentimentos, permanece vívido pela proximidade da residência, onde esta outrora passou a infância e a adolescência e que continua a frequentar esporadicamente. É possível, através das janelas, observar o prédio e o entorno escolar, assim como ouvir os sons provenientes dos sujeitos e das práticas escolares. Quer pela proximidade, pelo desejo, pela busca de respostas, quer pela importância dos estudos sobre a história da educação propiciada pelo município e região, teceu-se uma narrativa sobre o Colégio Regina Coeli.

Essa narrativa sobre a história do Colégio Regina Coeli, nos anos de 1948 a 1980, buscou analisar as motivações e possíveis transformações decorrentes da passagem de uma escola confessional para uma comunitária, atentando para as culturas escolares. Para tal, construiu-se um *corpus* empírico documental a partir de pesquisa de fontes do acervo escolar, das memórias e dos documentos relacionados ao objeto de estudo, o que permitiu identificar e analisar as culturas escolares do Colégio Regina Coeli no período de 1948 a 1980.

O recorte temporal foi demarcado considerando-se que, em 1948, o prédio do colégio foi inaugurado e, a partir desse momento, a escola passou a denominar-se Regina Coeli. A data-limite de 1980 foi pensada devido a dados sobre a direção escolar, pois, apesar de o colégio ter passado da condição de confessional católico para comunitário em 1969, a direção da escola sempre ficou a cargo das Irmãs de São José até o ano de 1976. A partir de 1977, a escola passou a ser dirigida por leigos, tendo tido dois diretores até 1980.

É importante destacar que, durante todo o seu percurso histórico educacional, o Colégio Regina Coeli sofreu alterações no seu nome. Nesta dissertação, optou-se pelo uso da denominação *Colégio Regina Coeli* em todos os momentos, como forma de padronização, já que esse nome é utilizado até os dias atuais. As diferentes denominações receberam influência da legislação educacional. No início, a escola denominava-se São José, em 1917, passando a chamar-se Escola Regina Coeli em 1946, quando iniciaram movimentos que culminariam na inauguração do prédio construído especificamente para a escola, em 1948. O nome prestava uma homenagem à Rainha do Céu. “No ano de 1948, foi criado o Curso Ginásial”, tendo a primeira turma de formandas em 1950. (PESSIN, 1998, p. 400). Em 1954, com a criação do Curso de Formação de Professoras do Primário e do Pré-primário, referente ao que hoje configura o Ensino Fundamental I e Educação Infantil, foi denominada de Escola Normal Regina Coeli, sendo de 1956 as primeiras formandas do curso. (PESSIN, 1998).

Em 1975, com a reforma do então 2º Grau, a escola passou a oferecer os cursos de Magistério e Auxiliar de Escritório, recebendo nova denominação em 1980: Escola de 1º e 2º Graus Regina Coeli. (PESSIN, 1998).

De Colégio São José, passando para Escola Regina Coeli, Ginásio, Escola Normal ou Escola de 1º e 2º Graus Regina Coeli, observa-se, na comunidade veranense, assim como se constatou nas entrevistas com os sujeitos escolares, que a escola é referenciada geralmente com o nome de Colégio Regina Coeli, ou simplesmente, Regina Coeli. Por isso, se optou por usar a denominação Colégio Regina Coeli em toda a narrativa aqui apresentada, como dito.

Após ter escolhido como objeto de estudo o Colégio Regina Coeli, que faz parte da história pessoal da pesquisadora, buscou-se ancoragem teórica na História Cultural, pois, nessa perspectiva, tal pesquisa é viável, já que, como afirma Veyne, tudo é histórico, e, diante da questão sobre o que distingue um evento histórico de outro que não é histórico, o autor apresenta a seguinte reflexão:

Ora, basta admitir que tudo é histórico para que esse problema se torne, ao mesmo tempo, evidente e inofensivo; sim, a história não é senão respostas a nossas indagações, porque não se pode, materialmente, fazer todas as perguntas, descrever

todo o porvir, e porque o progresso do questionário histórico se coloca no tempo e é tão lento quanto o progresso de qualquer ciência; sim, a história é subjetiva, pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre. (VEYNE, 1998, p. 37).

Em sendo assim, a perspectiva da História Cultural permite refletir sobre novos objetos, novas fontes e problemas, tornando possível o desenvolvimento de uma pesquisa permeada por experiências subjetivas, cheias de significado pessoal e cultural. Dentro de tal perspectiva, são coerentes as contribuições de Burke, Ginzburg, Le Goff, Chartier e Pesavento. Pesavento (2005) tece boas reflexões a respeito da subjetividade e dos interesses individuais, utilizando inclusive contribuições de Ginzburg, ao afirmar que a subjetividade estará presente nas experiências e nos interesses do pesquisador, porém isso não impossibilita ou limita o trabalho, mas pode ser visto como fonte de oportunidades.

Burke (1992) apresenta o percurso da teoria da história, diferenciando a história tradicional da Nova História. Enquanto a história tradicional está relacionada a acontecimentos considerados importantes, principalmente na esfera política, e se preocupa com a narração de fatos, a Nova História abre a possibilidade de analisar a estrutura de diferentes objetos de estudo presentes na vida cotidiana. Para o autor “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço”. (BURKE, 1992, p. 11).

Pode-se pensar que, além de tudo ter história, os conhecimentos construídos, narrados e perpassados são selecionados pelos indivíduos. Assim, não existem verdades absolutas nem uma única verdade a respeito dos acontecimentos. Le Goff afirma que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. (1994, p. 535).

Considerando que a história se faz presente em todos os lugares e momentos, esta pesquisa, ao narrar aspectos importantes do Colégio Regina Coeli, está inserida na história cultural, que, como afirma Pesavento (2005), tem o objetivo de “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo”. (p. 42).

Para Pesavento as representações formam uma realidade paralela à existência dos indivíduos, “mas que fazem os homens viverem por elas e nelas”. (2005, p. 39). O conceito de representação nos dá a ideia de que algo assume o lugar do real, mas de forma representativa

e não idêntica à realidade, pois se constitui numa construção a partir do que é observado e vivenciado.

Além do conceito de representação, importa para este estudo entender o conceito de narrativa, já que, na perspectiva da História Cultural, a história não é vista como um resgate ou retratação do passado, mas é encarada como uma narrativa construída a partir da leitura de indícios e de fatos passados, que é realizada no presente e, por isso mesmo, é influenciada por ele. De acordo com Pesavento (2005), essa narrativa pode ser entendida também como um discurso do real e, mesmo sendo construída, busca chegar o mais próximo possível da realidade.

Chartier também desenvolve conceitos de representação e de narrativa ao considerar a “história como escrita, compartilhando com a ficção seus procedimentos narrativos, e como representação de um passado que já não é, mas que foi”. (2001, p. 165).

Diante do percurso histórico da instituição e dos documentos disponíveis para a pesquisa foi preciso utilizar recortes de sua história, sendo impossível, entretanto, contemplar todos os aspectos e tempos históricos em uma única pesquisa. Na visão de Barros (2005), “nem sempre o tempo historiográfico pode ser conduzido linearmente ao longo de uma narrativa, análise ou descrição histórica”. (p. 51). Dessa forma, pautada nos pressupostos da História Cultural, a pesquisa foi sendo concretizada considerando-se as incompletudes, as impossibilidades, os diferentes discursos, percebendo a cultura como um conjunto de signos e significados construídos e vivenciados pela sociedade.

Para compreender os caminhos percorridos para a tessitura desta pesquisa, as palavras da historiadora Pesavento são esclarecedoras:

O historiador escolheu um tema, formulou uma pergunta, construiu seu tema como objeto a partir dessa questão e dos pressupostos teóricos com os quais pensou em resolvê-la, foi aos arquivos, selecionou fontes e com elas armou uma rede de significados que expôs por meio de um texto, onde buscou dar a ver o passado numa versão, plausível, possível, que aspira a ser tomada como a mais próxima possível do real acontecido. Ele buscou traduzir como as pessoas de um outro tempo agiam, pensavam, se expressavam. (2005, p.610).

Levando em conta que este estudo ancora-se na abordagem da História Cultural, seguiram-se os passos explicitados por Pesavento. Partindo de uma pergunta norteadora, buscou-se resposta em documentos e através da história oral, atentando para as culturas escolares. Sobre o conceito de cultura escolar, diversos autores contribuem para seu entendimento, como Dominique Juliá, Antonio Viñao Frago, Diana Gonçalves Vidal, Augustín Escolano Benito, André Chervel e Jean Claude Forquin.

Apesar de muitos autores utilizarem o conceito de cultura escolar no singular, escolhe-se falar no plural, pois, em diversas instituições, ou na mesma instituição, permeiam diferentes culturas, que sofreram influências dos tempos, espaços e sujeitos que estão inseridos no ambiente escolar. De acordo com essa perspectiva, Viñao Frago utiliza o conceito “culturas escolares”, pois além de abranger as diferentes dimensões do cotidiano da escola, a cultura escolar varia também de acordo com a instituição que está sendo investigada. (VIÑAO FRAGO, 2001).

A definição apresentada por Juliá, apesar do conceito ser pensado no singular, ajuda a construir o entendimento sobre as culturas escolares:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (2001, p. 10).

A construção desta dissertação permitiu narrar as normas e práticas do Colégio Regina Coeli, a partir da análise das culturas escolares, com seus espaços e tempos, sua organização, seus sujeitos e suas relações, enfim, procuraram-se indícios em todos os aspectos escolares que pudessem auxiliar na tessitura de uma narrativa sobre o processo histórico-social dessa escola no município de Veranópolis. Destarte, pode-se dizer que, a partir das culturas escolares, foi possível “articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo tais como os *tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares*”. (FARIA FILHO, 2002, p. 17, grifo do autor).

Para a realização da pesquisa tomou-se como referência metodológica a análise documental, que permitiu conhecer os documentos que representam o passado e, como afirma Pesavento (2005), é possível transformar “os vestígios do passado em fonte ou documento, mas é preciso fazê-los falar”. (p. 63). Para a autora o objetivo da História Cultural é “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo”. (p. 42).

Para *dar voz* aos documentos, foi utilizado o método denominado por Ginzburg de “paradigma indiciário”, que equipara o historiador a um detetive, que “é responsável pela decifração de um enigma, para a elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo”.

(PESAVENTO, 2005, p. 63). A partir do “paradigma indiciário”, surgem pistas, que mostram indícios de fatos de outros tempos e espaços, porém com tais indícios, precisam ser buscadas relações, para construir uma rede de conexões que darão maior sustentabilidade à narração dos fatos históricos. Para tal, mostra-se pertinente o “método da montagem”, apresentado por Benjamin, antes mesmo do “paradigma indiciário”. (PESAVENTO, 2005).

No “método da montagem”, o historiador utiliza uma estratégia semelhante à da montagem cinematográfica, em que a combinação de fotografias produz o movimento. Na história, “é preciso recolher os traços e registros do passado, mas realizar com eles um trabalho de construção” (PESAVENTO, 2005, p. 64), que seja capaz de produzir sentido. É necessário articular as peças, pensar em todas as composições possíveis, demonstrando as relações ou discrepâncias dentre os significados. Esse método também é denominado de “método da grelha ou grade de cruzamento”.

Assumindo uma postura coerente com o “paradigma indiciário”, rastreou-se a historicidade do Colégio Regina Coeli quando foram encontrados documentos variados, como regimentos escolares, estatutos, registros, jornais da escola, livros de matrículas, atas de reuniões, Relatório de Verificação para Efeito de Concessão de Inspeção Preliminar e fotografias. A partir da coleta de informações, de acordo com Bacellar (2005, p. 71), o historiador “já pode cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História”, via análise e interpretação das fontes. No entanto, para estabelecer relações e tecer a narrativa, junto com os documentos, explorou-se a riqueza da história oral, que foi colhida através de entrevistas com os sujeitos que frequentaram a instituição e da busca de informações importantes, tornando possível a leitura e a interpretação dos documentos encontrados, de acordo com aquela realidade específica. Foram realizadas seis entrevistas temáticas, e os sujeitos depoentes foram duas Irmãs da Congregação de São José, sendo uma ex-professora e outra ex-aluna da escola, dois ex-diretores e duas ex-alunas, que atuaram em períodos posteriores como professoras no Colégio Regina Coeli. Ao longo da narrativa, escolheu-se de utilizar os nomes dos sujeitos, com autorização dos mesmos, que concordaram em compartilhar a história da instituição. Houve algumas dificuldades em entrevistar as Irmãs, por resistência ou por questões de saúde. A resistência foi justificada pelo medo de não se lembrarem dos fatos ocorridos ou por acreditarem que não tinham muitos recursos para auxiliar. As questões de saúde também impediram muitas de participar. Houve, outrossim, intercorrências durante o processo, que aconteceram com uma Irmã e com uma ex-aluna,

impossibilitando a participação das mesmas no estudo, mesmo depois de agendadas e reagendadas algumas entrevistas.

Os documentos localizados e os depoimentos orais permitiram uma análise minuciosa de aspectos das culturas escolares presentes no Colégio Regina Coeli. Na transcrição dos documentos ou entrevistas, optou-se por atualizar a grafia original, de acordo com as normas gramaticais vigentes. Devido à diversidade de documentos e as indagações a respeito destes, foi necessário escolher algumas categorias de análise. Muitas poderiam ter sido as escolhas, porém neste momento, optou-se por analisar categorias mais abrangentes, que pudessem dar conta de aspectos que são enfatizados por diferentes historiadores que trabalham com a história de instituições escolares. Nesse viés, serão descritas e analisadas categorias referentes ao espaço, aos sujeitos, aos saberes e à disciplina escolar. É pertinente especificar que, muitas vezes, os limites entre essas categorias são difíceis de serem definidos, pois todas estão relacionadas e até sobrepostas. Muitas vezes, um mesmo dado documental poderá ser analisado em diferentes categorias ou em uma só, mesmo com a possibilidade de ser incluído em todas. A escolha está permeada por um ponto de vista e por uma análise subjetiva, já que se teve o cuidado de contemplar diferentes aspectos, possibilitando que as relações entre as categorias permitam narrar as culturas escolares da escola, objeto desse estudo.

É importante destacar que a história oral foi fundamental na construção desta narrativa, pois permitiu o “registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’”, ampliando, assim, as possibilidades de interpretação. (ALBERTI, 2005, p. 155). Considerando tais apontamentos, é possível inferir que a história oral permite que se conheçam as diversas histórias inseridas em acontecimentos e vivências, e, no caso deste estudo, na história do Colégio Regina Coeli. Diante de um mesmo processo histórico, é possível encontrar uma multiplicidade de percepções e memórias. Em vista disso, como é possível perceber, as memórias que aparecem no coletivo, ou seja, as representações ficam registradas de forma muito similar em diferentes indivíduos que estavam (ou estão) inseridos no contexto estudado.

Assim como os demais documentos, as entrevistas não se constituem em verdades, na história propriamente dita, mas como a narração dos fatos a partir de uma visão e de vivências particulares. Como afirma Alberti (2005), “a entrevista não é um ‘retrato’ do passado” (p. 170), pois as memórias são influenciadas por aspectos idiossincráticos do sujeito. Ao se falar em memória, temos que ter presente que a memória individual é determinada, e é determinante, da memória coletiva, porém não é idêntica, ou, na conceituação de Vidigal,

os factos históricos marcam de maneira diferente os indivíduos que os vivem: a cultura do depoente (oral ou escrita), o seu tipo de envolvimento, os pontos de vista pré-existentes, as repercussões na sua existência, tudo isso faz com que as memórias conservadas (ou construídas a *posteriori*) sobre uma determinada situação possam conter lembranças de situações vividas em diferentes níveis pela testemunha: ao nível da história colhida da memória ensinada, fruto da educação escolar, ao nível da história recebida por vias orais (as tradições), e ao nível da história como vivência pessoal. (1993, p. 17)

Foi levando em conta a subjetividade presente na memória de cada sujeito, bem como a diversidade de documentos, que foi possível tecer uma trama que permitiu levantar uma riqueza de detalhes, mas que, por isso mesmo, constitui-se como parte da história, pois, diante do percurso da instituição, não é possível contemplar todos os seus aspectos e tempos históricos em uma única pesquisa. Ensina Barros (2005), que “nem sempre o tempo historiográfico pode ser conduzido linearmente ao longo de uma narrativa, análise ou descrição histórica”. (p. 51). A percepção dessas impossibilidades e incompletudes pode ser exemplificada com o seguinte fragmento escrito por Veyne:

A história é um palácio do qual não descobriremos toda a extensão (não sabemos quanto nos resta de não-factual a historicizar) e do qual não podemos ver todas as alas ao mesmo tempo; assim não nos aborrecemos nunca nesse palácio em que estamos encerrados. Um espírito absoluto, que conhecesse seu geometral e que não tivesse nada mais para descobrir ou para descrever, se aborreceria nesse lugar. Esse palácio é, para nós, um verdadeiro labirinto; a ciência dá-nos fórmulas bem construídas que nos permite encontrar saídas, mas que não nos fornecem a planta do prédio. (1998, p. 210).

Depois de consideradas todas as impossibilidades e incompletudes, apresenta-se a pesquisa *História do Colégio Regina Coeli: de escola confessional à escola comunitária (1948-1980)* em quatro capítulos. As Considerações Iniciais, aqui apresentadas, constituem o primeiro capítulo, onde estão descritos o objeto de estudo, os objetivos e a abordagem teórico-metodológica empregada no desenvolvimento da pesquisa, bem como sua estrutura.

O segundo capítulo aborda, num contexto histórico, dados sobre o desenvolvimento político, social, cultural, econômico e educacional de Veranópolis. Sobre este último, são narrados aspectos gerais da educação no município, além de informações relacionadas à Congregação das Irmãs de São José, à chegada das Irmãs no Rio Grande do Sul e, mais especificamente, em Veranópolis, assim como traços da história do Colégio Regina Coeli. O capítulo encerra com uma visão geral do município, onde são contempladas histórias, narrados acontecimentos, citados sujeitos e descritas vivências da comunidade veranense.

O terceiro capítulo é destinado à narrativa das culturas escolares do Colégio Regina Coeli, como escola confessional católica, administrada por Irmãs de São José, contemplando

o período de 1948 a 1969. Para auxiliar na compreensão de tais culturas, alguns dados do período anterior ao proposto para este estudo, também são apresentados. Ao discorrer sobre as culturas escolares, abordam-se os espaços, os sujeitos do aprender, do ensinar e administrativos, bem como os saberes escolares.

O quarto capítulo é reservado à descrição e análise do processo de transição de estatuto do Colégio Regina Coeli, de confessional católico para comunitário. Dados sobre os sujeitos escolares: do aprender, do ensinar ou administrativos e sobre os espaços e saberes do Colégio Regina Coeli são apresentados. O recorte temporal proposto para esse capítulo foi de 1969 a 1980, período em que a escola, com estatuto comunitário, esteve sob a administração do Cecovea, que é uma entidade filantrópica, ou seja, sem fins lucrativos, fundada com o objetivo de administrar dois educandários de Veranópolis: o Colégio Regina Coeli e a Escola Técnica Divino Mestre.

Para concluir, são apresentadas as Considerações Finais, destinada à análise dos resultados, bem como das incompletudes e das possibilidades de pesquisa. Na construção dessa narrativa optou-se por um recorte temporal amplo, com um olhar mais alargado sobre a instituição de ensino pesquisada, considerando a inexistência de estudos historiográficos a respeito da educação do município de Veranópolis.

2 DE ALFREDO CHAVES A VERANÓPOLIS: CONTEXTOS HISTÓRICO E EDUCACIONAL

Com o objetivo de tecer considerações a respeito dos contextos histórico e educacional de Veranópolis, o presente capítulo apresenta breve explicação sobre a origem do município, desde que o local foi denominado de “Roça Reúna”, passando por Vila de Alfredo Chaves, até receber o topônimo atual. Alguns aspectos a respeito do desenvolvimento político, social, cultural, econômico e educacional são apresentados. Sobre este último são narrados aspectos gerais, seguidos da história da Congregação das Irmãs de São José, assim como da chegada das mesmas no Rio Grande do Sul e em Veranópolis, onde deram início ao Colégio São José, que, depois, passou a denominar-se Colégio Regina Coeli. Sobre o Colégio Regina Coeli são apresentadas informações que permitem uma representação acerca da escola. O capítulo, que termina com uma visão geral do município, objetiva narrar e contextualizar historicamente o objeto de investigação.

2.1 CENÁRIO HISTÓRICO DE VERANÓPOLIS

Na busca de referências a respeito da história de Veranópolis, encontram-se muitas lacunas devido às poucas obras relacionadas ao tema. Costa (1997, 1998) contribui para a história do município, apresentando, em uma de suas obras, a transcrição do *Livro de Tombo da Paróquia São Luiz Gonzaga da Colônia Alfredo Chaves*, cujo objetivo é “propor um documento contínuo de seus primórdios”, considerando a influência decisiva que a Igreja teve sobre o destino dos imigrantes. (1997, p. 17).

Dentre as contribuições, Veronese (1986) narra a história dos acontecimentos religiosos da Colônia Alfredo Chaves até ser o município de Veranópolis; Farina (1992) apresenta uma visão geral de muitos aspectos da história do município, desde os primórdios, mas, por isso mesmo, sem muito aprofundamento, e Heineberg (1995) relata algumas informações sobre o município provindas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul¹, referentes à ex-Colônia Alfredo Chaves, hoje Veranópolis, de 1888 a 1892. Em relação à história da educação no município, não existe nenhuma pesquisa específica, sendo possível encontrar algumas considerações nas obras mencionadas e na pesquisa de Marinello (2005)².

¹ Documento SA 071, 3º Livro de Registro de Imigrantes, do Fundo Documental Imigração Terras e Colonização.

² Trata-se de dissertação de Mestrado que apresenta as relações do poeta veranense Mansueto Bernardi com a educação do município, inclusive com as Irmãs de São José e o Colégio Regina Coeli.

Para compreender a história de Veranópolis, é preciso conhecer o que antecedeu e determinou a fundação da antiga Colônia Alfredo Chaves. Barroso afirma que

a História dos municípios que compõem o quadrante nordeste do Estado do Rio Grande do Sul se assenta numa matriz única norteada pela trajetória do primitivo município de Santo Antônio da Patrulha, criado com outros três por provisão real de D. João VI em 7-10-1809: Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Os atuais 467 municípios se originaram desta rede matriz. (1998, p. 23).

A ocupação do Rio Grande do Sul, e mais especificamente da Colônia Alfredo Chaves, está relacionada à chegada dos imigrantes no fim do século XIX. Duarte (1975) descreve o processo de colonização da chamada “região italiana”, que começou por volta de 1869/1870, quando o governo provincial solicitou mais terras para o governo imperial, “supondo já tendo sido totalmente ocupadas as terras das chamadas Colônias Santa Cruz, Santo Ângelo (Cachoeira), Nova Petrópolis e Monte Alverne”. (p. 24). O pedido de 32 léguas a mais de terras foi atendido, sendo determinada a demarcação dessa área no dia 24 de maio de 1870. “Paralelamente, o presidente da província, João Sertório, criava as Colônias “Conde D’Eu” e “Dona Isabel”” (DUARTE, 1975, p. 24), constituídas pelos territórios pertencentes, atualmente, a Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente, dentre outros municípios. No entanto, de acordo com Duarte (1975), a província não conseguiu cumprir os acordos com o Império³, tendo que passar as Colônias Conde D’Eu e D. Isabel para a administração do governo central que foi o organizador da vinda de diversas correntes europeias.

De acordo com o Relatório do Ministério da Agricultura – Inspetoria-Geral de Terras e Colonização – de 1º de março de 1889, na Província do Rio Grande do Sul, existia um serviço de alojamento e expedição dos imigrantes.

Acha-se devidamente organizado na capital o serviço de alojamento e expedição dos imigrantes, o qual desde o 1º de novembro [1888] é feito por contrato, encarregando-se o contratante de recebê-los à chegada na capital, alimentá-los e transportá-los até as sedes das colônias, providenciando para que neste trajeto sejam devidamente alimentados e agasalhados. [...] Na capital são alojados em um espaçoso edifício, pelo qual se paga o aluguel de 150\$ [cento e cinquenta réis] mensais, achando-se provido dos necessários móveis e utensílios, tendo capacidade para alojar, comodamente mais de 500 indivíduos. (DUARTE, 1995, p. XI).

Após a definição dos destinos, os imigrantes seguiam em vapores até São Sebastião do Caí⁴ ou até São João do Montenegro⁵. Dos portos fluviais seguiam em carretas até a sede das colônias, de onde eram distribuídos pelos lotes, para os quais iam a cavalo ou a pé, assim como para a Colônia Provincial Nova Petrópolis. (DUARTE, 1995).

³ As terras não eram doadas, mas vendidas e faltava disponibilidade financeira por parte da Província.

⁴ Os que se dirigiram à ex-Colônia Caxias e núcleos de Antônio Prado e à Colônia Provincial Nova Petrópolis.

⁵ Os que se dirigiram a ex-Colônias Conde D’Eu e D. Isabel e ao núcleo Alfredo Chaves.

De acordo com o Relatório do Ministério da Agricultura, a Comissão de Terras e Colonização teve sua sede transferida do núcleo da Colônia Conde D' Eu para a Alfredo Chaves, em março de 1888. Durante o ano referido, tiveram entrada nos núcleos citados “1.726 imigrantes, na quase totalidade agricultores e chefes de família, de nacionalidade italiana, sendo 950 do sexo masculino e 776 do sexo feminino”. (DUARTE, 1995, p. XII). No relatório consta, que desses, 1.424 ficaram no núcleo Alfredo Chaves, e que no triênio de 1890/1892, Alfredo Chaves recebeu 9.196 imigrantes, sendo, em sua maior parte, provenientes da península itálica. (DUARTE, 1995).

Conforme informações eletrônicas, o atual território de Veranópolis⁶ (PREFEITURA, s/d) que pertencia, desde 1830, a Santo Antônio da Patrulha, tinha como freguesias⁷ próximas Lagoa Vermelha e Vacaria. Com o tempo, os fazendeiros de Lagoa Vermelha foram abrindo picadas e penetrando na região da futura Colônia Alfredo Chaves, tomando posse das matas do rio das Antas para o cultivo de milho e extração de erva-mate. No local havia um ponto de encontro de tropeiros que passavam rumo a Montenegro. O lugar, que era o preferido para repouso e encontros, com uma elevação rochosa e ótima vertente de água recebeu o nome de Roça Reúna. Em 1884 foi instalada, nesse local, a sede da Colônia Alfredo Chaves, pertencendo à Lagoa Vermelha⁸.

A nova colônia surgiu devido ao excesso de pretendentes aos terrenos nas antigas colônias, obrigando a Inspetoria-Geral de Colonização a fundar Alfredo Chaves para encaminhar esses excedentes populacionais. (PREFEITURA, s/d). Farina (1992) ilustra a necessidade de fundação de Alfredo Chaves, ao informar que com a ocupação da Colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves), alguns imigrantes começaram a atravessar o rio das Antas à procura de terras para a agricultura. A área da colônia compreendia o território delimitado pelos rios das Antas, da Prata e Carreiro. (VERONESE, 1986). Assim, começaram a chegar imigrantes italianos advindos principalmente das Províncias de Treviso, Pádua, Cremona, Mântua, Beluno, Tirol e Vicenza. Pouco tempo depois, em 1890, os primeiros poloneses chegavam ao município. (PREFEITURA, s/d).

Documentos indicam a causa da fundação da colônia, podendo ser citados “Ofícios e Circulares” do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul⁹ (AHRS), que descreve o movimento migratório nas colônias da região, incluindo Conde D'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves:

⁶ Disponível em: <<http://www.veranopolis.rs.gov.br/pmveraweb/index.php?id=pt&se=32>>.

⁷ Expressão utilizada no *site* e na obra de Farina (1992) que, atualmente, refere-se ao que denominamos distrito.

⁸ Lagoa Vermelha, que pertencia a Santo Antônio da Patrulha, foi emancipada em 1876, agregando também o território de Vacaria. (BARROSO, 1998).

⁹ Inspetoria Especial de Terras e Colonização – POA – 1888 (Lata 281 – Maço 11).

O número de imigrantes que se dirigiram em 1887 para as colônias Conde d’Eu, D. Isabel e colônia Alfredo Chaves foi de 2125 dos quais se estabeleceram 1415 deixando de estabelecerem-se 710 por não terem solicitado lotes, o que sempre fazem até que tenham alguns meios para as despesas de primeiro estabelecimento e pelo que procuram trabalho fora das colônias ou nestas residindo com seus parentes e amigos, por isso há sempre diferença, e de modo sensível, entre o número dos imigrantes entrados e os estabelecidos, e o mesmo se dá com relação ao número dos que seguem desta capital para as colônias, dos quais muitos nem se apresentam à matrícula por ficarem em caminho nas referidas casas, e aparecem solicitando lotes, passado algum tempo¹⁰.

Em relação à cobrança de impostos, através do Decreto nº 9.183¹¹, em 12 de abril de 1888, o governo imperial determinou, através do ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas¹², que as colônias Conde D’Eu e Dona Isabel passassem ao regime comum da legislação de outras povoações do Império, cessando a administração especial. No dia 26 de abril, o presidente da província, Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros, elevou as ex-Colônias Caxias, Conde d’Eu, D. Isabel e Silveira Martins à categoria de freguesia, através da Lei Provincial nº 1.455¹³. De acordo com documentos constantes no AHRS (1997), “a situação de freguesia colocou estes ex-núcleos coloniais na condição de distritos de municípios próximos, já estabelecidos. Conde d’Eu e Dona Isabel, ficaram ligados a Montenegro, como 3º e 4º distritos e Alfredo Chaves a Lagoa Vermelha”. (p. 9). A emancipação das colônias, “conforme a documentação das autoridades da época indicam, esteve ligada à confusão reinante sobre a cobrança de impostos”. (AHRS, 1997, p. 10).

Pelo que se verifica nas correspondências da época, havia muitas dúvidas em relação aos impostos, tanto que, em 25 de julho de 1886, a Câmara de Lagoa Vermelha, através de ofício, indagou ao governo provincial se os habitantes da Colônia Alfredo Chaves estavam sujeitos ao pagamento de impostos. Como resposta, “a Diretoria da Fazenda Provincial informa que os colonos não estão isentos, tanto mais que pelo Decreto 9.183 de 12.04.84 passaram ao regime comum das outras povoações do Império”. (AHRS, 1997, p. 12).

A demarcação dos lotes e a chegada de famílias italianas, por indicações bibliográficas, apontam o ano de 1884, no entanto, de acordo com informações do Livro de Tombo da matriz, o estabelecimento de famílias de imigrantes ocorreu em 1886:

Em 1886, chegaram as primeiras famílias italianas, a quem a extrema irregularidade do solo e a vasta floresta virgem que se lhes deparou, tudo tão

¹⁰ Na transcrição de documentos escritos, optou-se por atualizar a grafia original de acordo com as normas da língua portuguesa vigentes.

¹¹ Códice de Legislação 156 (Folha 103) – AHRS.

¹² Ministro e Secretário Afonso Augusto Moreira Pena.

¹³ Lei Provincial 1.455, de 26 de abril de 1884 – Códice 612 (folha 187).

diferente do seu país nativo, do qual a saudade intimamente lhes falava ainda, não conseguiram assombrá-las; empregaram desde logo e resolutamente a sua profícua atividade, contribuindo poderosamente para o desenvolvimento da novel Colônia, que maior incremento tomou com o aumento da imigração dos anos de 1889 a 1893. (Apud VERONESE, 1986, p. 5).

Conforme consta no *Centenário da Imigração Italiana* (1975), a primeira missa realizada pelo Padre Matheus Pasquali, no barracão dos imigrantes, ocorreu dois anos após o início da colonização da Colônia Alfredo Chaves, em 16 de julho de 1886, sob a orientação do Dr. Júlio da Silva Oliveira. O Padre Matheus, que esteve à frente do curato até o seu falecimento, em 26/7/1906, inaugurou, em 1888, a Igreja Matriz, “sob a invocação de São Luiz Gonzaga – padroeiro de Veranópolis”. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975, p. 214). Através desses dados, entende-se que as primeiras famílias chegaram à Colônia Alfredo Chaves em 1884 e não em 1886, como referenciado por Veronese ao apresentar dados do Livro de Tombo da matriz. No entanto, a citação do autor, apresentada anteriormente, continua sendo válida para este estudo, pois aponta à visão da Igreja a respeito da chegada dos imigrantes na região.

Citando a construção da igreja e o desenvolvimento de Alfredo Chaves, Branco (1998) afirma que, em 1890, a colônia “tinha uma grande e bela igreja, muitos prédios de alvenaria, pequenos hotéis, fábricas de cerveja, artefatos de vime, linho, palha, etc. Havia uma Inspetoria [- Geral] de Terras e Colonização, com nove funcionários, incluindo um médico e quatro agrimensores”. (p. 66). Tais informações permitem o entendimento do processo de desenvolvimento da colônia, que, em poucos anos, já contava com prédios, com um pequeno comércio e, é claro, com uma igreja, o que evidencia o forte papel da religião católica na colônia, assim como na região.

Em 1925¹⁴, 40 anos após a constituição da Colônia Alfredo Chaves, o Cônego Dom José Baréa (1951) mencionou a construção da primeira igreja matriz, em 1887, pelo Engenheiro e diretor da Comissão de Divisão de Terras Dr. Júlio de Oliveira. Até a inauguração da igreja, benta em 15/8/1888, as atividades eram realizadas no barracão dos imigrantes e em casas particulares.

¹⁴ Ano que marca o cinquentenário da presença italiana no Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Antiga capela. Missa de inauguração em 1888



Fonte: <https://sites.google.com/site/veranopolisrs/16---construcao-da-igreja-matriz>.

Dom José Baréa (1951), ao citar os aspectos que influenciaram no desenvolvimento da colônia, menciona a construção das estradas Buarque de Macedo e Ernesto Alves, que propiciaram progresso, bem como momentos que paralisaram a população, como o que ocorreu em 1894, com a entrada das forças revolucionárias em Alfredo Chaves.

A sede da colônia foi, por duas vezes, atacada e assediada, de março a setembro de 1894, ficando livre só em janeiro de 1895, depois de um combate ocorrido às margens do rio das Antas. Vários dos melhores prédios da cidade foram reduzidos a ruínas [...]. Os conflitos políticos trouxeram a paralisação da colônia [...]. O comércio de Caxias, Conde d'Eu e Dona Isabel voltava-se para Porto Alegre, capital da Província, enquanto Alfredo Chaves constituía-se celeiro em relação a Lagoa Vermelha e Vacaria. O comércio era feito através principalmente de tropeiros e carreteiros. Destinavam-se a Porto Alegre especialmente as madeiras, através dos balseiros que atravessavam o rio das Antas. Produtos coloniais eram também levados a São Sebastião do Caí e negociados com outros produtos. Para essas localidades, porém, o comércio não era generalizado e muito intenso. O desenvolvimento comercial de Alfredo Chaves esteve condicionado ao desenvolvimento de Lagoa Vermelha e Vacaria, centros menos populosos. Por causa do enclausuramento comercial, o desenvolvimento de Alfredo Chaves foi mais lento e a aculturação do italiano e descendentes também. (BATTISTEL; COSTA, 1982, p. 42-43).

De acordo com Barroso (1998), no território onde posteriormente se estabeleceu Alfredo Chaves, foi projetado, na década de 60 (séc. XIX) o povoado de Santa Bárbara

através da atuação do Engenheiro de Obras Públicas da província, Antônio Augusto de Arruda. Porém tal povoado se constituiu em um empreendimento frustrado.

Houve também uma tentativa de emancipação, de acordo com Farina (1992), em 31 de maio 1892, que elevou a Colônia Alfredo Chaves à categoria de Vila, sob a denominação de Benjamin Constant. Pelo Ato 205-A, o governador provisório, Domingos Alves Barreto Leite, emancipou Alfredo Chaves, tendo diferentes fatores como justificativa para possibilitar autonomia política à colônia, tais como:

a grande população da Colônia (mais de 15.000 habitantes, segundo o decreto e 23.000 conforme a *Enciclopédia dos Municípios*) e as difíceis comunicações entre ela e a sede do município¹⁵, não apenas pela distância, mas também pela precariedade das estradas. (BRANCO, 1998, p. 66).

Porém, no mesmo ano, em 5 de julho, o ato que emancipou a colônia tornou-se sem efeito, pelas reclamações da própria população. Devido a essas circunstâncias, Farina (1992) levanta a hipótese de que com a emancipação prematura de Alfredo Chaves, em 1892, o presidente da província Domingos Alves Barreto Leite, não atendia às expectativas e reivindicações da população, como havia sido inferido no *ato 205-A*, mas sim interesses escusos. “O Vice-Presidente do Estado, Victorino Monteiro, justificou a medida dizendo que a tomava em atenção ‘a representação que lhe dirigiam diversos cidadãos residentes na povoação do núcleo colonial de Alfredo Chaves’”. (BRANCO, 1998, p. 66). Existem dúvidas não esclarecidas em torno da anulação do ato 205-A e algumas hipóteses, tais como a que assinala Branco:

Se os moradores quiseram que o ato 205-A fosse anulado, quem quis que ele fosse assinado? E se os moradores quiseram que fosse assinado, quem quis sua anulação? As fontes que consultamos não esclarecem essa dúvida. Um detalhe que chama atenção é que o ato que criou o município só foi publicado nove dias depois de ser assinado, o que não costumava ocorrer, embora fosse um período de governo provisório. Isso permite supor que a decisão de emancipar a colônia enfrentava algumas resistências. (1998, p. 66).

Em 1893 foram criadas as paróquias de Capoeiras (atual Nova Prata) e Monte Vêneto (atual Cotiporã), tendo como párocos os Padres Josué Bardin e Fortunato Oderizzi. Nesse mesmo ano, a Vila foi ocupada por forças militares, durante a Revolução que abalou o Rio Grande do Sul¹⁶, resultando em sacrifícios humanos e materiais. A situação somente

¹⁵ Lagoa Vermelha.

¹⁶ Revolução Federalista.

melhorou em 1895, com o acordo de paz. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975).

O relatório¹⁷ escrito pelo inspetor-geral Tenente-Coronel Francisco de Barros e Accioli de Vasconcelos¹⁸ ao ministro e secretário de Estado e Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sobre o período de 1º/2/1886 a 31/1/1887, apresenta uma das primeiras referências escritas sobre Alfredo Chaves (AHRs, 1997). O inspetor geral referindo-se às ex-colônias Conde D'Eu e D. Isabel, relatava:

Compreende esta colônia, além dos núcleos indicados, um outro sobre a margem direita do rio das Antas, a que se deu a denominação de Alfredo Chaves no qual são estabelecidos os imigrantes recém-chegados, visto que se acha quase totalmente ocupado território dos outros dois núcleos. Chegaram a esta ex-colônia no ano findo 1.564 imigrantes, dos quais 1.237 italianos, 249 alemães, 65 austríacos, 6 polacos, 4 belgas e 3 franceses. Foram medidos 1.077 lotes dos quais 862 rústicos. Na sede do núcleo Alfredo Chaves foram medidos 215 lotes urbanos com superfície de 1.500m² cada um. Foram distribuídos 1.472 lotes, dos quais 141 rústicos e 8 urbanos no núcleo D. Isabel. 513 rústicos e 153 urbanos no núcleo Alfredo Chaves e 3 urbanos no núcleo Conde D'Eu. Existem disponíveis 371 lotes dos quais 309 rústicos e 62 urbanos. O preço de cada lote por metro quadrado é de 0,62 réis. O preço da medição de cada lote com a área de 302.500m² foi de 57\$761[...]. Construíram-se 264.408 metros de caminhos vicinais com 2m de largura e 2m de derrubada de cada lado, sendo 77.904mc no núcleo D. Isabel e 186.504 no referido núcleo Alfredo Chaves. O preço médio de cada metro importou em 400 réis.

No núcleo Alfredo Chaves foram construídos 11 pontilhões de 2 a 6 metros de vão custando cada um o preço médio de 468\$905.

Por aviso de 27 de maio foi autorizada a construção de um trecho de estrada geral na margem do rio das Antas com extensão de 6k, 340m a fim de pôr em comunicação a sede do núcleo de Alfredo Chaves com a do núcleo D. Isabel, conforme havia indicado em relatório o engenheiro Manuel Maria de Carvalho, pondo-se para esse fim à disposição do chefe da comissão o crédito da quantia de 26:987\$132 em que foi orçado o mesmo trecho, bem como foi autorizada a colocação de uma balsa a fim de dar passagem para o outro lado do rio das Antas, para o que foi igualmente concedido o crédito de 3:600\$000 conforme o orçamento (Folha 22/23). (AHRs, 1997, p. 15).

O relatório mostra os primeiros registros da organização de Alfredo Chaves, seja através da medição de lotes, seja da construção de estradas. De acordo com documentos localizados no AHRs (1997), no relatório do ano seguinte, o inspetor-geral informava que a estrada de rodagem, de 6.340m, havia sido concluída, comunicando o núcleo Alfredo Chaves a ex-Colônia D. Isabel por meio de uma balsa no rio das Antas. Além disso, anunciava o início da construção de uma igreja e de uma escola em Alfredo Chaves, que, nesse período, tinha uma população de 3.272 habitantes. No Códice AS-073 do Fundo de Imigração, Terras e Colonização estão listados os colonos chegados entre 1886 e 1888, com diversas

¹⁷ Relatório do Ministério da Agricultura – 1887 – B.3. – 26 – AHRs.

¹⁸ Inspetor-geral da Inspeção-Geral de Terras e Colonização.

informações¹⁹, constando que a maioria era de católicos e as profissões predominantes eram agricultor e lavrador, existindo também as de alfaiate, artista, carpinteiro, industrial, jornalista, marítimo, negociante, pedreiro e sapateiro. (AHRs, 1997).

Em 1898, ocorreu a emancipação de Alfredo Chaves, passando à categoria de Vila: “Por decreto 15-1-1898, Alfredo Chaves desmembrou-se de Lagoa Vermelha da qual até então fazia parte como 3º distrito e constituiu-se município.” (COSTA, 1997, p. 19). O município, composto por rios e arroios, tinha como limites: ao norte Lagoa Vermelha, a leste, Antônio Prado, ao sul, Bento Gonçalves e, a oeste, Guaporé. A posição de Alfredo Chaves era definida como estando situada na “encosta da Serra Geral, ao nordeste do Estado, e numa altura média, acima do nível do mar mais de 800 metros”. (BARROSO, 1998, p. 31).

Assim, Veranópolis, 14 anos depois da chegada dos imigrantes, já havia galgado a condição de município. Porém, por existir outro município com o nome Alfredo Chaves, no Espírito Santo, foi oficializado o nome Veranópolis. (PREFEITURA, s/d). No livro *Centenário da imigração italiana* (1975), está exposto que o município recebeu a denominação Veranópolis em 26/2/1941, por sugestão do escritor e poeta Mansueto Bernadi. No entanto, a informação de Veronese é de que a necessidade da mudança de nome se baseava em determinação governamental, em 1944, “de que em todo o território nacional, houvesse um só nome para cada cidade e vila” e explicita que Veranópolis significa “cidade verão e, por extensão, cidade veraneio”. (1986, p. 5).

No cenário econômico, destacava-se a agricultura, tendo, no interior, o cultivo de vinha e cereais, como: milho, trigo, cevada, centeio, arroz, linho, alfafa, etc. Nas margens do rio das Antas, existia o cultivo de cana-de-açúcar, laranja, banana, café, algodão, dentre outros. Farina (1992) afirma que o município, formado quase exclusivamente por minifúndios, tinha uma população que se dedicava à agricultura de subsistência e ao pequeno comércio, passando, a partir do início do século XX, “a se dedicar a atividades relacionadas à indústria, transporte e comércio de madeira”. (p. 84). A madeira do pinheiro foi a mais explorada, mas existia na região também cedro, jacarandá, louro, angico, ipê, entre outros.

O primeiro Conselho Municipal foi formado pelos cidadãos João Miguel da Rosa, José Cagliari, Guilherme Lickes, João de Maman, Maximino Saretto, Emílio Shneider e Emílio Leinnitz, “que assumiu a 4 de março de 1898, dando posse ao primeiro intendente, o tenente-coronel Albano Coelho de Souza. A primeira lei orgânica do município foi

¹⁹ Dentre as informações constam: nome, idade, estado civil, religião, data de chegada, data do estabelecimento, profissão, linhas e lotes onde se estabeleceram, nacionalidade, procedência e, em um campo reservado, outras observações como falecimentos, mudança de lote, alfabetização, porém nem sempre os espaços eram preenchidos.

promulgada a 17 de agosto de 1898”. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975, p. 214).

Em relatório sobre Alfredo Chaves, de 1926, apresentado por Barroso (1998), existia uma divisão de dados referentes aos períodos de colônia e de município²⁰. De acordo com dados do relatório e de Farina (1992), o engenheiro Dr. Júlio da Silva Oliveira, por delegação do então governo imperial, fundou a Colônia Alfredo Chaves. Antes, a administração da colônia era feita pelo governo imperial. Esse dado aparece também no documento SA 071, 3º Livro de Registro de Imigrantes, do Fundo Documental Imigração Terras e Colonização, referido por Duarte (1995).

A partir da data de fundação, a direção da colônia é assumida pelos seguintes autoridades:

Quadro 1 - Chefes do Executivo²¹

Diretores da Colônia Alfredo Chaves (1884)	Período do mandato
Dr. Júlio da Silva Oliveira	De 1884 até 21/8/1888
Dr. José Francisco dos Santos	De 21/8/1888 até 24/12/1888
Dr. José Montauray de Aguiar Leitão	De 24/12/1888 até 1893
Pedro Guedes Falcão	De 1893 até 26/6/1894
Francisco Carlos Rezim Barretos Leite (Agrimensor)	De 26/6/1894 até 3/11/1900 ²²
Intendentes do Município de Alfredo Chaves (a partir de 15/1/1898)	Período do mandato
Ten. Cel. Albano Coelho de Souza	De 15/1/1898 até 5/9/1899
Cap. Pellegrino Guzzo	De 5/9/1899 até 15/12/1899
Alfredo Lima	De 16/12/1899 até 19/8/1903
Ten. Cel. Albano Coelho de Souza	De 20/8/1903 até 16/7/1904
Eng. João Leivas de Carvalho	De 16/7/1904 até 17/1/1907
Cap. Pellegrino Guzzo	De 18/1/1907 até 1/5/1910
Cel. Achylles Tauricio de Resende Eleito Intendente em 1914 e 1918.	De 10/5/1910 até 29/4/1924

²⁰ A data de fundação descrita no documento é 1885, diferentemente das informações encontradas em outros textos, que citam o ano de 1884. Nesta pesquisa, optou-se pela data de 1884, por aparecer em diferentes documentos.

²¹ Intendentes e prefeitos desde a fundação da colônia até 1980, correspondentes ao período abordado na presente pesquisa. Disponível em: < <http://www.veranopolis.rs.gov.br/pmveraweb/index.php?id=pt&se=32> >. Acesso em 15 abr. 2012. No entanto, observa-se que algumas datas conferem com as obras de Farina (1992) e Costa (1998). Na presente pesquisa, optou-se por utilizar o referencial eletrônico oficial da prefeitura por apresentar informação completa sobre todos os chefes do Executivo do município.

²² Barroso (1998) afirma que Francisco Carlos Rezim Barreto Leite dirigiu a colônia como chefe da Comissão de Colonização e Terras, até janeiro de 1901. Na sua administração, “por decreto do Governo do Estado, nº 124B, de 15 de janeiro de 1898, foi desmembrada do município de Lagoa Vermelha e elevada à categoria de município autônomo”. (p. 30).

Sigismundo Reschke	De 29/4/1924 até 24/8/1925
Bel. Dr. Carlos Heitor de Azevedo	De 24/8/1925 até 15/8/1926
Dr. Cezar Pestana	De 15/8/1926 até 2/10/1930
Cel. Manoel Ribeiro Pontes Filho	De 2/10/1930 até 18/10/1930
Victorio Dal Pai	De 18/10/1930 até 09/12/1930
A partir de 09/12/1930 – PREFEITOS	
Saul Irineu Farina	De 9/12/1930 até 26/2/1938
Rogério Galeazzi	De 26/2/1938 até 27/10/1946
Guilherme Pessato	De 27/10/1946 até 9/12/1947
Adriano José Antônio Farina	De 9/12/1947 até 31/12/1951
Fabiano Reschke	De 31/12/1951 até 31/12/1955
Cardênio João Boff	De 31/12/1955 até 29/1/1956
Saul Irineu Farina	De 29/1/1956 até 31/12/1959
Argemiro Paulo Frainer	De 31/12/1959 até 31/12/1963
Elias Ruas Amantino	De 31/12/1963 até 31/1/1969
Sr. Nadyr Mário Pellegrino Peruffo	De 31/1/1969 até 31/1/1973
Sr. Lúrio Soares	De 31/1/1973 até 31/1/1977
Sr. Nadyr Mário Pellegrino Peruffo	De 31/1/1977 até 31/1/1983

Fonte: Adaptado de site da Prefeitura (s/d).

Com a citação dos primeiros administradores, tanto do tempo em que Alfredo Chaves era colônia, como depois da sua emancipação, é possível perceber a alternância dos intendentes no cargo e o pouco tempo que permanecem na administração. Muitos pediam licença, e outros renunciavam ao mandato. A explicação para o fato pode ser encontrada nas palavras de Farina (1992): “Com orçamento reduzido e muitas obras por realizar, os primeiros intendentes tiveram reais dificuldades, por isso facilmente se licenciavam do cargo”. (p. 66).

Outro dado interessante que pode ser observado é o número reduzido de administradores com sobrenome italiano. Veronese auxilia na compreensão desse dado ao afirmar que

desde o começo da colonização até por volta de 1930, a quase totalidade das autoridades federais, estaduais e municipais, vinham da capital, como sejam os Administradores da Colônia, os Intendentes e seus Auxiliares, Delegados, Juizes e demais autoridades. Apenas um que outro caso em contrário. A título de curiosidade: até a Revolução de 1930, ao Prefeito chamavam Intendente e à Prefeitura: Intendência. E o Sr. Guilherme Pessato, já filho da primeira geração de imigrantes, entre Intendentes e Prefeitos serviu no cargo de secretário a oito,

acumulando, de boa vontade, outras tarefas como arquivista. Aposentou-se no cargo de secretário. (1986, p. 6).

Em relação às povoações, com exceção da vila e das sedes dos distritos, contavam-se: Lageadinho, Monte Bérico, Barro Preto, Pinheiro Seco, Rio Branco e Pratinha. A divisão administrativa apresentada no relatório cita seis distritos: “1º) a sede Alfredo Chaves; 2º) São João Baptista do Herval (Capoeiras), criado em 1898; 3º) Monte Vêneto, criado em 1899; 4º) Bela Vista, criado em 1905; 5º) Nova Bassano, criado em 1905; 6º) Vista Alegre, criado no ano de 1915”. (BARROSO, 1998, p. 33).

Alfredo Chaves foi o primeiro município lagoense a se emancipar em 1898. O segundo, Nova Prata, em 1924. Depois deles, outros 26 novos municípios, derivados do território de Lagoa Vermelha, também se emanciparam. Na divisão judiciária, cada distrito municipal correspondia a um distrito judiciário. A jurisdição superior do município, até 24/9/1911, fez parte da Comarca de Lagoa Vermelha. A partir dessa data, foi anexado à Comarca de Bento Gonçalves, por decreto do governo do estado, 1.760. (BARROSO, 1998).

Com 115 anos de emancipação, Veranópolis reuniu inúmeras conquistas, bons índices de desenvolvimento socioeconômico, qualidade de vida, dentre outros aspectos que mereciam ser narrados. Não sendo isso possível, a seguir são narrados alguns aspectos referentes à vida social, cultural, econômica e educacional do município.

2.1.1 Veranópolis: de “Princesa dos Vales” à Terra da Longevidade

Seja por suas belezas naturais, que lhe conferiram o título de “Princesa dos Vales”, por sua qualidade de vida, que lhe permitem ser reconhecida mundialmente por ter uma das maiores médias de longevidade da população, ou por ser o Berço Nacional da Maçã, Veranópolis possui muitos aspectos a serem descritos e histórias a serem narradas. O município, com população aproximada de 25 mil habitantes, está localizado no Rio Grande do Sul, na Serra Gaúcha, a 705m de altitude, distante 170km da Capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

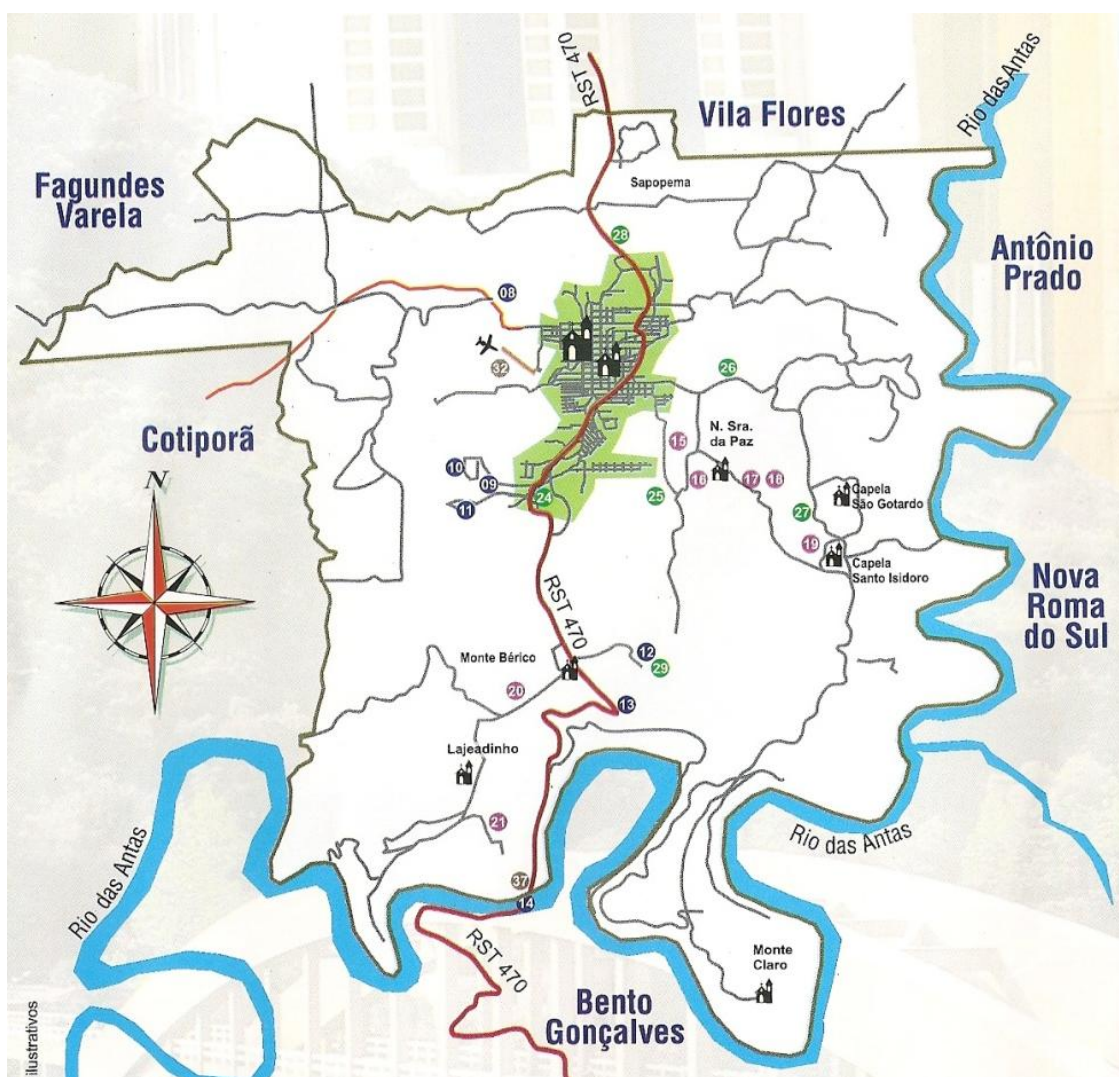
Figura 2 – Mapa político do Brasil, com a localização do Município de Veranópolis/RS



Fonte: www.ibge.gov.br.

O município de Veranópolis tem, atualmente, como limites: Bento Gonçalves ao sul, Cotiporã a oeste, Antônio Prado e Nova Roma do Sul a leste, e, ao norte, faz divisa com Vila Flores e Fagundes Varela.

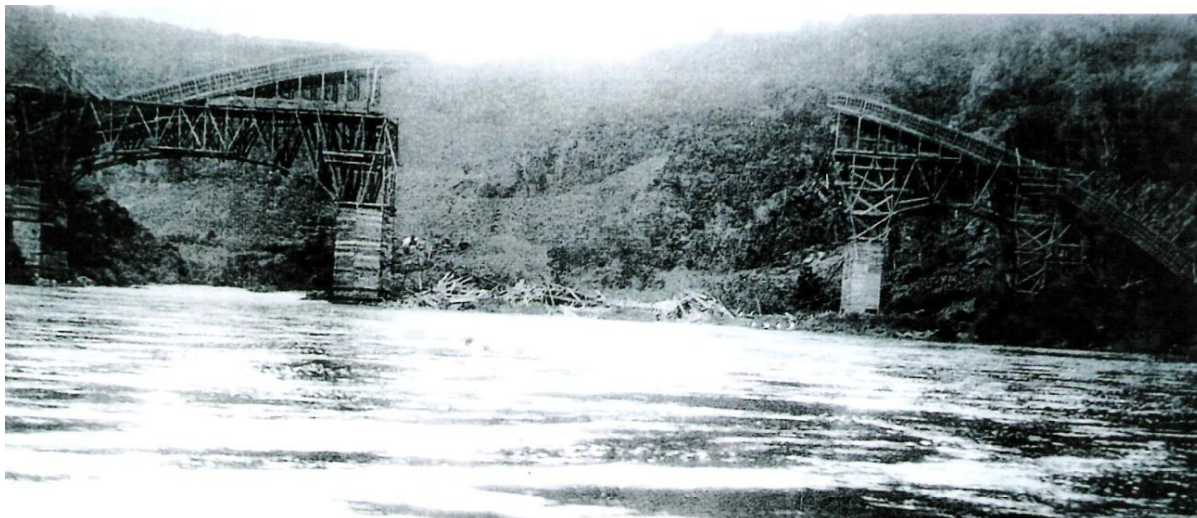
Figura 3 - Mapa de localização do Município de Veranópolis em relação aos municípios vizinhos



Fonte: <https://sites.google.com/site/veranopolisr/imagem-10>.

Tendo o rio das Antas entre os municípios de Veranópolis e Bento Gonçalves, até a década de 40 (Século XX), por inexistência de ponte, o transporte era feito por meio de balsas. A primeira ponte construída sobre o rio desabou em 18 de janeiro de 1944 (FARINA, 1992), conforme pode ser observado na imagem.

Figura 4 - Ponte que desabou em 1944



Fonte: Arquivo do fotógrafo Elégio Parise.

Após o desabamento, em 1948, com o projeto de Antônio Alves de Noronha, as obras foram reiniciadas. Em 1952, a ponte Ernesto Dornelles, mais conhecida como ponte do rio das Antas, foi concluída. (FARINA, 1992). A construção com 278m de comprimento foi considerada arrojada para a época, devido aos seus dois arcos paralelos de 186m de vão livre.

No cenário histórico do município, alguns acontecimentos permitem compreender os desenvolvimentos social, cultural e educacional. Sendo impossível narrar todos os aspectos importantes que permearam a construção histórica de Veranópolis em diferentes setores, neste estudo opta-se por citar o surgimento da imprensa, da luz elétrica, da rodoviária e de manifestações da cultura, como a “Festa da Maçã” e eventos no Café Zanchetta, no hotel e no cinema locais.

O primeiro veículo da imprensa escrita de Veranópolis foi o jornal *Alfredo Chaves*, de 1905, que “surgiu com o objetivo de mostrar aos seus primeiros habitantes os passos dados para emancipar suas terras”. O jornal teve um único exemplar em 1905, que mostrou a história da vila: “Em seus registros estavam expressas as lutas empreendidas com a natureza para desbravá-la, bem como o esforço para demonstrar os primeiros passos de sua emancipação”. (GHIGGI, 1998, p. 522). O objetivo do Jornal de “reconstruir²³” a história da vila teria surgido devido a um incêndio que ocorreu na Intendência Municipal e que destruiu grande parte do seu arquivo, tornando, desse modo, o jornal *Alfredo Chaves* a fonte mais remota da história. Depois desse jornal, até 1980, outros 12 jornais circularam em

²³ Termo utilizado pela autora.

Veranópolis, todos com curta duração, não ultrapassando dois anos de existência²⁴. (GHIGGI, 1998).

Depois de afirmar que a imprensa surgiu em 1905, com o jornal Alfredo Chaves, que teve um único número e que narrou a história do município, Ghiggi (1998) informa que “em 1912 apareceu o primeiro número do jornal semanal Alfredo Chaves, propriedade do Capitão Lídio Fileto de Oliveira, dirigido pelo Major Eduardo Duarte, órgão do Partido Republicano, que circulou até 1924”. (p. 528). No jornal, dentre as principais notícias e manchetes do ano de 1912, destaca-se a inauguração do serviço de luz elétrica da Vila Alfredo Chaves. Nesse mesmo ano, de acordo com Ghiggi (1998), instalou-se na vila o Banco Pelotense, sendo a primeira instituição bancária do local, com a gerência do Major Adolfo Pinheiro Guimarães.

Figura 5 - Vista parcial de Alfredo Chaves em 1915



Fonte: Arquivo do fotógrafo Elígio Parise.

Além dos jornais, destaca-se, na imprensa de Veranópolis, a Rádio Emissora Veranense Ltda., que entrou em funcionamento em 24/3/1957, e é citada por Ghiggi (1998) como sendo a única, pois seus estudos contemplam a imprensa falada e a escrita até 1980. A rádio, que continua em funcionamento no município é de propriedade dos Freis Capuchinhos e teve sua origem relacionada “à projeção da religião, procurando atingir as capelas mais distantes da sede, onde a atuação era dificultada pelo pequeno número de pregadores e pela distância das capelas”. (GHIGGI, 1998, p. 523). Sobre sua estrutura, a obra informa que, ao

²⁴ Ghiggi (1998) comenta que o jornalismo no município era encarado por seus editores como um *hobby*. Como consequência, havia um alto custo para a manutenção e não permitia manter equipes especializadas. Com essa observação, é possível entender por que os jornais se mantinham pouco tempo em circulação.

iniciar suas atividades, a rádio contava com três salas e uma aparelhagem básica importada da Alemanha. “Possuía um equipamento externo, um auditório de 72 lugares. Funcionava ao vivo, apenas 12 horas, e tinha um comercial por intervalo. Era dirigida por João Gradaschi, Alcides Reginato, Alino Lorezan; Guilherme Giugno, chefe de propaganda”. Em 1967, a rádio foi autorizada a executar o serviço de radiodifusão para reportagens externas. Nessa época, contava com três locutores, que desempenharam o papel de repórteres, informando sobre os acontecimentos do Município de Veranópolis e de Nova Prata. (GHIGGI, 1998, p. 523).

Dentre os aspectos culturais do município, é importante mencionar o Café Zanchetta, que, além de café, ficou conhecido pelo sorvete, pelo hotel, pela adega e pelo cinema. O café surgiu da ampliação de um armazém de secos e molhados chamado Mercado Zanchetta²⁵. O café, que estava localizado na esquina das Ruas Osvaldo Aranha e Marechal Deodoro da Fonseca, tornou-se ponto de encontro da comunidade, que se reunia para jogar cartas, bilhar, *snooker*, fazer refeições e festas. Os eventos importantes, como banquetes de casamento ou de recepção de personagens ilustres que visitavam Veranópolis, eram feitos no salão, que ficava na parte superior do café. Entre as festas realizadas pelo Café Zanchetta, pode-se citar a Festa Junina, onde Primo Antônio Zanchetta e seus irmãos²⁶ erguiam uma enorme fogueira e serviam comidas típicas. (DALLA COLETTA, 1998).

O Café Zanchetta foi alugado para a família de Itália Facin²⁷, e nesse período, Hermes Facin (filho de Itália), instalou no prédio a primeira rodoviária de Veranópolis. No período em que o café estava alugado, em 1939, Primo Zanchetta inaugurou um cinema na parte superior do prédio da Sociedade Príncipe de Piemonte²⁸. Posteriormente, o cinema foi transferido para um prédio do sócio de Primo, Benjamin Perin, localizado em frente do Café Zanchetta, na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, com o nome de Cine União. Ainda no período em que o café estava alugado, Primo Antônio Zanchetta foi idealizando, com seus familiares, a reforma do Café Zanchetta, com uma ampliação, para instalar ali um hotel. Primo Antônio Zanchetta era casado com Maurícia Reschke, e, em 1941, sua irmã Helena Zanchetta casou com seu cunhado Fabiano Reschke, época em que a ideia do hotel começou a ser concretizada. Para tal, a rodoviária foi transferida para outro local, e a construção do hotel

²⁵ O Mercado Zanchetta foi fundado em 1924, aproximadamente.

²⁶ Primeiros proprietários do Café Zanchetta.

²⁷ Entre 1939 e 1941, aproximadamente.

²⁸ O prédio, que se localizava no centro de Veranópolis, era da Sociedade Príncipe de Piemonte, depois passou a se chamar Sociedade Alfredo-chavense e hoje é a Casa da Cultura do município.

começou com as reformas no prédio já existente, tendo sua inauguração ocorrido no dia 1º de janeiro de 1946. (DALLA COLETTA, 1998).

O hotel era procurado para a realização de banquetes importantes e, dentre outras festas, para este estudo, merece destaque a de 30/5/1948, data em que o governador Walter Jobim, inaugurou a Escola Regina Coeli. Nesse dia, foi “oferecido fino jantar, em homenagem à 1ª Dama do Estado, Senhora Ana Jobim, acompanhada por Dona Idalina Bernardi, esposa do poeta e escritor Mansueto Bernardi, e demais damas da sociedade local”. (DALLA COLETTA, 1998, p. 216).

Outra dependência do hotel era a Adega, que funcionava no porão do estabelecimento, onde também eram realizados eventos beneficentes e sociais, local em que ocorriam promoções para angariar fundos para a construção do Ginásio Regina Coeli das Irmãs de São José. As atividades do Hotel Zanchetta se prolongaram até 1952, quando o gerente Fabiano Reschke se afastou do hotel, por ter assumido a Prefeitura de Veranópolis. (DALLA COLETTA, 1998).

Dentre as manifestações culturais, relacionada às festividades e ao cinema, pode-se citar a música, que esteve presente desde os primórdios do município:

Em Alfredo Chaves fazia-se música de qualidade e isso era visto com naturalidade, pois que na época não existiam recursos sofisticados e modernos de som que tornasse o ato de ouvir música e até mesmo de tocar certos instrumentos eletrônicos tão simples e tão acessível. A música ao vivo marcava presença nas ocasiões festivas, abrihantava reuniões familiares, acompanhava a última morada. Era comum, ouvirem-se acordes sonoros de orquestras, bandas, conjuntos vocais espontâneos, coros religiosos, etc. Merece destacar o aspecto participativo das pessoas na música local. (GIUGNO; GIUGNO, 1998, p. 263).

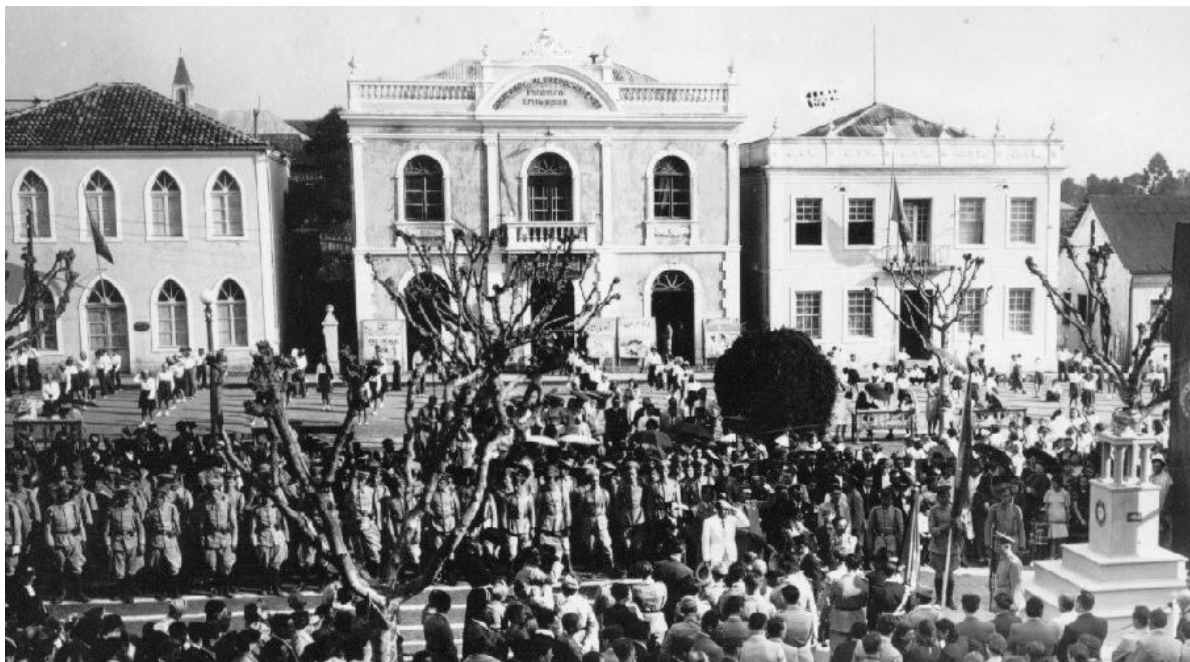
Em 1920, Alfredo Chaves desenvolvia uma grande atividade musical contando com duas orquestras e duas bandas na comunidade urbana, além das existentes no interior, no meio rural. A música tinha uma característica romântica e era influenciada pelos moldes europeus. A primeira banda surgiu antes de 1910, com o maestro italiano Giuseppe Maria Muraro, sendo considerada a primeira banda municipal. Em 1910, foi fundada, pelo Frei Ambrósio de Saint-Mury, a Banda Santa Cecília, que tinha como maestro Bellino Tagliari, ex-aluno de Muraro. A banda teve origem no Seminário Seráfico São José e era integrada por alunos do educandário e alunos da comunidade. (GIUGNO; GIUGNO, 1998). Em janeiro de 1912, foi fundada, na sede da vila, uma nova banda. (FARINA, 1992). De acordo com Giugno e Giugno (1998), o músico José Cerielo foi o organizador e maestro da “Banda de Música Municipal”, subvencionada, até 1915, quando se retirou do município. A partir de então, um

de seus contramestres, Leoni Bolzoni, ocupou o lugar de maestro da banda, que passou a ter a denominação “Lira Independência”.

Também por volta da década de 20 (séc. XX) surgiu a primeira orquestra, que foi regida por Bellino Tagliari, que anteriormente foi contramestre na “Banda de Música Municipal”. As orquestras de Alfredo Chaves surgiram em vista da necessidade de um fundo musical para o cinema mudo e para as apresentações das companhias de revistas, que eram grupos teatrais. A orquestra atuava em festas e no cinema Apollo. Mais tarde, o grupo da orquestra integrou o Clube Cavaleiros do Luar, tornando-se a “Orquestra dos Luaristas”. Tal orquestra também integrava um grupo carnavalesco, “Clube Cavaleiros do Luar”, e a orquestra Carlos Gomes, um outro grupo, com a denominação “Tiriricas”. No entanto, mesmo integrando o grupo dos Tiriricas era uma orquestra independente, criada por músicos, na sua maioria, amadores. Assim, por volta de 1925 a 1935, dois blocos carnavalescos (que pertenciam a clubes diferentes) movimentavam a vida local, principalmente no período do carnaval. Os Luaristas pertenciam ao “Clube Cavaleiros do Luar” e os Tiriricas à “Sociedade Italiana Príncipe de Piemonte²⁹”. Os carnavais não se restringiam aos clubes, mas saíam às ruas com desfiles, concurso de fantasia, piqueniques, enfim, festas e brincadeiras que se estendiam para além do carnaval. (GIUGNO; GIUGNO, 1998).

²⁹ A Società Italiana Principe di Piemonte (nome de origem), sofreu alteração nos Estatutos Sociais, devido à nova legislação, de 1938, que proibia o funcionamento de sociedades estrangeiras. A partir de 14/8/1938, passou a se denominar Sociedade Alfredo-chavense, permanecendo até a atualidade. (GUZZO; NETSON, 1998).

Figura 6 - Prédio antigo da Sociedade Alfredo-chavense (Società Italiana Principe di Piemonte) ao centro; Banco do Comércio à esquerda; a antiga Prefeitura à direita - década de 40 (séc. XX)



Fonte: <https://sites.google.com/site/veranopolisr/17---fotografias-mostra-da-historia>.

Outro marco da história do município foi a fundação do “Aeroclube de Veranópolis”, que ocorreu em 4/8/1948³⁰, “por um grupo de veranenses que, incentivados pela propaganda do Ministério da Aeronáutica viram a possibilidade de dar a Veranópolis um *aeroporto*, juntamente com *uma escola de aviação*. Inúmeros cidadãos veranenses se destacaram para a sua concretização”, sendo fundamentais para a concretização do aeroclube, entre os sócios-fundadores, os três primeiros presidentes: Adriano Farina, Saul da Silva Santos e Daicir Rodrigues da Silva. A autorização para o funcionamento da sociedade foi dada pelo ministro da Aeronáutica, em 4/11/1953³¹, e a autorização para a Escola de Pilotagem foi dada pelo diretor geral da Aeronáutica Civil, em 28/1/1954³². (FARINA, 1998, p. 309).

Como evento cultural do município, destaca-se a “Festa da Maçã,” sendo citada no livro: *Centenário da Imigração Italiana* (1975). Em 1975, com o jornalista Lírio Soares como prefeito, Veranópolis buscava o desenvolvimento do turismo, tendo sido promovida, em 1973, a 1ª Festa Estadual da Maçã, que foi transformada em acontecimento Nacional e

³⁰ Mesmo ano da fundação do Colégio Regina Coeli.

³¹ Comunicado pelo Ofício 7.555, de 31/12/1953, assinado por Eugênio Seifert, diretor da Divisão Aerodesportiva.

³² Comunicado via Memorando 3DC4/1955, de 9/2/1954, do diretor da Divisão Eugênio Seifert.

repetida em 1976. O prefeito também demonstrou preocupação com o setor urbanístico, tendo sido implantados canteiros centrais nas ruas principais, calçamento e iluminação a mercúrio. “Marcando o centenário da colonização italiana, Veranópolis inaugurou uma rodovia ligando a cidade ao distrito de Cotiporã, bem como um busto do homem que lhe sugeriu o nome – o poeta Mansueto Bernardi”. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975, p. 214).

Tendo sido apresentados alguns dados da vida em Veranópolis, principalmente relacionados à cultura, faz-se necessário, para o presente estudo, detalhar aspectos que dizem respeito à educação da comunidade veranense.

2.2 SITUANDO A EMERGÊNCIA DAS ESCOLAS EM VERANÓPOLIS

Ao pensar em educação, é preciso considerar a influência dos diferentes contextos e processos que a produziram. Sendo a educação produto e produtora de uma sociedade, para entender os processos educacionais, faz-se importante revisitar sua história.

Farina tece uma breve narração do início da educação na Colônia Alfredo Chaves e descreve que a mesma teve longa história no município, porém permeada por muitas deficiências.

Inicialmente surgiram algumas escolas particulares leigas, com aulas ministradas em italiano e até polonês. No final do século XIX foram criadas algumas escolas públicas subvencionadas pelo Estado ou Município [...]. No entanto, é fato comprovado pelos Relatórios, que durante várias décadas o ensino ficava em segundo plano, embora o discurso dos responsáveis dissesse o contrário. Em várias administrações, o número de soldados da Guarda Municipal era maior do que o número de professores. (1992, p. 223).

A partir desse trecho, é possível perceber a dificuldade de se estabelecerem escolas formais no município, principalmente quando se tratava da esfera pública. Fica claro que a educação não tinha a mesma importância que outros setores do município, e, pelo número de soldados, pode-se levantar a hipótese que uma das principais preocupações era a manutenção da ordem, revelando características de um Estado autoritário.

Nos Ofícios e Circulares do AHR³³, a construção de uma igreja e escola é citada conjuntamente, em documento de 1888:

Durante o ano próximo findo deu-se começo aos trabalhos para a construção de uma igreja e de uma escola, na sede da colônia Alfredo Chaves. A igreja tem 36 metros de comprimento sobre 14 de largura, e a escola 25 metros de largura sobre 9 de comprimento. [...] As obras da escola acham-se em adiantado estado de construção. Já foi concluída a alvenaria de tijolos e a coberta, faltando somente concluir as janelas, portas, reboco, criação mão-de-obra de assoalho. É provável que dentro de

³³ INSPETORIA ESPECIAL DE TERRAS E COLONIZAÇÃO – POA – 1888 – LATA 281 – MAÇO 11.

40 dias a escola ache-se concluída. Com a escola dispendeu-se [a] quantia de 10:000\$000R\$ que foi para esse fim designado³⁴.

A primeira escola pública, subvencionada pelo Estado, tudo indica, de acordo com Farina (1992), que tenha sido criada no fim do século XIX, “na qual Adolfo Pinheiro Guimarães Dourado, nomeado em 1904 foi um dos primeiros professores. Substituído em 1906 pela esposa, professora Julieta Ribeiro Dourado”. (p. 223).

Antes disso, em 1901, o professor e historiador Eduardo Duarte fundou o Colégio Brasileiro, com estatuto de escola particular e leiga, com regime de internato e externato para o sexo masculino. O colégio permaneceu em atividade até 1914, quando seu diretor Eduardo Duarte, se mudou para Porto Alegre, e a escola deixou de existir. (FARINA, 1992).

Unindo formação cristã e educação, pode-se mencionar a fundação de um convento de Capuchinhos na Vila de Alfredo Chaves. Costa³⁵ (1997) cita os motivadores que fizeram com que o Frei Bruno³⁶ solicitasse e obtivesse licença do bispo diocesano, de fundar o convento: “[Havia a] necessidade de ter uma casa suficiente para a Escola Seráfica (Seminário Menor da Ordem); as vantagens que oferecia Alfredo Chaves; a simpatia do povo e do Pe. Mateus”. (p. 27).

Veronese (1986) também referencia a fundação do convento, que iniciou em Garibaldi, em 1898, e em 1902 contava com 20 seminaristas. O espaço físico disponível para a Escola Seráfica dos Capuchinos tornou-se, assim, insuficiente para alojar seminaristas, filósofos e teólogos que a frequentavam.

A solução adotada pelos superiores foi deslocar a Escola Seráfica. Ora, como aqui, na então Alfredo Chaves, já havia Capuchinhos auxiliares no serviço paroquial, este fato veio a facilitar a transferência da dita escola para cá, após alcançada licença da autoridade eclesiástica. (VERONESE, 1986, p. 33).

Costa (1997) e Veronese (1986) citam os freis que acompanharam os alunos, como o diretor Frei Edmundo Naves; os Professores Frei Germano de S. Sixt, o subdiácono Frei Francisco Maria de Annecy, o clérigo Frei Clemente de La Roche e os Irmãos religiosos Frei Estevão de Sagron e Frei Urbano.

Veronese (1986) descreve que os capuchinhos alugaram provisoriamente uma casa de proporções regulares na Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Depois de acomodados,

³⁴ Na transcrição de documentos escritos na época, optou-se por atualizar a grafia original de acordo com as normas da língua portuguesa vigentes.

³⁵ Referenciado no *Livro-Tombo da Paróquia São Luiz Gonzaga da Colônia Alfredo Chaves*, em 24/04/1902. (COSTA, 1998).

³⁶ Frei Bruno de Gillonnay era Superior da Missão dos Capuchinhos em Garibaldi.

trataram de providenciar um terreno próprio e amplo para construir “um pequeno Convento para os religiosos e um prédio adequado para a Escola Seráfica. Adquiriram um lote de tamanho regular a leste da cidade; lugar apazível e encantador, bem no topo de uma colina; a posição mais elevada da cidade”. (p. 33).

Costa (1997) informa que o convento foi edificado basicamente à custa da Província de Saboia e da Missão do Rio Grande, sendo inaugurado em 1º/1/1904. O Livro de Tombo da matriz (v.1) registra: “Desde aquele dia não cessaram, na bendita mansão, os estudos, a oração, a paz de Deus”. (VERONESE, 1986, p. 33).

Além do convento dos capuchinhos, o projeto de um colégio cristão foi mencionado ainda em 1908, apesar de não ter sido efetivado na data referida. A partir da transcrição do Livro de Tombo da Paróquia São Luiz Gonzaga da Colônia Alfredo Chaves, Costa refere:

Houve, nesse ano, uma primeira veleidade de fundação de um colégio de irmãos. O Cel. Pelegrino Guzzo, intendente, oferecia a este fim o prédio da diretoria das terras ou o edifício da intendência municipal. O Pe. Luís fez também tentativas neste sentido. Mas reparou breve que o terreno não estava ainda preparado. Ele não gozava a simpatia da vila. Faltava nos moradores o espírito de sacrifício e a exata compreensão da necessidade de uma escola cristã. Sobretudo a política local tornava-se uma luta de partidos entre italianos e brasileiros que finalizou-se no processo dos gafanhotos³⁷, assim a atenção pública foi completamente desviada da ideia de criação de um colégio. (1997, p. 45).

Percebe-se que houve a interferência de diferentes motivos para o adiamento, mas, em março de 1914, foi possível a abertura de um colégio de Irmãos Maristas. Com o auxílio do Frei Luís e de amigos influentes que emprestaram³⁸ a quantia necessária para a construção do prédio, os Freis Capuchinhos, presentes no município desde 1901, compraram um prédio na parte superior da vila. O prédio, que havia sido utilizado pelo Colégio Brasileiro, foi acrescido de um pequeno pavilhão de madeira e se tornou o Colégio São Luiz Gonzaga. (FARINA, 1992). Não sendo suficiente a quantia arrecadada por ações, a intendência municipal auxiliou com o restante necessário, hipotecando o imóvel até que a dívida fosse quitada. O colégio, de acordo com Costa (1997), logo teve um bom número de alunos. O historiador cita o objetivo e a satisfação da Igreja Católica com a fundação do colégio, ao afirmar: “Enfim a educação da mocidade tornar-se-ia francamente católica. Esta obra, que deu

³⁷ “Em outubro de 1905, densas nuvens de gafanhotos invadiram quase a totalidade das lavouras da paróquia. Esta praga, nova para nossos colonos, não foi, por este motivo, combatida por meios bastante enérgicos”. (COSTA, 1997, p. 38). Tanto a citação do desejo de uma escola cristã, como a da invasão dos gafanhotos, é mencionada no ano de 1908 no Livro de Tombo da matriz, porém pelas datas referidas no texto do mesmo livro, parecem ter ocorrido em 1905.

³⁸ “O Frei Luís com poucos amigos influentes elaborou um projeto de empréstimo sem juro com ações de 20\$000 Rs resgatáveis pouco a pouco cada ano por sorteio logo que a prosperidade do colégio houvesse de permiti-lo”. (COSTA, 1997, p. 54).

muito trabalho ao vigário, deu, no mesmo tempo, grande satisfação à sua consciência. *Dominus providebit et perficiet*³⁹ disse o Frei Luís. (1997, p. 54).

Figura 7 - Primeiro prédio em que funcionou o Colégio São Luiz.

Data: antes de 1923



Fonte: <https://sites.google.com/site/veranopolisrs/17---fotografias-mostra-da-historia>.

O Colégio São Luiz Gonzaga, administrado pelos Irmãos Maristas, esteve em funcionamento de 1914 a 1946, ano em que ocorreu uma mobilização para a melhoria do

³⁹ Tradução livre: “O senhor irá fornecer e executar.”

ensino no município, com a “Cruzada Pró-Ginásios de Veranópolis”. Como o prédio não apresentava as condições mínimas, o Colégio São Luiz Gonzaga foi extinto, sendo construído um novo prédio no local, que abrigou o então denominado Ginásio Divino Mestre, ao qual se anexaram a Escola Técnica de Comércio São Luiz e os cursos primários. (FARINA, 1992). O ginásio iniciou suas atividades em 1947, permanecendo em atendimento até 1969, ano em que a comunidade assumiu dois educandários: a Escola Normal Regina Coeli e a Escola Técnica Divino Mestre. De acordo com Pessin (1998), em 1969, houve a transição da administração para o Centro Comunitário Veranense da Educação e Assistência (Cecovea), criado especialmente para isso, devido ao número reduzido de Irmãos Maristas e Irmãs de São José.

Tanto o convento, como o Colégio dos Irmãos Maristas mencionados, foram referência na educação católica no município, atuando principalmente na educação da mocidade católica da elite de Veranópolis e região.

No entanto, podemos citar também uma escola leiga como referência, a saber, a Escola Estadual de 1º Grau Felipe dos Santos, criada em 1916, com o nome de Grupo da Vila de Alfredo Chaves, que teve inicialmente como diretor, o professor nomeado pelo estado, Adolfo Pinheiro Guimarães Dourado. Até 2010 a instituição foi denominada de Escola Estadual de Ensino Fundamental Felipe dos Santos, sendo a “escola mais antiga em atividade permanente no perímetro urbano”. (FARINA, 1992, p. 223). As matrículas iniciaram em 1º/6/1916, com alunos originários de “Escolas que se agruparam”. “O grupo escolar começou a funcionar com 189 alunos, em 3 classes e 2 níveis”. (PELLICIOLI, 1998, p. 495).

O grupo escolar da Vila de Alfredo Chaves, inicialmente, estava localizado em uma casa particular, na Rua Carlos Barbosa, locada pelo estado. Depois passou para a Av. Dr. José Montaury, onde permaneceu por curto período. Em 1925, o Grupo Escolar teve como locação a casa de Guilherme Giugno, na Rua Marechal Floriano Peixoto⁴⁰, prédio que havia sido ocupado anteriormente pelo colégio das Irmãs de São José. Em 1930, a Intendência já tinha o terreno que seria doado para a construção do prédio, mas só em 1942, com recursos do governo do estado é que foi construído o atual prédio, na Avenida Osvaldo Aranha, sendo inaugurado no dia 1º de setembro de 1943. (PELLICIOLI, 1998). Em 2011, a escola foi municipalizada e passou a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Felipe dos Santos.

Na transcrição do Livro de Tombo da Paróquia São Luiz Gonzaga da Colônia Alfredo Chaves, realizada por Costa (1997), no ano de 1920, o vigário Frei José de Bento

⁴⁰ Atual Avenida Osvaldo Aranha.

Gonçalves, em resposta à circular do dia 15/11/1920 sobre as escolas, afirma a existência de três colégios na sede da paróquia e 17 escolas municipais, “podem-se dizer católicas por serem os professores, dois excetuados, todos católicos, como também os alunos que as frequentam”. O Frei José fez uma breve descrição de cada colégio da vila:

a) Colégio São Luís, dirigido pelos irmãos maristas, congregação já amplamente conhecida em toda esta arquidiocese, conta [com] avultado número de alunos externos e não poucos pensionistas internos. Há 4 professores e 2 ajudantes. Um dos professores é subvencionado pela intendência municipal, tem porém a obrigação de receber gratuitamente na escola ao menos 15 alunos pobres. O número de alunos matriculados neste colégio durante o ano de 1920 foi de 165, dos quais 100 [são] externos e 65 internos. O prédio onde funciona o colégio vai pertencer brevemente à congregação dos Maristas. Neste colégio se ensina o catecismo e todos os domingos os alunos (frequentam) assistem a prática e as lições de catecismo dadas pelo vigário na igreja matriz. Nos domingos e festas a maior parte deles recebem a sagrada comunhão e todos assistem a missa paroquial.

b) Colégio São José, dirigido pelas irmãs de São José, também conhecidas em toda esta arquidiocese pela dedicação, zelo e abnegação com que ajudam os vigários no ensino do catecismo, limpeza das igrejas, enfeites das mesmas... Nenhuma das 4 professoras recebe subvenção do município ou estado. O número de alunas matriculadas neste colégio no ano de 1920 foi de 155, sendo só 4 as internas. O externato é misto, isto é, recebem na escola meninas até uma certa idade, praticamente porém poucas. Este colégio está ainda funcionando num prédio alugado, brevemente porém terá terrenos e casa própria.

b) Grupo Escolar – No meio dos colégios católicos não podia o *inimicus homo* faltar de colocar o seu virulento ninho... o demônio abriu de fato a sua escola; é o grupo escolar. Forma o corpo docente deste colégio um grupo de professoras leigas cujo atual diretor é um ateu cortejado de todos os triviais erros que ordinariamente acompanham o ateísmo. Este colégio que pelo passado não tinha tido grande sucesso recebeu novo impulso com a vinda do atual diretor que para enganar mais facilmente os incautos deu ao ensino uma tinta de nacionalismo promovendo festivais, celebrando datas nacionais com representações e dramas, conseguindo assim ganhar à própria causa diversas famílias. (Apud COSTA, 1997, p. 72).

Depois de tecer os comentários a respeito dos colégios, o vigário, Frei José de Bento Gonçalves, também apresenta um breve comentário a respeito das escolas:

Como já tive ocasião de dizer, as escolas desta paróquia são escolas municipais, funcionam porém quase todas em prédios pertencentes às nossas capelas, em terrenos volturados à Mitra desta arquidiocese. Para obter escolas os fabriqueiros das capelas mandaram construir perto das capelas modestas casinhas que servem ao mesmo tempo para as escolas e para as diversas reuniões e conselhos das capelas. Os professores e professoras são ordinariamente bons católicos, devem porém no ensino obedecer aos programas do Estado e do Município. (COSTA, 1997, p. 73).

Por se tratar da transcrição do Livro de Tombo da Paróquia São Luiz Gonzaga da Colônia Alfredo Chaves, evidencia-se nas considerações a respeito da escola a preocupação com a religiosidade, sendo bem-vistas apenas as escolas e professores católicos. Mesmo as escolas públicas municipais estavam ligadas à Mitra, utilizando, inclusive, suas acomodações. O grupo escolar, por não estar vinculado à Igreja, é descrito de forma negativa pelo vigário,

que procura justificar por que é frequentado por diversos alunos e suas famílias, remetendo-se a ações voltadas ao nacionalismo. Ou seja, mesmo que, nacionalmente, se buscasse uma escola laica, gratuita e universal, em Veranópolis, assim como no restante do País, a Igreja apresentava grande resistência a essa forma de ensino.

Tal resistência pode ser explicada com a cisão da Igreja e do estado, ocorrida em 1889, com a Proclamação da República⁴¹. A partir de tal cisão, “os bispos brasileiros empenharam-se na obra de recatolização da sociedade e do estado”. (CHORNOBAI, 2005, p. 193). A Igreja, então, ao formar dioceses nos estados brasileiros, “passou a dispor de um sistema interno de governo, com a concentração de recursos organizacionais compatíveis com as novas realidades dela, externas e internas: dignitários, seminários, pessoal eclesiástico, escolas” (p. 193-194).

Nesse movimento, enquanto o estado propõe uma escola laica, a Igreja organiza escolas confessionais católicas, com a preocupação de manter os valores religiosos tradicionais dos imigrantes europeus, fortalecendo o movimento de recristianização da sociedade. Tal proposta educacional interessou não só aos católicos, mas também às elites conservadoras, que, mesmo com uma posição política liberalista, educavam, de forma geral, seus filhos em escolas conservadoras católicas. Dessa forma, o ensino católico foi ganhando força, sendo “promovido pela presença cada vez mais numerosa de institutos europeus, pontas de lança do episcopado na implantação do projeto ultramontano”. (CHORNOBAI, 2005, p. 198).

De maneira geral, estado e Igreja preconizaram movimentos educacionais, que, de uma forma ou outra, possibilitaram avanços no sistema educacional, inclusive em Veranópolis. Ao analisar o percurso da educação no município, pode-se afirmar que o estabelecimento do Colégio São José, seguido da construção do Colégio Regina Coeli, adquiriu uma importância inenarrável, com a justificativa, principalmente, de proporcionar uma educação cristã para moças, até então inexistente no contexto educacional veranense.

No entanto, para compreender a trajetória do Colégio Regina Coeli, faz-se imperioso revisitar sua história, desde o momento da fundação da congregação que o originou. Sendo assim, em seguida, será apresentado um breve histórico da Congregação das Irmãs de São José, assim como a vinda das mesmas para o Brasil e sua instalação no Rio Grande do Sul.

⁴¹ Sobre o embate entre católicos e defensores da escola pública, sugere-se buscar referências em Aranha (2006), Azzi (1994), Araújo (2007), dentre outros.

2.3 FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ

O movimento que deu início à Congregação das Irmãs de São José ocorreu no século XVII, na cidade de *Le Puy-en-Velay*, na França, quando São Francisco de Sales (1567-1622) idealizou uma instituição religiosa feminina com o objetivo de se dedicar a obras de caridade. A ideia surgiu devido à situação em que se encontrava a cidade de *Le Puy-en-Velay*, que durante séculos foi centro de peregrinação, tendo seu fervor diminuído devido às guerras civis e religiosas que atingiram quase toda a Europa, principalmente a França. A situação calamitosa e devastadora exigia solução para tantos males, miséria e fome. Como a Igreja não aceitava que religiosas vivessem fora do claustro, constituiu-se a Instituição das Irmãs Visitandinas com estrutura monástica. Em continuidade com as ideias de São Francisco de Sales, São Vicente de Paulo, coadjuvado por Luisa de Marillac, fundou uma “Irmandade⁴²”, sem clausura e sem votos públicos, denominada “Filhas da Caridade”. Para tal, renunciou à ideia de dar à instituição caráter jurídico de Vida Religiosa, para evitar pressões canônicas, que forçassem à clausura. (MORESCHI; FAVERO, 1998; CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975).

A Congregação das Irmãs de São José nasceu em 1648, e, assim como a Companhia das Filhas da Caridade, “são as primeiras a surgir sem estrita clausura”. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975, p. 208). Moreschi e Favero (1998) especificam que foi o jesuíta Pe. Jean Pierre Médaille quem fundou o “Pequeno Projeto” que deu início à Congregação das Irmãs de São José, que tinha como objetivo “organizar grupos, constituídos de três, quatro, ou seis mulheres, geradores de vida, zelosos da glória do Pai e do serviço ao próximo, realizando a união entre si, com todas as pessoas e com Deus”. (p. 14). Por volta de 1646, foram surgindo, nas vilas de Auvergne, pequenos grupos formados por jovens e viúvas que Padre Médaille conseguiu reunir durante seu trabalho missionário.

O projeto foi se solidificando e se transformando em uma comunidade de vida ativo-contemplativa, a serviço da caridade, dirigida ao povo. Com o aumento das participantes do projeto e, diante das dificuldades contrárias à sua obra, Padre Médaille expôs o desejo de fundar uma congregação, que atendesse aos mais pobres, para o Bispo Mons. Henrique de Maupas, de *Le Puy-en-Velay*. O bispo, que havia sido o biógrafo de São Francisco de Sales, concretizou o sonho, nascendo, assim, em 15/10/1650, a Congregação das Irmãs de São José. “Após receber as seis primeiras candidatas, Francisca Eyraud, Cláudia Chastel, Marguerite Burdier, Anna Vey, Anna Brum, confiou-lhes a direção de um asilo, para cuidar de órfãos,

⁴² Grifo das autoras.

doentes e pobres da cidade de Le Puy”. (MORESCHI; FAVERO, 1998, p. 17).

Terá o nome de Congregação de São José, nome amável que lembrará às Irmãs que elas devem assistir e servir ao próximo com o mesmo cuidado, diligência e cordial caridade que tinha o glorioso São José a serviço da Santíssima Virgem, sua puríssima esposa, e do Salvador Jesus, seu filho adotivo. (CONSTITUIÇÕES PRIMITIVAS, nº 27, p. 24, versão em português apud MORESCHI; FAVERO, 1998, p. 17-18).

As Irmãs de São José continuaram suas atividades, mesmo depois da morte do Padre Médaille e do Mons. Henry de Maupas, até a Revolução Francesa (1789-1794), que afetou a congregação havendo a dissolução de muitas comunidades, com Irmãs voltando para suas famílias. A congregação, assim como outras instituições religiosas, também foi afetada em 1792, quando todas as religiosas da França “foram expulsas das escolas, dos hospitais e dos conventos, condenadas ao exílio, ou aprisionadas, à espera da guilhotina, se não aceitassem a Igreja Nacional separada de Roma”. Entre as religiosas que estavam no cárcere, a Madre Saint Jean Fontbonne, foi a restauradora do Pequeno Projeto, em Lyon, após a revolução. (MORESCHI; FAVERO, 1998, p. 19).

Com o reagrupamento das Irmãs de São José, houve a retomada das atividades para ajudar os doentes e na educação, respeitando as leis republicanas. As Irmãs formavam comunidades ao redor de casas principais, nomeando as congregações que se estruturavam em torno de um governo central. Foram reconstituídas as Congregações de São José de Le Puy, de São José de Clermont-Ferrand, de São José de Lyon⁴³, dentre outras. Houve um florescimento da vida religiosa feminina, que de início tinha a proteção dos bispos e mais tarde se tornaram de Direito Pontifício. (MORESCHI; FAVERO, 1998).

2.3.1 Irmãs de São José no Brasil e no Rio Grande do Sul

A Igreja Católica, com a participação de diferentes congregações, esteve presente no Brasil desde os primórdios da colonização. Na Região Sul estabeleceram-se congregações para acompanhar os imigrantes e suas famílias. Grazziotin (2010), ao narrar a história dos pioneiros da educação católica em Caxias do Sul, faz referência à chegada das Irmãs de São José nesta parte do Brasil. De acordo com o pesquisador, “a Igreja Católica, desde os primórdios da colonização italiana, em Caxias do Sul, marcou sua presença acompanhando os imigrantes e suas famílias, tanto no aspecto religioso como nas questões sociais e econômicas,

⁴³ Essa congregação renasceu em 1807, tornado-se um centro de expansão missionária na Europa e em outros continentes. A Madre Saint Jean Fontbonne foi a primeira superiora-geral das Irmãs de São José de Lyon. (MORESCHI; FAVERO, 1998).

através da Arquidiocese de Porto Alegre”. (p. 54). É importante revelar esse dado, pois a instalação da Congregação das Irmãs de São José em Veranópolis deriva do mesmo movimento.

Grazziotin (2010) narra as influências da vinda das congregações religiosas para o Sul do País, quando Dom Cláudio José Ponce de Leão esteve à frente do bispado do Rio Grande do Sul, de 1890 a 1912. Dom Cláudio preocupou-se com o grande número de imigrantes europeus que chegavam ao estado, devido ao movimento romano de restauração católica e contava com um número reduzido de religiosos para o atendimento pastoral e os aspectos educativos e catequéticos. A aprovação da missão capuchinha no Rio Grande do Sul é narrada por Marasca et al.:

A Igreja, no final do século XIX, na pessoa de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, Bispo da Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, no Brasil, aprovava a missão dos capuchinhos franceses com o acompanhamento dos imigrantes italianos, localizados na serra gaúcha, que se estendeu a vários municípios gaúchos e região dos Campos de Cima da Serra. (2005, p. 92).

Por outro lado, houve o fechamento e a desapropriação de escolas de congregações religiosas que atuavam na Europa, pois os governantes começaram a priorizar o ensino laico e estatal. Aliando as necessidades da região a um acompanhamento social e religioso mais efetivo para os imigrantes e o fechamento ou desapropriação de escolas confessionais católicas, Dom Cláudio convidou as congregações religiosas que se sentiam perseguidas para se instalarem no Rio Grande do Sul. (GRAZZIOTIN, 2010). Podem-se citar, também, as consequências da Revolução Francesa como fator que influenciou a vinda de congregações. Marasca et al. revelam:

Após a Revolução Francesa, em face das dificuldades sociais, políticas e econômicas da França e pela questão da secularização que dificultava a vida das Congregações e Ordens Religiosas, principalmente dinamizadas pelo espírito missionário do Fundador da Congregação das Irmãs de São José, estas abriram seu campo de missão, ultrapassando oceanos e fronteiras atendendo o pedido dos Bispos em dioceses distantes e necessitadas de presenças e testemunhos cristãos junto a povos e nações pobres e excluídas. (2005, p. 87).

O movimento mencionado e a vinda dos Capuchinhos ao Brasil estão intimamente relacionados à Congregação de São José, pois havia sido constatada a necessidade de religiosas na missão para o Brasil. De acordo com o Centenário da Imigração Italiana (1975), as missionárias da Congregação de São José chegaram ao Brasil em 1858, estabelecendo-se, primeiramente, em São Paulo, depois, em 1896, no Paraná. Dois anos mais tarde, em 1898,

foi fundada a Província do Rio Grande do Sul.

Já no início da missão em Conde d'Eu, em 1896, Frei Bruno de Gillonnay, em contato com Frei Rafael, Superior Provincial na Sabóia, da qual a missão Capuchinha no Rio Grande do Sul dependia, foi constatada a importância e a validade primordial da presença das Religiosas na missão, bem como a da educação, principalmente para a mulher, pela atuação e liderança da mãe em casa, na família e na comunidade. (MARASCA et al., 2005, p. 92).

Frei Rafael buscou auxílio nas congregações, procurando, primeiramente, a Congregação de São José, cuja superiora-geral solicitou que buscasse em outras congregações, pois tinha dificuldade de aceitar tal missão, já que no mesmo ano havia fundado a missão em Curitiba, no Paraná. No entanto, se não encontrasse religiosas para a missão poderia voltar, que ela entenderia que era um sinal de Deus. (MARASCA et al., 2005).

Marasca, et al. (2005) explicitam as dificuldades na concretização da missão: a população desconhecia o que eram as religiosas, e o Brasil era mal-conceituado. Em sendo assim, as superiores não tinham motivação para enviar suas Irmãs. Em relação à primeira dificuldade, Frei Bruno relata: “Onde eu havia sugerido de abrir uma escola mantida por religiosas, minha proposta fora rejeitada com indiferença. Com muita dificuldade, conseguimos que o povo entendesse a nova proposta”. (p. 94).

Moreschi e Favero (1998) relatam o papel do Frei Bruno, dentre outros, ao afirmarem que existiam apelos de diferentes pessoas para que as Irmãs de São José viessem para o Brasil e, mais especificadamente, para a Região Sul:

Apelos insistentes, vindos de diferentes vozes, do Bispo Cláudio, Frei Bruno, Padre Giovanni e outras pessoas esclarecidas, através da carta de Frei Bruno de Gillonnay, ecoaram até Moûtiers, na Savóia, França, onde residia a Superiora Geral de uma das Congregações das Irmãs de São José, já estabelecidas no Brasil, Curitiba. Cioso pelo desenvolvimento da obra missionária, Frei Bruno tomou a iniciativa, solicitando à Madre Maria Adèle Jacquemard, Superiora Geral, três Irmãs, a fim de trabalhar com os colonos, em Conde d'Eu que careciam, para seus filhos, da instrução e fundamentos de fé. (p. 31).

Apesar da demora da resposta, devido à persistência de Frei Rafael nas congregações, depois de dois anos, em 25/6/1898, as Irmãs de São José, procedentes de Moûtiers (França) aceitaram a missão. A superiora-geral Madre Marie Adèle Jacquemard designou a superiora Irmã Maria Paula Dunand e as Irmãs Maria Azélia Diorcet, Clotilde Zaberer, Dorothée Pachod, que partiram em 18 de novembro do mesmo ano, juntamente com Irmãs designadas para Curitiba. (MARASCA et al., 2005). Às quatro Irmãs enviadas ao Rio Grande do Sul, juntaram-se quatro designadas para o Paraná, município de Curitiba, com o

novo Capelão Padre Miguel. As Irmãs enviadas ao Rio Grande do Sul chegaram ao povoado de Conde D'Eu (hoje Garibaldi) em 23/12/1898. As Irmãs desembarcaram em Porto Alegre no dia 18/12/1898, percorrendo o rio Caí num vaporzinho até Montenegro. Depois, foram até Garibaldi de carreta, em uma jornada de três dias sob chuva, onde foram recebidas festivamente e acolhidas em uma casa preparada pelas senhoras Celestina Fronchetti e Júlia Paganelli. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975). “Foram as primeiras religiosas a pisar o solo da serra gaúcha e a quarta Congregação no Rio Grande do Sul”. (MORESCHI; FAVERO, 1998, p. 37).

Dias após a chegada em Conde D'Eu, a Irmã Dorothée Pachod ficou gravemente doente. Acompanhada pela Irmã Maria Paula Dunand, foi a Porto Alegre, onde havia mais recursos para tratamento médico. Porém, antes mesmo que chegassem ao destino, a Irmã Dorothée faleceu, em 30/1/1899. Logo após, passados apenas alguns dias, “uma das quatro postulantes (candidatas à vida religiosa), Cristina Salvadori, foi acometida pela febre tifoide, epidemia que assolava a cidade”, vindo a falecer. (MARASCA et al., 2005, p. 98). Devido ao fato, as outras três postulantes voltaram para suas famílias até passar a crise. No entanto, Madre Maria Paula Dunand também foi contagiada, vindo a falecer em 6/3/1899. Em menos de três meses, morreram três moradoras da pequena comunidade.

As notícias chegaram até a França, e a superiora geral indicou novas missionárias para o Paraná e o Rio Grande do Sul. Vieram a superiora Madre Margarida de Jesus e as Irmãs Maria Felicidade, Joana Vitória e Maria Baptista. Como na França, em Saboia, 16 casas foram suprimidas devido à perseguição religiosa, era propício o envio de Irmãs para reforçar a missão no Brasil. (MARASCA et al., 2005). A casa das Irmãs, erguida sob uma colina em Garibaldi e inaugurada em junho de 1900, foi sede da Província das Irmãs de São José no Rio Grande do Sul por muitos anos.

As Irmãs de São José de Chambéry, fiéis a seu lema: “Unir todos os homens entre si e com Deus”, dedicadas à educação de base, promoção humana e à saúde, prestaram serviços em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975, p. 208). Para Moreschi e Favero (1998) a principal meta das Irmãs era a educação⁴⁴. Em 16/1/1899, fundaram a Escola de São José em Conde D'Eu. A partir de então, foram fundadas escolas em diferentes localidades do Rio Grande do Sul: em Antônio Prado (1900), em Caxias do Sul (1901), em Flores da Cunha (1901), em Veranópolis (1917), dentre outras.

Uma década após a chegada das Irmãs de São José no Estado, elas possuíam

⁴⁴ Com relação aos estudos a cerca da igreja e da educação feminina veja-se Manuel (1996). No que se refere à igreja e a educação no Rio Grande do Sul, veja Giolo (1997).

conventos e casas de ensino em Garibaldi, Antônio Prado, Caxias do Sul, Porto Alegre e Vacaria. (FAVERO, 1998, p. 395). O número de Irmãs foi aumentando e, estando localizadas em diferentes lugares do estado, dificultava o trabalho do governo provincial situado em Garibaldi. Por isso, foi feito um desmembramento formando-se a Província de Porto Alegre, em 1963. Em 1964, foi constituída a Província de Lagoa Vermelha, tendo no estado, portanto, três sedes provinciais. A sede de Garibaldi, em 1966 foi transferida para Caxias do Sul. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975).

Na publicação *Centenário da imigração Italiana*, são citadas as seguintes obras, mantidas pela congregação “Sociedade Caritativo-Literária São José”, com sede em Caxias do Sul: Colégio São José (Caxias do Sul), Escola São José (Flores da Cunha), Ginásio São José (Antônio Prado), Colégio São José (Garibaldi), Escola Santa Inês (Garibaldi), Colégio São José (Pelotas) e Hospital São Francisco (Concórdia – Santa Catarina). Além disso, havia Irmãs que trabalhavam em escolas públicas, hospitais, estando mais de quarenta religiosas atendendo no Hospital Psiquiátrico São Pedro. As Irmãs atuavam como professoras, enfermeiras, dentistas, assistentes sociais, farmacêuticas, contabilistas, cozinheiras, massagistas e educadoras de base. O Hotel Mosteiro São José, situado em Garibaldi, era mantido pela ordem para fins de descanso, férias, cursos, reuniões e retiros. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975).

2.3.2 Irmãs de São José em Veranópolis

Quatro Irmãs de São José chegaram à Veranópolis⁴⁵ no dia 29/1/1917, a pedido do Frei Capuchinho Luís de La Vernaz, onde iniciaram seu trabalho no campo da educação. As Irmãs participavam do grupo de missionárias francesas que, em 1898, vieram de Savoia, para se estabelecerem em Conde D’Eu,⁴⁶ com o objetivo de “contribuir na formação religiosa e intelectual das filhas de imigrantes italianos, também a convite de um zeloso missionário capuchinho, *Frei Bruno de Gillonnay*, fundador e superior da Missão Capuchinha no Rio Grande do Sul”. Nessa época, as Irmãs já eram conhecidas como “excelentes mestras e educadoras”. (FÁVERO, 1998, p. 395).

Além da educação, as Irmãs desenvolviam outras atividades, tais como a catequese na paróquia, a Primeira Eucaristia, acompanhamento das Filhas de Maria e da Cruzada Eucarística, atendimento de doentes em casa e, mais tarde, dedicação ao atendimento dos

⁴⁵ Na época denominada Alfredo Chaves.

⁴⁶ Atual Município de Garibaldi.

pobres⁴⁷. Em 1934, foram convidadas pelo diretor do Hospital Del Prete a iniciarem suas atividades no local. (FAVERO, 1998).

O Hospital Del Prete foi fundado na década de 20 (séc. passado), quando chegou ao município o médico italiano Giulio Del Prete, após ter participado como cirurgião na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Como não havia hospital em Veranópolis, o médico estabeleceu contato com Guglielmo Giugno, que era presidente da Associação dos Imigrantes Italianos, e ambos entraram em acordo para instalar o hospital no Barracão dos imigrantes italianos. Em 1937, com novas instalações, se transferiu para a Avenida Osvaldo Aranha. Juntamente com o hospital, que recebeu o nome de “Casa de Saúde Dr. Giulio Del Prete”, funcionava uma farmácia. Com o falecimento do Dr. Giulio Del Prete, Guglielmo e Valdomiro Giugno “empregaram seus recursos junto ao consulado italiano para aquisição do equipamento do hospital, uma vez que a casa já pertencia à família”. (ABRUZZI, 1998, p. 184).

Além da atuação no Hospital Del Prete, devido ao acompanhamento e apoio dados aos doentes e familiares, foram convidadas a trabalharem no Hospital Nossa Senhora de Lourdes:

Em 1942, as famílias, o Vigário Frei Alberto Stavinski e o Diretor técnico Dr. Américo Herlinger solicitavam insistentemente à província Irmãs para o trabalho no novo Hospital Nossa Senhora de Lourdes, fundado em 1940, devido à necessidade de um atendimento integral aos pacientes nele internados. (MORESCHI; FAVERO, 1998, p. 142).⁴⁸

De acordo com o Livro de Atas⁴⁹, o Hospital Nossa Senhora de Lourdes foi fundado por uma firma particular, com a denominação de Hugolino Giusti e Cia. Ltda., em 1º de outubro de 1940, cuja inauguração se deu oficialmente em 1946, tendo como diretor técnico Dr. Américo Herlinger, sócio da firma.

Para atender ao hospital, no início, as Irmãs Maria Olívia Perin e Rafaela Zini, que residiam na comunidade do colégio, prestavam serviços de enfermagem e assistência religiosa. Em 12/11/1949, a Madre Maria José Curra e as Irmãs Maria Inocência Andognini e Rafaela Zin e André Borsoi⁵⁰, instalaram uma comunidade nas dependências do hospital e assumiram a direção e outros serviços. Em 1962, o Hospital foi adquirido pela Congregação de São José, na gestão da Superiora Madre Ana Camila Lorenzi. (MORESCHI; FAVERO,

⁴⁷ Em parceria com o *Lions Clube*.

⁴⁸ Os dados estão de acordo também com o Livro de Atas das Irmãs, que contém o “Registro de Crônicas”.

⁴⁹ Livro de Registro de Crônicas, que contém “Crônicas da Comunidade das Irmãs do Hospital Nossa Senhora de Lourdes”, com Termo de Abertura datado de 19/03/1993.

⁵⁰ No Livro de Atas referido acima, consta: “Ir. André Borsoi”.

1998).

Em 1966, as Irmãs deram início ao Laboratório de Análises Clínicas, sob a responsabilidade técnica da Ir. Inês de Assis⁵¹. Em 1967, adquiriram o estoque da Farmácia Hugolino Giusti, tendo como sócios a Sociedade Caritativo-Literária São José e Lourdes Maria Primieri (Ir. Inês de Assis). Em 1972, houve a mudança da razão social para “Sociedade São José”, devido ao desmembramento da jurisdição de Porto Alegre da Sociedade Caritativo-Literária São José. Em 1975, a farmácia passou a integrar o Hospital. (LIVRO DE ATAS – Registro de Crônicas, 1993).

No livro de Atas, são citados também as finalidades e os objetivos da instituição. Como finalidade está o atendimento integral ao paciente, tendo como prioridades: a defender a vida; assegurar a todos os serviços de saúde; prevenir as doenças, restaurar a saúde, exercer funções educativas e promover pesquisas. Os objetivos citados eram: harmonizar as estruturas do hospital para que toda a equipe de saúde trabalhasse unida, para dar um atendimento holístico ao paciente em vista de sua recuperação; dar ao paciente condições para um pronto restabelecimento, estimulando suas defesas, protegendo-o do desânimo, da angústia, da doença aguda e até da própria morte, levando o doente a assumir sua situação e autocuidados. (LIVRO DE ATAS – Registro de Crônicas).

Além do quadro de atendimento aos pacientes dentro do hospital, na ata é descrito que havia a prestação de serviço de enfermagem diuturna, no domicílio, nas zonas urbana e rural para pessoas sem condições de ir até o hospital. O hospital era definido como sendo de pequeno porte, por contar com 48 leitos distribuídos entre as áreas: médica, cirúrgica, traumática, pediátrica, obstétrica e de pronto-atendimento, com plantão permanente⁵².

2.4 COLÉGIO REGINA COELI

Atendendo ao convite do Frei Luís de La Vernaz, então pároco de Alfredo Chaves, em 1917, chegaram quatro Irmãs da Congregação de São José, dando início ao Colégio São José. (FARINA, 1992).

Fávero reproduz fragmentos do Livro de Tombo n. 1, da Paróquia São Luiz Gonzaga, de Alfredo Chaves (hoje Veranópolis), correspondente às páginas 40 e 41:

Fundação do Colégio das Irmãs de São José – Foi este o mais faustoso acontecimento de 1917. O Padre vigário fizera durante anos repetidas instâncias para

⁵¹ Nome de batismo: Lourdes Maria Primieri.

⁵² Não está especificado a que período se referem tais dados, não havendo atualização nas atas, pelo menos até o ano de 1990.

o bom êxito desta obra, de cuja necessidade capital na paróquia desde muito tempo ele ficara convencido, porém lutava sempre com as mesmas dificuldades: falta de recursos, construção da Matriz, estabelecimento sobre as bases firmes do Colégio dos Maristas. Havia também dificuldades por parte das Irmãs que custosamente podiam fornecer de pessoal as suas casas já existentes. Enfim a Revma. Madre Joanna Victoria, Provincial das Irmãs de S. José no Rio Grande, avisou o Pe. Luiz que, no princípio deste ano teria sido possível a projetada fundação. As condições que propunha eram simples e vantajosas: uma casa provisoriamente alugada e provida da mobília necessária às Irmãs. Encontrou-se imediatamente uma ocasião providencial. O homem de bem que é o senhor Guilherme Giugno tinha levantado uma boa casa de taboas, com porão de material, poço e horta, manifestando o pressentimento que se tornaria mais tarde bastante cômoda para um Colégio. Ele ofereceria com aluguel adaptável ao número de alunas. O Pe. Luiz, com comissão escolhida por ele angariou donativos na vila. A generosidade das famílias, que compreendiam a utilidade da Obra, fez que em poucos dias houvesse a quantia necessária para mobília da qual fez-se presente às Irmãs sem condição. De acordo com a Madre Provincial resolveu-se de acrescentar à mensalidade de cada aluna a quantia de \$500RS para o aluguel da casa. Estando assim tudo preparado para a Rev. Madre Joanna Victoria, aos 29 de janeiro de 1917, dia de S. Francisco de Sales, tomou posse da casa e instalou a comunidade que compreendia quatro freiras: Madre Angela, Irmãs Olympia, Clemencia, Eugenia. Logo começaram as aulas e o Colégio gozou, desde o princípio de toda a simpatia da nossa população. Modestamente com zelo das almas que caracteriza sua Congregação e com espírito de sacrifício que admiramos, as Irmãs dedicaram-se à educação da mocidade, à limpeza e ornamentação da Matriz, com edificação da Paróquia. Os resultados foram lisonjeiros. Desde o primeiro ano notou-se o bom espírito das alunas e a plena satisfação das famílias. (1998, p. 395-396).⁵³

Costa (1997) apresenta a descrição da visita do Mons. Dr. Luís Mariano da Rocha, vigário-geral, às escolas Colégio Regina Coeli e Divino Mestre, no mesmo ano de inauguração, em 6/11/1917. O vigário-geral mencionou, no Termo de Visita, que foram festivamente recebidos pelos colégios das Irmãs de São José e dos Irmãos Maristas, além do povo e das autoridades. Sobre a visita aos colégios, consta: “Estão prósperos e fazem muito bem nestas (regiões)”. (COSTA, 1997, p. 60). Há também informações, presentes no Livro de Tombo, sobre a primeira missa na capela das irmãs e exposição de trabalhos:

A 2-7-1917, festa de N. S. da Visitação, celebrou-se festivamente a missa na capela das irmãs que tinham conseguido o privilégio de conservar o Santíssimo. No fim do ano escolar houve, no colégio, exposição dos trabalhos das alunas (com bordados brancos e de cores, etc.). Foi muito visitada porque testemunhava altamente o progresso das alunas e da paciente competência dos professores.

No entanto, ainda de acordo com Costa (1997), houve discordâncias, principalmente de um professor público, que teria dito que os trabalhos não foram realizados pelas alunas, mas pelas freiras. De acordo com a transcrição do Livro de Tombo, tal afirmação teria sido feita por inveja, tendo ocorrido, ainda, outras calúnias contra pessoas religiosas.

⁵³ Na transcrição do Livro de Tombo, dentre os documentos de 1917, é citada, no dia 29/1, a “portaria cedendo a autorização de abrir um colégio para meninas, dirigido pela congregação de São José”. (COSTA, 1997, p. 61).

Como o número de alunos foi aumentando progressivamente, tornou-se necessário um novo local. Por isso, a congregação adquiriu o prédio da Intendência (Prefeitura Municipal), citado no Livro de Tombo⁵⁴. (FAVERO, 1998). Costa transcreve a citação do Livro de Tombo, referente ao ano de 1919:

Tendo o Cel. Achylles Taurino de Rezende resolvido a construção de uma intendência fez ao Frei Luís a proposta de ceder, a preços favoráveis, a antiga para a instalação definitiva do Colégio São José. Melhor proposta não podia sorrir-nos. O prédio tem imensas vantagens; vasto quintal, água boa, casa com facilidade de ser aumentada, numa situação isolada perto da Igreja. A nova provincial das irmãs, madre Justina Inês aceitou o projeto e assinou o compromisso em nome da sua congregação. (1997, p. 64-65).

Mais tarde, em 30/5/1948, com um novo prédio, o Colégio São José, “como preito de louvor e gratidão à Rainha do Céu, passou a chamar-se Regina Coeli”. (FÁVERO, 1998, p. 396). De acordo com Farina, na entrada do edifício, foi colocada uma placa com os seguintes dizeres:

Ginásio Regina Coeli. Este educandário das Irmãs de São José foi construído pelo Engenheiro Hermínio Lima da Silva, por iniciativa da Comissão Pró-Ginásios de Veranópolis, da qual foi presidente Mansueto Bernardi, secretário Mansueto Dal Pai e tesoureiro Gomercindo Carlos Roehe. Era Provincial Madre Felicidade e diretora da Escola Madre Jeane Aimée. Foi inaugurado pelo governador Walter Jobim e bento pelo Bispo Diocesano Dom José Baréa no dia 30.05.48. *Déu Gratias*. (1992, p. 230, grifo nosso).

A Comissão Pró-Ginásios, presidida por Mansueto Bernardi, foi organizada porque Veranópolis “carecia de maior espaço para o crescente número de rapazes e moças de famílias abastadas que pretendiam cursar o Ginásio”. (FARINA, 1992, p. 229). Nessa época, estavam em funcionamento no município o colégio São Luiz Gonzaga, dos Irmãos Maristas e o Colégio São José. De acordo com Costa (1998), tal comissão foi constituída com o objetivo de reformar o prédio dos Irmãos Maristas (para o ensino secundário masculino) e construir o Ginásio Regina Coeli (para as meninas). Franco (1998) cita a Comissão Executiva da Cruzada Pró-Ginásios de Veranópolis e os membros, já citados, que foram marcantes na busca de escolas para o município e que estão na origem do Colégio Regina Coeli. Tal colégio, de acordo com a autora, “nos anos da década de 1950 e nos anos iniciais de 1960, recebia alunas internas de diversas localidades do Estado”. (FRANCO, 1998, p. 101).

A citação de Bernardi⁵⁵ ilustra a importância e a projeção do Colégio Regina Coeli

⁵⁴ Livro de Tombo 1, p. 43.

⁵⁵ Bernardi apresenta alguns aspectos culturais de Veranópolis e, dentre eles, cita a Vila Bernardi, de propriedade

no município e na região:

O *Ginásio Regina Coeli*, pertencente à Congregação das Irmãs de São José, inaugurado com grandes festividades em 1948, tinha em suas fileiras, no período em que estamos enfocando, brilhantes mestras: uma delas com curso de Filosofia na Sorbonne de Paris; outra, com profundo conhecimento de nossa língua-mãe, o latim; outra, ainda, havia se diplomado em piano pelo Conservatório de Música no Rio de Janeiro. Todas elas, periodicamente, visitavam a vila Bernardi para uma tarde de cultura, juntamente com as alunas dos últimos anos escolares. Lembro-me de que, pela projeção alcançada, o Regina Coeli possuía, entre suas alunas, a filha do Ministro de Obras Públicas. Também passaram pelos seus bancos escolares filhas de industriais de projeção, das cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e arredores. (1998, p. 245).

Em 1954, a escola passou a ser denominada *Escola Normal Regina Coeli*, pois foi criado o curso de Formação de Professoras Primárias e Pré-Primário. Em 1969, com o número reduzido de Irmãs de São José e de Irmãos Maristas, a comunidade assumiu os dois educandários: a Escola Normal Regina Coeli e o Ginásio, e a Escola Técnica Divino Mestre. Para tal, foi criado o Cecovea. A partir de então, os colégios começaram a trabalhar com turmas mistas. (PESSIN, 1998).

O Cecovea é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que não remunera seus dirigentes voluntários. Tais dirigentes são eleitos pelo Conselho Deliberativo, que é composto por pais, alunos maiores e, eventualmente, por colaboradores aprovados por Assembleia Geral.

O Conselho Deliberativo é composto por 12 conselheiros, dentre eles um conselheiro indicado pela Prefeitura Municipal, o presidente do Círculo de Pais e Mestres, representantes dos corpos docente e discente e funcionários. Esse colegiado elege a diretoria composta de quatro cargos (presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário) e o Conselho Fiscal composto de três membros titulares e três suplentes, para um mandato de dois anos.

Em relação às direções do colégio durante sua história, de 1917 a 1976, a escola foi dirigida por Irmãs de São José. Em 1977 passou a ser dirigida por professores leigos. (FARINA, 1992). Em 1975, com a reforma do 2º Grau (Ensino Médio de hoje), a escola passa a oferecer Magistério e Auxiliar de Escritório e recebeu nova denominação: Escola de 1º e 2º Graus Regina Coeli. A Escola Técnica Divino Mestre, com habilitação em Contabilidade, foi transferida para o Regina Coeli em 1976 e unificada em 1979. Em 1991, foi criado o Ensino de 2º Grau – Científico – por solicitação das famílias, visando à preparação dos alunos para o vestibular. (PESSIN, 1998).

do poeta Mansueto Bernardi, e que se configura como um importante ponto turístico e cultural até a atualidade. A citação sobre o colégio se refere ao período posterior à inauguração e às visitas à Vila Bernardi.

Em 1998, a escola contava com 779 alunos. (PESSIN, 1998, p. 401). Hoje, de acordo com informações eletrônicas⁵⁶, o colégio possui 362 alunos, 63 professores e 21 funcionários. Atualmente, oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal e também Ensino Superior: Unopar Virtual; Cursos CDI: Inglês, Informática, Secretariado e Mecatrônica/Robótica.

Durante seus 96 anos de história, o Colégio Regina Coeli contribuiu, e continua contribuindo, com a educação do município, permitindo que muitas histórias sejam narradas. Essas histórias foram (e continuam sendo) construídas e vividas por sujeitos da comunidade educativa: professores, alunos, funcionários, Irmãs ou autoridades. São permeadas por novas descobertas, novos métodos, outras transformações e permanências, novos desejos e realizações. Histórias que fazem parte da construção do município e que narram a vida do povo veranense. Histórias que não cessam por aqui, haja vista o desejo de continuar a escrita a respeito de um pequeno município da Serra Gaúcha. A seguir, são apresentadas algumas percepções históricas, misturando o passado e o presente, na tentativa de expressar, um tanto subjetivamente, representações acerca do Município de Veranópolis.

2.5 VERANÓPOLIS HOJE: TERRA DO BEM-VIVER

Muito foi dito sobre Veranópolis neste capítulo, mas muito ainda se tem a dizer. Nessa etapa, mais do que em outras, as palavras estarão impregnadas de subjetividade, levando em consideração a proximidade da pesquisadora com o município. Sendo assim, falar de Veranópolis parece tão fácil e, ao mesmo tempo, tão difícil, pois muitas emoções e vivências pessoais estão presentes.

Veranópolis, hoje, se apresenta como uma cidade organizada, limpa, acolhedora, com uma excelente qualidade de vida, o que lhe permite orgulhar-se do título de “Terra da Longevidade”. Essa longevidade, permeada por hábitos saudáveis, pelo vinho à mesa, pelo contato com a terra, pela socialização, parece estar perdendo espaço, principalmente entre os mais jovens, que começam a adquirir um novo modo de vida. O ritmo parece estar mais intenso e acelerado e já é possível observar certo engarrafamento e dificuldade de estacionar os carros no centro da cidade. A transformação vai dando lugar a novos prédios, a mais comércio e a novas empresas. Algumas grandes empresas, para o padrão de Veranópolis, se mantêm, outras migram para outros lugares devido a incentivos fiscais. Mas, se pode dizer

⁵⁶ Fonte: www.reginacoeli-rs.com.br, acesso em 15/04/12.

que Veranópolis oferece boas, e suficientes, oportunidades de emprego para a população de forma geral.

Em relação à cultura, a história de Veranópolis foi marcada por períodos de grandes manifestações culturais, como a Festa da Maçã, o Festival Serra Campo e Cantiga e outras de menores proporções, mas que continuam sendo realizadas, tais como: o Rodeio Crioulo, o Carnaval, a Romaria à Nossa Senhora de Lourdes e o Desfile de 7 de Setembro.

Na educação, apesar de muitos entraves, o desenvolvimento foi notável. Inúmeras escolas estaduais e municipais empenham-se na educação de crianças, adolescentes e adultos. Na esfera particular, destacam-se três escolas, denominadas comunitárias, que atendem desde à Educação Infantil, como por exemplo, o Regina Coeli e o Evolução, ou apenas o ensino médio, como o Colégio Agrícola e o Cetec, vinculado à Universidade de Caxias do Sul-UCS.

Ao se ter muito para dizer sobre a cultura, a educação, o desenvolvimento socioeconômico e sobre a população de Veranópolis, surge a lembrança de pessoas que sempre se orgulharam, defenderam e buscaram melhorias para Veranópolis, como o ex-prefeito Elias Ruas Amantino, que atuou de 1963 a 1969 e de 1983 a 1988. Ruas, como era conhecido, faleceu em 2011, com 96 anos. Era um exemplo de administrador, tanto da cidade quanto da sua empresa, com grande vitalidade e longevidade. Outro entusiasta do município é Nicanor Matiello, que foi vice-prefeito de Veranópolis de 1983 a 1988, tendo por isso trabalhado com Ruas. Devido à sua proximidade com a pesquisadora e sua paixão por Veranópolis, um pequeno texto, produzido a partir de um questionamento lançado oralmente e que auxiliaria sobremaneira na produção desta dissertação, será apresentado a seguir, encerrando o presente capítulo.

O que é dizer de Veranópolis?

Roça Reúna, Alfredo Chaves, Veranópolis. Berço Nacional da Maçã, Noiva do Sol, Princesa e Imperatriz dos Vales, Terra da Longevidade, Terra do Poeta Mansueto Bernardi, escritor e Diretor da Casa da Moeda, Terra do ator José Lewgoy, Terra do Frei Rovílio Costa, religioso, escritor, grande estudioso da cultura italiana, que hoje nomina o antigo clube, como Casa da Cultura, Terra do Comendador Elias Ruas Amantino, o “pelo duro” empreiteiro, empresário da indústria e comércio e Prefeito que adotou e foi adotado por Veranópolis. Terra do Goleiro Campeão Mundial Cássio Ramos, Terra da Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, Terra do Restaurante Giratório, das Armas esportivas Boito, Terra do Time de Futebol Veranópolis, 21 anos, 19 na Primeira Divisão caso raro, quase impossível de manter em cidade tão pequena. Terra de Dalla Coleta, que seria o inventor da turbina de avião. Terra de *Tonho Brusa Frati*, que queria queimar o seminário capuchinho, com os padres dentro. Terra de Hermes Zanetti, líder dos mestres, que ainda nos escombros da tal Revolução Militar, conduziu a segunda grande greve do País, pós-redemocratização, logo depois da greve dos metalúrgicos no ABC, liderada por Luiz Inácio, que acabou por ser o carismático Presidente Lula da Silva. Terra da Gruta de

Lourdes, centenária Casa de Graças de Maria dos romeiros, construída pela promessa de acabar com os destruidores gafanhotos, terra de agricultores, terra de trabalhadores, terra de empreendedores, terra de vencedores, outros nem tanto ganhadores. A bela cidade depois (ou antes?) da ponte no rio das Antas acolheu de braços abertos os Padres (capuchinhos), os Maristas de Champagnat, as Irmãs de São José. Em troca da espiritualidade dosada para contrapor aos desencantos e dificuldade a generosa comunidade doou terras, pedras, tijolos e suor para concretizar a permanência das congregações. Padres, Maristas, Freiras, gente “estudada”, “bem-educada” influenciaram, ajudaram, construíram a história da educação de Veranópolis. Gentes de outras paragens vinham estudar em Alfredo Chaves. Seminaristas, juvenistas, internas, centenas, porque não milhares de jovens vieram de pagos bem distantes ou menos longínquos para se educar, estudar, aprender... Enfim, é uma trajetória de longos, penosos, prazerosos, amorosos anos que sempre colocou Veranópolis como destaque na Educação. Mudou a configuração geográfica, três municípios emanciparam-se, economicamente o agronegócio cedeu seu espaço, seu dinheiro e seus talentos às indústrias, ao comércio, à prestação de serviços. Os “fruteiros” comprando, vendendo, transacionando o tal de dinheiro em belas moradas. Cidade asseada, florida, calçada, arborizada, gastronomia da Itália herdada, a cozinha brasileira simples e apreciada, fazem bonito, mas não permitem dizer, com razão e emoção, somos um município turístico. Números, contas, retorno, comparação, custo de oportunidade, tudo é pensado pelo empreendedor mais calçado. Então, nesta terra, outrora também conhecida como Terra da Saúde, quase tudo se tem: ordeira população, trabalho em profusão, carros “quase demais”, dinheiro pouco ou demais, tranquilidade, amizade, miscigenação, educação... Comunicação, cultura, lazer... Quase quatro rádios (Veranense, Comunidade, Plural e Mais Nova na Vila Flores), três jornais locais, mais os do arrabalde *Pioneiro* e *Correio Riograndense*, além do *Correio* e o *ZH* da Capital com grande circulação entre os assinantes... Menos de um quarto de cento de viventes, escolas de qualidade e exigentes, afora mais vagas que crianças no infantil, boas escolas estatais, a equação final explica, as três particulares escolas, caso raro em comunas equivalentes, são excelentes. Acabou a fase e a frase, pós-fundamental, meu filho, minha filha vai estudar em Caxias, Bento ou na Capital. Vestibular, oh vestibular! Estudando no Regina, no Cetec ou no Agrícola, minha vaga vou buscar! (MATIELLO, 2013).

3 COLÉGIO REGINA COELI: UMA ESCOLA CONFSSIONAL CATÓLICA - DE 1948 A 1969

O presente capítulo objetiva apresentar aspectos da cultura escolar do Colégio Regina Coeli, no período de 1948 a 1969, em que a escola, com o estatuto de confessional católica, era administrada pelas Irmãs de São José. Para tal, alguns dados do período anterior também serão apresentados, com o intuito de propiciar um melhor entendimento do objeto de pesquisa, mesmo não estando o período situado dentro do recorte temporal do presente estudo. Os documentos encontrados e analisados sobre o primeiro período, de 1917 a 1948, quando o colégio era denominado São José, foram o livro de “Matrículas do Curso Primário” e o “Termo de Visitas”.

Neste estudo, o marco que definiu o recorte temporal foi a inauguração do prédio construído especificamente para o colégio, que passa a ser denominado de Regina Coeli. As notícias da época, assim como a narração dos sujeitos que presenciaram a fundação da escola, descrevem o momento da inauguração como um faustoso acontecimento. Para a sociedade veranense, realmente, se tratava de um grande acontecimento, assim como para as Irmãs e alunas do educandário.

Para melhor entender a proporção do evento, basta uma pequena análise do sistema educacional no município, à época, que, assim como o estadual e o nacional, era precário e com um número insuficiente de escolas, como visto no Capítulo 1. Diversos autores reconhecem a precariedade do então sistema educacional⁵⁷, que podia ser observada em quase todo o território brasileiro. Em Veranópolis, mesmo muito tempo depois, já no século XX, os problemas em relação à educação permaneciam.

Da inauguração do Colégio Regina Coeli, ocorrida em 30 de maio de 1948, até 1969, as Irmãs de São José estiveram na administração e na direção da escola. A inauguração do prédio constitui-se no marco inicial da história da instituição, tendo sido marcada por uma grande festividade, reunindo pessoas da sociedade, autoridades, comunidade educativa e a presença marcante da população veranense. Mais do que uma conquista para as Irmãs e educandas do antigo Colégio São José, que participaram ativamente dessa mudança, a inauguração simbolizava uma grande conquista para o município e a região, já que, até então, não existia em Veranópolis e redondezas, uma construção tão imponente e com amplos recursos relacionados a espaço físico e material como o Regina Coeli. A alegria por tal

⁵⁷ Sobre esse assunto, sugere-se Veiga (2007); Aranha (2006); Lopes, Faria Filho e Veiga (2003).

conquista permaneceu vívida por muitos anos na comunidade, assim como permanece o orgulho em relação ao colégio, seja pelos que o frequentam, seja pelos que o frequentaram em tempos muito pretéritos.

Durante o período em que a escola era denominada confessional católica, da inauguração até 1969, a comunidade educativa participou e vivenciou muitas experiências escolares de socialização, conhecimento, métodos ou de disciplina, construindo e reconstruindo continuamente as culturas escolares da instituição em estudo. Não sendo possível narrar tais culturas em sua integralidade, neste capítulo serão analisados e discutidos os espaços, os sujeitos e os saberes escolares do Colégio Regina Coeli.

3.1 ESPAÇO ESCOLAR

O ano de 1948 representa um marco na história da educação de Veranópolis com a fundação do Colégio Regina Coeli. Apesar das Irmãs de São José já estarem atuando na educação no município desde 1917, foi a partir de 1948, com a ocupação do prédio construído especificamente para o colégio, que ele passa a denominar-se Regina Coeli. Para a sociedade a inauguração foi permeada por *glamour*, mas a realidade para quem fazia parte do colégio naquele ano foi um pouco diferente. Nas entrevistas, ficou evidente que todos precisaram auxiliar na mudança para o novo prédio, na limpeza e na organização. Essa fala aparece de maneira bastante evidente na entrevista dada pela Irmã Henriete Cembrani, que, ao revelar o lado dos bastidores do grande evento, auxilia na compreensão dos diferentes significados e interpretações dadas ao acontecimento. Ao lado de toda a pompa da inauguração do colégio, houve o empenho especial das Irmãs e alunas, que contribuíram, inclusive, com trabalho braçal:

Depois chegou a hora de nós irmos para o Regina Coeli. As meninas, todo mundo contente, os pais contentes... Discutimos bastante o nome do Regina Coeli. Então a gente foi explicando o nome nas nossas matérias, o que queria dizer Regina Coeli, por que pegávamos Nossa Senhora como padroeira. Então precisou carregar tudo o que nós podíamos carregar pro outro colégio. Era longe, pois atravessava a cidade. Do antigo, que era a prisão lá embaixo, uma vez, antes de nós. Eu perguntei: “Mas vocês não pegam uma condução?” “Que condução?” elas disseram. “Condução somos nós”. [...] Bem, então chegamos a morar no Regina Coeli. Foi muita festa. Houve festa, naquela época era tudo mais fácil, então todo mundo foi convidado, padres, pais, alunos, todo mundo. Foi muito bonito. (CEMBRANI, 2012).

No alto do prédio, a imagem de Regina Coeli, ou seja, *Rainha do Céu*, que dá nome à escola. Tal nome deriva do Latim, língua estudada pelas Irmãs, cuja congregação tem origem francesa, conforme exposto no Capítulo 1. O nome, por ter sua origem desconhecida por muitos, causou curiosidades e enganos. Na entrevista concedida pela Irmã Henriete Cembrani,

são relatadas algumas situações em relação ao nome, tais como o fato de elas explicarem a origem e o significado do nome nas aulas, depois da inauguração do colégio, bem como uma situação envolvendo o governador do Estado:

Na inauguração veio o prefeito, o governador, todas aquelas autoridades da educação, e até ele, o grande governador, que perguntou: “O que fez essa Regina Coeli pra vocês colocarem o nome? O que ela fez aqui em Veranópolis? ⁵⁸” Eu disse: “Ela fez tudo, muita coisa. [...] Ela fez muita coisa aqui”. [...] “Como ajudou? Com money?”⁵⁹ Eu disse: “Não...”⁶⁰ Até que eu dei uma risada e eu disse: “Olha doutor ela é a mãe de Deus, viu?” “Mas não diga”...⁶¹ (CEMBRANI, 2012).

Figura 8 - O governador Walter Jobim e sua comitiva chegam ao local da inauguração do Colégio Regina Coeli⁶², no dia 30/5/1948



Fonte: Pasta alusiva aos 50 anos da Escola - Acervo do Colégio Regina Coeli.

A figura 8 retrata a chegada do governador do Estado do Rio Grande do Sul Walter Jobim, acompanhado de sua comitiva, além do Padre Benjamin e do Bispo Diocesano Dom

⁵⁸ Todas, entrevistadas e entrevistadora, riram nesse momento. A entrevistadora comentou: “Que gafe!”, em um momento de descontração.

⁵⁹ Suposta fala do Governador Walter Jobim.

⁶⁰ Toda essa fala foi permeada por risadas das entrevistadas.

⁶¹ Suposta resposta do governador do RS.

⁶² Informações contantes no verso da fotografia.

José Baréa, que benzeu o colégio. A fotografia é rica em detalhes, podendo-se observar os alunos formando corredores laterais para receber as autoridades, assim como, ao fundo, uma banda. Nessa imagem, é possível perceber a grandeza da inauguração. Tal percepção é confirmada na figura 9 que, apesar de não estar especificado, parece se tratar do dia da inauguração do Colégio Regina Coeli. Observa-se um grande número de pessoas e, pelos carros, infere-se que pessoas importantes estariam participando do evento. O relato da Irmã Henriete Cembrani corrobora a afirmação de que a inauguração foi um grande evento, com a participação de autoridades locais e estaduais, bem como de um número expressivo de cidadãos veranenses.

Figura 9 - Vista geral do Colégio Regina Coeli



Fonte: Relatório da Verificação... (1949).

Farina também apresenta uma descrição da inauguração, a qual auxilia na compreensão da imagem anterior:

Em 30 de maio de 1948 foi inaugurado, com a maior pompa, o amplo prédio do Ginásio Regina Coeli, estando presente, além de grande multidão, o Senhor Governador do Estado Walter Jobim, Dr. Octacílio Moraes, Secretário do Interior, Dr. Eloy José da Rocha, Secretário da Educação, Coronel Dagoberto Gonçalves, Chefe de Polícia, Coronel Walter Perachi de Barcelos, Comandante da Brigada Militar e outras autoridades. Fizeram uso da palavra, o Presidente da Comissão⁶³, Escritor Mansueto Bernardi, o pároco Frei Dionísio, o Governador Walter Jobim, o Bispo Diocesano D. José Baréa e o Secretário da Educação. (1992, p. 230).

⁶³ Trata-se da Comissão Pró-Ginásios de Veranópolis.

Na figura 10 também é possível observar como a escola se mostra imponente, considerando sua arquitetura. Pela fachada, que revela traços importantes da cultura escolar, podemos perceber que se trata de uma estrutura típica de escola religiosa, pois demonstra solidez e a já citada imponência. No alto do edifício, o desenho que se ergue sobre a porta tem forma triangular, terminando com uma cruz. Além disso, no centro do detalhe em forma de triângulo, há uma imagem religiosa. (CHORNOBAI, 2005, p. 205). Pode-se observar que as características arquitetônicas mencionadas lembram uma capela, inferindo-se, assim, que, através da arquitetura, é possível interpretar aspectos da história e das culturas escolares:

Portadores de significados múltiplos, a arquitetura e o espaço escolares têm se constituído nos últimos anos em promissoras vertentes de investigação sobre a cultura escolar. Estudos dessa natureza tendem a surpreender até mesmo o pesquisador que almejando encontrar o inusitado e o extraordinário, ao se voltar para o interior da escola, para as práticas e o cotidiano, depara-se com o prosaico, os lugares-comuns, com aqueles aspectos quase sempre negligenciados por comporem a estrutura habitual de nossa percepção sobre a realidade. (SOUZA, 2005, p. 8).

Figura 10 - Fachada do edifício logo após a inauguração



Fonte: Relatório da Verificação... (1949).

Até a ocupação total do amplo prédio, o Colégio São José estava instalado em lugares que foram adaptados para que a escola funcionasse, mas que não foram construídos

especificamente para tal fim. Assim como no caso do Colégio Regina Coeli, no âmbito da educação pública, houve a construção de edifícios próprios para o funcionamento das escolas, que “iniciou com o processo de democratização do ensino no país a partir da Primeira República”⁶⁴. (SOUZA, 2005, p. 7). Antes, as escolas funcionavam na casa dos professores, nas paróquias ou em salas alugadas pouco apropriadas. (SOUZA, 2005).

Os grupos escolares tornaram-se símbolo da renovação da educação, tendo sido implantados a partir de 1893, em diversas províncias, seguindo o modelo das escolas graduadas. Esse modelo compreendia uma organização mais complexa em relação aos aspectos didático-pedagógicos e administrativos. (SOUZA, 2008). Na organização da escola graduada, havia uma cultura específica, com ordenação dos espaços, dos tempos, das atividades e dos ritmos, que pressupunha também uma distribuição dos usos dos objetos e dos espaços e uma classificação, com valorização de professores e alunos, que ia além da divisão horizontal e vertical do trabalho. (VIÑAO, 2005).

Na compreensão de Viñao (2005) os grupos escolares significavam uma nova forma de ordenar e educar, assim como uma estratégia de ação que configurava práticas, legitimava competências e propunha metodologias de ensino, com a produção de novas representações escolares. Nessa nova configuração escolar, situava-se o conceito de eugenia, sobre a qual Marques (1994), em trabalho sobre o discurso médico-pedagógico na década de 20 (séc. XX), discorre sobre a escola como um espaço disciplinarizador e difusor de práticas higiênicas e moralizantes, afirmando que esse espaço aperfeiçoava o espírito e “conformava o corpo, fazia ver como indispensável a presença de novos saberes a compor o universo da escola”. (p. 101). Concordando com suas ideias a respeito do espaço, pode-se citar Iwaya (2005), que, ao analisar a arquitetura escolar, percebeu que “cada lugar é pensado para uma função e destinado especificamente a alguns indivíduos, num discurso em que arquiteto e pedagogo falam a mesma linguagem – da ordem, da disciplina e do respeito à hierarquia”. (p. 188).

Não somente as escolas públicas passaram por esse movimento, sendo exemplo disso o Colégio Regina Coeli. No período correspondente à Primeira República, o colégio na época denominado São José, funcionou em uma casa alugada, logo depois de construída, sendo que 500 réis mensais eram pagos por aluna matriculada, que tinha como proprietário Guilherme Giugno. (DUARTE, 1958). Em 15/10/1918, o então intendente municipal, Taurino de Resende, ofereceu às Irmãs o prédio da Intendência Municipal, que foi ocupado pelo Colégio

⁶⁴ A Primeira República compreende o período de 1889 a 1930.

São José, de 1919 a 1947, tendo funcionado apenas com o Curso Primário (Ensino Fundamental) até 1945.

Figura 11 - Prédio da antiga Intendência Municipal utilizado pelo Colégio São José



Fonte: Acervo particular do fotógrafo Elígio Parise.

Viñao (2005) explicita o movimento que visava à busca de um lugar próprio para as instituições educativas, ao afirmar que

a instituição escolar [...] tendeu, com o tempo, a ocupar lugares estáveis – pois afastou-se do nomadismo e do peripatetismo –, fisicamente separados de qualquer outra instituição eclesiástica – templos, catedrais, conventos – ou civil – prefeituras –, e especificamente construídos para tal finalidade e função de acordo com disposições ou desenhos próprios que a identificam como tal instituição educativa – daí que se possa falar de locais habilitados ou provisionais quando se ocupa espaços construídos com outra finalidade. (VIÑAO, 2005, p. 17-18).

Em sendo assim, a arquitetura escolar, que é um espaço com configuração de um lugar específico e um território demarcado, transmite valores, hierarquias e representações, pois, configura-se como discurso material e forma de linguagem não verbal. (VIÑAO, 2005).

O novo prédio, por sua dimensão e por ter sido construído especialmente para abrigar o colégio, denota aspectos detalhados da cultura escolar. O espaço, carregado de simbologias e rituais próprios, tornou-se um lugar, de acordo com a conceituação utilizada por Viñao (2005). Na cultura escolar, um dos elementos-chave é a distribuição e o uso dos espaços,

havendo uma dupla configuração: como lugar e como território. O espaço passa a ser visto como lugar quando é ocupado e utilizado pelo ser humano; enquanto o espaço é visto, imaginado ou projetado, o lugar é construído. Por isso, a instituição escolar ocupa um espaço, que se torna um lugar com características específicas. (VIÑAO, 2005).

As características específicas desse espaço escolar compreendiam o cuidado com as práticas higienistas, que estiveram presentes na escola, a partir da Primeira República, com a criação dos grupos escolares. A localização, os espaços e a luminosidade eram considerados aspectos importantes para o ambiente escolar:

A escola com relação a todas as crianças que a frequentarem deve ser: bem localizada, para maior seguridade da frequência; isolada, para evitar tudo quanto distraia a atenção dos alunos; acessível a todos os ventos; exposta ao nascente, clara, ajardinada, mobiliada de conformidade com a estrutura do estudante e com as necessidades do ensino. (A REPÚBLICA, 1904 apud BENCOSTTA, 2005a, p. 107).

O prédio construído para o Colégio Regina Coeli atendia à maioria dos requisitos apresentados na citação de Bencostta. O documento que auxilia na explicitação de tais requisitos, trazendo detalhes da organização escolar, é o “Relatório da Verificação para efeito da concessão de ‘Inspeção Preliminar’ Ginásio Regina Coeli⁶⁵”, que aponta a aspectos avaliados pelo inspetor Jacob Edgar Horn, no período de 17 a 23 de fevereiro de 1949.

O regime do Colégio Regina Coeli era de internato, semi-internato e externato feminino, oferecendo também os cursos Primário (Fundamental) e Economia Doméstica. O Curso Ginásial, ou Ginásio, correspondia às atuais últimas séries do Ensino Fundamental e esteve sob regime de inspeção do governo federal a partir de 1934, através de Decreto-Lei, de 9/4/1934. (SHIMMELPFENG, 2005, p. 164). Com a oferta de curso ginásial, notória foi a importância do Colégio Regina Coeli em Veranópolis e região. De acordo com o documento, na época, Veranópolis contava com, aproximadamente três mil habitantes. E, como já mencionado no primeiro capítulo, o sistema educacional do município, carecia de uma melhor estrutura.

A avaliação, apresentada no relatório citado, foi subdividida em Ficha de Classificação Básica dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Ficha de Classificação Suplementar dos Estabelecimentos de Ensino Secundário. O resultado da avaliação, considerando-se 100% o máximo, foi de 100% para a situação, o edifício e as instalações para semi-internato; de 98,2% para as instalações; 95,2% para as salas de aula; de 75,9% para as salas especiais; 78,6% para as instalações para Educação Física e de 97,3% instalações para

⁶⁵ Assinado pela Direção da Escola.

internato. A classificação do colégio, pelas pontuações apresentadas, foi excelente. Nesse período, a diretora era a Irmã Joana Aimée.

Na descrição dos aspectos avaliados em relação à situação do Colégio Regina Coeli, foram observados: a salubridade, a ausência de ruídos, as causas perturbadoras de atenção, a natureza e a permeabilidade do terreno, a regularidade do terreno, a área coberta para recreio e abrigo, tendo recebido nota 10 em todos os aspectos que concorriam à nota. Chama a atenção a descrição feita sobre o aspecto “ausência de ruídos”: “O ginásio fica completamente isolado de prédios de moradias e fábricas. Os professores não precisam elevar demasiadamente a voz. Os corredores são revestidos de material à prova de ruído” (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949), assim como se destacam as considerações feitas a respeito das “causas perturbadoras de atenção”:

Por estar o prédio do Ginásio um pouco afastado do centro de maior movimento, não há influência que possa desviar a atenção das alunas. Não se ouvem pregões de anúncios. Não existem nas proximidades casas de diversões, nem casas próximas com interior devassável. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

A respeito da localização do edifício, Schimmelpfeng (2005) cita Escolano Benito, que chama a atenção para a localização e a disposição da escola no contexto urbano, tendo desenvolvido estudos sobre como a localização ideal para a escola foi sendo discutida e analisada “para que se tornasse portadora de uma intenção pedagógica”. (p.147-148). A localização do Colégio Regina Coeli, bem como as descrições a respeito de tal localização, deixam clara a intenção estratégica de ser situado em local propício à aprendizagem, longe de grandes perturbações (tais como ruídos ou comércio), e, ao mesmo tempo, próximo do centro. A escola possuía um amplo terreno, tendo um caminho específico para dar acesso ao seu prédio, mantendo certa distância das casas vizinhas. Tal característica preservava o entorno escolar e propiciava a manutenção de condições consideradas importantes, como o controle de ruídos, mas também a segurança em relação à circulação de pessoas e de trânsito, pois, como já mencionado, existia uma rua específica para o acesso à escola. Além disso, mantinha preservado o aspecto moral, por manter-se distante de “casas com interior devassável”, que era uma das preocupações vigentes, citada no Relatório da verificação para efeito da concessão de “inspeção preliminar” Ginásio Regina Coeli. (1949).

Assim como na escola objeto de estudo da pesquisa de Shimmelpfeng (2005), no Colégio Regina Coeli, o espaço escolar tinha uma função reguladora e um tempo diferenciado. Não era apenas um muro que delimitava esse espaço, mas uma estrada, um caminho, que nos primórdios da escola era de barro e que, com o passar do tempo, foi

ganhando forma, calçamento e vegetação. Na perspectiva da historiadora, “lembrando o sistema de oposições já consagrado entre a casa e a rua, os muros representariam a passagem para um mundo onde existem regras fixas e novas formas de comunicação, e a entrada neste espaço exigia uma postura diferenciada”. (SHIMMELPFENG, 2005, p. 151).

O prédio do Colégio Regina Coeli, assim como a estrada até ele e a ausência de construções muito próximas demarcavam esse espaço escolar. O prédio também foi avaliado, no item “edifício”, que recebeu pontuação máxima, considerando a disposição interna, a locação, o número de pavimentos, o material e a conservação, as entradas, as escadas e os corredores. Dentre tais avaliações, chama a atenção, no presente estudo, a disposição interna com a seguinte descrição:

A forma do edifício é de U. Pelo número de janelas as salas, a iluminação, insolação e ventilação se fazem fartamente. A disposição relativa dos corredores, escadas e a localização das salas permitem fácil fiscalização e acesso às salas e salas especiais. (RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO..., 1949).

O prédio em forma de U permite levantar hipóteses e comparar com tantos outros espaços construídos para abrigarem escolas, como o que é exposto por Bencostta (2005a), ao mencionar o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, localizado em Curitiba, no Paraná. Assim como este último, o prédio do Colégio Regina Coeli está totalmente voltado para seu interior. Sobre o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, o autor afirma:

O plano arquitetônico em U indica, em sua fachada, rente à rua, a função de resguardar o pátio interno em torno do qual estão interligadas as dependências do edifício. Este jogo combinatório, que coloca um limite à liberdade visual e espacial do observador, é decorrente da antítese entre o espaço exterior e o interior, que tem, na sua fachada, a linha divisória que desperta a admiração daquele que a contempla ao mesmo tempo que produz ocultamento de seu interior. (BENCOSTTA, 2005a, p. 111).

A disposição em U possibilita, também, uma maior vigilância, de acordo com o que se poderia denominar de *organização panóptica do espaço*, conceito discutido por Bencostta (2005a), que cita Foucault (1983) e Starobinsky (1988). Outra característica do Colégio Regina Coeli, que tem um viés disciplinador e permite uma vigilância maior, é o fato de salas de aula terem janelas voltadas para o corredor, além das voltadas para a parte externa do prédio. Tais janelas, além de permitirem uma maior e mais adequada iluminação, sendo um dos requisitos higienistas para os espaços escolares, também permitiam a vigilância do que estava ocorrendo dentro das salas de aula, em relação ao comportamento do corpo discente, bem como em relação às práticas docentes.

As instalações, que estavam relacionadas aos aspectos gerais do prédio, tais como extintores de incêndio, iluminação, caixas d' água, instalações para limpeza do prédio, bebedouros, laboratórios, *water-closets* (banheiros) e mictórios, também foram avaliadas. Sobre 250 pontos, o total foi de 246, perdendo pontuação apenas em relação aos extintores de incêndio. Tanto a iluminação, como a ordem e a limpeza, assim como o “trato com o material e o mobiliário eram enfatizados pela pedagogia disciplinar”. (SHIMMELPFENG, 2005, p. 162).

Nas instalações para semi-internato, foram avaliados: a área, a iluminação e a ventilação, o mobiliário e os laboratórios, assim como o refeitório, a copa, a cozinha e a dispensa, obtendo-se a porcentagem máxima em todos os itens. Na figura 12, é possível observar a organização do refeitório, com ampla iluminação, devido ao número de janelas. Além disso, se percebe, pelo número de cadeiras, que havia um bom espaço se comparado ao número de alunas e imãs que o utilizavam. É interessante registrar que, no momento da fotografia, a mesa estava posta, o que denota uma ideia de como o ambiente era utilizado ou de como fora preparado para “representar” seu uso.

Figura 12 - Refeitório



Fonte: Relatório da Verificação..., 1949.

Em relação às instalações para o internato, os itens relacionados aos dormitórios e às instalações para a higiene foram avaliados com 100% da pontuação, diferentemente da enfermaria e das instalações diversas, que mereceram menor nota.

Figura 13 - Dormitório em 1949



Fonte: Acervo do Colégio Regina Coeli.

Pelo que é possível notar na figura anterior, o dormitório era extremamente organizado, com ampla ventilação e iluminação, sem muitos estímulos ou objetos. A extensão do dormitório chama a atenção, assim como as camas disponíveis. As camas concentradas em um único dormitório permitiam uma maior vigilância de todo o grupo de internas. Apesar de não ser possível observar na figura 13, pelos relatos da Irmã Maria Diumira Barcellos Neglia, sabe-se que havia, no canto do dormitório, um espaço reservado para a Irmã que era responsável pelas internas. Como as alunas eram acompanhadas em tempo integral, à noite, a Irmã responsável ficava no mesmo dormitório, utilizando um local reservado, de onde as alunas não poderiam observá-la. No entanto, o som poderia ser escutado, o que permitia a fiscalização das internas. O relato da Irmã Maria Diumira B. Neglia ilustra muitas características do espaço escolar, inclusive do dormitório, que é mencionado, quando a entrevistada relata, com emoção, como foi o momento em que ela chegou à escola:

Chegamos lá no colégio, a Irmã⁶⁶ me atendeu na porta, porque já estava agendado. [...] Ficamos lá e eu me encantei com o colégio, achei o máximo. Ela⁶⁷ foi mostrar tudo. [...] Me mostrar a cama, aonde que eu ia dormir, já estava tudo prontinho. Na sala de estudos das internas, tinha um trono de Nossa Senhora todo arrumado. A sala de estudo era onde a gente estudava quando não estava na aula [...]. Um colégio lindo, lindo... Novinho. Eu me encantei com o colégio. Quando me vi naquele dormitório grande assim, com todas as camas [...]. Eram umas trinta internas.⁶⁸ Ela⁶⁹ dormia no canto, porque a gente não podia ver as Irmãs, não podia vê-las sem hábito [...]. Colocaram a minha cama bem pertinho [...]. Eu chorei a noite toda. (NEGLIA, 2012).

Nesse trecho, é possível notar o que representava a dimensão do dormitório, bem como os cuidados das Irmãs em acolher as internas, colocando a cama próxima do local em que ficava a Irmã responsável, nesse caso, a Irmã Henriete Cembrani, entrevistada juntamente com a Irmã Maria Diumira B. Neglia. Mesmo com o acolhimento, o choro esteve presente, natural no momento de adaptação a uma nova realidade, considerando-se que a então aluna, Maria Diumira, era uma criança.

A enfermaria foi avaliada, no relatório, em quatro quesitos: pavimentação, revestimento das paredes, condição de isolamento, material e isolamento. Destes itens, apenas o revestimento das paredes não obteve a pontuação máxima, atingindo 80%.

⁶⁶ Referindo-se a Irmã Henriete Cembrani.

⁶⁷ Novamente se referindo à Irmã Henriete Cembrani, que também participou da entrevista e estava sentada de frente para a Irmã Maria Diumira B. Neglia.

⁶⁸ Referindo-se ao número de internas em 1955, ao responder à pergunta da entrevistadora sobre isso.

⁶⁹ Novamente se referindo à Irmã Henriete Cembrani.

Figura 14 - Enfermaria



Fonte: Relatório da Verificação... (1949).

No item *instalações diversas* do internato, foram avaliadas: a rouparia, a lavanderia, a farmácia e o gabinete dentário, sendo que este último não atingiu a pontuação máxima, tendo alcançado 70% da pontuação para o quesito.

Figura 15 - Gabinete dentário



Fonte: Relatório da Verificação... (1949).

As instalações para a prática de Educação Física, receberam pontuação máxima em área livre e chuveiros. Instalações e material, material esportivo, vestiário e ginásio receberam 80% da pontuação; o gabinete médico-biométrico recebeu 70%, o estádio ficou com 50% e a piscina não pontuou, por não existir na escola. Assim, dos 300 pontos disputados nessa categoria, o Colégio Regina Coeli recebeu 236 pontos.

Na “área coberta para recreio e abrigo” é mencionada a área coberta de 600m², que compreende o ginásio e outros locais.

Figura 16 - Área coberta para recreio



Fonte: Relatório da Verificação... (1949)

Considerando que “o programa arquitetônico escolar previa funções específicas para cada espaço” (SHIMMELPFENG, 2005, p. 162), pode-se entender que o pátio possuía uma função recreativa, pois seria espaço de convívio e de lazer. Para Souza

se a escola se define como um espaço de reclusão, ela se apresenta, ao mesmo tempo, como espaço de convívio e de encontro. Estes momentos são especialmente concretizados nos espaços transacionais, isto é, lugares comuns, lugares de passagem como os corredores, o pátio, a calçada da escola. (1998, p. 144).

No caso específico do Colégio Regina Coeli, especialmente no início de seu funcionamento e para as alunas internas ou juvenistas, o pátio era o principal representante dos espaços de sociabilidade, pois, mesmo que também houvesse vigilância em tal espaço,

nos demais, como corredores, salas especiais, dormitórios e inclusive nos banheiros, havia uma vigilância maior, realizada pelas Irmãs que ocupavam essa função.

As salas de aulas foram avaliadas de acordo o número das mesmas, a área, a forma, o isolamento, os quadros-negros, a pintura, a área de iluminação, a disposição das janelas, a acústica, as carteiras e os móveis diversos. Só não houve pontuação máxima em relação às carteiras, totalizando, no item, o total de 476, de 500 pontos que estavam sendo analisados. Dentre tais aspectos, a “forma” das salas indica muito sobre a cultura escolar, já que pela descrição sabe-se de que as salas eram retangulares, com janelas dos dois lados. “No lado interno da casa as janelas ficam distantes das paredes do edifício 2 metros, devido ao corredor.” (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO, 1949). A respeito das carteiras, sabe-se que eram duplas, novas, com lugar para duas alunas, bem-adaptadas à estatura das alunas. Na avaliação dos móveis, é citado que a mesa do professor estava sobre um estrado de madeira, o que é possível observar na figura 17.

Figura 17 - Sala de aula em 1949



Fonte: Acervo particular do Colégio Regina Coeli.

Figura 18- Sala de aula



Fonte: Relatório da Verificação... (1949).

As janelas (que propiciavam iluminação e circulação de ar), bem como impunham a disposição do mobiliário da sala de aula, estavam de acordo com as prescrições higienistas da época. Shimmelpfeng (2005) refere que a simbologia de tal organização ao mencionar a disposição do mobiliário da sala de aula (na frente ficavam o quadro-negro e a mesa do professor sobre o estrado) denota autoridade “e, em oposição a este, ficavam os alunos, como expectadores passivos”. (p. 155). Chornobai também faz referência à localização da mesa do professor, como revela o excerto:

A utilização do estrado para a colocação da mesa do professor, além de uma questão prática – a visibilidade do mesmo –, remete ao entendimento de uma certa hierarquia dos espaços; a sala de aula é um espaço dos alunos *dirigido* pelo professor. Local privilegiado para o exercício da autoridade do professor sobre os alunos, o estrado tinha a função simbólica de evidenciar a distância que deveria existir entre professor e aluno. (2005, p. 201).

Assim como nos estudos realizados pelas historiadoras, a mesa do professor era colocada sobre um estrado, e as carteiras do Colégio Regina Coeli também eram duplas, não havendo a referência se eram fixas ou não. No entanto, é visível que a organização do espaço escolar tinha o objetivo de civilizar e moralizar. (SHIMMELPFENG, 2005). Nesse viés, as janelas voltadas para os corredores, além de propiciar luminosidade, permitiam também

melhor fiscalização das educandas pelas Irmãs. Então, tanto a disposição do mobiliário como as janelas (tanto as voltadas para o corredor como as janelas dos corredores) permitiam a vista do pátio da escola, possibilitando que todos pudessem ser observados com facilidade. Mesmo que não fossem observados constantemente, a possibilidade de vigilância acabava gerando um cuidado permanente, no controle do comportamento tanto por parte dos professores como dos alunos. Essa internalização de controle, que outrora foi externo, é o que se pode denominar *disciplina*, termo amplamente desenvolvido por Foucault, que explica que “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de ‘disciplinas’”. (2010, p. 133).

Além do espaço das salas de aulas e pátios, que possibilitavam ampla vigilância, existiam espaços específicos denominados *salas especiais*, tendo sido citados e avaliados no relatório: o auditório, a biblioteca, a sala de Geografia, a sala de Línguas Vivas, a sala de Ciências, a sala de Desenho, a sala de Trabalhos Manuais, a sala do orientador, a sala dos professores, a sala da administração e da inspeção. Tiveram perdas na pontuação a biblioteca e as salas de Geografia, Línguas Vivas, Ciências, Desenho e Trabalhos Manuais. Dentre essas, a sala de Línguas Vivas e a de Ciências obtiveram apenas 50% dos pontos disputados. A pontuação geral desse item foi de 413 do total de 550 pontos disputados.

Essas salas especiais remetem ao que Bencostta (2005b) define como “espaços funcionais”, ao apresentar considerações sobre os grupos escolares de Curitiba. Alguns dos espaços que a pedagogia exigia, tais como: gabinete para diretor, biblioteca, anfiteatro, laboratórios, secretaria, oficinas e pátios, no contexto analisado pelo autor, foram desconsiderados por muitos grupos escolares.

A exigência de tais espaços ocorreu com o movimento da Escola Nova, que propunha novas formas de ensinar, com métodos que valorizassem a observação e a experiência pessoal do aluno, com a utilização de diferentes materiais, atividades manuais, jogos, etc. Tal movimento pedagógico, que também ficou conhecido como “Escola Ativa”, caracterizava-se pelas salas-ambientes, que, no Colégio Regina Coeli, eram conhecidas como *salas especiais*, incluindo laboratórios e ambientes específicos que propiciavam uma maior interatividade com os objetos de estudo, já que rompiam com a rotina tradicional de uma sala de aula. Souza lança luzes sobre o assunto, ao afirmar que “esta pedagogia propunha uma mudança completa no modo de organização da escola, substituindo a centralidade do professor e do conhecimento pelo respeito à atividade, o interesse, as necessidades e a experiência da criança”. (2008, p. 82).

Além das salas especiais para os alunos, havia espaços específicos para os professores, como a tradicional sala dos professores e também uma biblioteca reservada ao corpo docente, além de mobiliário característico composto por mesas, cadeiras e armários.

Figura 19 - Sala dos professores em 1949



Fonte: Acervo particular do Colégio Regina Coeli.

Figura 20 - Biblioteca⁷⁰



Fonte: Relatório da Verificação... (1949).

⁷⁰ Apesar de não estar referido, há indícios de que se trata da biblioteca da sala dos professores. *Fonte:* Relatório da Verificação para efeito da concessão de 'Inspeção Preliminar' Ginásio Regina Coeli (1949). Não é referida a data da fotografia.

A sala da administração e inspeção, de acordo com o relatório, dispunham de mobiliário adequado: armários, mesas, cadeiras, máquina de escrever, fichário, arquivos e de uma mesa para o inspetor federal. Além disso, na apreciação foi dito “Nota-se na sala boa organização que permite rápido controle”. (Relatório da Verificação..., 1949).

Figura 21 - Sala da administração



Fonte: Relatório da Verificação... (1949).

O mobiliário escolar revela muito sobre os espaços da escola e os sujeitos que os utilizam. No estudo desenvolvido por Iwaya (2005), “o requinte da mobília, principalmente das áreas destinadas ao diretor, aos professores e aos visitantes, tinha, além da intenção de impressionar, também o propósito de harmonizar-se com a arquitetura do prédio”. (p. 189).

De forma geral, a instituição foi avaliada como *excelente*. O “Relatório da Verificação para Efeito da Concessão de ‘Inspeção Preliminar’ Ginásio Regina Coeli” permite uma compreensão acerca de quais eram os espaços escolares e a estrutura geral oferecida pela escola, assim como justifica as representações em relação ao colégio, presente nos documentos e relatos dos sujeitos entrevistados.

A partir do entendimento de todo esse espaço escolar, é possível presumir muito relativamente à prática educativa, pois, como bem diz Faria Filho, o “espaço educa”:

Não apenas acontece educação *dentro* de um espaço determinado, o escolar, mas também que este, em sua projeção física e simbólica, cumpre uma função educativa fundamental. Nessa perspectiva, a ocupação do espaço escolar, sua divisão interna, suas aberturas para o espaço exterior, a delimitação de fronteiras entre o interno e o externo e, mais que isso, a disposição e diferenciação dos sujeitos (alunos e professores, sobretudo) e dos objetos no espaço, na sala de aula, tudo isso cumpre um papel educativo da maior importância. (2002, p. 17-18, grifo do autor).

A arquitetura e os objetos escolares são evidenciados em tal relatório e, através deles, se pode entender o que perpassava as culturas escolares do Colégio Regina Coeli na época, assim como levantar hipóteses sobre o currículo escolar, já que são citados ambientes específicos para aulas de Geografia, Ciências, Línguas Vivas e Trabalhos Manuais. Os espaços e saberes escolares são construídos *por* e *para* os sujeitos, por isso, só fazem sentido se vivenciados por eles.

Sobre os sujeitos escolares, existe uma infinidade de possibilidades de narrativa, pois todos que fizeram, ou fazem, parte do Colégio Regina Coeli contribuíram na tessitura do que ele representa para cada um e para todos. No entanto, neste estudo, serão apresentados alguns dados retirados de documentos da instituição, assim como relatos que dão a esses dados um sentido subjetivo, carregado de emoção e que, por isso mesmo, auxiliam na compreensão de seus significados.

3.2 SUJEITOS ESCOLARES

Discorrer sobre sujeitos escolares constitui uma tarefa árdua, pois, em vista de que são milhares os sujeitos que construíram, participaram e influenciaram na história do Colégio Regina Coeli, muitos nem poderiam ser referenciados aqui. São tantas as histórias, e a escolha de alguns sujeitos se deu através de pesquisa, considerando a proximidade, os conhecimentos pessoais ou as possibilidades. Tais sujeitos não são unanimidade, mas trazem à tona memórias que constituem representações a partir das suas narrativas.

Os documentos encontrados não obedecem a uma linearidade, pois alguns deles foram encontrados referentemente a uma data e muitos a outra. No entanto, sabe-se que se a pesquisa continuasse muitos outros poderiam ser encontrados. Porém, para o momento, torna-se impossível analisar todo o material encontrado e por isso, os documentos selecionados permitem um olhar sob o viés de uma narrativa, dentre muitas outras escolhas que se poderia ter. Sendo assim, tanto as entrevistas como os documentos possibilitam a construção de uma narrativa, impregnada de subjetividade e de idiosincrasias, mas que, por isso mesmo, revelam algo essencial, já que qualquer instituição só existe se for construída *por* e *para* os indivíduos.

3.2.1 Sujeitos do aprender: normas, rotinas e vivências dos educandos do Colégio Regina Coeli

Tendo iniciado em 1917 com o nome de Colégio São José, como já dito, cabe expor brevemente alguns dados que permitem compreender a relação dos sujeitos escolares com o colégio, bem como desse com a comunidade. Merece destaque o número de matriculados no primeiro ano de funcionamento da escola, quando ainda estava instalada em casa alugada, onde as Irmãs também residiam. Em 1917, pelas atas de matrículas, foram registrados 130 alunos matriculados, sendo 13 alunas no 3º Curso, com idade entre 11 e 18 anos, 35 alunas no 2º Curso, com idade entre 7 e 18 anos, e 82 alunos matriculados no 1º Curso, de ambos os sexos, sendo 61 do sexo feminino e 21 do sexo masculino, compreendendo idades entre 3 e 20 anos.

Os alunos matriculados no ano de 1917 eram, na maioria, residentes de Alfredo Chaves (atual Veranópolis), havendo ainda alunos de Lagoa Vermelha, Capoeiras (atual Nova Prata), Monte Vêneto (atual Cotiporã) e Vacaria. O Colégio Regina Coeli, no início ficou conhecido por oferecer educação católica às meninas e moças de Veranópolis. No entanto, como é possível verificar através dos registros de matrícula, no regime de externato, atendia também a alunos do sexo masculino. Os locais de proveniência, nos primeiros anos, já indicam a abrangência do Colégio Regina Coeli, bem como a grande demanda, pois atendia a alunos, filhos de famílias abastadas, não só do município, como também da região. O atendimento a alunos provindos de diferentes municípios permaneceu como sendo a realidade do Colégio durante todo o período analisado neste estudo, podendo-se citar, inclusive, a entrevistada Irmã Maria Diumira Barcelos Neglia, que residia em Porto Alegre e ficou interna no Colégio Regina Coeli durante o ano de 1955.

Levanta-se a hipótese de carência de colégios particulares com formação confessional católica, bem como de escolha das famílias, como é o caso de alunas provenientes da Capital Porto Alegre, já que o Colégio Regina Coeli, era uma referência em educação, quer pelo papel desempenhado pelas Irmãs, quer pelo ambiente físico, que fora referenciado por muitos anos, devido à sua estrutura e imponência.

Em 1919, o colégio passou a funcionar na antiga Intendência de Veranópolis. Considerando-se que nos primeiros anos de funcionamento houve um crescente aumento no número de matrículas, deduz-se que as Irmãs necessitavam de um espaço maior para atender aos alunos, tendo o intendente Taurino de Resende oferecido a Intendência Municipal, localizada onde hoje está a Sociedade Alfredochavense. Na transcrição do Livro de Tombo da

Paróquia São Luiz Gonzaga da Colônia Alfredo Chaves, realizada por Costa (1997), o comentário do Frei José, de Bento Gonçalves, citado no Capítulo 1, informa que havia 155 matriculados em 1920, sendo apenas quatro as alunas internas. Menciona que o externato era misto. Sendo assim, os documentos clarificam informações que estavam desconstruídas até o momento, havendo a comprovação de que turmas mistas, para algumas séries, existiram desde o início e não só posteriormente, como muitos dos comentários colhidos, expressos pela comunidade ou na bibliografia, levavam a crer.

Nesse cenário, mesmo sendo um colégio destinado à educação católica de meninas e moças de Veranópolis, em algumas turmas, principalmente no Curso Primário (Ensino Fundamental), verificava-se a presença de meninos. É possível levantar algumas hipóteses em relação a esse dado, sendo uma delas a aceitação de meninos no Curso Primário, já que, no Secundário (Ensino Médio) nos primeiros anos de funcionamento do Colégio Regina Coeli, não se observou a formação de turmas mistas.

Outra hipótese, relacionada ao contexto familiar, pode ser explicada pela frequência de irmãos fraternos no colégio. Assim, se uma menina ou moça frequentasse a escola, poderia acompanhar seu(s) irmão(s) até a instituição. Independentemente da causa, provavelmente apenas meninos menores, ou das primeiras séries do Curso Primário, eram aceitos na instituição *a priori*. Até porque, considerava-se adequado professoras para educar crianças, devido a seu instinto materno, havendo maior distinção em relação ao sexo do professor no período da adolescência. Ao mesmo tempo que isso permite um entendimento das culturas escolares, e mais especificamente das normas que regiam o estabelecimento, o fato poderia causar até certo desconforto nos alunos meninos, já que o grande chamariz da escola era o fato de ser confessional católica, destinada a moças veranenses.

A divisão dos alunos por sexo, seja em escolas separadas, em turmas separadas, seja simplesmente em lados de uma mesma sala de aula, podendo tal regra ser estendida para o pátio escolar, levava em conta valores morais e higienistas presentes na época. A cisão, de acordo com o sexo, principalmente dos alunos pré-adolescente e adolescentes, permite inferir que era para obter um maior controle sobre as manifestações da sexualidade.⁷¹ Ao mesmo tempo que dificultavam quaisquer manifestações dirigidas ao sexo oposto, também normalizavam os comportamentos e imprimiam regras.

No entanto, no Colégio Regina Coeli, os alunos do 1º Curso do Ensino Primário, matriculados na escola no ano de 1917, conforme citado anteriormente, além de estarem em

⁷¹ Sobre esse assunto, sugere-se Louro (1997, 2001, 2011).

turma mista, possuíam idades muito diferenciadas, compreendendo a faixa etária dos 3 aos 20 anos. Talvez a explicação resida no fato de haver poucas escolas em Veranópolis, existindo, no âmbito particular, duas escolas confessionais católicas: o Colégio Regina Coeli e o Colégio Divino Mestre, ambos destinados à educação da mocidade católica do município. Este último, atendeu apenas ao sexo masculino por muito tempo, havendo turmas mistas apenas nos cursos noturnos a partir de 1947, quando o educandário passou a denominar-se Ginásio Divino Mestre, agregado à Escola Técnica de Comércio São Luiz os cursos primários. (FARINA, 1992).

No *Livro de Matrículas*, encontrado no arquivo passivo do Colégio Regina Coeli, constam dados dos alunos matriculados até o ano de 1939, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Número de alunos matriculados de 1917 a 1939

Ano	Número de alunos Matriculados	Ano	Número de alunos Matriculados	Ano	Número de alunos Matriculados
1917	130	1925	157	1933	130
1918	151	1926	105	1934	187
1919	167	1927	89	1935	202
1920	155	1928	120	1936	199
1921	125	1929	105	1937	221
1922	113	1930	90	1938	226
1923	107	1931	105	1939	173
1924	152	1932	112		

Fonte: Livro de Matrículas (1917-1939), Colégio Regina Coeli.

Considerando-se os dados acima, apesar das variações constantes, percebe-se uma demanda crescente de alunos. Uma observação interessante diz respeito aos anos de 1934 a 1938, em que o número total de alunos corresponde ao número de matriculados no colégio, mais os matriculados no seminário, havendo neste último: 26 matriculados em 1934, 27 matriculados em 1935, 50 matriculados em 1936 e 1937 e 55 matriculados em 1938. Pelos documentos e fontes bibliográficas, deduz-se que o referido seminário, seria o Seminário dos Irmãos Maristas, até porque era o único existente no município. A utilização do seminário pode ser explicada devido ao número de alunos matriculados no Colégio Regina Coeli,

havendo, provavelmente, maior demanda que espaço, já que no prédio da antiga Intendência, além das acomodações destinadas ao Colégio São José, havia também a residência das Irmãs. A entrevista concedida pela Irmã Henriete Cembrani auxilia na elucidação dos dados, mesmo que o período referente à sua fala seja posterior, já que ela permaneceu na escola de 1947 a 1956. Referentemente ao ano de 1947, a Irmã afirma: “Cheguei em Veranópolis, nós tínhamos de dar aula no convento dos padres, dos Irmãos Maristas, porque nós não tínhamos local, no velho. Depois na metade do ano, por ali, já ficou pronto o Regina Coeli.” (CEMBRANI, 2012).

Além da falta de espaço no prédio utilizado pelo Colégio São José, em 1934, o Colégio dos Irmãos Maristas contava com um número pequeno de matrículas, conforme é possível observar nas considerações de Farina:

Crises conjunturais abalam o Colégio. Dificuldades econômicas, disciplinares e didáticas acabaram por determinar uma drástica redução no número de matrículas nos anos de 1933 e 1934. Sendo que neste ano o Colégio possuía apenas 60 alunos externos e nenhum interno, a tal ponto que levou ao fechamento do internato no dia 20 de março e a um pronunciamento do Vigário. (1992, p. 227).

No pronunciamento, referido na citação anterior, o Vigário expôs a situação do Colégio São Luís ao público e incitou os paroquianos a não pouparem esforços para enviarem os filhos a educandários católicos, havendo, em Veranópolis, na época, o Colégio das Irmãs de São José e o dos Irmãos Maristas. Assim, é possível concluir que existia pressão uma da Igreja Católica para que crianças e jovens frequentassem colégios confessionais católicos, o que, provavelmente, também tenha contribuído para o número de matrículas no Colégio São José.

Em relação aos cursos, de 1917 a 1923, constam matriculados nos 1º, 2º e 3º Cursos, referindo-se provavelmente ao 1º, 2º e 3º anos do Curso Primário. Em 1924, aparecem 19 alunos com matrículas no 4º Curso (ano). Porém, há de se considerar que ao lado do nome de alguns alunos não há registro de curso. Até 1930, aparece o registro de alunos matriculados do 1º ao 5º Cursos. Em 1935, aparece também o do 5º Curso e do Curso de Preparação, constando dos registros até o ano de 1939. A faixa etária dos alunos do Curso de Preparação é dos 3 aos 10 anos. A partir desses registros e de fontes bibliográficas, conclui-se que de 1917 a 1945, o Colégio Regina Coeli trabalhava apenas com o Curso Primário, conforme menciona Pessin (1998).

Além do Livro de Matrículas, havia um livro referente ao “Termo de Visitas e Inspeção” do Colégio Regina Coeli e do Colégio Divino Mestre, de 1938 a 1979, em que

eram registradas visitas ao Colégio Regina Coeli até 1978, havendo um único termo que menciona ambos os colégios com data de 1979, ano em que o Colégio Regina Coeli e o Divino Mestre⁷² foram unificados. Essa informação é dada também por Farina (1992) e Pessin (1998) que esclarecem que a transferência da Escola Técnica Divino Mestre, com habilitação em Técnico em Contabilidade, para a Escola de 1º e 2º Graus Regina Coeli ocorreu em 1976, tendo como diretor, até o momento da unificação, em 1979, o Professor Dalino Pessin.

Em relação ao termo de visitas, de 1939 a 1979, destaca-se o primeiro registro do livro, com o título de “Termo de Visita e Inspeção”:

No dia 15 de Julho de 1938, visitei, na qualidade de fiscal da nacionalização do ensino, dec. 7212 de 8 de abril, o Colégio S. José, dirigido e regido pelas Rev^{as}. Irmãs de S. José, onde vi e constatei o correto e perfeito enquadramento do curso, na legislação atual, pois o ensino é feito em bom português; civismo dentro de apreciável norma, cultura física desenvolvida, trabalhos manuais de notável apreço. É-me grato excluir um voto de louvor pelo que verifiquei, felicitando as respeitáveis professoras e diretora, pelo serviço constatado nesta visita. Faço extensão dessa honra às alunas do 3º curso, que revelaram brilhante resultado, destacando-se a aluna Zenaide Boff. Alfredo Chaves, 15 de Julho de 1938. Jacinto Silva – Prof. Fiscal. (TERMO DE VISITA E INSPEÇÃO, 1938-1979, p. 2).

O contato com a aluna citada no Termo de Visita e Inspeção foi feito com o intuito de realizar uma entrevista, buscando relatos da sua história dentro da instituição objeto de pesquisa. No entanto, devido a problemas de saúde, Zenaide Maria Boff remarcou a entrevista algumas vezes, vindo a falecer posteriormente, aos 86 anos de idade. Por sua importância na comunidade veranense, seu falecimento foi noticiado nos jornais do município.

O magistério foi o seu grande ideal e a ele dedicou-se sempre com o mesmo entusiasmo em todas as funções que assumiu, sendo convidada como paraninfa de inúmeras turmas. Foi educadora, atuando como professora primária, primeira Diretora da Escola Virgínia Bernardi, Diretora e Professora do Ginásio Divino Mestre e do Colégio Agrícola, onde lecionava OSPB e Moral e Cívica. Atuou como Delegada da 4ª e 16ª Delegacia de Ensino e Coordenadora de Ensino, atuando em vários municípios, nomeando inúmeras professoras para atuarem em diversos municípios, recebendo a Medalha de “Educador Emérito” em 14 de outubro de 1988, no Palácio Piratini. Como educadora, sempre exigia que os alunos se mantivessem atualizados com as notícias cotidianas. Foi a primeira mulher advogada do município, Presidente da OAB e prestou inúmeros serviços na área judiciária aos necessitados. Participou ativamente da política local, sendo eleita Vereadora e Presidente da Câmara de Vereadores. (O ESTAFETA, 2012⁷³).

Como Delegada de Ensino, Zenaide Maria Boff, deixa seu registro no “Termo de Visitas”:

⁷² Colégio de propriedade dos Irmãos Maristas.

⁷³ Fonte: Jornal *O Estafeta*. Disponível em <<http://www.oestafeta.com.br/editoria.php?cod=3232&pub=1>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

Ao rever o meu colégio, fiquei emocionada ao verificar que o meu colégio continua sendo o melhor do mundo, tanto na organização, como no bom andamento dos trabalhos educacionais. Deixo aqui meus cumprimentos aos abnegados mestres e que Deus os inspire na nobre missão que lhes foi confiada. Zenaide Maria Boff – Delegada de Ensino. Veranópolis, 14/11/63. (TERMO DE VISITAS, 1938-1979).

Diante de tais registros, fica evidente o importante papel ocupado por Zenaide Maria Boff, dentro da instituição, como aluna, assim como nos diferentes cargos ocupados no Município de Veranópolis, durante sua carreira profissional. Por ter sido essa mulher de destaque, que quebrou os paradigmas do seu tempo e por ter sido elogiada no papel de aluna é que surgiu o interesse de ouvir sua história e suas vivências dentro do Colégio Regina Coeli. No entanto, ao utilizarmos a história oral, que é relatada por sujeitos, que são subjetivos, passíveis de todos os previstos e imprevisos da vida humana, temos que considerar as possibilidades e as barreiras que ela (a história) nos proporciona.

Assim, o “Termo de Visita e Inspeção”, ao mesmo tempo que possibilita o conhecimento de aspectos mais gerais da instituição, a aceitação por parte dos visitantes, os pontos fortes e pequenos indícios de que alguns aspectos poderiam ser melhorados, permite também a percepção da individualidade dos sujeitos que participaram da comunidade escolar.

Sobre os sujeitos escolares, é importante mencionar, também, a expectativa em relação ao número de alunos, sendo que logo após a inauguração, em 1949, havia a previsão de 300 matrículas, incluindo o Curso Ginásial, que começou a ser oferecido em 1946. Além disso, uma anotação,⁷⁴ de que o colégio tinha capacidade máxima para 500 alunos denota quais eram as perspectivas e possibilidades depois da construção do novo prédio.

Através da figura 22, é possível observar uma turma de alunas da 1ª série, possivelmente do Curso Ginásial,⁷⁵ no ano de 1949. As alunas estão posicionadas cuidadosamente na escadaria que dá acesso ao pátio interno da escola, merecendo destaque a postura rígida e séria da maioria das alunas, bem como os uniformes com cores sóbrias, que também demonstram seriedade, assim como o uso de boina, indicando que fazia parte do uniforme. Também é possível notar as saias, que cobrem os joelhos, assim como similaridade na altura das meias e nos calçados. O posicionamento das mãos, alinhadas ao corpo, também são indicativos de disciplina e certa rigidez. Em duas alunas, posicionadas no lado esquerdo da segunda fileira, é visível o uso de crucifixo, destacando a religiosidade.

⁷⁴ Anotação feita com lápis no texto.

⁷⁵ O Ginásio, que correspondia aos atuais quatro anos finais do Ensino Fundamental, constituía-se em um nível intermediário entre o Ensino Primário e o Ensino Colegial.

Figura 22 - Grupo de alunas da 1ª série



Fonte: Relatório da Verificação..., (1949).

Enquanto o registro das alunas da 1ª série ginásial indicam uma rigidez ainda maior e um posicionamento específico para o registro fotográfico, a figura 23 mostra as alunas internas em uma posição mais descontraída. A fotografia foi tirada na frente da escola e parece que as alunas estão em alguma atividade ou com maior liberdade no momento do registro, tanto que muitas estão sorrindo, os pés e as mãos não estão alinhados, assim como não estão com o uniforme completo, porém todas estão de uniforme, constituído por camisas brancas, saias escuras⁷⁶ (possivelmente-azul marinho), calçados e meias brancas.

⁷⁶ Como a fotografia é em preto e branco, é difícil distinguir a cor da saia, mas possivelmente era azul-marinho.

Figura 23 -Grupo de internas



Fonte: Relatório da Verificação... (1949).

Os registros fotográficos permitem inferir dados sobre os discentes, mas também sobre os espaços e tempos da escola, que carregam consigo normas e limites pertinentes aos usos e aos sujeitos que a ocupavam. O depoimento da Irmã Maria Diumira Barcellos Neglia denota experiências e representações que as alunas tinham do pátio do Colégio Regina Coeli, que, ao mesmo tempo, era um espaço de convívio e de regulação:

No recreio, a gente ia para o recreio assim, depois da janta, depois do almoço, a gente ia fazer recreio no pátio, ia fazer lazer. E tinha uma Irmã, a Irmã Luizinha, ela já faleceu, ela botava as mãos pra dentro do hábito, assim, que ela tinha o hábito ainda e ela caminhava⁷⁷ aonde a gente tava em grupinho, ela tava ali... Pra ver o que a gente ia falar, o que que a gente falava. Só cuidar, cuidar, fiscal, sabe. Não entrava assim, conversar com a gente. Porque a gente se metia lá no grupo, contava história, anedota, coisa assim, brincadeira. [...] Mas foi muito divertido, um ano inteiro, eu adorei aquele tempo lá, sabe? (NEGLIA, 2012).

Quando ela se aproximava dos grupos, as alunas falavam: “Lá vem ela, lá vem ela” ou “Ela vem vindo, ela vem vindo...” (NEGLIA, 2012). Assim, é possível inferir que mesmo no pátio, que era o local que propiciava maior liberdade, em que as alunas conversavam, brincavam, havia o controle da disciplina, através da vigilância constante de alguma Irmã.

⁷⁷ Nesse momento, a Irmã Maria Diumira B. Neglia encenou o que falava, imitando o jeito da Irmã Luizinha.

Assim também era na hora do banho das meninas do internato. Ao se referir à Irmã Maria Enilda, que além de professora do Jardim, cuidava do internato, Maria Diumira B. Neglia relatou:

Então a gente tinha horário, o tempo pra tomar banho. Enquanto se tomava banho ela passeava nos banheiros, na frente dos banheiros assim, sabe, ficava passeando...⁷⁸ Tinha o terço, segurava o terço. E quando a gente passava da hora, ela fazia assim: “Tá na hora”⁷⁹. [...] Então tinha uma outra colega minha, que era de Porto Alegre, muito amiga minha. [...] Então ela falava no banheiro. Ela⁸⁰ dizia: “Não sabe que aqui é silêncio. Eu vou te entregar pra Irmã...” Ela dizia assim. (NEGLIA, 2012).

Sobre as normas do Colégio Regina Coeli, o Capítulo XI do Regulamento Interno do Ginásio Regina Coeli trata da disciplina geral. Seu artigo 23 é esclarecedor:

A disciplina tem como base a formação da consciência das alunas. Enérgica, mas suave, deve ela criar entre educadoras e educandas uma atmosfera de confiança, indispensável a toda obra educativa. Prevenindo faltas, para evitar castigá-las empregarão as professoras todos os meios a seu alcance para formar nas alunas, hábitos de pureza, lealdade, de ordem, de trabalho e de economia. Usando de preferência a persuasão, empregarão quando necessários meios mais severos, de maneira, porém, a que jamais seja ofendida a dignidade das alunas. Esses castigos consistirão na renovação de trabalhos mal cumpridos, em exortações particulares e outros corretivos a critério da Diretora. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

A partir da análise dos documentos e das entrevistas, pode-se afirmar que, mesmo havendo uma disciplina rígida em relação às normas, tanto as alunas internas, como os alunos do externato mantinham um bom vínculo com as Irmãs, estando em consonância com o exposto no artigo 23, mencionado anteriormente. Vale ressaltar que a disciplina e a cobrança rígida em relação ao comportamento não excluía a relação de afeto entre professoras e alunos, havendo, muitas vezes, até uma relação de cumplicidade, principalmente com as alunas internas. É claro que as alunas possuíam relações mais estreitas com algumas Irmãs e mais distantes com outras, dependendo não só do perfil das Irmãs, mas também do papel que desempenhavam dentro da escola. Essa relação de proximidade recíproca, principalmente entre professoras e alunas, foi constatada nas entrevistas com os sujeitos escolares.

A ordem no ambiente escolar pode ser detectada também a partir da organização do tempo escolar, com suas concepções e práticas. Sobre os tempos escolares, Faria Filho menciona:

⁷⁸ Nesse momento a entrevistada já estava de pé encenando a sua fala.

⁷⁹ Encenou a fala, batendo na mesa, como se estivesse batendo na porta e caminhando, como fazia a Irmã.

⁸⁰ Referindo-se à Irmã Maria Enilda.

São sempre “tempos” pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca por delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campanhas, deve ser entendido como um movimento que tem ou propõe múltiplas trajetórias de institucionalização. Daí, entre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar. (2002, p. 17).

No Capítulo III, artigo 12, do Regulamento Interno do Ginásio Regina Coeli, que trata do horário, percebe-se a organização da rotina das alunas internas e externas:

6,15 horas: levantar, asseio, desempenho das obrigações religiosas. 7,15 horas: café, recreio. 8 horas: início das aulas, que se prolongam até às 11,30 horas, continuando, com exceção das quartas e sábados das 13,30 horas às 15,30 horas. 12 horas: almoço e recreio. 15,30 horas: café e recreio. 16 horas: estudo. 18,30 horas: jantar e recreio. 20 horas: deitar. As alunas semi-internas permanecem no Ginásio até às 17 horas. As externas retiram-se logo após o fim das aulas. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

Novamente se percebe que ao mesmo tempo que há organização e rigidez em relação aos horários, existem períodos destinados ao recreio, que possibilitavam o lazer e a interação entre as alunas internas. Ainda em relação a essa organização, o Capítulo XIII, do mesmo relatório, auxilia na compreensão da organização do tempo escolar, em relação às férias e feriados, sendo dois os períodos de férias prescritos oficialmente; havendo feriados nas festas nacionais, nos dias santos de guarda e no dia da padroeira do ginásio. (Artigo 25/ RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

Além das normas relativas ao horário, outras tantas eram especificadas em relação à rotina das alunas internas. Nos Capítulos XIV e XV do Regulamento Interno do Ginásio Regina Coeli, constata-se o entendimento de muitas normas do dia a dia sobre as visitas, as saídas, as correspondências, assim como sobre limites pontuais, que são citados nas disposições transitórias. No artigo 26, Capítulo XIV, são mencionadas as visitas, ou seja, as pensionistas só podiam receber os pais ou pessoas por eles autorizadas, nos domingos e feriados. A visita a seus conhecidos podia ser feita pelas alunas, mediante autorização escrita ou verbal dos pais, nos dias marcados pela diretora, conforme pode ser verificado no artigo 27. No entanto, durante a aula, nenhuma aluna seria chamada (artigo 28) e também não seria permitido atender a chamados de telefone, assim como não seria dada licença para saírem com solicitação somente por telefone (artigo 29º). Em relação às correspondências, as pensionistas não podiam receber e enviar cartas ou objetos sem prévio conhecimento da diretora (artigo 30). O capítulo termina com o artigo 31, que permitia que as alunas escrevessem mensalmente para os pais, sendo que esses poderiam, se desejassem, dar notícias através de cartões mensais. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

Havia um contato limitado com a família, assim como um controle rígido sobre tudo o que as alunas recebessem, quer fossem objetos ou correspondências, porque as alunas estavam sob a responsabilidade das Irmãs, que, com sua vigilância permanente, mantinham as alunas em “segurança”. Essa segurança era garantida a partir do cuidado em todos os momentos, no acompanhamento integral das alunas em atividades escolares, de lazer ou mesmo nos momentos de higiene, como na hora do banho, por exemplo. Ao mesmo tempo que havia um distanciamento da família, muitas alunas criavam laços afetivos estreitos em relação às colegas ou às Irmãs, conforme dito anteriormente.

Os limites, que garantiam a segurança das internas, iam desde normas quanto a saídas até o uso de produtos de higiene e beleza. Nas disposições transitórias, expressas no Capítulo XV, ficam claros muitos desses limites:

Art. 32° Não é permitido às alunas o uso de jóias, pintura e perfume.

Art. 33° As alunas não conservação em seu poder objetos de valor que serão depositados na Diretoria, bem como o dinheiro que recebem para extraordinários.

Art. 34° A Diretoria não se responsabiliza pelos objetos a que a aluna ao retirar-se deixar no estabelecimento, sem reclamá-los dentro de dois meses, a contar do dia da saída.

Art. 35° Duas vezes por semana podem as pensionistas tomar banhos mornos; a quem desejar mais frequentemente ser-lhe-ão preparados mediante uma taxa previamente convencionada. Os chuveiros estão à disposição das alunas diariamente.

Art. 36° Aos senhores pais serão dadas informações mensais sobre o comportamento e aplicação das filhas por meio de boletins.

Art. 37° Injustificável demora nos pagamentos, falta habitual de aplicação ou docilidade, desobediência grave reclamam exclusão da aluna.

Nota: Procurem sempre as alunas a procederem com perfeição possível, pautando todas as ações pelos princípios cristãos. Por isso, sobrenaturalizem todos os atos, vendo no dever de cada momento a expressão da vontade divina e nos superiores os representantes de Deus.

A nota final dependia do comportamento esperado das internas, que deveriam buscar a perfeição, pautadas nos princípios cristãos. Assim, havia uma rigidez quanto à execução e cobrança das normas. As alunas, ao entrar para o internato, deixavam de lado as vaidades femininas e a preocupação com bens materiais. No entanto, tinham acesso ao seu dinheiro, sempre que recebessem a aprovação das Irmãs. Esse dinheiro, que era deixado pelos pais às suas filhas, era utilizado em passeios, na compra de alimentos, como sorvete ou objetos pessoais. Os limites eram necessários, mas, ao mesmo tempo, havia o reconhecimento do bom comportamento das alunas, conforme consta na entrevista com a Irmã Henriete Cembrani:

Muito disciplinadas e já vinham de casa educadas. Supereducadas. De agradecer, de pedir desculpas, de respeitar, nunca vi briga, nunca, tu te lembra?⁸¹ Acho, ninguém, nunca vi briga, discussão, palavrão, só quando a gente ia fora visitar grutas e coisa assim, a gente ouvia, a gente até nem gostava. Eu dizia: “Por favor, não diga essas palavras, que as meninas estranham”. (CEMBRANI, 2012).

Através da fala da Irmã Henriete Cembrani fica claro que havia um ambiente de respeito e de proteção das Irmãs para com as suas alunas. Essa fala encerra as reflexões a respeito dos alunos, representando os laços afetivos, as normas, os limites, enfim as relações entre os sujeitos do aprender e os do ensinar. Sobre os sujeitos do ensinar, apesar de muito se poder depreender das reflexões dos sujeitos do aprender, pois ambos se constroem mutuamente, serão apresentadas algumas análises sobre os docentes do Colégio Regina Coeli a seguir.

3.2.2 Sujeitos do Ensinar: experiências e relatos de educadores do Colégio Regina Coeli

Os sujeitos do ensinar tem um papel central na educação, já que é a partir das suas práticas e inter-relações, com os sujeitos do aprender, com os sujeitos administrativos e com a comunidade educativa, que ocorre o processo de ensino-aprendizagem. A generalização aqui, se torna difícil, devido às individualidades presentes nos discursos e práticas de cada um desses sujeitos. Dessa forma, serão apresentadas algumas normas que regiam o trabalho docente, bem como práticas e representações em relação aos sujeitos do ensinar do Colégio Regina Coeli. Cabe destacar que no período de 1948 a 1969 esses sujeitos, que constituem o corpo docente da escola objeto de estudo, são, na sua maioria, Irmãs de São José.

Em relação aos professores e às normas que regiam seu trabalho, o Regulamento Interno do Ginásio Regina Coeli é esclarecedor, já que trata, no Capítulo IV, da composição e dos deveres do corpo docente, conforme pode ser conferido na citação:

O corpo docente do Ginásio Regina Coeli compõe-se de:

- a) Professores inscritos no Registro de Professores do Departamento Nacional de Educação, em número suficiente para o ensino completo das diversas disciplinas do curso secundário.
- b) Auxiliares para ajudarem e substituírem os precedentes.
- c) Professores normalistas para o ensino do curso primário.
- d) Uma porteira.
- e) Uma preparadora de ciências. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

Ressalta-se a composição do corpo docente, formado não apenas por professores que atuavam em sala de aula, mas por auxiliares, bem como uma porteira e uma preparadora de

⁸¹ Perguntando a Irmã Maria Diumira Barcellos Neglia, que havia sido sua aluna na época.

Ciências. Destaca-se que estas últimas, são citadas no feminino, inferindo-se que eram professoras que ocupavam tal cargo. A preparadora de Ciências, provavelmente auxiliava nos laboratórios, onde existia uma variedade de materiais e reagentes para experiência, conforme pode ser observado na figura a seguir.

Figura 24 - Laboratório



Fonte: Relatório da Verificação..., 1949.

Os professores do Ensino Secundário deveriam estar inscritos no Registro de Professores do Departamento Nacional de Educação, enquanto que os do Ensino Primário eram professores normalistas. Consta que algumas alunas normalistas faziam seus estágios com as turmas de Primário da escola, como foi o caso da entrevistada Jane Dal Pai Giugno, que foi convidada a fazer o estágio no Colégio Regina Coeli. Como professores, tinham o dever de

- a) Ministras as lições nos dias, horas e locais determinados cumprindo com exatidão os programas oficiais.
- b) Proceder à chamada das alunas e mencionar a matéria dada.
- c) Manter a disciplina e a ordem nas aulas, esforçando-se na instrução de todas as alunas e aplicando-lhes notas. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., Cap. IV, Art. 14, 1949).

Os deveres dos professores evidenciam não apenas os conteúdos a serem desenvolvidos, que deveriam cumprir os programas oficiais de educação, mas questões práticas da rotina, que incluíam registros da chamada e dos conteúdos, bem como o cuidado com a ordem e a disciplina, que era um dos aspectos mais evidentes da educação realizada pelas Irmãs de São José, quer estivessem em sala de aula como professoras ou à frente da administração, como diretoras. Em relação à aprendizagem, as professoras deveriam esforçar-se na instrução das alunas, mensurando os resultados através de notas, denotando assim as responsabilidades do professor em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

O Artigo 15º complementa os deveres do corpo docente, quando é citado que compete aos professores

organizar os pontos para as provas parciais e finais; julgar estas provas com critério e justiça, apresentar à secretaria do estabelecimento no fim de cada mês a relação da matéria lecionada, bem como a lista das notas obtidas pelas alunas durante o mês, inspirar às alunas sentimentos morais e cívicos, desenvolver-lhes o amor pátrio e sentimentos humanitários. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

Esses sentimentos cívicos estavam em consonância com as políticas educacionais do Estado Novo, que tinha como forte ideário o desenvolvimento do patriotismo e do nacionalismo.⁸²

No “Relatório da Verificação para Efeito da Concessão de ‘Inspeção Preliminar’ Ginásio Regina Coeli”, também são apresentados dados que dizem respeito ao corpo docente do colégio, tais como o nome dos professores e as disciplinas ministradas por eles. Os docentes e as disciplinas ministradas no ano de 1949 eram: Rosa Modesta Rampi – Matemática e Ciências Naturais; Rosa Contança Tasca - Geografia Geral e do Brasil e História Geral e do Brasil; Ilmede Maria Cembrani - Francês, Matemática, Geografia Geral e do Brasil e Trabalhos Manuais; Zita Maria Valduga - Português, Latim, Inglês e Matemática; Carmelina Molinari - Economia Doméstica e Trabalhos Manuais; Hedda Maria Reschke - Educação Física; Pedro Finkler - Desenho e Música.

Pela relação dos professores, se depreende quais eram as disciplinas trabalhadas, assim como se observa que havia apenas um professor do sexo masculino que ministrava Desenho e Música. O Professor Pedro Finkler⁸³ era Irmão Marista na época, o que explica

⁸² Sobre as políticas educacionais brasileiras no período sugere-se Saviani (2010) e Aranha (2006).

⁸³ Uma curiosidade que merece ser referida é que o então Irmão Pedro Perguer convidou o ex-Irmão Marista Pedro Finkler para proferir uma palestra sobre “sexologia”, para os alunos do Colégio Divino Mestre. Tal acontecimento, ocorrido no início da década de 70 (séc. XX), causou certo alvoroço em Veranópolis, pois, na época, assuntos relacionados à sexualidade não eram trabalhados tão abertamente.

sua atuação como docente no Colégio Regina Coeli, pois as Irmãs tinham uma relação de ajuda mútua com os Irmãos Maristas, tendo, inclusive, utilizado salas de aula do colégio deles, antes de o prédio da escola ser concluído. A fala da entrevistada Maria do Carmo Strapazzon realça a pouca participação de professores do sexo masculino na escola: “É nós tínhamos só o professor de Educação Física, que era o Sargento Assunção, era o único homem, porque, naquela época, calça comprida não entrava ali, tinha o portão aqui, da ali, era exclusivamente feminino.” (STRAPAZZON, 2012).

As demais disciplinas eram ministradas por professoras, e era comum que um mesmo professor trabalhasse com mais de uma disciplina. No entanto, chama a atenção também haver uma professora de Educação Física, pois, nesse período, era normal que professores homens dessem tal disciplina, tendo sido citado nas entrevistas inclusive um sargento. A professora Hedda Maria Reschke, citada como docente de Educação Física, em 1949, era leiga. Além disso, em outro período, a Irmã Maria Francisca, mais conhecida como Chica, e bastante referenciada por ter atuado na Banda Marcial do Colégio Regina Coeli, também trabalhou com Educação Física. Na banda, era conhecida por seu pulso firme e sua exigência, características essas que provavelmente tenha apresentado nas suas aulas.

A entrevistada Irmã Henriete Cembrani foi docente no Colégio Regina Coeli durante dez anos, ou seja, de 1947 a 1956, tendo lecionado diferentes disciplinas. Na entrevista, citou as disciplinas de Matemática, Ciências Naturais (para a qual fez o Exame de Suficiência), Geografia, Religião, além de ter sido coordenadora do internato. No relatório (1949), conforme citado anteriormente, essa Irmã estava registrada com seu nome de batismo, a saber Ilmede Maria Cembrani, sendo referida também como docente de Trabalhos Manuais, além das disciplinas mencionadas por ela. A disciplina de Ciências Naturais não consta no Relatório da Verificação de 1949, sendo provável que Henriete Cembrani tenha lecionado apenas mais tarde, já que teve que prestar o Exame de Suficiência. Tal exame foi realizado para verificar a capacitação da professora em dar aulas de Ciências Naturais, já que Henriete Cembrani era graduada em Letras Neolatinas.

Os professores, em geral, tinham um perfil que transparecia seriedade e exigência. No entanto, em muitas falas, apesar dessa postura mais séria, e muitas vezes distante, percebe-se o investimento afetivo que permeava a relação, até porque afetividade e limite podem perfeitamente se complementar. Através das falas da Irmã Henriete Cembrani fica claro que ela demonstrava, e ainda demonstra, um carinho por suas alunas. Relata, com felicidade, que sempre se deu bem com as alunas e que recebia presentes, geralmente alimentos como maçãs e doces. Além disso, quando foi transferida, primeiro para Rio Grande e depois para Caxias

do Sul, continuava mantendo contato com algumas alunas por meio de cartas. Ao ser transferida, depois de participar de um retiro em Garibaldi, não pôde se despedir, por isso, narra a experiência com um certo pesar, mas também com gratidão e afetividade:

Eu disse: “Nem me despedi de ninguém.” Ninguém sabia que eu não voltava mais. Mas meu Deus, eu disse: “Quanta gente que eu devo agradecer, que eu devo ser reconhecida, que eu ganhei muito consolo, muita, muita ajuda. Com aquelas gurias... iam tocar serenata pras minhas internas de noite. Eu ficava lá, eu dizia: “Juízo, não vão cantar lá bugiganga⁸⁴ [...]. E ficava acordada até 1 hora, às vezes.⁸⁵ E eu ficava de pé, girando, porque tinha medo também que elas saíssem, coitadas, devido à idade delas. E eu era mais jovem, então eu me sentia um pouquinho melhor do que agora. O que é a juventude... assim mesmo eram diferentes de mim, porque eu já tinha uma profissão, uma vocação determinada. Bem, então chegou o dia que eu tive de sair. Então fui pro Rio Grande assim morrendo de..., de tristeza, “agora eu vou começar de novo na outra casa”, eu dizia. [...] Bem, ali no segundo mês, de tanta, eu acho, saudades de Veranópolis, me escreviam as meninas coitadas [...] comecei a ficar doente. (CEMBRANI, 2012).

O estado de saúde de Henriete Cembrani não era apenas devido à saudade, mas à umidade. A Irmã estava com muita tosse e, ao ir ao médico, o mesmo sugeriu que ela voltasse à Serra Gaúcha, pois o ar era mais adequado à sua saúde. Assim, Henriete Cembrani voltou a Caxias do Sul, sua cidade natal. No entanto, a rigidez da Madre Provincial, fica clara, ao dizer que, se Henriete Cembrani comesse a visitar os pais e irmãos, iria ser transferida para longe. Assim, os limites, as normas e a disciplina estavam bastante presentes na congregação, podendo-se presumir que essa mesma disciplina era cobrada em relação à educação oferecida aos alunos. Ao mesmo tempo, que havia cobrança em relação à disciplina, havia também grande preocupação com o aprendizado e o método, explicitado em muitas reuniões pedagógicas, que tinha como uma das pautas diferentes formas de ensinar, sugestões de métodos e de conteúdos.

A Irmã Maria Diumira B. Neglia, tendo sido aluna da Irmã Henriete Cembrani, definiu-a como uma professora exigente, destacando o ato de correção dos cadernos. Por sua vez, a Irmã Henriete Cembrani tenta explicar qual era sua metodologia e por que, talvez, era considerada exigente.

Não, primeiro de tudo, eu vou te dizer que a primeira coisa que eu faço, que eu fazia, é dar tudo o que nos dá tal matéria. Por exemplo, vou te dar um exemplo: a Geografia ou então a Matemática. A Matemática é muito difícil que a criança goste. São raríssimas. Guris têm mais. As meninas, elas não gostam. Elas se esforçam, aprendem, mas, então, primeira coisa: porque que nós estudamos Matemática? O

⁸⁴ Não é possível ter certeza de que se trata dessa palavra, pois a fala foi permeada por risos.

⁸⁵ Irmã Diumira riu da fala de Irmã Henriete Cembrani.

que tem, qual é o benefício pra mim, pra minha vida? Ah, é a retidão, profissão⁸⁶ honesta, que quatro mais quatro nunca pode mudar, eu vejo a tabuada... então, os benefícios que ela nos traz. Primeira coisa. Segunda: recomendar todos os dias alguma frase bonita em nome da professora. Deus... prepara minha professora, que eu entenda minha professora... é o segundo. Ali eu me esmerava pra preparar as aulas. Isso eu posso dizer... (CEMBRANI, 2012).

A partir da fala da Irmã Henriete Cembrani, se passa a compreender o carinho que dedicava ao planejamento e à execução de suas aulas. De acordo com as características de personalidade, peculiares a cada sujeito, as Irmãs/professoras acabavam sendo conhecidas ou reconhecidas por elas. A Irmã Henriete Cembrani era vista por sua aluna Maria Diumira B. Neglia como exigente e a Irmã Carmelita acabou se tornando uma referência de afeto do Colégio Regina Coeli. Por isso, neste momento, serão mencionados alguns aspectos da trajetória da Irmã Carmelita no Colégio Regina Coeli.

Nas entrevistas ou nas conversas informais, a Irmã Carmelita sempre foi mencionada, demonstrando fazer parte de recordações pessoais e coletivas da comunidade veranense. Para muitos, e inclusive para mim, pesquisadora, fica uma lembrança doce, de bons momentos ao lado dessa Irmã. A professora Carmelita é referência para pessoas de diferentes gerações que passaram pela escola, tanto dos que foram seus alunos como dos que observavam sua presença na escola.

Houve um tempo em que a Irmã, não mais atuando em sala de aula, batia o sino, anunciando que era hora de entrar para a sala de aula. Nos momentos que antecediam ao início das aulas, a Irmã transparecia toda a sua afetividade ao se dirigir aos alunos. Se não falha a memória, nesse momento permeado por emoção, muitas vezes, se dirigia aos alunos como “anjinhos”. Outra doce representação que ficou da Irmã Carmelita é referente aos pirulitos que distribuía em momentos especiais ou aos alunos que tinham uma proximidade maior com ela⁸⁷. Devido a essa trajetória da Irmã no colégio, surgiu um grande desejo de entrevistá-la. No entanto, ao visitá-la na Comunidade Nazaré, em Porto Alegre, houve a triste constatação de que não seria possível devido à sua situação de saúde. Mesmo assim, através de contato com a enfermeira e com a própria Carmelita, constatou-se que sua docilidade permanece, mesmo que permeada por momentos de certa apreensão, por nem sempre ter

⁸⁶ Difícil é entendimento da palavra, havendo dúvida se foi dito profissão ou uma pessoa.

⁸⁷ Os pirulitos eram produzidos pela própria Irmã, feitos de açúcar em forma de chupeta vermelha, eram apreciados por todos, independentemente da idade. Assim, juntando a forma calma de falar com a maneira dócil com que se dirigia aos alunos e ao famoso pirulito produzido e distribuído pela Irmã, pode-se entender a representação de meiguice e afetividade que eram dirigidas a todos que com ela conviviam.

clareza acerca do que estava ocorrendo. A enfermeira relatou que a Irmã é muito querida por todos, e que, às vezes, aparecem pessoas que estiveram vinculadas ao colégio para visitá-la, assim como familiares, mais especificamente uma sobrinha. Por tudo isso, é notável a importância da Irmã Carmelita.

Com autorização da enfermeira que a acompanhava, foram manuseadas algumas fotos pertencentes à Irmã Carmelita e que estavam no quarto. Fotos que muitas vezes são vistas e revistas pela Irmã, com ajuda dos cuidadores da Casa de Nazaré. Nos momentos em que a Irmã Carmelita está inquieta, são as fotos que a acalmam, de acordo com a profissional que a assiste. Isso ficou perceptível no momento em que ao mostrar as fotos para Carmelita, ela disse, dentre outras palavras incompreensíveis: “Que bonitinhos”. Pode-se também entender a palavra “anjinho”, que, por sinal, era a forma que a Irmã nomeava seus alunos. Nas fotos, com marcas do manuseio constante, há também palavras que descrevem a afetividade direcionada aos alunos e alguns momentos especiais que permanecem vivos na memória.

Figura 25 – Irmã Carmelita com seus alunos (s.d)



Fonte: Acervo pessoal da Irmã Carmelita.

Figura 26 – Verso da fotografia anterior (s.d)

Lembranças
dos meus queridos, ami-
mosos alunos da Pré-
Escola.
Regina Coeli.
Veranópolis - L. Carmelita

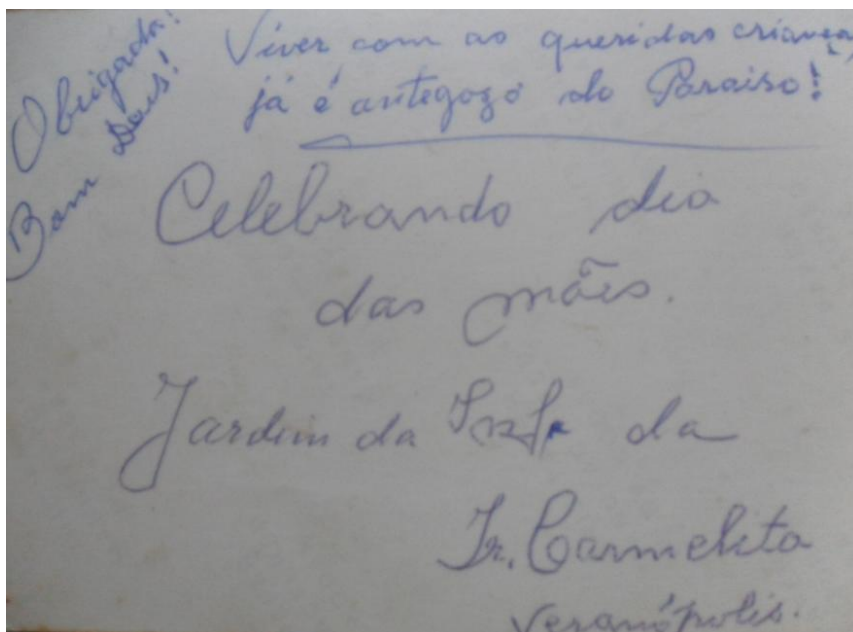
Fonte: Acervo pessoal da Irmã Carmelita.

Figura 27 – Grupo de alunas da Irmã Carmelita se apresentando em data comemorativa (s.d)



Fonte: Acervo pessoal da Irmã Carmelita.

Figura 28 - Verso da fotografia anterior (s.d)



Fonte: Acervo pessoal da Irmã Carmelita.

Para além dos aspectos da cultura escolar, podem ser enfatizados os uniformes, a forma como estavam dispostas as crianças para a foto, o número de alunos, a celebração do Dia das Mães, evidenciados nas figuras 25 e 27, bem como o carinho que a Irmã Carmelita nutria por seus alunos. O comentário mais expressivo, dentre outros tantos, é: “Viver com as queridas crianças já é o antegozo do Paraíso.” O peso dessa frase ecoa em todas as lembranças mencionadas por diferentes pessoas que conviveram com essa Irmã. Além disso, nas fotos leem-se comentários carinhosos, como na imagem 25, em que a Irmã Carmelita escreveu: “Querido Jardim de Infância te amo muito.” Com tais comentários, entende-se o afeto e as atitudes da Irmã Carmelita para com seus alunos.

O uniforme vermelho chama a atenção. É provável que fosse usado apenas pelo Jardim de Infância, já que não foi constatado em fotografias de outras turmas. No entanto, deve-se considerar que muitas das fotografias selecionadas e analisadas para o estudo são em preto e branco. Outra característica, que pode ser inferida a partir da observação dos uniformes e dos alunos, é que a maioria está devidamente uniformizada, havendo um menino que está vestindo calça jeans, o que pode estar relacionado ao poder aquisitivo dos alunos. É provável que os alunos pertenciam à classe média e, principalmente, à alta, pelo fato de estarem frequentando o Jardim de Infância em instituição particular.

Sobre a cultura escolar, também chama a atenção o número de alunos, havendo, na figura 25, 32 alunos. A data do registro fotográfico não foi mencionada, no entanto, um dos

alunos esta vestido de palhaço, e dois deles estão segurando um troféu. Sendo assim, é suposto que nesse dia tenha havido alguma atividade especial ou comemoração.

A Irmã Carmelita ingressou no Colégio Regina Coeli em 19/2/51 e atuou no colégio tanto no período em que era uma escola confessional católica, como no período em que foi assumida pelo Centro Comunitário Veranense de Educação e Assistência (Cecovea) tendo sido funcionária desse de 3/3/69 a 15/1/82, como professora no Jardim de Infância. De acordo com informações da Sede Provincial, repassadas pela Irmã Hedda Maria Reschke,⁸⁸ Irmã Carmelita ficou em Veranópolis de 1951 até 2000, ano em que ficou doente e que foi transferida para a Comunidade São Luiz e depois para a Comunidade de Nazaré.

Apesar de Colégio Regina Coeli estar sendo administrado pelo Cecovea desde 1969, houve uma resistência muito grande por parte das Irmãs para saírem da escola, que era sua moradia. O último andar era destinado à residência dessas Irmãs, e isso às mantinham muito próximas do colégio que administraram, participando como funcionárias e professoras. No momento desse desligamento, ouviu-se pela cidade muitos comentários a respeito da desocupação do prédio pelas Irmãs. Uma das resistentes teria sido a Irmã Carmelita, que começou a adoecer no período em que lhes foi imposta a saída da escola.

A representação do colégio não era só de ser uma escola por onde haviam passado milhares de alunos, mas era de afeto e, mais do que isso, era de lar, onde a Irmã Carmelita passou quase 50 anos. Difícil é imaginar que tal transição teria sido fácil. Agora, talvez, seja possível entender por que a transição de confessional católica para comunitária, em 1969, não gerou tantos embates e tensionamentos. A resistência, a dor por deixar algo construído e vivido por elas veio depois, justamente no momento em que tiveram que deixar o prédio com toda a simbologia que ele carregava.

Como já dito, a Irmã Carmelita tinha uma relação muito próxima com os alunos e com a comunidade educativa. Nas palavras da entrevistada, Professora Jane Dal Pai Giugno, se percebe não só a proximidade com as Irmãs, como também a conduta da Irmã Carmelita, que denotava uma relação intensa de afeto com os alunos:

No tempo que as Irmãs eram proprietárias e diretoras da escola, eu tinha uma relação muito próxima e vou dizer por que, não só por ter sido aluna, mas pela relação que minha família tinha com as Irmãs, com os padres. [...] Isso então nos anos de 56 em diante. Meus quatro, cinco anos, sempre um respeito muito grande porque eles eram autoridades máximas na religião e na educação. [...] E essa relação se prolongou, foi se estendendo e, na escola, como elas tinha também um vínculo conosco e nós com elas, na escola eu até tinha acesso, por exemplo, naquele lugar que se dizia que era a

⁸⁸ Irmã Hedda M. Reschke também esteve no Colégio Regina Coeli até 1981, onde trabalhou na secretaria da escola por um tempo aproximado de oito a dez anos.

clausura... [...]. Bom, a clausura era um lugar específico que só as Irmãs entravam, e por muitas vezes, enquanto pequena eu chorava de saudades, a Irmã Carmelita me levava numa clausura que era do refeitório, pra me dar os pirulitinhos lá dentro, então eu me lembrei que eu transitava pela coisa que era proibida aos outros, pra mim não era. O proibido pra mim não teve muito isso, porque também lá pelas tantas, aos 8, 9 anos, eu perdi meu pai. Então muito cedo fiquei órfã. E pela grande relação de amizade, penso que elas se sentiram num certo compromisso e obrigação de ajudarem minha mãe na nossa formação, minha e da minha irmã. (GIUGNO, 2012).

Pelo depoimento dessa ex-aluna, e mais tarde professora, percebe-se novamente a grande afetividade e o cuidado que a Irmã Carmelita dispensava por seus alunos. Alguns, como citado anteriormente, tinham um contato mais estreito e recebiam pirulitos, assim como podiam acessar espaços específicos das Irmãs. Os pirulitos simbolizavam a ternura e a docilidade próprias dessa educadora.

Apesar de a Irmã Carmelita não ser referenciada nas produções sobre a educação de Veranópolis, está presente na lembrança e nas representações da comunidade educativa. Prova disso é a Escola Municipal de Educação Infantil Irmã Carmelita, que recebeu seu nome em homenagem a essa freira abnegada.

As considerações aqui apresentadas (sobre os sujeitos do ensinar) permitem inferir que, no período de 1948 a 1969, a maioria das professoras do Colégio Regina Coeli eram Irmãs de São José, havendo ainda a presença de alguns professores leigos, como o professor de Educação Física e os Irmãos Maristas⁸⁹. Mesmo que a maioria do corpo docente fosse composto por Irmãs de São José, percebem-se características próprias em cada uma delas, assim como a forma peculiar de exercer a docência. Aspectos da história de duas Irmãs educadoras, que foram narrados aqui, demonstram que, seguiam os princípios de uma educação cristã, que prezava a ordem e a disciplina, cada uma tinha uma forma singular de ensinar e de se relacionar. Essa forma peculiar era influenciada não só pelas subjetividades e idiosincrasias, mas também por fatores externos, como, por exemplo, a série em que trabalhavam e, conseqüentemente, a idade dos alunos. Assim, era diferenciada a exigência presente nas turmas de Ensino Secundário (atual Ensino Médio), onde a Irmã Henriete Cembrani trabalhava, da afetividade apresentada pela Irmã Carmelita, nas turmas de Pré-Primário (atual Educação Infantil).

Para concluir, é importante mencionar que, independentemente das séries em que atuavam e da postura que adotavam na atuação docente, os sujeitos do ensinar do Colégio

⁸⁹ A partir da LDB 4024/61 os professores que lecionavam no ensino secundário teriam que ter formação nas faculdades de filosofia, ciências e letras, assim como os professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico teriam que ter formação em cursos especiais de educação técnica (Artigo 59).

Regina Coeli deixaram marcas na comunidade educativa, marcas de exigência e de dedicação, de disciplina e de afetividade, de sabedoria e de bondade, que tornaram as Irmãs de São José uma referência em educação. As Irmãs eram consideradas “exímias educadoras”. A atribuição dessa característica pode estar relacionada à vocação religiosa, pois como afirma Ferreira e Rabelo (2010) “as mulheres, a partir do momento que foram convocadas a cumprir uma missão nobre, passaram a ser percebidas como reprodutoras de valores que viessem a beneficiar a sociedade”. Essa percepção é influenciada por concepções que perpassam a história das congregações e do magistério, assim como está relacionada às questões de gênero.

Para compreendermos melhor porque o magistério passa a ser uma das atividades centrais exercidas pelas religiosas é preciso entender a história da constituição e desenvolvimento da maneira como as mulheres viveram e vivem a vida religiosa, bem como, a feminização do magistério, ou seja, as raízes históricas da atividade docente – vista como vocação e sacerdócio. (FERREIRA; RABELO, 2010, p.19).

Considerando o percurso histórico, as representações, as influências, assim como as práticas das Irmãs de São José, é possível afirmar que elas tornaram-se uma referência em educação. Em Veranópolis, tal referência foi marcada por esforços conjuntos de toda a comunidade escolar, sendo de grande importância o papel dos sujeitos administrativos, o que será discutido a seguir.

3.2.3 Sujeitos administrativos: olhares e representações acerca da direção do Colégio Regina Coeli

Sendo os regimes de externato, semi-internato e internato exclusivamente femininos, o Colégio Regina Coeli, em 1949, era administrado por uma diretora, membro da Congregação das Irmãs de São José, auxiliada por uma vice-diretora. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

O Regulamento Interno do Ginásio Regina Coeli, no Capítulo II, versa sobre “Administração”, apresentando, no artigo 5º, a estrutura geral da administração interna, que era

constituída por Irmãs da Congregação de S. José, com personalidade jurídica, possuidora dos bens das Irmãs da mesma Congregação no Estado do Rio Grande do Sul. A Direção é composta de uma Diretora, uma Vice-diretora, uma Econômica, uma Secretária, duas Prefeitas e uma Enfermeira. (Artigo 5º, RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

O artigo 6º trata das incumbências da diretora, que deveria dirigir a casa, organizar os horários, fiscalizar os estudos e cuidar da disciplina geral. A vice-diretora, conforme o artigo 7º, era a substituta imediata da diretora nas suas ausências e impedimentos. Já à ecônoma era confiada a “administração dos bens da casa, a verificação e aquisição dos gêneros alimentícios, a compra, renovação e conservação da mobília, a fiscalização dos trabalhos das empregadas”. (Artigo 8º, RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

Apesar de haver vice-diretora, nos documentos e entrevistas, foram encontradas referências sempre à diretora, explicitando, assim, o papel de destaque como autoridade máxima do Colégio Regina Coeli no período em a escola era confessional católica. Esse destaque é explicado pelo artigo 7º, já que a vice-diretora era vista como substituta da diretora quando essa estivesse ausente ou impedida. Além disso, a disciplina, característica marcante da educação católica, deveria ser fiscalizada pela diretora, assim como os estudos. Entende-se, assim, que, ao mesmo tempo que o estudo e a disciplina eram pilares da educação oferecida no Colégio Regina Coeli, a direção deveria cobrá-los e, para isso, era exigido que a própria diretora tivesse disciplina e, provavelmente, uma postura mais rígida.

Essa rigidez foi sentida pela Irmã Henriete Cembrani em relação à primeira diretora do Colégio Regina Coeli, ficando claro quando afirma que “as Irmãs eram boas comigo, a primeira Superiora foi a Madre Joana Aimé, que era Rampi, que é de lá, bem exigente, bem braba”. (CEMBRANI, 2012). Em outro momento, esclarece que as outras Irmãs (diretoras) eram mais afetuosas; nas suas palavras, “eram mães”. E continua mencionando: “Eu tive rígida a primeira, que foi a Joana, Joana Aimé. As francesas superseveras.” (CEMBRANI, 2012). Dalino Pessin reafirma essa percepção ao dizer, em relação às Irmãs, que “elas eram mais rígidas. Elas eram determinadas e queriam disciplina. E a disciplina era através de ordem, era a formação delas”. (PESSIN, 2012).

Tendo essa postura mais rígida, era comum que as diretoras tivessem uma relação mais distante com os alunos, como menciona Maria do Carmo Strapazzon:

Ah, com a direção a nossa relação era... não tínhamos assim, não era uma coisa assim muito trivial, do dia a dia. Era uma relação de hierarquia. A gente, quando se encontrava nos corredores, coisa, mas o nosso contato maior era com os professores. O diretor na época era outro. Não que fosse uma coisa assim que a gente não tivesse perto. Mas era a estrutura da época. (STRAPAZZON, 2012).

Na entrevista, se percebe certa dificuldade de Maria do Carmo Strapazzon de expressar sua relação com a direção, no período em que a escola era confessional católica. Essa dificuldade fica explicada na própria fala da entrevistada, já que não existia relação

próxima com a direção, que era a autoridade máxima. No momento em que Strapazzon menciona que, como alunas, tinham um contato maior com as professoras, percebe-se o respeito em relação à organização hierárquica do Colégio Regina Coeli.

Ainda no capítulo sobre administração, o artigo 9º refere-se às competências da enfermeira, que deveria: “cuidar da saúde das meninas fazendo-lhes os pequenos curativos necessários, comunicar à Diretora os casos de doença para que esta faça aviso aos pais, depois de ouvido o médico”. Também são citadas as prefeitas, no artigo 10, que deveriam zelar pelas alunas durante todo o tempo em que não estivessem em aula. O capítulo é finalizado com o artigo 11, que cita a composição do Conselho Administrativo da instituição, formado pela diretora, vice-diretora e ecônoma. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

Pela organização administrativa mencionada no Relatório da Verificação para Efeito da Concessão de “Inspeção Preliminar” do Ginásio Regina Coeli, percebe-se a preocupação com a organização do Colégio, bem como com os cuidados com a saúde das alunas internas, prestados pela enfermeira, e o zelo que, nesse caso, era acompanhado de cuidado, mas também de fiscalização, prestado pelas prefeitas. Além disso, evidencia-se a centralização do poder nas mãos da diretora, que era quem acompanhava todos os processos e se responsabilizava pela organização e disciplina geral.

No período em que a escola era confessional católica (1917–1969), apenas Irmãs estiveram na direção. As diretoras, da fundação até 1969, foram:

Quadro 3 - Diretoras do Colégio Regina Coeli (1917 a 1969)

Diretora	Período
Irmã Ângela Perini	1917 a 1921
Irmã Bertila Brusamarello	1922 a 1923
Irmã Maria José Curra	1924 a 1925
Irmã Olímpia Philippini	1926 a 1930
Irmã Josephina Bourgeois	1931 a 1934
Irmã Ângela Perini	1935 a 1943
Irmã Jeane Aimée ⁹⁰	1944 a 1949
Irmã Ana Camila Lorenzi	1950 a 1952
Irmã Luisa de Gonzaga	1953 a 1958
Irmã Maria Celeste Canzi	1959 a 1961
Irmã Maria Adélia Moreschi	1962 a 1963
Irmã Rosa Carolina	1964 a 1969

Fonte: Farina (1992, p. 230).

⁹⁰ Encontra-se, na maioria das vezes, seu nome escrito em português: Joana Aimé.

A primeira Irmã a assumir a direção, Irmã Ângela Perini, fazia parte do grupo de Irmãs que se estabeleceram em Veranópolis, em 29 de janeiro de 1917, começando seu trabalho na área da educação, conforme é mencionado no Capítulo 1. Irmã Ângela Perini assumiu a direção em dois momentos, tendo permanecido, ao todo, durante 14 anos. Assim como a Irmã Ângela Perini, Irmã Olympia Philippini⁹¹ também fazia parte do grupo das primeiras Irmãs a se estabelecerem no Município de Veranópolis, na época denominado Colônia Alfredo Chaves, tendo permanecido por cinco anos à frente da direção. Percebe-se que não havia um tempo determinado para a gestão de cada Irmã diretora.

Na época da fundação do Colégio Regina Coeli, estava na direção a Irmã Joana Aimé, bastante mencionada em entrevistas e documentos, conhecida por sua exigência. Além dela, foram citadas as Irmãs Ana Camila Lorenzi, que, de acordo com a Irmã Henriete Cembrani “era boa pra todos” (CEMBRANI, 2012), assim como a Irmã Luisa de Gonzaga, que, como mencionado em relação às outras Irmãs, Henriete Cembrani a definia como uma “mãe”, mostrando que havia uma relação de afetividade e de cuidado.

A Madre Maria Adélia Moreschi e a Irmã Rosa Carolina também foram citadas em entrevista dada pela ex-aluna Maria do Carmo Strapazzon. Irmã Rosa Carolina estava na direção da escola no momento da troca de estatuto.

Jane Lourdes Dal Pai Giugo, através da sua narrativa, reforça características importantes presentes na gestão das Irmãs:

No tempo, enquanto era confessional e as Irmãs no poder, na direção, a disciplina era rigorosíssima, rigorosíssima. Não se podia isso, não se podia aquilo, a qualquer resposta diferente se tinha o castigo, tinha o afastamento, era uma coisa assim que denegria até o aluno. (GIUGNO, 2012).

Apesar de existir essa percepção em relação à atuação e às exigências das Irmãs, havia também uma vinculação intermediada por respeito.

No tempo que as Irmãs eram proprietárias e diretoras da escola eu tinha uma relação muito próxima e vou dizer porque, não só por ter sido aluna, mas pela relação que minha família tinha com as Irmãs, com os padres. Meu pai sempre acompanhou e assessorou muita a vida religiosa, financeiramente e de amizade, tanto das Irmãs, quanto dos padres. Então, com as Irmãs, eu sempre as vi como pessoas muito próximas, desde que eu entrei e o respeito era enorme, grande por elas. Sempre me foi colocado, pela mãe, pelo pai, que eram pessoas de extremo respeito, e que aquilo que era dito por Irmãs ou por padres devia ser considerado como uma verdade absoluta e respeito absoluto. (GIUGNO, 2012).

⁹¹ Assim como no caso da Irmã Joana Aimé, o nome da Irmã Olympia foi adaptado ao português: Olímpia.

Para concluir, ressalta-se uma característica marcante no exercício da direção pelas Irmãs de São José era a disciplina. Apesar disso, havia também espaço para demonstrações afetivas, no entanto, bastante intermediada pelo respeito, já que elas eram vistas como detentoras da verdade por alguns e como referências em educação para a comunidade veranense.

Considerando que as representações de uma educação católica, permeada por disciplina e respeito, repercutem nos currículos e nas práticas, considera-se pertinente pensar sobre os saberes escolares, que é o próximo tema a ser abordado.

3.3 SABERES ESCOLARES

Os saberes escolares, que neste estudo referem-se aos currículos, às disciplinas e aos métodos, estão relacionados aos fins da educação. O artigo 1º do Regulamento Interno do Colégio Regina Coeli, de 1949, expressa a finalidade do mesmo, que é “dar às jovens sólida educação moral, religiosa, intelectual e física”. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949). Sendo assim, fica claro que a escola tinha o objetivo de oportunizar uma educação católica dirigida ao público feminino. Os cursos oferecidos, conforme constam no artigo 3º, são: primário, secundário e economia doméstica. O capítulo VII, que trata da “Educação Intelectual”, explicita que o Curso Primário compreendia cinco anos, o Secundário, quatro, e o de Economia Doméstica, de um a três anos, sendo que todos obedeciam aos programas oficiais.

No “Relatório da Verificação para Efeito da Concessão de ‘Inspeção Preliminar’ Ginásio Regina Coeli” (1949), onde são apresentados os nomes dos professores do ginásio, pode-se observar que eram ministradas as seguintes disciplinas no ano referido: Matemática, Ciências Naturais, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil, Francês, Trabalhos Manuais, Português, Latim, Inglês, Desenho, Música, Economia Doméstica e Educação Física. Existem poucas diferenças entre as matérias trabalhadas pelo Colégio Regina Coeli, em 1949, e as citadas por Souza, ao se referir ao período a partir de 1930, com o advento da Escola Nova.

No plano de estudos prevaleceu o mesmo rol de matérias estabelecidas desde o início da República: Leitura, Linguagem Oral e Escrita, Aritmética e Geometria, Geografia, História do Brasil e Instrução Cívica, Ciências Físicas e Naturais, Trabalhos Manuais, Desenho, Caligrafia, Canto e Ginástica. (2008, p. 77).

Da análise das escolas de São Paulo, Souza (2008) afirma que, a partir de 1949, houve a inclusão de Economia Doméstica e de Educação Sanitária nos programas escolares.

No Colégio Regina Coeli, como já mencionado, a economia doméstica estava presente, não havendo informações de que a Educação Sanitária era trabalhada. Juntamente com os Trabalhos Manuais, a disciplina de Economia Doméstica evidencia que havia um interesse por aspectos relacionados ao lar e uma preocupação com o desenvolvimento de habilidades que poderiam ser utilizadas no dia a dia.

Para o ensino das disciplinas escolares havia salas especiais com recursos que eram, ou deveriam ser, utilizados pelos professores e alunos. Tais salas estavam em consonância com a pedagogia da Escola Nova, que, durante décadas, influenciou na ocorrência de mudanças na educação, principalmente em relação aos métodos e materiais de ensino.

Durante mais de três décadas (entre 1930 e 1970), os princípios da Escola Nova informaram as orientações didáticas para o ensino público, a formação de professores nas escolas normais e a elaboração de impressos educacionais de diferentes tipos: manuais, didáticos, coleções pedagógicas e periódicos educacionais. (SOUZA, 2008, p. 80).

Jane Lourdes Dal Pai Giugno, em seu depoimento, descreve sua percepção em relação à influência do movimento do tecnicismo no Colégio Regina Coeli:

Eu vivi [...] o tempo em que a técnica, o tecnicismo, gente... a técnica era a salvação. Então, nós tínhamos técnicas, técnicas, técnicas e se acreditava que uma boa técnica fazia uma boa aula... e iniciei com o livro. Me lembro muito bem, e até hoje, eu tenho pavor de História e de Geografia, porque a gente tinha que ler e só responder questionário. E era horrível, e as minhas professoras, as Irmãs, chegavam na sala: página tal. Elas mandavam abrir, ler e depois de ler, e depois de lido a pergunta assim: “Alguma dúvida?” e a gente não perguntava muito as dúvidas porque muitas vezes aconteceram, aconteceu de uma aluna ou outra, fazer as perguntas sobre as dúvidas e de uma forma assim, bem, como eu vou te dizer, jocosa, elas gozavam um pouquinho da dúvida, não chamando de burra, mas dizendo que aquilo era tão óbvio que não merecia pergunta. Então ninguém queria perguntar de medo de ser chamado, indiretamente, de burra. Então a gente ficava a engolir as dúvidas. [...] Dicionário, a gente não trabalhava com dicionário em sala. Não tinha essa de procurar as dúvidas nos dicionários, e nem de ser estimulado de ir pra biblioteca e buscar os sinônimos. (GIUGNO, 2012).

As falas de Giugno (2012) permitem visualizar que, apesar de o movimento da Escola Nova interferir nas práticas educativas do Colégio Regina Coeli, permaneciam como práticas que diziam respeito a concepções anteriores, pois não havia espaço para autonomia e para o educando aprender fazendo, que eram premissas presentes na Escola Nova, de acordo com Aranha (2006). O movimento da Escola Nova pode ser entendido como “um movimento que defendia a educação ativista, a partir da renovação da pesquisa pedagógica, na busca teórica dos fundamentos filosóficos e científicos de uma prática educativa mais eficaz”. (ARANHA, 2006).

Embora a ênfase da educação estivesse na capacidade de aplicar os conhecimentos às situações vividas e não só na acumulação de conhecimento, em muitos momentos, nas práticas pedagógicas do Colégio Regina Coeli, existiam resquícios de uma educação mais autoritária, voltada para o acúmulo de saberes. Em outros momentos, de acordo com o relato da professora Henriete Cembrani, existiam práticas que propiciavam a relação dos conteúdos com questões da vida. A professora relata sua prática nas aulas de Geografia e Matemática, em que fazia aproximações com situações diárias, fazendo as alunas pensarem sobre como poderiam utilizar aqueles conhecimentos na sua vida.

Valdemarin (2010) auxilia na compreensão do movimento da Escola Nova, afirmando que a estratégia inicial de propagação das ideias desse movimento priorizou o estabelecimento de bases teóricas, descrevendo algumas iniciativas metodológicas. Após a apropriação de novas concepções e a mudança de mentalidade, foi possível visualizar novas práticas. No entanto, havia uma tensão entre os objetivos pretendidos e as novas experiências, que se relacionam de modo complexo com as já consolidadas.

No Colégio Regina Coeli, como já exposto, haviam práticas relacionadas à concepção da Escola Nova, mas também práticas enraizadas em antigos métodos. Um dos recursos utilizados para novas práticas eram as salas especiais, que, com os seus materiais, oportunizavam novos métodos de ensino. Na sala de Geografia, por exemplo, havia globo terrestre, tabuleiro de areia, bússola, termômetros, cartas, murais, atlas, amostra de produtos e coleção de vistas. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

Figura 29 -Sala de Geografia em 1949



Fonte: Acervo do Colégio Regina Coeli.

Através da figura 29, é possível observar os materiais didáticos utilizados, destacando-se mapas e atlas expostos na parede, que dizem respeito à *práxis* pedagógica. O professor tinha à disposição materiais didáticos que tornavam o ensino de Geografia mais concreto, na medida em que esses possibilitavam além de uma aula expositiva, a visualização e o manuseio de materiais que poderiam auxiliar na compreensão prática dos conteúdos. A própria entrevistada Professora Henriete Cembrani, foi umas das docentes que lecionou Geografia, diz que além da utilização de materiais concretos, ela tinha um jeito peculiar de tentar relacionar a teoria com a prática. Sempre, ao começar o ano letivo, explicava para que servia a disciplina. Em relação à Geografia, relatou que perguntava: “Vocês já pensaram nós viajarmos, sem nos mexer, sem gastar dinheiro?” (CEMBRANI, 2012). Além disso, mencionou, em seguida, que levava discos com som de pássaros. Por esse exemplo específico, pode-se perceber que existia uma preocupação em tornar o conteúdo mais significativo, sendo a postura da professora importante para isso, assim como a utilização de materiais e recursos didáticos. Ou seja, havia recursos, mas cabia aos professores, com seus alunos, trabalhá-los.

O material concreto estava bastante presente também na sala de Desenho, que contava com cubos, paralelepípedos, prismas, cilindros, pirâmides, cones, esferas, poliedros, troncos de pirâmide, troncos de cone, modelos em gesso, coleção de modelos anatômicos e coleção de motivos arquitetônicos. Muitos desses materiais podem ser observados na figura

30, onde aparece o mobiliário e os materiais cuidadosamente dispostos, provavelmente colocadas para a fotografia, ao mesmo tempo que a maneira como estão colocados os suportes com imagens e folhas denotam um aspecto de uso, de que a sala estava preparada para receber os alunos ou de que havia sido preparada para o registro fotográfico de maneira a exemplificar o seu uso.

Figura 30 - Sala de Desenhos



Fonte: RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO... (1949).

Na sala de Trabalhos Manuais havia pia, grampos para carpinteiro, escalas métricas inglesas, compassos, riscadores, serrotes, serrinhas de recortar, formões, alicates de diversos tipos, plainas, martelos e massetes, arcos de pau com jogo de ferramentas, chaves de fenda, limas chatas redondas e triangulares, canivetes de uma lâmina, lixas, tesouras, pregos e parafusos, tintas, vernizes e colas. Diante do exposto, presume-se que esses materiais eram mais para o uso dos meninos. Para as meninas, eram usadas agulhas, linhas, fios, tintas, lã, como materiais escolares, mas que não são citados no relatório. Levanta-se a hipótese, que eram materiais que as Irmãs já possuíam ou eram próprios das alunas, que talvez os levassem de casa. Tais materiais, assim como a existência de uma sala para aulas de Trabalhos Manuais, dão uma dimensão de quais eram as habilidades a serem desenvolvidas no currículo. A justificativa para a utilização de tais materiais, hoje presentes na escola geralmente para uso de funcionários e não de alunos, pode estar fundamentada no objetivo que a escola tinha de

preparar as alunas para serem exímias mães e donas de casa. A entrevistada Jane Lourdes Dal Pai Giugno ressalta esse objetivo ao se referir à sua educação e à de sua mãe:

Minha mãe foi colocada também num colégio de Irmãs para receber toda uma formação enquanto ela era noiva do meu pai. Então também tem essa relação que vem vindo, elas formaram minha mãe nas artes, na culinária, tudo preparando para ser a dona de casa, a esposa do Eugênio e a mãe dos futuros filhos. E essa relação se prolongou, foi se estendendo. (GIUGNO, 2012).

Apesar da mãe da entrevistada não ter sido aluna do Colégio Regina Coeli, o discurso da entrevistada exemplifica perfeitamente quais eram os objetivos da educação dirigida a meninas. Sendo assim, a disciplina Trabalhos Manuais fazia parte desse desenvolvimento integral.

Em relação às instalações e aos materiais para Educação Física, a escola contava com pista de corrida, caixa para saltos em altura e distância, aparelhos para salto em altura, barras duplas, traves, alvo para arremesso de bolas, 12 pesos esféricos, dois fardos cilíndricos, pesos com base hexagonal, bolas de estopa revestidas de couro, dez medicine-balls,⁹² cordas de 1,50m para saltar e bastões para luta. No material esportivo, constava um disco, um dardo, uma bola de voleibol, uma bola de basquetebol, uma trena de 10 metros, um apito, quatro bandeirolas, um novelo de lã, dois postos de chegada e quatro bastões para revezamento. Nota-se que os materiais para Educação Física e os materiais esportivos são citados separadamente. Não foram encontradas evidências para essa separação, por isso, levanta-se a hipótese de que tal separação podia indicar a diferença entre as atividades desenvolvidas individualmente e as atividades desenvolvidas por equipes ou entre os materiais utilizados apenas para Educação Física e dos que poderiam ser usados em outras práticas esportivas, como, por exemplo, em jogos de integração.

⁹² Bola de medicina utilizada para reabilitação e treinamento de força.

Figura 31 - Área e materiais para Educação Física



Fonte: RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO... (1949).

Na figura 31, observa-se que a área para Educação Física não é calçada tendo chão de terra. Em outras imagens, percebe-se que a pista de corrida também é de terra e fica próxima da área mostrada anteriormente. Com esse espaço e com os materiais já mencionados, o ensino de Educação Física seguia as prescrições da Divisão de Educação Física, conforme o artigo 19, do Capítulo VIII, do Regulamento Interno do Colégio Regina Coeli. No artigo 20, é dito que a escola proporcionava momentos de demonstrações públicas e encontros com sociedades desportivas, com o objetivo de estimular as alunas à prática da Educação Física. (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949). Esses encontros e atividades são citados por uma das alunas entrevistadas, que frequentou o Colégio Regina Coeli no ano de 1955: “nós jogávamos vôlei, a gente tinha uma professora de Educação Física que fazia exercícios conosco. [...] nós éramos do time do vôlei, formamos um time e aí nós jogávamos com outras, de fora, sabe?, que vinham jogar lá no pátio da escola”. (NEGLIA, 2012).

O pátio da escola, referenciado pela aluna, provavelmente, era o pátio interno, que, na fotografia de 1949, figura 32, aparece ainda sem calçamento, no entanto, com lajes empilhadas no canto do pátio, o que indica que o espaço seria calçado, provavelmente, pouco tempo depois.

Figura 32 - Pátio interno da escola Regina Coeli



Fonte: RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO... (1949).

Outra característica mencionada pela entrevistada Jane Lourdes Dal Pai Giugno é que a Educação Física era dada separada para meninos e para meninas. A ex-aluna Maria do Carmo Strapazzon, que estudou na escola de 1959 a 1966, lembra que o Sargento Assunção era seu professor de Educação Física e que, nas suas aulas, trabalhava especificamente com alongamentos, exercícios corporais e outras atividades, tais como:

Essas ordens de comando, esses exercícios direita, esquerda, essas coisas assim [...] a gente fazia os exercícios depois tinha o famoso caçador, coisas que eu acho que vocês não conheceram. [...] É, se jogava caçador, vôlei, era isso aí. (STRAPAZZON, 2012).

A prática do Professor Assunção contemplava ordens e comandos, características que remetem ao treinamento de um exército, próximo, portanto, da vivência daquele Sargento. Enquanto em 1949, no relatório, consta uma professora para a disciplina de Educação Física, a docente Hedda Maria Reschke, que, de acordo com descrição, estava com registro em andamento, com o comentário, manuscrito, de que havia “licença concedida a título precário” (RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949), no período em que Jane Lourdes Dal Pai Giugno e Maria do Carmo Strapazzon, foram alunas, a partir de 1955, havia um professor, o que, muitas vezes, causava certo constrangimento, principalmente quando as meninas se sentiam desconfortáveis na realização de alguns exercícios por questões relativas às condições femininas.

Só tinha um professor, o Professor Sargento Assunção, que era nosso professor de Educação Física. E, assim, a gente se sentia bastante constrangida porque, às vezes, se a gente não podia fazer educação física, não tava muito afim, tinha que dar as explicações minuciosas, e sabe a educação da época, a gente ficava meio constrangida. (STRAPAZZON, 2012).

Independentemente do professor, o ensino de Educação Física mesclava exercícios e jogos, sendo importante também no período de preparação para o Dia 7 de Setembro, pois eram nas aulas de Educação Física que os alunos ensaiavam, por repetidas vezes, a marcha e durante as quais eram organizados os pelotões para o desfile.

Outro ambiente que diz muito sobre os saberes trabalhados no Colégio Regina Coeli, é a sala de Línguas Vivas possuía mais de cem livros em francês, mais de cinquenta livros em inglês e filmes americanos. Na figura 33, observa-se a mesa do professor centralizada, colocada sobre um tablado, com dois quadros-negros ao lado. Em um deles, é possível decifrar que se trata de um texto em inglês. Além disso, há aparelhos eletrônicos, aparentando ser um toca-discos e um rádio. Há também materiais e folhas sobre as mesas, levantando-se a hipótese de que esse ambiente, assim como outros, foram preparados cuidadosamente para a fotografia, mas de maneira que mostrasse a possível forma de uso do ambiente.

Figura 33 - Sala de Línguas Vivas no Colégio Regina Coeli



Fonte: RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO... (1949).

Na sala de Ciências Naturais foram citados inúmeros materiais, dentre eles: dinamômetro, modelo de sifões, termômetro de mercúrio e álcool, câmara escura, ímãs, bússola, campainha, telefone de demonstração, bastões de vidro, areia, ágata, quartzo, mármore, ametista, argila, ocre, cobre nativo, giz, esqueletos de roedores, de carnívoros, 14 aves empalhadas, 15 ofídios, cinco anuros, cinco vermes, insetos, aracnídeos, coleção de carpologia dos principais tipos de frutos secos, modelos de inflorescências. Além disso, no relatório foram citados vários materiais de experimentação e reagentes.

Figura 34 - Sala de Ciências Naturais do Colégio Regina Coeli



Fonte: RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO... (1949).

Assim como em outras salas, a sala de Ciências Naturais possuía materiais para explicações, experiências e demonstrações. Os animais taxidemizados, conforme pode ser observado na figura 34, eram comuns nas escolas particulares naquela época, e muitos desses permanecem até hoje nas escolas. No Colégio Regina Coeli, por um grande período, mesmo quando a escola não era mais confessional católica, os animais empalhados, como eram denominados popularmente, atraíam a atenção e a curiosidade das crianças, chegando a causar certo alvoroço em poder observar suas características tão de perto.

Além das salas especiais, demonstradas no Relatório da Verificação..., o Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas do Curso de Formação de Professores Primários (CFPP) da Escola Normal Regina Coeli (com termo de abertura datado de 1954), apresenta aspectos

relacionados aos saberes escolares, principalmente relativos a avaliações, datas comemorativas, planos de ensino e diários de classe.

Em 1954, em reuniões, coordenadas principalmente pela Fiscal do CFPP, estava presente, na primeira reunião registrada em ata, a diretora Madre Luisa de Gonzaga. Nas reuniões, onde estavam presentes, geralmente, a fiscal e as professoras do Curso Primário, contando, em alguns momentos com a presença da diretora e da secretária, foram discutidos os seguintes assuntos: duração das aulas e número de horas semanais das disciplinas da 1ª Série Normal, instruções para a realização das provas escritas: constituição das bancas, organização das questões e dos documentos da secretaria, necessidade de organização dos planos e diários, preparativos para o exame, orientações para o programa a ser desenvolvido durante a *Semana da Pátria*, horário dos exames e instruções para a aplicação dos mesmos, expedidas pelo Centro de Pesquisas.

Na organização dos horários para os exames a serem prestados em 1956, é possível perceber como era a organização das avaliações:

Novembro – 26 – 1º ano – Prova de Leitura Oral; 27- 5º ano – Linguagem; 29 – 5º ano – Matemática e Estudos Sociais; 29 – 4º ano – Linguagem; 30 – 4º ano – Matemática e Estudos Sociais; 1º de Dezembro – 3º ano – Linguagem – 2 – 3º ano – Matemática e estudos Sociais. (LIVRO DE ATAS,⁹³ 1954).

Além desses exames, as alunas tinham lições e trabalhos práticos, mencionados no Regulamento Interno do Colégio Regina Coeli, no Capítulo IX, que trata dos “Trabalhos Práticos e Arguições”, sendo que, diariamente, eram marcadas lições que deveriam ser estudadas e trabalhos práticos a serem executados fora das aulas. Em todas as aulas, havia arguições sobre as lições explicadas, quando eram atribuídas notas de 0 a 10, com graduação de meio em meio ponto.

Numa reunião, de 29/5/1954, foi realizada uma leitura extraída da *Revista do Ensino*, sobre “Aprendizagem da leitura: setencição e palavrção”. Desse modo, pode-se entender que a *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul* era utilizada como um instrumento de qualificação profissional. Para Bastos (2005) a *Revista do Ensino* buscava

ser um instrumento técnico-pedagógico de atualização permanente do magistério, elevando o nível qualitativo dos profissionais da educação, através da divulgação de experiências pedagógicas, da realidade da educação e do ensino, como apoio ao conteúdo das diferentes áreas que compunham o currículo do ensino elementar e posteriormente do 1º grau. (p.339).

⁹³ Livro de Atas de reuniões pedagógicas do CFPP da Escola Normal Regina Coeli.

O uso da *Revista do Ensino* no Colégio Regina Coeli, está em consonância com as palavras de Bastos (2005), pois servia como um instrumento técnico-pedagógico de atualização docente. Em diferentes atas aparece uma preocupação com a formação dos professores, tendo as reuniões mais que a intenção de informar, o objetivo de trabalhar com assuntos que visavam o desenvolvimento profissional dos docentes. Merece destaque a ata do dia 9/12/1954, na sala da 1ª Série do CFPP, em que estava presente a Professora Fiscal Dolores Lopes Marto Flores, a Diretora Madre Luisa de Gonzaga e as professoras, pois, nesse dia, “foram entregues às alunas os resultados finais do ano letivo, bem como prêmios às que se distinguiram pelo comportamento, distinção nas matérias e grau mais alto em religião”. (LIVRO DE ATAS,⁹⁴ 1954).

A ata do dia 15/12/1954, a última do ano, trata de assunto semelhante, mas dessa vez, relacionado às alunas do CFPP, onde está registrado que foram entregues a essas alunas o resultado final do ano letivo e prêmios às que lograram o primeiro lugar e se distinguiram pelo comportamento, assistência à missa colegial e média mais alta em religião.

Pela ata, percebe-se a importância atrelada às questões religiosas. Tal importância aparece também no Capítulo V, do Regulamento Interno do Colégio Regina Coeli, que trata da educação moral e religiosa, que era proporcionada pelas Irmãs. Tendo como base princípios cristãos, elas procuravam “desenvolver nas educandas as acrisoladas virtudes que devem ornar a alma feminina”, criando, nas alunas, sentimentos de responsabilidade, preparando-as para a missão que deveriam desempenhar como futuras educadoras e mães de família. (Artigo 16, RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO..., 1949).

Essa preparação, baseada nos princípios cristãos, podia ser percebida nas práticas dentro e fora de sala de aula. Não só conteúdos eram trabalhados, mas a postura das alunas, assim como a religiosidade através da participação de missas e de atividades na Capela. A Irmã Maria Diumira Barcellos Neglia, ex-aluna do internato, referencia a capela, afirmando que “tinha missa na capela do colégio. Tinha uma capela bonita”. (NEGLIA, 2012).

Outra característica marcante do ensino da época era o patriotismo e o nacionalismo, presentes em todas as escolas, devido às políticas educacionais do Estado Novo. No Colégio Regina Coeli, essa característica também se mostrava, principalmente nos desfiles cívicos, conforme é possível depreender da narrativa de Maria Diumira Barcellos Neglia:

⁹⁴ Livro de Atas de reuniões pedagógicas do CFPP da Escola Normal Regina Coeli.

Ah, eu me lembro, eu tinha até a foto. Eu lembro sempre, uma vez que nós tivemos que marchar fazendo a Bandeira do Brasil. [...] Umas tinham amarelo, outras tinham verde, e eram todas as blusas, a saia era a saia do colégio [...]. E a coisa⁹⁵ era de cetim. [...] É, cetim. Então, o amarelo queimado, assim, bem as cores da Bandeira. Eu me lembro bem direitinho: nós marchamos formando a Bandeira. Que exercício pra fazer aquilo.⁹⁶ Sete de Setembro era uma loucura em Veranópolis. E nós sempre ganhávamos, sabe? O Regina Coeli era sempre o máximo. Tava bem-organizado, sabe? Aquele negócio todo. (NEGLIA, 2012).

A Irmã Henriete Cembrani, através de seu depoimento, reforça o papel de destaque que era dado ao desfile, mas menciona também que o patriotismo e a preparação para o Dia 7 de Setembro estava presente nas práticas diárias da escola:

O que se comemorava muito, bastante, era a Semana da Pátria. Era grande. Todo mundo marchava e todo mundo, todos os anos, se tinha uniforme novo. Quando não se tinha dinheiro pra comprar mais, se fazia pelo menos com papel crepom, por exemplo, a capinha amarela, a saia azul, e sempre tinha coisas novas na Semana da Pátria. [...] Nós tínhamos muitas horas cívicas, quase toda a semana nós tínhamos. Uma semana era declamação. Decoravam poesias e poesias. Então estavam sempre prontas, quando chegava o feriado, tinha sempre alguma que já sabiam. Isso se comemorou bastante. (CEMBRANI, 2012).

Essas festividades, ao lado da formatura e de outras celebrações, davam destaque ao Colégio Regina Coeli, que, por oferecer além do Ensino Primário, o Ensino Secundário, destinado especialmente para a educação feminina, era bastante reconhecido em nível regional e estadual.

Os desfiles cívicos, as comemorações de aniversário da escola e as festas de formatura constituíram momentos especiais da vida escolar. Celebrados com pompa e solenidade, reforçavam sentidos socialmente compartilhados. A escola secundária dava-se a perceber como centro de cultura e de civilização e seus alunos eram dignos representantes dessa posição elevada. (SOUZA, 2008, p. 127).

Para finalizar, conclui-se que os saberes trabalhados no Colégio Regina Coeli seguiam as políticas educacionais brasileiras, havendo um enfoque especial destinado à religiosidade e à disciplina. Os métodos utilizados no período de 1948 a 1969 contemplavam velhas práticas, aliadas a novos materiais e a novos usos. As salas especiais, também conhecidas como *laboratórios*, continham materiais e instrumentos que possibilitavam novos métodos, que faziam eco com os preceitos da Escola Nova, permitindo a realização de experiências e da aprendizagem através da prática, mas, para isso tudo, dependia da atuação dos professores.

⁹⁵ Referindo-se à blusa.

⁹⁶ Um momento de silêncio após a fala.

As concepções e práticas educacionais desenvolvidas no Colégio Regina Coeli, no período em que a escola era confessional católica, marcaram profundamente não só os sujeitos escolares, mas também a comunidade veranense. Muitos foram os olhares e os sentimentos em relação ao colégio, no entanto, independentemente das críticas, que estavam relacionadas, principalmente à disciplina rígida, o Colégio Regina Coeli tornou-se uma referência em educação. Tal referência foi mantida e ficou atrelada às Irmãs de São José, inclusive, após o período de transição do estatuto, quando o Colégio Regina Coeli tornou-se de caráter comunitário, administrado pelo Cecovea.

4. COLÉGIO REGINA COELI: UMA ESCOLA COMUNITÁRIA: TRANSIÇÃO, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DE 1969 A 1980

A pesquisa sobre o Colégio Regina Coeli surgiu do desejo de conhecer quais foram as motivações que influenciaram na transição de uma escola com estatuto confessional católico para comunitário. Neste capítulo, são apresentadas as motivações e o processo de transição dessa escola confessional católica para comunitária, bem como aspectos das culturas escolares do colégio, no que se refere a sujeitos, espaços, tempos e saberes escolares, de 1969 a 1980.

O ano de 1969 marca o início de uma escola comunitária, tendo o Centro Comunitário Veranense de Educação e Assistência (Cecovea) à frente da administração da escola. O recorte temporal até 1980 diz respeito à delimitação proposta para este estudo, com o intuito de abarcar duas direções leigas, já que, até o ano de 1976, a escola ainda era administrada pelas Irmãs de São José.

Antes do início da pesquisa, levantava-se a hipótese de que, com a transição para escola comunitária, muitos aspectos das culturas escolares haviam sofrido modificações, assim como que tal transição havia provocado tensionamentos entre Irmãs e leigos ou entre representantes do Cecovea e a comunidade escolar. No entanto, muitas das transformações e rupturas ocorreram em período posterior ao recorte temporal proposto neste estudo. A explicação reside no fato de que, apesar de o CECOVEA ter assumido o educandário em 1969, o prédio do Colégio Regina Coeli somente foi adquirido por tal entidade em agosto de 2000. Até a referida data, as Irmãs continuavam residindo na escola e, por um longo período, estiveram no comando das atividades da escola, como contratadas do Cecovea, quer para atividades curriculares, quer para extracurriculares, tais como aulas de Datilografia e Pintura, ou mesmo, à frente da Banda Escolar do colégio.

O desligamento das Irmãs de São José do Colégio Regina Coeli ocorreu 31 anos após a troca da administração da escola, que passou das mãos das Irmãs para o Cecovea. Os tensionamentos decorrentes da transição ocorreram de forma mais evidente justamente no período em que as Irmãs tiveram que deixar o prédio, que, além de escola, era sua moradia.

Até a compra do prédio pelo Cecovea, em 2000, de acordo com informações prestadas por Nicanor Matiello, que esteve à testa da entidade nos anos de 1989 e 1990, foram muitas as negociações até que se chegasse a um acordo. O primeiro a propor a aquisição do prédio foi o próprio Nicanor Matiello que ofereceu uma casa nova para as Irmãs em troca do

prédio. Não tendo sido aceita tal proposta, até 2000, diferentes presidentes tentaram negociar, não tendo obtido êxito devido ao valor elevado do imóvel.

Durante o decorrer dos anos, diferentes gestões do Cecovea foram acumulando reservas para a compra do prédio. No momento da compra, tal valor foi utilizado, mas como não era suficiente, o Cecovea assumiu o resto do montante com empréstimo bancário. Após a venda do prédio, os terrenos ao seu redor foram sendo negociados e loteados, e uma área restrita para uso da escola foi destinada.

Sendo o Cecovea o elemento central na transição do estatuto, para compreender tal transição, assim como as permanências e transformações das culturas escolares do Colégio Regina Coeli, faz-se necessária uma breve apresentação da entidade, que surgiu com o propósito de administrar dois educandários: o Colégio Regina Coeli e a Escola Técnica Divino Mestre. O primeiro, até então de propriedade das Irmãs de São José, ficou conhecido como Escola Normal Regina Coeli, e o segundo, era de propriedade dos Irmãos Maristas.

De acordo com o seu estatuto, o Centro Cecovea “é uma entidade educativa, social, assistencial, cultural e desportiva de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, que não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio”. (ESTATUTO, 2012, Art. 1º).

A assembleia geral da fundação ocorreu em 19 de dezembro de 1968. De acordo com os registros, dentre os sócios fundadores⁹⁷ do Cecovea, estavam presentes na assembleia o Prefeito Elias Ruas Amantino, o Provincial Marista A. C. Biazus,⁹⁸ assim como a Irmã Joana da Cruz e a Irmã Maria Francisca.⁹⁹ A presença de Irmãs de São José e do Provincial Marista são indícios de que a organização de uma entidade comunitária para administrar o Colégio Regina Coeli deu-se em conjunto com os religiosos que estavam no comando do Colégio Regina Coeli e da Escola Técnica Divino Mestre. Por isso, pensa-se que a decisão de

⁹⁷ Consideraram-se como sócios fundadores “os que compareceram e assinaram o livro de atas da Assembleia de fundação”. (ESTATUTOS, 1969, Art. 43, p. 6).

⁹⁸ Ao pesquisar sobre o Provincial, chegou-se ao nome “Amabile Gentile Biazus”, conhecido como Frei Jaime Biazus, que esteve à frente da Província Marista de Caxias do Sul por dois mandatos consecutivos a partir de 1963. Disponível em: <<http://www.maristas.org.br/portal/noticias.asp?IDNtc=1490>>. Acesso em 20 abr. 2013.

⁹⁹ Sócios fundadores presentes na assembleia: Elias Ruas Amantino (prefeito), A.C. Biazus (Provincial Marista); Agenor Abruzzi, Selvino Tolotti, R. Posenato, Geni Sfredo, A. Mesquita, Celesia Giocca, Ruy Dal Pai, Albino Farenzena, Antônio David Farina, Athos Tergolina, José Abruzzi, Mesquita, Olavo Crestani, Eugênio Moretto, Ernesto Chiaradia, Albino Dal Pai, Santo Guadagnin, Lidia Lusa, Irmã Joana da Cruz, Ricene Damin Toson, Mansueto Dal Pai, Ruth Pithan Dal Pai, Clovis Silveira, Daicir da Silva, Genir L. Zechin, Arlindo Gazzana, Armando Gazzana, Lidio Lusa, Irmã Maria Francisca, Flavia Valesca Faccioli Pessato, Terezinha C. Reschke Capponi, assim como menciona um nome ilegível, que permite deduzir que o documento foi datilografado posteriormente, provavelmente a partir de uma ata manuscrita. Refere-se que dois sócios fundadores não estão citados neste estudo, pois, o nome está ilegível.

promover a transição tenha sido pensada como uma alternativa para a resolução de uma situação, provavelmente, envolvendo questões financeiras.

O Cecovea foi registrado como pessoa jurídica em 26 de fevereiro de 1969. No primeiro estatuto, denominado “Estatutos do Centro Comunitário de Educação e Assistência”, consta no primeiro capítulo que o Cecovea é uma entidade educativa, social e assistencial, com duração indeterminada, com sede em Veranópolis e foro jurídico na respectiva comarca. Consta, também, que, observando o disposto na Lei Federal 4024, de 20 de dezembro de 1961, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Cecovea colaboraria com entidades oficiais da União, do Estado e do Município. (ESTATUTOS..., 1969).

Dentre as finalidades do Cecovea, explicitadas no Artigo 4º dos Estatutos (1969), está “ministrar à Juventude educação, instrução cívica, literária, científica, técnica e profissional, estendendo-se os mesmos benefícios no ensino gratuito”. Para atingir seus objetivos, a entidade poderia instalar e manter estabelecimentos de ensino primário, de grau secundário, médio, comercial, industrial, normal, agrícola e outros cursos que se fizessem necessários, inclusive sendo mencionado o nível universitário. (ESTATUTOS, 1969, Art. 4º).

Os associados, de acordo com os Estatutos de 1969, eram divididos em três categorias: efetivos, beneméritos e transitórios. Eram considerados *efetivos* os que, por aceitação da diretoria, fizessem parte do quadro social de forma permanente, contribuindo regulamente com as mensalidades. Os *beneméritos*, declarados pelo Conselho Deliberativo, eram os que se destacavam com contribuições ou serviços relevantes. A denominação *transitórios* referia-se àqueles que, embora efetuando contribuições mensais, eram admitidos por um tempo determinado para fazer parte do quadro social. Destaca-se o Artigo 7º do Capítulo III, que diz que os sócios deveriam ser aceitos sem distinção de raça, cor, credo político ou religioso, mas que deveriam ser portadores de bons antecedentes. (ESTATUTOS..., 1969).

Sobre os direitos e deveres dos sócios, ficou determinado que todos os cargos eletivos da diretoria não seriam remunerados, sendo que esses deveriam ser preenchidos obrigatoriamente por associados da entidade. Os sócios teriam direito de votar, de serem votados e de fazerem parte do quadro administrativo. Os deveres dos associados são mencionados no Artigo 10:

- a) Fomentar a compreensão dos direitos e deveres do cidadão e dos grupos que compõem a comunidade, infundir o respeito à dignidade da pessoa humana, promovendo a participação dos indivíduos na obra do bem comum.
- b) Despertar e desenvolver o espírito comunitário em todos os setores.

- c) Promover a integração comunitária, sensibilizando para o esforço do bem estar comum.
- d) Cooperar para que o CECOVEA atinja seus objetivos.

O Cecovea era administrado por uma Diretoria Executiva, composta por um presidente; um vice-presidente; um secretário; um segundo-secretário e um tesoureiro, que eram eleitos pelo Conselho Deliberativo para mandatos de dois, podendo ser reeleitos para um único mandato. (ESTATUTOS, 1969).

O quadro a seguir, permite visualizar as Diretorias Executivas que atuaram no período contemplado por este estudo.

Quadro 4 - Diretorias Executivas do Cecovea – 1969 a 1980

Período da Gestão	Presidente	Vice-presidente	Primeiro – Secretário	Segundo - Secretário	Tesoureiro
1969	Nadal Sfredo	Adelar Tedesco	Sergio F. Dalla Coletta	Almir L. Mesquita	Genir L. Zechin
1970	Nadal Sfredo	Adelar Tedesco	Clarindo Tedesco	Aleixo Sfredo	Genir L. Zechin
1971/1972	Décio F. Tedesco	Gilberto B. Ferreira	Dinal Waldemarca	Luiz Netson	Arnaldo A. Frainer
1973/1974	Adelino Orso	Alcides Cervelin	Edgar E. Chiaradia	Clóvis J. de Souza	Cláudio Balotin
1975/1976	Ivanildo Todeschini	Genir L. Zechin	Clara T. Zimello	Noedy Jacir Guzzo	Idílio Farina
1977/1978	Ana Maria R. Fiorentin	João Paulo M. de C. Pompeu	Loudes F. Pessin	D'Anuncio Farina	Sergio F. Dalla Coletta
1979/1980	Ana Maria R. Fiorentin	Nersio de M. Custódio	Loudes F. Pessin	Clara T. Zimello	Sergio F. Dalla Coletta

Fonte: Documento do Cecovea – Acervo do Colégio Regina Coeli.

A análise dos dados apresentados no quadro 4 permite observar detalhes importantes a respeito da organização da Diretoria Executiva. O primeiro presidente, Nadal Sfredo, que atuou em 1969 e 1979, era Irmão Marista. Esse dado explica as continuidades em relação às culturas escolares, que foram visualizadas no Colégio Regina Coeli após a transição de estatuto. Apesar de o Cecovea assumir os educandários dos Irmãos Maristas e das Irmãs de São José, a presidência da entidade administradora estava nas mãos de um religioso marista. Wildner e Rodrigues auxiliam na constatação, ao afirmar que

a partir de 3-3-1969, o Centro Comunitário Veranense de Educação e Assistência assumiu a responsabilidade do Ginásio Divino Mestre e do Colégio Comercial Divino Mestre. A entidade comunitária também assumia o antigo estabelecimento das Irmãs denominado Ginásio Regina Coeli. O seu primeiro diretor foi o Irmão Nadal Sfredo. (1998, p. 391).

O Irmão Marista Nadal Sfredo assumiu a presidência por dois anos, tempo do mandato de cada gestão. No entanto, como consta, houve a mudança, no segundo ano, do primeiro e segundo secretários. Os sujeitos que assumiram a diretoria estavam intimamente ligados aos educandários sob a tutela do Cecovea, como professores ou pais de alunos. Nos primeiros anos, todos da diretoria estavam relacionados ao Colégio Regina Coeli e ao Colégio Comercial Divino Mestre. Ao pensar nessa relação, é importante ressaltar que o primeiro presidente foi um Irmão Marista, mas também é relevante a informação de que o Cecovea estava situado nas dependências do Colégio Divino Mestre.

Além do presidente, que era professor e Irmão Marista, a primeira gestão contava com Adelar Tedesco, que era professor e esteve à frente da direção do Colégio Divino Mestre, Sérgio F. Dalla Coleta, que trabalhava na área de Contabilidade e era jogador do time amador Veranense, assim como Almir L. Mesquita, que era comerciante e pai de aluno e Genir L. Zechin, que também era comerciante e atuava como professor. No segundo ano, participaram da diretoria: Aleixo Sfredo, pai de aluno e Clarindo Tedesco, que era vereador. Sua irmã, Clara T. Zimello, era professora, tendo sido a primeira mulher a fazer parte da diretoria, atuando como primeira-secretária na gestão de 1975/1976. Através dessas informações, infere-se que os representantes do Cecovea eram pais de alunos, professores ou colaboradores, associados à entidade, conforme previa o estatuto, e eram influentes na sociedade, tendo, cada um, destaque na sua profissão ou que detinham um *status* socioeconômico de prestígio. Denota-se tal destaque em integrantes de diferentes gestões, podendo-se citar o presidente Ivanildo Todeschini, que assumiu o cargo quando atuava como diretor da Dal Ponte, assim como Gilberto Ferreira, que era Oficial de Justiça, ou ainda, Arnaldo Frainer, que era gerente da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Um fato relevante, em relação ao Cecovea e aos educandários é que em 1976 a Escola Técnica Divino Mestre começou a funcionar no Colégio Regina Coeli, na época denominado Escola de 1º e 2º Graus Regina Coeli. No entanto, Farina (1992) sustenta que a unificação dos colégios ocorreu em 1979, estando na direção, nesse período, o diretor Dalino Pessin.

Antes disso, o prédio do Colégio Divino Mestre foi vendido, conforme relatam Wildner e Rodrigues:

O Conselho Administrativo da UBEA, entidade civil da Província Marista de Caxias do Sul, optou pela venda da propriedade em sua sessão de 11-3-1974, com a devida autorização de Dom Benedito Zorzi, bispo diocesano. Levando em consideração que o prédio exigia reparos muito custosos, a carência de Irmãos para manter a obra educacional, estando em frente dum estabelecimento estadual em condições ainda mais precárias, o Conselho optou em vender a propriedade para o Estado. (1998, p. 391).

Destaca-se que em 1977, ano em que assumiu a primeira diretora leiga do Colégio Regina Coeli, Marilza Reschke, tomou posse no Cecovea, como presidente, Ana Maria Reschke Fiorentin. Percebe-se, dessa forma, uma mudança importante não só nas culturas escolares do Colégio Regina Coeli, que passava a ser dirigido por uma leiga, mas também na entidade que o administrava, tendo uma professora à frente, que permaneceu, inclusive, por duas gestões, conforme pode ser lido no quadro 4.

Depois de apresentar algumas considerações a respeito dos sujeitos que atuaram na diretoria Executiva do Cecovea, cabe mencionar quais eram suas funções. De acordo com os Estatutos (1969), cabia à diretoria administrar o Cecovea, promovendo a aquisição do material necessário para seu funcionamento, presidir o planejamento técnico-administrativo, julgar os casos de gratuidade e abatimento, fazer convênios, dentre outras atribuições.

Ao presidente do Cecovea cabia representar a entidade em todas as suas relações e atividades; reunir a diretoria; promover reuniões com o Conselho Fiscal; organizar com os outros membros qualquer regulamento ou regimento interno; deliberar sobre a inclusão e exclusão de sócios em reunião com os demais membros; convocar assembleias; contratar professores e pessoal técnico, assim como locar ou sublocar prédios de propriedade do centro ou locados pelo mesmo, após ouvir a diretoria, dentre outras competências. (ESTATUTOS..., 1969).

Através de assembleia geral, que é o órgão soberano da entidade, eram eleitos os membros para integrar o Conselho Deliberativo, constituído das seguintes autoridades: prefeito de Veranópolis, representante da Câmara de Vereadores, da Associação Comercial, da Associação Rural e do Lions Clube, dos professores, dos alunos, o Vigário da paróquia da sede e mais seis membros eleitos em assembleia geral e os respectivos suplentes. (ESTATUTOS..., 1969). Destaca-se, dentre os membros, o vigário. Isso indica a forte relação do Cecovea com a religião católica apostólica romana. Nos dias atuais, não há mais um representante da paróquia na entidade, assim como também não há do Lions Clube, da Associação Comercial, da Câmara de Vereadores e da Associação Rural. Atualmente, existe um representante do Poder Executivo Municipal, o presidente do Círculo de Pais e Mestres do

Colégio Regina Coeli, um representante englobando os corpo docente, discente e de funcionários do Colégio Regina Coeli, indicado pela diretoria do Cecovea, o diretor do Colégio Regina Coeli e mais seis membros eleitos em assembleia geral. (ESTATUTO..., 2012).

Ao Conselho Deliberativo competia, dentre outras atribuições, eleger e dar posse à diretoria, discutir e aprovar propostas orçamentárias, eleger seu presidente. Já ao Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e três suplentes, eleitos em assembleia geral, cabia-lhe “fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários e dar parecer à Assembleia Geral”. (ESTATUTOS..., 1969, Art. 31, p. 5).

O patrimônio da entidade, de acordo com os Estatutos de 1969, era constituído por bens móveis e imóveis adquiridos ou recebidos em doação. A receita do Cecovea era constituída por contribuições dos alunos dos departamentos de ensino criados, instalados e mantidos pela entidade; “subvenções e auxílios oficiais e particulares; doações e contribuições de qualquer procedência”. (ESTATUTOS..., 1969, Art. 37, p. 6). Os estatutos referem também que, no caso de dissolução, “os bens da entidade serão outorgados e entregues juntamente com o direito a eles concedido ao Governo do Município ou a uma entidade educadora beneficente da Comunidade local, desde que sejam mantidos os fins”. (ESTATUTOS..., 1969, Art. 38, p. 6).

As considerações apresentadas auxiliam na compreensão da entidade Cecovea, criada com o objetivo de administrar dois importantes educandários de Veranópolis: o Colégio Regina Coeli e o Colégio Divino Mestre. Ambos foram imprescindíveis na educação do município, tendo sido construídos para atender aos filhos da elite: um destinado à educação de rapazes, e o outro, de moças da sociedade veranense. Histórias que se assemelham e que, apesar das suas diferenças e idiossincrasias, se aproximam, compartilhando uma mesma história, um mesmo tempo e um mesmo espaço. Por compartilhar espaços, tempos e ver transitar, às vezes, os mesmos sujeitos, muito semelhanças em relação às culturas escolares são percebidas. No entanto, longe de ter a pretensão de dar conta de toda essa história, neste espaço serão apresentados alguns detalhamentos relativos às culturas escolares do Colégio Regina Coeli, no período de 1969 a 1980, atentando para o espaço, os sujeitos e os saberes escolares, de modo a pontuar e analisar as mesmas categorias do período anterior.

4.1 ESPAÇO ESCOLAR

O espaço escolar do Colégio Regina Coeli, em sua estrutura física, no período em que passou a ser escola comunitária até os dias de hoje, permanece muito semelhante. Tal

semelhança se deve a um grande período de tempo no qual as Irmãs de São José permaneceram naquele ambiente escolar e como proprietárias do prédio onde está instalada a escola até os dias atuais.

A entrada da escola, rodeada por árvores e arbustos é uma das características marcantes do espaço escolar, que permaneceu inalterado. Já o entorno da escola passou por mudanças gradativas, próprias do desenvolvimento e da urbanização do município. Assim, mesmo com a manutenção de sua imponência, o prédio do colégio foi se misturando a outras construções e outros cenários. Desde o início, se nota como a inserção da escola na comunidade transformou esse cenário, assim como as transformações do município ressoaram no Colégio Regina Coeli, numa relação de constante interação. Faria Filho expressa essa relação ao afirmar que

uma das formas de se compreender as relações entre a escola e a cidade é buscar entender como a instituição escolar se inscreve – constituindo e sendo constituída – nas teias de relações urbanas. Ao inscrever-se na cena da cidade, a escola o faz como experiência complexa e polissêmica. (2005, p. 33).

Dos primórdios, com estrada de barro, até os dias atuais, viu-se não só o calçamento, mas o uso de equipamentos para garantir a segurança dos alunos e da comunidade, como, por exemplo, uma faixa de segurança.¹⁰⁰

Os sons da cidade juntavam-se aos sons da escola. Assim, o ressoar do apito dos guardas de trânsito, que era um som característico nas proximidades da escola, poderia até ser inserido nas culturas escolares, assim como o som do sinal que dava início à aula e indicava o recreio ou a troca de período, que também se misturava aos sons e ruídos da cidade. Ou o som do sino, que, muitas vezes, foi tocado manualmente, no tempo em que não havia cigarras automáticas, ou mesmo depois de já estarem instaladas na escola. Nesse caso, o badalar do sino alertava mais alunos e também professores de que era necessário organizar-se para entrar nas salas de aula, que o tempo destinado a conversas, recreação, correria e brincadeiras no pátio havia acabado, quer no início da aula, quer após o recreio.

¹⁰⁰ As faixas de segurança, no Município de Veranópolis são respeitadas, não sendo necessário guardas de trânsito para que os pedestres tenham prioridade ao atravessar a rua. Houve tempos em que os guardas estavam presentes, nos períodos de início e fim dos turnos escolares.

Figura 35 - Entrada do Colégio Regina Coeli na década de 80 (séc. XX)



Fonte: Arquivo pessoal do fotógrafo Elígio Parise.

Na figura 35, nota-se a entrada da escola, que, por muitos anos, continuou igual, como ainda permanece nos dias atuais. Diferencia-se apenas da entrada da escola logo após a inauguração, já que ainda não havia calçamento, nem árvores delimitando o caminho de entrada. O espaço em torno do prédio continuou o mesmo, até 2000, quando houve a compra do mesmo pelo Cecovea e um desmembramento dos espaços da escola. Isso ocorreu, pois que as Irmãs venderam grande parte do terreno onde estava situado o Colégio Regina Coeli, dando origem a um loteamento, que, aos poucos, foi modificando o entorno daquele espaço escolar.¹⁰¹

O marco construído em comemoração aos seus 50 anos, que pode ser observado no canto direito da figura 35 e no lado esquerdo da figura 36, diz respeito não só ao Colégio Regina Coeli, mas também ao Colégio São José, denominação dada à escola pelas Irmãs assim que chegaram ao município. Então, é o marco que remete ao início do trabalho educacional das Irmãs de São José em Veranópolis, no ano de 1917. Na documentação da instituição, há muitos registros escritos e fotográficos acerca dos 50 anos de trabalho educacional das Irmãs, que reúne a história do Colégio São José e do Colégio Regina Coeli,

¹⁰¹ Nesse momento, não serão aprofundadas as questões relativas a venda da escola e dos terrenos que a compunham, pois essa transação ocorreu fora do recorte temporal do presente estudo.

assim como dos 50 anos do Colégio Regina Coeli. Os 50 anos de atuação educacional das Irmãs de São José no Município de Veranópolis foi comemorado com uma vasta programação. Além do marco, que pode ser observado também na figura 35, na saída da rua de acesso exclusivo ao colégio, durante a semana do cinquentenário, foram apresentados números artísticos com cantos e teatro, romaria, missa, jogos esportivos, homenagem às Irmãs e aos benfeitores do Colégio Regina Coeli.

Figura 36 - Comemoração dos 50 anos de atuação das Irmãs de São José na educação de Veranópolis - 1967



Fonte: Arquivo particular do fotógrafo Elígio Parise.

A figura 36 permite compreender a importância da comemoração, como também perceber a amplitude do terreno pertencente ao colégio. Observa-se que, na época, havia muita área verde, onde, posteriormente, foram construídas canchas e um parque infantil. As canchas podem ser observadas na figura 37, havendo uma localizada ao lado da escola, presente desde o período de escola confessional católica, e outras duas, localizadas na frente da escola, sendo o acesso realizado por meio de uma escadaria, onde havia também arquibancadas. Estas últimas foram construídas na segunda gestão do diretor Dalino Pessin,

que se deu a partir de 1989. A figura 37, apesar de representar uma época posterior, possibilita uma maior compreensão do espaço físico pertencente ao Colégio Regina Coeli.

Figura 37 - Vista aérea da escola Regina Coeli



Fonte: Acervo do Colégio Regina Coeli.

Apesar de na figura 37, não constar a data, pelas características, trata-se de uma fotografia da década de 90 (séc. XX), portanto, do pós-período estudado nesta pesquisa. No entanto, pela figura é possível observar o entorno da escola, com um terreno amplo que contemplava desde horta e área verde até quadras, dentre outros espaços não perceptíveis claramente na fotografia, como, por exemplo, um parquinho infantil. Esse amplo espaço permaneceu sendo utilizado pelo Cecovea, durante todo o período em que o prédio da escola esteve alugado por preços módicos.¹⁰²

Em 2000, conforme já mencionado, o prédio foi vendido para o Cecovea, e todos os materiais presentes nesse ambiente escolar foram negociados, porém em diferentes momentos. Uma das negociações que se estendeu dizia respeito aos artefatos da Capela, que ocorreu apenas em 2002. A Capela, que é vista na figura 38, foi construída juntamente com o

¹⁰² Na época, o custo com aluguel era baixo, se comparado à sua estrutura e ao valor do aluguel de outros imóveis no município.

prédio, em 1948, e foi amplamente utilizada pela comunidade escolar durante todo o período contemplado por este estudo. No entanto, os objetos presentes em seu interior, não foram negociados no momento da transação feita pela escola, mas, dois anos depois, em 2002, quando as Irmãs enviaram aos representantes do Cecovea, uma proposta de venda dos objetos da Capela. No entanto, devido ao valor solicitado, considerado alto pela entidade mantenedora, o material não foi comprado, tendo sido retirado do colégio.

Figura 38 - Capela da escola no ano de 1949



Fonte: Arquivo do Colégio Regina Coeli.

Nesse cenário, com a retirada do material da Capela, em 2003, o espaço destinado a ela foi transformado em uma ampla sala de aula, destinada a uma faculdade que ocupa parte das instalações da escola. No entanto, vale ressaltar que a existência de uma gruta com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, conforme observado na figura 38, que fica em frente da entrada da escola e permanece até os dias atuais, esteve presente durante o recorte temporal em estudo.

Figura 39 - Gruta no Colégio Regina Coeli



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Presume-se que a religiosidade continua presente no espaço escolar. Até a década de 80 (séc. XX) a Capela do colégio ainda era amplamente utilizada, mesmo que a partir da troca da administração, a escola tenha perdido o estatuto de confessional católica, passando a se denominar *comunitária*, indicando que a educação religiosa perpassava o cotidiano dos estudantes, não só dentro das salas de aula, mas em vários ambientes escolares. Isso pode ser comprovado através de indícios de religiosidade presentes na escola, pois continuam presentes imagens de santos em diferentes andares da escola. Depois da desconstituição da Capela, foi construído um pequeno oratório no interior da escola. Por esses aspectos, percebe-se que a cultura escolar continuou impregnada com imagens, rituais e espaços religiosos ditos católicos.

Em relação aos espaços internos, infere-se que, a partir da análise de documentos e das entrevistas, que não houve grandes mudanças, mas somente pequenas adaptações¹⁰³ até 1980, até porque, como já mencionado, nesse período e para além dele, o edifício continuou sendo de propriedade das Irmãs. É importante mencionar que como o prédio já apresentava

¹⁰³ As mudanças dizem respeito mais aos móveis e materiais escolares, que, nesta dissertação, não será aprofundado estudo referente a elas.

uma estrutura adequada ao ensino, não foram necessárias grandes alterações. Como já referenciado no Capítulo 2, a construção do edifício do Colégio Regina Coeli constitui-se numa grande obra por sua amplitude e imponência. Assim, se pode presumir que por esses fatores, apesar da administração e das práticas escolares sofrerem modificações, o uso dos espaços escolares continuou o mesmo. No Regimento Escolar de 1970, fica explícita a continuidade do uso das salas especiais, assim como da biblioteca, ao ser referido que os alunos tinham direito a frequentar tais salas. Dito isso, é possível constatar que esses espaços existiam, já os usos que se fazia dele dependia das práticas pedagógicas dos docentes. Os mesmos espaços tinham os mesmos usos; no entanto, as representações e intervenções eram diferentes, pois perpassavam os olhares que, mesmo impregnados pelas culturas da escola confessional católica, eram leigos. As representações e intervenções pedagógicas e disciplinares serão tratadas no decorrer deste capítulo. Antes, serão apresentadas algumas considerações a respeito dos sujeitos que fizeram uso dos espaços do Colégio Regina Coeli no período de 1969 a 1980.

4.2 SUJEITOS ESCOLARES

Pensar em culturas escolares pressupõe pensar em espaços, tempos, saberes e sujeitos da instituição escolar. Sendo assim, a seguir, se discorrerá sobre os sujeitos escolares, ponderando a respeito da apropriação dos saberes, das normas disciplinares que regem as rotinas escolares e das relações entre estes sujeitos, quer sejam do aprender, do ensinar ou do administrar.

4.2.1 Sujeitos do aprender: alguns dados e vivências dos educandos do Colégio Regina Coeli

Os sujeitos do aprender constituem-se como um dos aspectos fundamentais da instituição escolar. Sendo assim, ao pensar na transição de escola confessional católica para escola comunitária, pensa-se sobre os alunos do Colégio Regina Coeli. Na documentação analisada para o desenvolvimento da presente análise, alguns dados presentes nos regimentos e nas entrevistas permitem inferir características importantes sobre o perfil do corpo discente.

Como já mencionado em outros tópicos, mudanças nas culturas escolares (decorrentes da transição do estatuto da escola) foram gradativas. Assim também ocorreu em relação aos direitos e deveres dos alunos do Colégio Regina Coeli. De acordo com o Regimento de 1970, o discente tinha direitos, tais como receber a orientação necessária para realizar as atividades escolares, usufruir dos benefícios que a escola proporcionava, frequentar

a biblioteca e as salas especiais, expor as dificuldades encontradas em atividades escolares, solicitar atendimento do professor, bem como apresentar sugestões relativas ao melhoramento da vida escolar, tanto aos professores como à administração da escola. Dentre os deveres, incluíam-se: limites e valores, tais como mostrar receptividade e acatar o princípio de autoridade, de liberdade disciplinar e de responsabilidade, assim como de se dirigir a todas as pessoas da escola com respeito. Destacava-se, também, o dever de valorizar a escola, auxiliando para a elevação do seu conceito. Em relação às normas disciplinares, cabia ao aluno apresentar-se trajado decentemente, usando os uniformes prescritos, manter a ordem e o asseio no ambiente escolar e reparar os danos causados ao ambiente ou a objetos do colégio. Os alunos que infringissem as regras de maneira grave ou com reincidência, eram passíveis de sanção, depois de adotados todos os recursos de orientação, advertência e recuperação por parte da instituição, ter contatado com os pais e ouvido o Conselho de Classe. (REGIMENTO, Arts. 39 e 40, 1971).

Para ingressar nos Cursos Pré-Primários, os alunos deveriam ter idade mínima de 4 anos e, no Curso Primário, de 6 anos completos até o fim do primeiro mês letivo. Em relação ao Curso Normal, considerado 2º ciclo escolar, para o ingresso era necessário apresentar o histórico escolar do 1º ciclo. Havendo mais candidatos do que vagas para o Curso Normal, o Conselho Técnico-Administrativo (CTA) determinaria os critérios para a seleção, podendo o estabelecimento deixar de organizar turmas se o número de candidatos fosse inferior a 20. O número total de alunos por turma poderia atingir de 30 a 35 no Pré-Primário e Primário e de 35 a 40 no Curso Normal. (REGIMENTO, Arts. 51 a 55, p. 14-15).

As séries eram organizadas de acordo com a faixa etária dos alunos, havendo uma idade mínima para entrar nos Cursos Pré-Primário, Primário e Secundário. Essa organização, presente a nível nacional, não era observada nos primórdios do Colégio São José, que depois passou a denominar-se Regina Coeli, já que, conforme citado no capítulo 3, havia uma diferença muito grande de faixa etária nas turmas. No entanto, a distinção por séries ou cursos, que sempre existiu no Colégio Regina Coeli, dizem respeito à organização escolar.

De fato, nada simboliza mais a finalidade cultural da escola e sua representação social do que esse espaço que propicia o encontro das novas gerações com saberes e conhecimentos diversos e se constitui em uma das unidades fundamentais da organização do trabalho escolar – a classe, esse agrupamento de alunos classificados em conformidade com o nível de conhecimento, com a faixa etária e com os critérios de graduação do sistema de ensino. (Souza, 2008, p. 9-10).

Se a organização escolar seguia normas e tendências observadas nacionalmente, o corpo discente do Colégio Regina Coeli tinha suas especificidades. As turmas, de todas as séries, a partir de 1969, tornaram-se mistas (com meninos e meninas), pois com o número reduzido de Irmãs de São José e de Irmãs Maristas, a comunidade assumiu os dois educandários (Escola Normal Regina Coeli e o Ginásio, e Escola Técnica Divino Mestre), criando, para tal o CECOVEA, como já mencionado. (PESSIN, 1998). Importante ressaltar que, desde o início, as turmas do primário eram mistas, mas a partir do momento de unificação dos dois colégios, o secundário (que em 1975 passou a denominar-se 2º Grau) passa a ser misto também. As entrevistas, com ex-alunas, ex-professores ou ex-diretores permitiram uma melhor compreensão de algumas características dos alunos do Colégio Regina Coeli. Ao mesmo tempo, que eram cobrados com elevada exigência, havia também um bom desenvolvimento de habilidades e competências, inclusive devido à rigidez e à disciplina. Após 1969, com o estatuto de escola comunitária, as relações interpessoais e com o próprio conhecimento não sofreram grandes alterações.

4.2.2 Sujeitos do ensinar: experiências e relatos dos educadores do Colégio Regina Coeli

O corpo docente do Colégio Regina Coeli tinha, dentre os seus direitos, a elaboração do programa da disciplina, ou prática educativa de sua competência, com liberdade de promover experiências pedagógicas, assim como o direito de ser respeitado como autoridade e prestigiado no desempenho de sua missão. Dentre os deveres, deveria orientar os alunos no estudo, conduzindo-os a um amadurecimento pessoal; procurar aperfeiçoar e renovar seu currículo e pautar sua atividade docente em cunho científico, formativo e dinâmico. (REGIMENTO, Arts. 33 e 34, 1971, p. 9-10). Para o corpo docente, sob a sujeição de advertência e exoneração, era vedado:

- a) revelar assuntos tratados nas reuniões a bem dos alunos;
- b) pregar doutrinas contrárias aos interesses nacionais ou à ideologia da Escola;
- c) fomentar nos alunos, clara ou disfarçadamente, atitudes de indisciplina ou de agitação. (REGIMENTO, 1971, Art. 36).

Ao mesmo tempo que no Regimento incitava-se a liberdade de promover experiências pedagógicas, no fim da década de 60 (séc. passado) e início da década de 70, do século passado, as aulas do Curso Normal, dirigidas à formação de docentes, mantinha ainda a concepção de professor no papel do suposto saber, tal como se depreende da fala da entrevistada Jane Lourdes Dal Pai Giugno:

Nós não podíamos dizer: “Olha, isso eu, eu não tenho claro.” Isso era um professor que não sabia. E a gente não podia carregar, o bom professor, não podia carregar dúvidas. Tinha que carregar certezas e saberes. Então, a gente tinha até técnicas pra tentar ludibriar, escapar e dizer naquele momento: “Muito bem, então isso nós vamos pesquisar. A profe sabe”, ainda tinha que ressaltar: “A profe sabe, mas agora nós vamos ver quem vai descobrir e amanhã...” Então a gente tinha tempo de pesquisar. Elas nos davam essas técnicas, porque nós não podíamos dizer que não sabíamos. Bom, o professor se encarregava, era detentor do saber. E tanto que, na sociedade, o professor tinha, e eu me lembro quando ingressei, fiz concurso público e assumi, era um lugar de destaque. Ser professora do Regina era uma coisa, por exemplo, naquela época, logo que eu me formei, todo mundo me dizia: “Mas tu és professora, mas as Irmãs vieram te convidar?” Era o maior destaque que podia ter em Veranópolis. Era *status*. Eu me sentia a rainha em Veranópolis. Imagina só. Hoje, a gente já tem outra visão. É outro tipo de conceito. (GIUGNO, 2012).

Além de o professor ocupar o lugar de suposto saber, a citação permite compreender que esta postura fazia parte da formação docente, era ensinada como uma técnica que mantinha o professor no lugar de quem sabe, auxiliando assim na perpetuação do *status*, mencionado pela entrevistada. A fotografia a seguir ilustra um grupo de docentes da escola, dentre eles, Maria do Carmo Strapazzon (d), que assim como Jane Dal Pai Giugno (c), fez o Curso Normal no Colégio Regina Coeli.

Figura 40 - Corpo Docente do Colégio Regina Coeli – década de 90 (séc. passado).



Fonte: Acervo do Colégio Regina Coeli.

Na figura 40, observam-se alguns professores que fizeram parte do corpo docente da escola. A fotografia, encontrada no acervo da escola, não estava datada, porém, pelas pesquisas realizadas, acredita-se que seja do início dos anos 90 do século passado. Apesar de a fotografia estar fora do recorte temporal proposto para este estudo, delimitado entre os anos de 1948 e 1980, ilustra sujeitos importantes para o desenvolvimento da pesquisa, tais como a Irmã Carmelita (a), o diretor Dalino Pessin (b), a professora Jane Lourdes Dal Pai Giugno (c), a professora Maria do Carmo Strapazzon (d), e Nicanor Matiello (d), que foi presidente do Cecovea, nos anos de 1989 e 1990, tendo atuado também como professor em 1974 e de 1981 a 1997, no meio de outros ainda que não identificados.

Os sujeitos indicados contribuíram enormemente para a construção da narrativa a respeito do Colégio Regina Coeli, seja com entrevistas ou com informações. Todos demonstraram interesse e foram colaborativos, indicando aspectos positivos da vinculação sua com a escola.

As entrevistas auxiliaram no entendimento e na produção escrita de aspectos da docência no Colégio Regina Coeli, docência essa permeada tanto pelas culturas escolares da instituição como por subjetividades e individualidades.

Maria do Carmo Strapazzon foi aluna e professora no Colégio Regina Coeli. Assumiu a docência em dois períodos diferentes: o primeiro em 1968, depois em 1992 até 1996. Em 1968, foi convidada a trabalhar com o Magistério.

Eu tinha o primeiro e o terceiro Magistério e a minha matéria era puericultura. É sobre cuidados com a primeira infância, a gente passa algumas noções de gestação, período de gestante [...]. Também sempre com os recursos que a gente buscava, porque a escola, o que que a gente tinha: a biblioteca, alguns livros, livros que a gente comprava, recursos audiovisuais, não se tinha nem o retroprojeter na época. (STRAPAZZON, 2012).

Em relação aos objetivos da disciplina, para Maria do Carmo Strapazzon a disciplina era “mais uma preparação, uma pré-Psicologia da infância, pra depois a gente trabalhar com a criança”. Maria do Carmo Strapazzon usa o termo pré-Psicologia, pois, na época, a Psicologia ainda não era trabalhada na escola como disciplina. A entrevistada ressalta a diferença entre os dois momentos em que trabalhou como docente na escola, dizendo não saber se a diferença estava nos professores, nos alunos ou em ambos. Retoma o período de aluna, apontando à relação com a aprendizagem, ao verbalizar acerca do Magistério em que lecionou Matemática: “Eu saí do Magistério aqui, lecionando Matemática, com a Matemática que eu tive no Ginásio. A gente pedia uma licença em Passo Fundo, tinha uma regional, a gente se

inscrevia, e eles davam autorização pra gente lecionar, porque não se tinha titulação.” (STRAPAZZON, 2012).

A relação com a direção, no primeiro período em que atou como professora, era indireta, já que como a própria Maria do Carmo Strapazzon relatou em 1968, 1969, o maior contato era com a secretaria, onde os professores assinavam o ponto, “direção ainda era uma instância meio superior.” (STRAPAZZON, 2012). A relação com a direção era diferente na década de 60 (séc. XX) se comparada à da década de 90, quando Maria do Carmo Strapazzon voltou ao Colégio Regina Coeli, como também a relação com as alunas:

Em 68 tinha umas alunas vivas, era que elas procuravam colocar a cola dentro do lenço, a gente tinha que ficar muito atentar por causa das colas, ou no bolso da jaqueta, ou dentro do lenço, então a gente tinha que ficar de olho vivo nesse sentido, mas não tinha esse problema assim de responder pro professor não, isso aí não, o respeito existia, era só isso aí. Mas como eu digo, era arte. [...] Depois era muito difícil, essa turma ali era muito difícil.¹⁰⁴ (STRAPAZZON, 2012).

Conclui-se, a partir das reflexões aqui apresentadas, que no período de 1969 a 1980, as práticas pedagógicas bem como as relações dos docentes com os alunos e com a direção, sofreram transformações. Ainda exigia-se disciplina, mas os comportamentos dos sujeitos do aprender haviam mudado, conforme depreende-se da fala de Maria do Carmo Strapazzon, e, com isso, exigiu-se dos professores uma postura diferente. No entanto, não só professores e alunos mudaram, mas também os sujeitos administrativos, sobre os quais se discorrerá a seguir.

4.2.3 Sujeitos administrativos: olhares e representações acerca da Direção do Colégio Regina Coeli

Pensar nos sujeitos administrativos possibilita compreender os princípios da instituição, pois a gestão escolar é de extrema relevância na organização da escola como um todo, articulando os tempos, os espaços, os materiais, os saberes e os sujeitos escolares. Considerando que a direção tem um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, busca-se, nesta etapa analisar quais eram os sujeitos administrativos após a transição do regime do Colégio Regina Coeli.

É importante mencionar que houve permanências em relação à gestão, já que quando a escola era confessional católica, tinha à frente Irmãs de São José, que, no entanto, continuaram dirigindo a escola após a transição para comunitária, por oito anos. Sendo assim,

¹⁰⁴ A entrevistada, Maria do Carmo Strapazzon, referiu-se a uma turma de 7ª série com quem trabalhou na década de 90 do século recém-findo. (STRAPAZZON, 2012).

muitas características, próprias de escolas confessionais católicas, permaneceram presentes nas culturas escolares do Colégio Regina Coeli.

O quadro 5 elenca os diretores e o período em que atuaram na administração do Colégio Regina Coeli, de acordo com o recorte temporal proposto para este capítulo (1969 a 1980).

Quadro 5 - Diretores a partir de 1969: Escola Comunitária

Diretor(a)	Período
Irmã Rosa Carolina	1969
Irmã Stela Maria Fonseca	1970 a 1975
Irmã Rosária Genézia Barin	1976
Prof ^a . Marilza Ribeiro Reschke ¹⁰⁵	1977 a 1978
Prof. Dalino Pessin ¹⁰⁶	1979 a 1980

Fonte: Farina (1992, p. 231)

Apesar de ter havido troca de estatuto em 1969, foi apenas em 1977 que uma leiga assumiu a direção da escola. No entanto, é interessante notar que durante 60 anos as mulheres estiveram à frente do Colégio Regina Coeli, considerando-se que desde a fundação do Colégio São José, que deu origem depois ao Colégio Regina Coeli, em 1917, primeiro as Irmãs e depois uma professora leiga foram diretoras. Se, em 1977, houve uma ruptura, passando a direção das mãos de religiosas para a mão de uma leiga, em 1979 houve outra: um homem assumia a direção da escola pela primeira vez. Porém, deve-se considerar que o então diretor Dalino Pessin já era professor na Escola Divino Mestre, que se juntou ao Colégio Regina Coeli, e que era ex-seminarista, tendo, por isso, características que o aproximavam da filosofia das Irmãs de São José.

Para entender a estrutura administrativa, utilizou-se o Regimento Escolar de 1971, no qual há a informação de que a administração do Colégio Regina Coeli, na década de 70 (séc. XX) estava a cargo da direção e dos serviços administrativos, sendo que tal direção era “exercida por um Diretor, auxiliado por Assistentes e pelo Conselho Técnico-Administrativo, com responsabilidade solidária”. (REGIMENTO, 1971, Art. 14, p. 3). Em relação ao aspecto didático, a Direção era assessorada pelo Setor de Ensino, comparado ao que hoje se denomina Serviço de Supervisão Escolar. O diretor, nomeado pela entidade mantenedora, era o elo de

¹⁰⁵ Marilza Ribeiro Reschke esteve à testa da instituição novamente no período de 1981 a 1982.

¹⁰⁶ Dalino Pessin esteve comandando a instituição novamente no período de 1989 a 2002.

unificação e dinamização da atividade escolar. O mandato do diretor era de três anos, podendo ser reconduzido sucessivamente por mais um ou dois triênios, podendo ser também dispensado antes do tempo por razões ponderáveis. (REGIMENTO, 1971, Art. 16). Apesar de estar explícito no Regimento Escolar que o mandato era de três anos, constatou-se, na prática, que os diretores, de 1969 a 1980, permaneceram por um período de tempo bastante variado, indo de um a seis anos de mandato, mostrando que o tempo de direção era influenciado por diferentes variáveis, que não foram aprofundadas nesta dissertação. O único a mencionar o motivo da sua saída foi o diretor Dalino Pessin, que afirmou:

Eu acho que nesse período foi uma época bastante difícil, pra minha pessoa conciliar as duas funções, porque eu era Secretário Municipal da Educação, cedido pelo Estado ao Município e eu tinha que executar 40 horas de serviço. E nos períodos vagos, que eu podia jogar até, então eu fazia o serviço do Regina Coeli. [...] Então, o Regina pra mim, foi assim um desafio, porque, como eu te coloquei inicialmente, eu via no colégio das Irmãs, um colégio-modelo, de referência no Estado e até no País. E a filosofia era educar, em primeiro lugar. Em segundo lugar, aprender. Então, a gente entrou com essa filosofia e sentimos assim, que deu um bom efeito. Somente foi um período curto porque eu não conseguia conciliar os dois momentos. (PESSIN, 2012).

Dalino Pessin demonstra, através de sua fala, a concepção que tinha do Colégio Regina Coeli, ou seja, de escola-modelo, justificando o curto período que esteve na direção devido aos seus compromissos profissionais na Secretaria Municipal da Educação, sendo difícil conciliar ambos os cargos. Na função de diretor, havia diversas competências e, dentre elas, de acordo com o Regimento Escolar de 1971, cabia-lhe supervisionar as atividades escolares, superintender os serviços administrativos e didáticos, promover reuniões com os professores e aplicar penalidades disciplinares. Além disso, cabia-lhe enviar à Entidade Mantenedora um relatório geral das atividades e da situação do colégio, bem como obter aprovação da proposta orçamentária anual pelo CTA da entidade. (REGIMENTO, 1971, Art. 17).

O CTA era o órgão deliberativo que compartilhava com o diretor a responsabilidade de unificar e dinamizar o trabalho escolar. Os membros do CTA eram: o diretor, os assistentes, o chefe do Serviço de Orientação Educativa e o chefe do Setor de Ensino, que era um professor escolhido por seus colegas para esse fim. A presidência do CTA era desempenhada pelo diretor da escola. (REGIMENTO, 1971).

Dentre as atribuições do CTA, estava a elaboração do planejamento geral anual; responder por assuntos administrativos, técnicos e disciplinares; examinar e aprovar planos de estudos, com vistas a uma dinamização constante do currículo; designar comissões

examinadoras e de supervisão de estágio; julgar as atitudes discentes para aplicação de penalidades máximas, assim como tomar decisão em relação a casos de desajustamento às normas disciplinares, quer fosse de alunos ou de professores. As reuniões do CTA aconteciam mensalmente, podendo haver reuniões extraordinárias sempre que necessário. (REGIMENTO, 1971).

Para auxiliar a direção em algumas funções, havia os assistentes de curso, que eram professores designados pelo diretor, que colaboravam com as atividades administrativas e técnico-pedagógicas, organizavam os horários das disciplinas e práticas educativas, promoviam reuniões de professores, representavam o diretor quando necessário, dentre outras atribuições. (REGIMENTO, 1971).

Dalino Pessin, em sua entrevista, menciona que as decisões eram tomadas em conjunto: “O nosso objetivo era trabalhar com a equipe administrativa, a supervisão e orientação educacional. E mais a pessoa de disciplina, que não era nada de ser um ditador, mas saber coordenar as coisas. E com essas pessoas eu decidia tudo.” (PESSIN, 2012).

Percebe-se, assim, uma mudança de postura em relação à atuação da direção, pois na direção religiosa havia mais autoridade, enquanto na direção leiga, muitos assuntos eram decididos em equipe, e o diretor, como bem disse Dalino Pessin, era quem coordenava os sujeitos e os processos de organização administrativa.

Para melhor entender o papel da direção e as rupturas, analisaram-se algumas atas de reuniões pedagógicas, assim como fragmentos da entrevista com os ex-diretores Marilza Ribeiro Reschke e Dalino Pessin. A mudança de direção, das Irmãs de São José, para professores leigos, aparece na ata de reunião dos professores de 1977. Sem ser destacada, pelo menos de acordo com os registros da ata, tal mudança é apenas narrada via apresentação da diretora e dos novos professores, conforme registro a seguir:

Ao 1º dia do mês de março de mil novecentos e setenta e sete, numa das salas da Escola Normal Regina Coeli, realizou-se a primeira reunião de professores. Inicialmente, a nova Diretora Marilza Ribeiro Reschke, fez a apresentação dos novos elementos que integrariam o Corpo Docente da Escola. Foi entregue e lida uma mensagem a todos os professores. Foi feita uma reflexão sobre a filosofia da Escola que é velha, mas ainda hoje, nova e muito atual. A seguir, passou-se a ouvir a Mensagem da Presidente do CECOVEA. Esta, igualmente, foi mensagem de alegria e de estímulo a todo o educador. (ATAS..., Ata nº 1, 1977).

Duas importantes mudanças são apresentadas na citação da ata: nova diretora, leiga, e nova presidente do Cecovea, sendo a professora Ana Maria Reschke Fiorentin, a primeira mulher a assumir a presidência, atuando em dois mandatos consecutivos: de 1977 a 1980.

Após a citação de outros assuntos trabalhados em reunião,¹⁰⁷ tais como o uso de uniforme, o cuidado com a disciplina, que ficaria ao encargo da Irmã Maria Francisca com auxílio dos professores, orientações pedagógicas, informadas pela coordenadora pedagógica Lourdes Fávero Pessin, a diretora Marilza Ribeiro Reschke se pronunciou novamente, encerrando a reunião:

A Diretora, Da. Marilza manifestou sua alegria e satisfação de trabalhar na Escola e que aceitou este encargo em vista da colaboração, boa vontade e disponibilidade dos professores e irmãs. Finalizou lendo uma mensagem de estímulo aos professores e de felicitações. (ATAS..., Ata nº 1, 1977).

Sobre a posse como diretora, Marilza Ribeiro Reschke expõe suas percepções, assim como o apoio recebido durante sua gestão.

Olha, eu não senti muita dificuldade ao assumir, porque as Irmãs tinham um objetivo bem claro de educação integral, e era esse o meu objetivo [...]. E eu tinha uma força muito grande na Irmã Alirce, que era uma Irmã que trabalhava, que continuou trabalhando comigo e ela era uma pessoa muito carismática e competente. (RESCHKE, 2012).

Além do apoio da Irmã Alirce Zanella, Marilza Reschke relatou que contava com o apoio das vice-diretoras, já que na época havia uma para o turno da manhã, outra para o turno da tarde e uma terceira que atuava no turno da noite. Sendo assim, o planejamento da escola era construído com o auxílio das vice-diretoras e da Irmã Alirce, que auxiliava mais nas questões pedagógicas, tendo sido Coordenadora Pedagógica antes do mandato da Diretora Marilza.

Apesar da boa aceitação e do auxílio das Irmãs, houve um pouco de resistência, citadas na entrevista:

E eu tive assim um pouco de resistência de algumas Irmãs professoras, que eram Irmãs de mais idade, então elas achavam assim: imagina uma moça, uma moça assumindo a direção no nosso lugar [...]. Mas, depois elas foram me conhecendo e foi acabando [a resistência], umas foram transferidas e tudo. Mas a maioria aceitou muito bem o meu trabalho, muito bem. (RESCKHE, 2012).

Pelos depoimentos apresentados, percebe-se que na transição de uma direção religiosa para uma leiga houve tensionamentos, principalmente provindos das Irmãs que

¹⁰⁷ Nas reuniões do ano de 1977, os assuntos circulavam em torno da organização pedagógica, incluindo estruturação de atividades e avaliações, da disciplina, das datas comemorativas, da orientação educacional, assim como sobre o papel do professor regente junto aos alunos. (ATA DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS, 1977).

estavam lá há mais tempo no Colégio Regina Coeli e tinham mais idade. Os tensionamentos só não foram maiores, porque as Irmãs continuaram exercendo funções na escola, seja na equipe administrativa ou como docentes. Os conflitos, que nem sempre emergiram, foram sentidos mais nas relações e na organização administrativa, havendo, em relação às práticas e processos de ensino e aprendizagem, uma continuidade, que é relatada por Dalino Pessin. O ex-diretor afirma que, quando assumiu a direção, manteve em sua gestão concepções e práticas semelhantes às das Irmãs de São José, conforme se depreende de trecho de sua entrevista:

Inicialmente, as Irmãs, a maioria das Irmãs, continuaram lecionando na Escola. Então tinha uma junção do leigo com as religiosas, o que fez com que nós pudéssemos crescer mais no espírito cristão e, ao mesmo tempo, já lançarmos para o lado, além da educação, para o aprimoramento profissional. As Irmãs foram sempre, assim, um alicerce, uma base para todos nós, porque elas serviram de modelo. E um modelo realmente que se enraizou, desde 1917. Então é um período grande das Irmãs de São José. E elas sempre foram a base da nossa filosofia de trabalho. Serviram muito para que nós pudéssemos dar continuidade ao trabalho delas. E a nossa ligação era muito boa, tínhamos sintonia nos princípios. Eram muito respeitadas com os nossos princípios, porque era uma transição e num momento de transição sempre existem choques. Nós conseguimos conciliar muito bem, em vista de que a administração das Irmãs era uma administração aberta e nós com uma filosofia de captar as ideias fundamentais da parte das religiosas. (PESSIN, 2012).

Dalino explicita as continuidades, assim como menciona a existência de choques inerentes ao processo de transição, mas que foram atenuados por uma adaptação mútua. Apesar da transformação do estatuto de escola e da troca de direção, anos mais tarde, de religiosa para leiga, parece que o desejo da diretoria era manter os padrões de escola confessional católica, até porque, como mencionado no Capítulo 2, o Colégio Regina Coeli tornou-se uma referência em educação. Isso permitiu uma transição gradativa, evitando conflitos maiores com as próprias Irmãs, que ainda residiam e trabalhavam no colégio e com a comunidade educativa.

Nós não tivemos praticamente conflitos. Existem certas situações que a gente não se adapta bem, mas tiveram sempre muita consideração conosco e nós tivemos muito respeito com as Irmãs e sempre procuramos exercer as funções dentro da filosofia e também conciliar com a nossa filosofia, que já era uma filosofia mais de leigos. Mas conseguimos adaptar a nossa realidade e hoje se constata na nossa comunidade veranense. (PESSIN, 2012).

Parece que houve esforços conjuntos na busca de uma adaptação, até porque, mesmo na mudança de estatuto, houve uma tomada de decisão conjunta, de Irmãs de São José e leigos, já que dentre os sócios fundadores do Cecovea, que participaram da assembleia geral

de fundação, como mencionado no início deste capítulo, estavam presentes autoridades municipais, representantes das Irmãs de São José e também dos Irmãos Maristas.

A continuidade, dessa forma, se fez presente no dia a dia escolar. Uma delas diz respeito à ordem e à disciplina, existindo pessoas que exerciam a função específica de auxiliar na manutenção da disciplina no ambiente escolar. De acordo com o Regimento Escolar de 1971, o cuidado com a disciplina era realizado pelo Serviço de Vigilância, que era um dos serviços administrativos. As competências do cargo incluíam cumprir o regimento escolar, zelando pelas instalações e equipamentos escolares, bem como pela disciplina e conduta dos alunos, informando a direção acerca das ocorrências, de certa importância, verificadas fora da sala de aula. Além disso, deveria manter o estabelecimento aberto nas horas de funcionamento regular, supervisionando a entrada e saída do colégio, cabendo-lhe, ainda, o recebimento e despacho de correspondências. (REGIMENTO, 1971, Art. 30, p. 9).

O cuidado com a disciplina é mencionado em várias atas, assim como discussões sobre assuntos pedagógicos, sobre atividades ou teorias que poderiam auxiliar no planejamento e na atuação docentes. Destaca-se, entre as atas de reuniões, a do dia 16 de abril de 1977, pois houve a troca da coordenadora pedagógica, que, na referida ata, é citada como orientadora pedagógica:

Em prosseguimento a Sra. Diretora apresentou a professora Jane Dal Pai Giugno, a qual a partir desta data passaria a exercer o cargo de Orientadora Pedagógica de nossa Escola, em virtude do afastamento da prof^a. Lourdes Fávero Pessin, a qual por motivos de força maior passou a desempenhar outras atividades na Escola. (ATAS..., Ata nº 4, 1977).

A partir das atas, percebe-se que uma das prioridades das culturas escolares do Colégio Regina Coeli refere-se ao pedagógico. A direção de Marilza Ribeiro Reschke parece ter sido marcada por essa prioridade, além de merecer destaque sua participação efetiva nos momentos de rotina escolar. A riqueza de detalhes em sua narrativa mostra seu envolvimento com as festividades, assim como sua atuação em reuniões de pais e professores e sua preocupação com a organização pedagógica.

E olha a parte pedagógica sempre foi uma prioridade também. Orientação de professores, reuniões de conselho de classe, nós sempre tivemos, nós nunca deixamos de ouvir o professor, de ouvir a opinião dos professores em relação aos alunos, no momento da aprovação e reprovação. Eu sempre participei, eu era diretora, mas eu sempre participei das reuniões de conselho de classe, eu conhecia todos os professores, conhecia todos os alunos, e isso foi uma coisa marcante do meu trabalho. Eu trabalhava de manhã, de tarde e de noite, três turnos, sempre. [...] Quando eu estava na direção, eu era a última a sair e a primeira a chegar, sempre.

Isso aí [...] para mim sempre me deu muita satisfação do dever cumprido. (RESCKHE, 2012).

Sendo o ano de 1977 considerado um marco, pois a administração da escola foi assumida por leigos, uma fotografia de um mural da época, encontrada na escola, mostra a situação em relação ao número de alunos e professores, bem como o desenvolvimento da escola em relação a esses números. É interessante notar que em 1977, quando o Colégio Regina Coeli estava completando 29 anos, o mural comemorativo informa o número de alunos e professores. Eram 712 alunos e 47 professores, comparando-se com os 130 alunos e 7 professores no momento de fundação da escola. Portanto, quando Marilza Ribeiro Reschke assumiu a direção da escola, ela tinha sob sua administração quase 800 sujeitos escolares, entre alunos, professores e funcionários. Isso explica sua preocupação e sua dedicação exclusiva, trabalhando nos três turnos em que a escola funcionava.

Figura 41 - Um mural do Colégio Regina Coeli em 1977



Fonte: Acervo do Colégio Regina Coeli.

Outro dado interessante a ser analisado a partir da figura 41 é em relação ao corpo docente, que, em 1948, era formado apenas por Irmãs de São José, havendo em 1949 um professor, que era Irmão Marista. Logo, uma diferença marcante nesses 29 anos. Além do aumento expressivo do número de alunos e de professores é a constituição do corpo docente, formada por leigos e religiosos que chama a atenção. A inserção de professores leigos, de acordo com Maria do Carmo Strapazzon, ocorreu de maneira gradativa:

Quando eu comecei então o Normal [...], a gente já começou a ter professora, por exemplo, professora de Didática já era leiga, nós tivemos a Dona Ruth Pitan Dal Pai, que era nossa professora de Estrutura e Funcionamento do Ensino, professora de Didática, nós tínhamos a Dona Hélia, a professora Hélia Basso Pompeo, que era nossa professora de sociologia, que eram leigas, e a introdução de leigos foi indo assim gradativamente, acho que eram essas duas que a gente tinha. Tínhamos a Nilva Baran, que hoje mora ainda em Lajeado, que era nossa professora também e até hoje ela vem nos nossos encontros, a gente se encontra, é maravilhoso. Meu Deus, a gente mantém assim, um relacionamento muito estreito, muito gostoso. (STRAPAZZON, 2012).

Nesse panorama também se destaca o fato de que sendo apenas sete os professores, no início, era comum que as Irmãs lecionassem diversas disciplinas escolares, nem sempre existindo uma formação específica para isso. Quando não possuíam essa formação específica, as professoras realizavam exames de suficiência, passando a ter permissão para lecionar outras disciplinas de acordo com a aprovação em tais exames. Tanto a Irmã Henriete Cembrani quanto a Irmã Maria Diumira Barcellos Neglia disseram ter passado pelos exames de suficiência, para ter licença para lecionar disciplinas escolares para as quais não possuíam formação específica.

Outro aspecto fundamental para entender o estilo de gestão diz respeito às relações interpessoais. Maria do Carmo Strapazzon relata a proximidade e o vínculo de afeto com os professores, mas que não existia em relação à direção. Através das entrevistas, constatou-se que nas duas primeiras direções leigas, analisadas nesta pesquisa, havia grande interação entre professores, alunos e funcionários. Em vista disso, aqui se pode observar uma mudança em relação à direção, já que, quando estava nas mãos de religiosas, a hierarquia gerava distanciamento entre a direção e os demais sujeitos escolares, incluindo professores, funcionários e principalmente alunos.

Na gestão do diretor Dalino Pessin, segundo sua narrativa, ele mantinha um relacionamento próximo com os alunos. A figura 41 demonstra essa característica mais participativa junto com os alunos, assim como um trecho da entrevista em que Dalino expõe como era o convívio com os alunos, não só no primeiro período em que assumiu a direção, como também em relação ao período posterior.

E pra mim o importante é que mantinha o diálogo. Então os alunos gostavam, eu ficava brabo e 2 minutos depois estava conversando com eles. Eu não ficava marcando. [...] Precisava chamar a atenção, repreender ou até certos castigos, a gente dava. Mas não afastava a pessoa, então eles gostavam. E outra característica que eu tinha, quando tinha umas festinhas, Semana Farroupilha, outra coisa, acho que tu te lembras também, eu fazia com o meu próprio bolso, tirava e comprava um salsichão, pãozinho, servia, tinha o sítio lá fora, [...] levava bergamotas, laranjas, coisas, deixava lá no pátio, então quer dizer, era aproximação. Jogava espiribol com eles, jogava basquete, quer dizer, estava presente. E de manhã cedo, tu te lembras,

acho, era o primeiro a chegar. 7h15min estava lá pra dar bom-dia a quem entrasse. Então o que que significa isso? Tu que vê a cara da pessoa, do educando. Isso eu achei que foi umas das características que destacou a gente. (PESSIN, 2012).

Tanto a narrativa quanto a figura 42 corroboram a ideia de que Dalino Pessin era um diretor participativo e atuante junto com os alunos, mantendo um contato próximo, inserindo-se nas festividades de maneira efetiva, podendo-se concluir, inclusive, uma caracterização especial de acordo com a atividade que estava sendo desenvolvida. As vestimentas, os adornos de palha e a tina, que são visíveis na figura, são típicos da cultura italiana e, por isso, possibilitam identificar que se tratava de festa italiana. Observa-se, também, que a atividade estava sendo realizada no noturno, havendo, possivelmente, não só a presença de alunos do turno da noite, mas de outros sujeitos da comunidade educativa, tais como alunos de outros turnos, pais e professores. Alguns professores e membros da equipe diretiva foram identificados no canto esquerdo da foto, agachados, conforme destacado na figura.

Figura 42 - Festa italiana com a presença do diretor Dalino Pessin (ao centro) – 1978



Fonte: Acervo do Colégio Regina Coeli.

As inter-relações entre os sujeitos escolares talvez tenha sido a principal mudança no momento em que houve a transição de direção religiosa para uma leiga, pois, mesmo com estatuto de comunitária, a escola manteve muitos dos valores cristãos presentes na

administração das Irmãs de São José. O fato de o diretor Dalino Pessin ter sido seminarista, provavelmente, possibilitou uma aproximação ainda maior com os ideais confessionais católicos. Depois de ter assumido nos anos de 1979 e 1980, voltou à direção do Colégio Regina Coeli em 1989, permanecendo até o ano de 2002. Dalino Pessin, tanto na primeira como na segunda gestão, deu continuidade à filosofia de trabalho das Irmãs de São José, como ele próprio verbaliza no início da entrevista:

Bom, eu sempre tive uma visão do Regina como uma escola-modelo. E ela, como escola modelo, deveria se alicerçar sempre nos princípios das Irmãs, que tinham uma filosofia assim mais voltada à educação, não tanto, o ensino era importante, mas o primordial era a educação, a formação das pessoas. Então eu sempre tive essa visão de seguir a linha das Irmãs. (PESSIN, 2012).

No trecho mencionado, comprova-se que existia o objetivo de manter aspectos das culturas escolares já instalados. A decisão de seguir a mesma linha de ação das Irmãs é justificada pelo então diretor, quando ele afirma ter a concepção do Colégio Regina Coeli como sendo escola-modelo. Essa percepção, provavelmente, se deu pelos resultados obtidos na gestão das Irmãs, assim como pela projeção, em nível estadual, alcançada pelo colégio, já que eram atendidos alunos não só do município, como também da região.

A ata de reuniões de professores de 1979, que narra a primeira reunião no dia 2 de março, com a presença de professores, da direção da escola e direção do Círculo de Pais e Mestres, faz referência à equipe diretiva, composta pelo diretor Dalino Pessin e pelas vice-diretoras Marilza Ribeiro Reschke, do turno da manhã; Irene Griggio Ambrosi, do turno da tarde; e Noeli Maria Soares, do turno da noite. Após a referência dos seus nomes, consta: “Cada um desempenhará suas funções de acordo com o turno a que trabalharão, tendo autoridade para resolver os problemas que possam ocorrer.” Além disso, na mesma reunião, foram apresentados os setores pedagógicos, tendo como responsável Lourdes Pessin, o setor religioso, coordenado pela Irmã Helena Terezinha, o setor disciplinar, tendo no diurno Lírio Pessin e, no noturno, Ambrósio Menegon como responsáveis. Um dos avisos foi sobre as reuniões mensais, que ocorreriam no primeiro sábado de cada mês. Sobre as reuniões, Dalino Pessin verbalizou o depoimento:

As nossas reuniões existiam, reunião técnico-pedagógica, que era com a supervisão, com o pessoal de disciplina. Existiam as reuniões com todos os professores. Existiam as reuniões com os pais. Então, com os pais e os professores. Porque com os pais e professores? Por que tu tinhas que ouvir os dois lados. Colocar a tua posição, ouvir, pra depois decidir. Então, a filosofia da escola é “x”, os pais concordam, não concordam? É muito relativo. Se a maioria não concorda, porque tu

deves ter alguma coisa meio fora da bitola. Então, nós temos que ajustar. (PESSIN, 2012).

Pela fala do diretor Dalino Pessin, percebe-se a relevância que ele dava às reuniões, assim como a característica mais democrática de sua gestão se comparada a das Irmãs, mesmo que muitos dos aspectos das culturas escolares permaneçam semelhantes. Uma característica em comum é a questão da pontualidade mencionada por Dalino Pessin:

E outra coisa que eu assimilei das Irmãs e eu já tive nos Irmãs Maristas também, [foi] a pontualidade. E quando eu entrei já senti isso, que existia muita jogada de horário, e começar uma reunião... E eu como tinha uma formação, e elas também, de pontualidade, nós 8 horas, era 8 horas. 5 minutos de tolerância existiam. Agora, além dos cinco, não tinham mais. Então são pontos assim, que a gente até alterou, mudou muito, porque, quando eu entrei, a primeira vez que fiz uma reunião, 8 horas a reunião, começamos às 9. A segunda vez, eu disse “Ó, eu quero pontualidade, eu não vou... se tem dois, eu vou respeitar os dois que chegaram a tempo...” Sabe que eu consegui transformar esse esquema, de querer esperar para respeitar quem chega atrasado. Temos que respeitar quem chega no tempo. Eu acho que quem é pontual tá cumprindo com o seu dever. E outros, se têm outros compromissos, que dê mais importância aos outros compromissos, mas quem dá maior importância à escola, tem que valorizar aquele que dá importância à escola. E nós mudamos totalmente. Em 5 minutos, tu podia marcar as 8 horas, que as 8 horas o pessoal estava e sabia, porque nós 8 e 5 começávamos a reunião. (PESSIN, 2012).

Sobre os sujeitos administrativos destaca-se, através da fala dos entrevistados, o desejo de manter os princípios da educação confessional católica, ao mesmo tempo, que se denotam mudanças, na troca de direção, religiosa para leiga, principalmente no que se referem às relações interpessoais com alunos, pais e funcionários. Respeitando as características individuais de cada diretor, percebe-se uma proximidade maior da figura de autoridade com a comunidade escolar, pois se mostram presentes, e participantes, na rotina escolar.

4.3 SABERES ESCOLARES

Pensar sobre os saberes escolares permite visualizar os currículos escolares, com suas disciplinas, conhecimentos e práticas. Em rigor, possibilita pensar na organização dos espaços e tempos escolares na busca do objetivo primeiro das instituições de ensino, qual seja, a educação. Para compreender os saberes escolares, os fins e meios da educação, os Regimentos Escolares e as entrevistas, dentre outros documentos, são fundamentais, pois favorecem o entendimento da organização dos saberes, bem como de suas representações, a partir da narrativa dos sujeitos entrevistados que construíram e vivenciaram o regimento escolar.

Ao buscar indícios da prática, do que foi vivenciado e experienciado em relação ao saberes, faz-se necessário utilizar o conceito de *representação*, pois as práticas são inenarráveis. Chartier (2000) configura as práticas escolares como o que se faz na escola, o que é invocado, mas ao mesmo tempo ausente, relacionando tais práticas com os *fazeres ordinários*. Para a autora, os *fazeres ordinários* são elementos “essenciais à transmissão do saber-fazer profissional”. (p.158). Considerando tais ideias, ressalta-se que as práticas e saberes, produzidos e reproduzidos, não podem ser narrados de maneira idêntica a realidade. Por isso, a importância do conceito de representação, que dá a ideia de que algo assume o lugar do real, mas de forma representativa e não idêntica à realidade, pois se constitui numa construção a partir do que é observado e vivenciado.

Pesavento (2005) afirma que as representações formam uma realidade paralela à existência dos indivíduos, “mas que fazem os homens viverem por elas e nelas”. (p. 39). Assim como em relação às culturas escolares, na sociedade é possível ver-se-a construção de representações que são expressas no cotidiano, em organizações, normas e discursos. As representações podem ser entendidas como “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”. (PESAVENTO, 2005, p. 39).

Em busca de representações sobre os saberes escolares do Colégio Regina Coeli, utilizou-se a narrativa de sujeitos e também documentos, como o Regimento Escolar de 1971, sendo possível constatar que, em relação ao currículo, às disciplinas e ao cotidiano escolar ocorreram mudanças gradativas¹⁰⁸, até porque as Irmãs continuavam presentes na escola e, mesmo que de uma forma mais indireta, continuavam exercendo influência sobre o Colégio Regina Coeli.

Sobre a organização do ano escolar, consta, de acordo com o Regimento de 1971, que ele não tinha início antes do primeiro dia de março, tendo uma carga horária, no mínimo, de 200 dias letivos para o Pré-primário e o Primário, com 22 horas de atividades curriculares semanais, e de 180 dias letivos para o Curso Normal, compreendendo 25 horas semanais de atividades curriculares, excluindo os dias destinados especialmente às provas. As aulas do Curso Normal tinham duração de 50 minutos, com intervalo de pelo menos 5 minutos. Já o Curso Primário, tinha um intervalo de 20 minutos, intervalo esse que era acompanhado pelos professores, que organizavam recreios dirigidos. (REGIMENTO, 1971, Arts. 45 e 49).

¹⁰⁸ Essas mudanças são decorrentes da aprovação da lei 5692/71 que alterou o funcionamento do sistema escolar brasileiro.

Em 1971 a escola oferecia os Cursos de Pré-Primário,¹⁰⁹ Primário e Normal Colegial em regime de externato e em período diurno. De acordo com o artigo 6º do Regimento (1971), o Curso Primário funcionava como curso de aplicação do Curso Normal, servindo para a prática e observação das normalistas, com a orientação da Divisão de Didática e da Administração Escolar da qual participavam os professores das séries primárias.

No Curso Pré-Primário, já aparecia a preocupação em despertar o senso religioso e oportunizar formação moral e cívica, além de favorecer o uso da coordenação e dos sentidos e movimentos, expandir a atividade criadora, desenvolver a linguagem, favorecer o ajustamento emocional e o hábito de convivência em grupo. (REGIMENTO, 1971).

No Curso Primário, que compreendia cinco séries e tinha por fim “orientar os educandos e conduzi-los à aquisição e ao desenvolvimento de atitudes, hábitos, habilidades, conhecimentos e formas de comportamento e de expressão compatíveis com a fase de vida em que se encontram” (REGIMENTO, 1971, p. 2), e que também apresentava o objetivo de formação religiosa, conforme se observa na alínea *a*, do Artigo 10, que se refere à orientação dos educandos com o objetivo de “levá-los ao desenvolvimento normal de suas potencialidades, dentro da valorização da pessoa humana, através de sua vocação de filhos de Deus”. (REGIMENTO, 1971, p. 2).

Destaca-se, neste contexto, além das habilidades pedagógicas, a preocupação em desenvolver o senso religioso e os aspectos voltados à moral e cívica, assim como a questão do ajustamento emocional. Mesmo com estatuto de comunitária, a escola continuava com o objetivo explícito de oferecer uma educação católica. A Moral e Cívica constituía-se, na época, em uma disciplina obrigatória nos currículos de 1º e 2º Graus, conforme o Artigo 7º da Lei 5.692, de 11/8/1971, assim como as disciplinas de Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde. No mesmo artigo, no parágrafo único, está especificado que o Ensino Religioso tinha matrícula facultativa embora fosse uma disciplina integrante dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º Graus. (SENADO FEDERAL, 1971).

Souza (2008) se debruça sobre a reflexão relativa à compreensão da disciplina Moral e Cívica, ao mencionar que sua introdução nos currículos escolares atendia aos “apelos do nacionalismo efervescente no país na década de 1920”. (p. 112). Para a historiadora, “a matéria, também enfatizada no Ensino Primário, atendia a um claro objetivo político – a construção da identidade nacional”. (2008, p. 112). No contexto da década de 1970, sob a

¹⁰⁹ O Curso Pré-Primário correspondia ao curso que era feito antes do antigo primário, correspondente ao que hoje se denomina Educação Infantil. O Primário correspondia ao atual primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

ditadura militar, o apelo ao ensino cívico ganha forças e novos contornos. Tendo como objetivo a construção da identidade nacional, a disciplina trabalhava com os deveres do cidadão, enfatizava a comemoração de datas nacionais e de feitos da história, incluindo os sujeitos que eram considerados grandes vultos nacionais. No Colégio Regina Coeli, essas datas eram trabalhadas de maneira vigorosa na escola, podendo ser citada, como exemplo, a Independência do Brasil e a Semana Farroupilha. O Dia 7 de Setembro, não era comemorado apenas com o desfile, mas era trabalhado na escola, como ilustra o discurso da ex-diretora Marilza Ribeiro Reschke:

Nós motivávamos muito as turmas, por exemplo, quando nós fazíamos a Semana Farroupilha, nós dividíamos as turmas, com cada aspecto do tradicionalismo. Então cada turma era dividida, estudar a música tradicionalista, as vestimentas, a indumentária, a música, a religiosidade do gaúcho, a tradição, enfim, assim a gente motivava muito as turmas nesse sentido. [...] O Sete de Setembro também dividia as turmas com cada aspecto da história do Brasil, para representarem nos desfiles. A gente, junto com os professores de Português, naquela semana, naquele mês, a gente trabalhava o português com história do Brasil, trabalhava Geografia com a história do Brasil, todos os aspectos desde o descobrimento até a parte das capitânicas [...] então, todas as matérias a gente envolvia o assunto história do Brasil. Quando eles chegavam no desfile, eles estavam supermotivados. (RESCHKE, 2012).

No Regimento da Escola Normal Regina Coeli, de 1971, estava especificado que, além dos fins previstos para a Educação Nacional, a escola visava a “promover a educação cristã de seus alunos para que vivam e irradiem a mensagem evangélica no mundo...”. (REGIMENTO, 1971, Art. 3º, p.1). Para atingir tais finalidades, no parágrafo único do capítulo 3º do Regimento, consta que o processo educativo visava a levar o aluno a:

- a) buscar e incorporar os valores supremos a serem alcançados, conduzindo-os à descoberta do verdadeiro sentido da vida;
- b) despertar e desenvolver o espírito crítico e a capacidade de julgamento, avaliação, adaptação e integração social dentro de uma verdadeira hierarquia de valores;
- c) compreender que só se realizarão em plenitude, na medida [em] que buscar o bem e a felicidade dos outros, conscientizando-se de sua responsabilidade social dentro da doutrina do Corpo Místico de Cristo;
- d) fazer opções livres que preparem a mais preciosa das opções: a aceitação do convite amoroso de Deus. (REGIMENTO, 1971, p. 1)

Os objetivos mencionados deixam claro que o lado espiritual, de acordo com os preceitos da religião católica, continuava a ser trabalhado até o fim do período estudado nessa pesquisa. A fala de Dalino Pessin, que assumiu a direção em 1979, confirma esse enfoque religioso:

No primeiro momento não houve muita alteração. Eu acho que a parte da religião, não somente pela nossa filosofia, mas do governo, de reduzir as aulas de Religião, de Moral e Cívica, de OSPB [...]. Eram disciplinas que davam fundamentos de princípios cívicos cristãos. E tu sabes que as Irmãs, elas tinham como filosofia o espírito cristão. Em primeiro lugar a formação cristã. Então, isso a gente manteve e conseguimos conciliar, e alterações houve poucas, houve uma continuidade dos trabalhos delas. (PESSIN, 2012).

Dalino Pessin aponta alterações na legislação como, por exemplo, a carga horária da disciplina Ensino Religioso, que em 1971 era de matrícula facultativa para os alunos, mesmo que oferecida dentro do horário escolar normal, mas enfatiza que tais alterações não produziram mudanças substanciais em relação à organização curricular. É importante mencionar que no período em que Dalino Pessin assumiu a direção, a escola oferecia ensino de 1º e 2º Graus. O regimento escolar, apresentado nessa pesquisa, é do ano de 1971, no entanto, ainda não contempla a organização de ensino, apresentada na Lei 5.662/71, onde o ensino de 1º e 2º Graus foi adequado a novos propósitos. Ao se referir aos novos propósitos, Sanfelice (2011) aponta:

Dentre as mudanças, destaca-se a ampliação da obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos na faixa etária dos 7 aos 14 anos. Acoplou-se o antigo ensino primário de quatro anos ao antigo curso ginásial também de quatro anos. O novo ensino de 1º grau eliminou o exame de admissão exigido antes para o ingresso no ginásio, visando a evitar o estrangulamento que daí decorria. O ensino de 2º grau passou a ser único, eliminando a dualidade anterior entre o antigo secundário e as escolas técnicas. O novo 2º grau tornou-se, primordialmente, um ensino de habilitação profissional. Ambos os níveis tiveram um currículo nacional comum estabelecido. (p. 337).

Além da mudança em relação à disciplina Religião, que era obrigatória para a escola e optativa para o aluno, foram incluídas, como matérias obrigatórias, Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística e Programa de Saúde. Uma das habilitações do Ensino Médio, o Normal, recebeu a nova denominação de “Magistério”. (ARANHA, 2006). No entanto, no Colégio Regina Coeli, em 1971, esse curso ainda recebia a denominação de Curso Normal Colegial, que

[...] em prosseguimento ao curso ginásial terá duração de três anos letivos, acrescidos de um semestre destinado à prática docente orientada, onde os alunos possam comprovar sua capacidade de planejamento e execução do trabalho docente na regência de classe primária.

Parágrafo único: Os alunos que concluírem com aproveitamento os três anos do curso Normal e não demonstrarem aptidão para o magistério receberão certificado de conclusão do 2º ciclo de Ensino Médio. (REGIMENTO, 1971, Art. 11, p. 3).

O estágio do Curso Normal dependia da aprovação do aluno em todas as disciplinas da parte seriada do curso, dentro de um limite máximo de semestres, depois do término da parte seriada. Se o estágio fosse protelado por mais de dois semestres, o aluno deveria revisar,

com aproveitamento, os conteúdos determinados pelo CTA e pela Comissão de Estágio. (REGIMENTO, 1971, Art. 62).

A professora Jane Lourdes Dal Pai Giugno, que frequentou a escola como aluna, como docente e como supervisora pedagógica, narra um pouco de sua vivência em relação ao Curso Normal. Assim que ela terminou o Curso Normal, foi contratada pelas Irmãs e iniciou suas atividades na escola. Jane Lourdes Dal Pai Giugno foi convidada pelas Irmãs para trabalhar com o Curso Normal e assumir a coordenação da Banda Marcial da Escola Regina Coeli:

Fiz tudo lá no Regina¹¹⁰, e com 18 anos quando me formei, as Irmãs, na época as Irmãs estavam, eram ainda as donas e dirigiam toda a parte educacional, elas já me contrataram para trabalhar com o Curso Normal e também organizar, como eu gostava muito da música, que eu também fui introduzida por elas na escola, porque tinha em hora extra, professoras de piano, de acordeom, elas davam aulas de música. Então, eu também trabalhei, aos 18 anos, assumi a coordenação da banda da escola, porque eu gostava dessa coisa toda, de música, então a Irmã, na ocasião a Irmã Estela Maria, que era a diretora, pediu pra eu coordenar, junto com ela e outras Irmãs responsáveis, [...] nós coordenávamos a banda e, além disso, eu trabalhava com o Curso Normal. (GIUGNO, 2012).

Assim como ocorreram mudanças em relação aos componentes da Banda Marcial que passaram a ser mistos após a transição, a Educação Física também sofreu alterações. Jane Lourdes Dal Pai Giugno menciona também a organização em relação às aulas de Educação Física:

A educação tinha separada também pros meninos e pras meninas. [...] Depois chegou no tempo em que eu fui supervisora da escola, e nós já tínhamos começado com turmas mistas na Educação Física. Tínhamos o professor homem que dava Educação Física, nós tínhamos professoras mulheres que depois foram introduzidas também. Mas começamos, na época em que eu assumi, em que a Marilza assumiu, nós começamos devagar também a introduzir turmas mistas para a Educação Física. Mas foi um trabalho muito lento e gradativo. Muito lento. (GIUGNO, 2012).

A professora Jane Lourdes Dal Pai Giugno confirma, assim, os indícios de que a transição de saberes e práticas escolares foi gradativa. Dalino Pessin corrobora essas informações, ao afirmar que o recreio era misto, mas a Educação Física, no primeiro período em que assumiu a gestão, era separada de acordo com o sexo, pois segundo ele, “ainda era uma época que existia o machismo [...]. Que os guris eram mais fortes [...] e as meninas... Depois no segundo período, quando entrei em 89, já estava tudo igual”. (PESSIN, 2012).

¹¹⁰ Referindo-se à sua escolarização.

A vinculação do currículo escolar com os preceitos religiosos permaneceu; houve uma continuidade em relação aos saberes escolares e às atividades extras, como a da Banda Marcial do Colégio Regina Coeli e a participação em comemorações cívicas.

É, eu acredito que nós damos continuidade. Existia a parte de Educação Artística bastante aprofundada, a Música também, elas desenvolviam, desenvolveram muito a parte da Banda, que nós damos continuidade também. A parte dos princípios cristãos também a gente manteve. As festividades, Corpus Christi, Páscoa, preparação para o Natal que já era férias praticamente. A gente dava toda ênfase também a estas atividades religiosas, a gente manteve tudo isso. E eu acredito que foi assim uma sintonia muito grande que nós tivemos com as Irmãs e graças a isso que hoje o Regina continua bem-alicerçado. (PESSIN, 2012).

Muitas foram as continuidades, seja em relação aos espaços, seja em relação às práticas pedagógicas. Isso reforça a ideia de que se tinha o objetivo explícito de manter a filosofia, os saberes, as práticas e os usos dos tempos e espaços escolares. Em relação à Banda Marcial Regina Coeli, houve mudança, principalmente em relação ao gênero dos componentes e aos instrumentos utilizados por ela. A figura 41 retrata a Banda Marcial no período em que o colégio era administrado pelas Irmãs, sendo totalmente composta por integrantes femininas.

Figura 43 - Banda Marcial Regina Coeli – 1967¹¹¹



Fonte: Arquivo particular do fotógrafo Elígio Parise.

¹¹¹ Data provável, informada pelo fotógrafo Elígio Parise.

No período em que a Banda Marcial era integrada só por alunas, observa-se, na figura 43, que eram moças, que estavam na adolescência, que compunham o grupo, havendo apenas uma menina à frente, ao lado de uma jovem. Parece que ambas eram balizas. Destaca-se o uniforme das integrantes, assim como a pose para a fotografia, na qual se mostram alinhadas, chamando a atenção uma integrante que está mais deslocada do grupo. Tal aluna utiliza um acessório diferente na cabeça, assim como outras duas integrantes posicionadas no lado direito da figura 43. Na fotografia, a maioria usa chapéu, havendo também as que não utilizam (posicionadas mais à frente da banda), assim como possuem um uniforme diferente. Essas diferenciações devem dizer respeito aos papéis que ocupavam e aos instrumentos que tocavam.

No período pós-transição, consta que, em 1994, a Banda Marcial Regina Coeli foi reativada,¹¹² a pedido do Círculo de Pais e Mestres, com uma configuração mista de seus componentes; no entanto, mesmo assim era composta, no seu primeiro ano, somente por instrumentos de bateria, havendo a inclusão, no ano seguinte, de instrumentos de sopro.

Figura 44 - Banda Marcial Regina Coeli – 1994¹¹³



Fonte: Arquivo do Colégio Regina Coeli.

¹¹² Não foram levantadas maiores informações a respeito do período em que a Banda Marcial ficou inativa.

¹¹³ Data provável da fotografia, já que no ano de 1994 a Banda contava apenas com instrumentos de bateria. Mesmo fora do recorte temporal, utilizou-se a figura para representar as mudanças decorrentes da transição de estatuto da escola.

A figura 44, mostra a Banda Marcial Regina Coeli com composição mista, em um desfile de 7 de Setembro. Nota-se que, além dos instrumentos, que no primeiro ano, após a retomada das atividades da Banda, eram apenas de bateria (percussão), o grupo tinha integrantes dos gêneros feminino e masculino, assim como usavam uniformes que sofreram modificações. Se, antes, a Banda era apenas de integrantes femininas, com uniformes compostos de saias, camisas e coletes, após a transição de escola confessional católica para comunitária, os uniformes passaram a ser compostos de casacos e calças, iguais para todos os alunos. Essa igualdade mostra algumas diferenças importantes em relação à transição, assim como aponta a influência da conhecida Revolução Sexual,¹¹⁴ que ocorreu na década de 60 (séc. XX). Além das já mencionadas, cabe destacar também a diferença em relação ao momento do registro fotográfico. Enquanto a figura 42 retrata a Banda feminina em uma posição organizada para a fotografia, nas escadarias de acesso ao Colégio Regina Coeli, a figura 43, retrata a Banda Marcial Regina Coeli em flagrante participação em desfile, ou seja, em um momento do cotidiano. Ainda: há entre os integrantes uma senhora; provavelmente se trata da Irmã Francisca, que foi responsável pela Banda, tanto antes como após a transição. Dalino Pessin refere-se à Irmã Francisca, assim como a festividades importantes, destacando a participação no desfile de 7 de Setembro:

O Corpus Christi era sagrado, a gente sempre assumia uma dívida de ornamentação, do altazinho na rua, mas a gente efetuava certos eventos dentro da própria escola que dava uma importância muito grande a Corpus Christi. [...] 7 de Setembro foi sempre básico. O Regina sempre se projetou e muito, na comunidade veranense. Não tinha o Regina, não tinha desfile. Infelizmente, tenho que dizer isso. Se o Regina falhasse, aquela beleza, aquela pompa que dá... Porque o Regina tinha uma Irmã [...]. Tinha uma Irmã que era muito fanática, e ela dominava a Banda, mantinha a Banda do Regina [...]. Irmã Francisca [...]. Porque as Irmãs, assim, que tu perguntaste antes também, qual é a diferença que existia entre nós... Elas eram mais rígidas. Elas eram determinadas e queriam disciplina. (PESSIN, 2012).

A narrativa de Dalino Pessin reforça a compreensão do papel de destaque do Colégio Regina Coeli, assim como do resultado da sua participação, já que gozava de grande projeção na comunidade veranense. Também permite inferir qual era o perfil de liderança da Irmã Francisca perante a Banda, em que disciplina rígida e fanatismo aparecem juntos, permitindo que se deduza que, assim como atuava com autoritarismo e disciplina, também demonstrava grande paixão pela atividade que desenvolvia. Tal constatação não é só o resultado das

¹¹⁴ A Revolução Sexual refere-se a um movimento social que desafiou os códigos tradicionais de comportamentos relacionados à sexualidade e às relações interpessoais.

narrativas dos depoentes, mas das pessoas da comunidade educativa, que, informalmente, comentaram sobre a Irmã Francisca e seu papel de destaque na Banda Marcial Regina Coeli.

A participação da Banda, bem como da comunidade educativa, no desfile de 7 de Setembro, era uma das atividades festivas desenvolvidas e que tinha grande repercussão em todo o município. O Colégio Regina Coeli tinha uma forte participação nas festividades, fossem elas cívicas, fossem elas datas comemorativas, como pode ser apreciado na fala de Dalino Pessin, que faz referência também à celebração de Corpus Christi. Esse movimento é constatado de maneira ampla na educação, conforme explicita Faria Filho:

Podemos notar que, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, as festas cívicas vão se transformando mais e mais em festas escolares, em festas de escolares (estudantes). É interessante notar que, no século XX, a festa cívica se transforma em um momento privilegiado de a escola ocupar a cena da cidade. Nas festas, e pelas festas, a escola se mostra como educadora da infância e da juventude e, sobretudo, dos habitantes da cidade, inclusive de seus quadros dirigentes. (2005, p. 34).

A figura 45 mostra como as festividades escolares estavam integradas à comunidade veranense, já que os alunos passavam pelas ruas da cidade caracterizados, no caso representado a seguir, com trajes e objetos típicos de Festas Juninas.

Figura 45 - Passeata da Festa de São João – fim da década de 70 (séc. XX)



Fonte: Arquivo do Colégio Regina Coeli.

Essa mobilização dos alunos é socializada pela ex-diretora Marilza Ribeiro Reschke:

Outra festa que nós fazíamos que era muito concorrida, era a Festa de São João. Era tradicional do Regina Coeli a Festa de São João, já botava no início do ano, já reservava o São Peregrino. [...] Fazia passeata, convocava toda, cada turma ficava com uma tenda. O lucro da tenda um pouco era pra série, pra turma, com a professora regente e o resto era pro CPM¹¹⁵ ou pra escola, conforme a gente tinha, sempre gastos, com material, com isso e aquilo. [...] Daí os pais faziam passeata e depois, toda, imagina, eu tinha oitocentos, novecentos alunos, chegamos [a] ter mil alunos, todo mundo lá em São Pelegrino, comendo sopa de capeletti e comprando nas tendinhas. Nós tínhamos de tudo nas tendinhas. E depois fazia baile, fazia quermesse, daí então tinha a entrada da quermesse, o pessoal de fora era convidado também, a gente fazia para os alunos bem baratinho, sempre deu muito bem a nossa festa. (RESCHKE, 2012).

A Festa de São João mobilizava não só os alunos, mas a comunidade, ou seja, ia além dos muros da escola. Os alunos atravessavam a cidade em passeata, passando pelo centro (como ilustra a figura 43) e se dirigiam ao salão de festas do Bairro São Peregrino. Até certa hora da festa, apenas integrantes da comunidade educativa participavam, como: alunos, pais, professores e funcionários. Depois, se abria a festa para toda a comunidade, momento em que ocorria a quermesse e o baile. Mesmo quando a festa ocorria dentro dos espaços escolares, havia passeata e mobilização de toda a comunidade, tornando-se um evento que ressoava pelo município. “Nesta perspectiva, a festa cívica escolar, tal como a escola como um todo, inscreve-se na cidade como uma experiência cultural, política, estética e de aprendizagem.” (FARIA FILHO, 2005, p. 34).

O Desfile de 7 de Setembro, como já mencionado, era uma festividade que ecoava no município, atrelando umas às outras as diversas instituições que estavam inseridas nele. A participação no desfile de 7 de Setembro, antes da transição para escola comunitária, era obrigatória. Após a transição houve uma mudança gradativa: era feito um convite (e não mais à convocação) aos alunos para que participassem do desfile.

O 7 de Setembro era fortíssimo. Hoje ainda existe o desfile, e é tudo liderado pela Secretaria Municipal de Educação. Antigamente, também era, mas as apresentações eram da escola toda, era todo mundo marchando, todo mundo apresentando. Hoje a gente também faz, com representações, hoje se tem coisas belíssimas também, no 7 de Setembro, mas me parece que aquele... como que eu vou dizer, sentimento cívico acirrado, é um pouco diferente. Hoje se diz que o 7 de Setembro lembra uma data importante. Mas necessariamente não se vive com tanta intensidade quanto se vivia antigamente. [...] Mas hoje tem outro cunho o desfile. (GIUGNO, 2012)

¹¹⁵ Círculo de Pais e Mestres.

Ao se referir à participação nos desfiles, Jane Lourdes Dal Pai Giugno conta que antigamente existia a *convocação* para o desfile e que, no seu tempo de aluna, elas usavam uma saia plissada como uniforme. No dia do desfile, as alunas eram *passadas em revista* para ver se a saia cobria os joelhos, se estava tudo conforme a ocasião. Caso algo estivesse fora daquilo que as Irmãs preconizassem, a aluna era afastada do desfile. (GIUGNO, 2012). Nos dias atuais, ainda de acordo com o Professora Jane Lourdes Dal Pai Giugno, há mais convites, algumas turmas são convidadas a se apresentar, tendo até pais participando ao lado de seus filhos. “No caso do Regina também, sempre existe uma representação, e a Banda representa muito bem, a marca do Regina Coeli, com outras manifestações. Mas hoje o desfile tem outro cunho e não é mais convocação e é convite.” (GIUGNO, 2012).

Na figura 46, nota-se como o Cecovea é destacado no desfile, bem como fica demonstrado quais eram os cursos oferecidos pela instituição, nas figura 47 e 48, que não foram datadas, mas que representam a participação daquela escola nos Desfiles Cívicos, sob a administração do Cecovea.

Figura 46 - Desfile de 7 de Setembro – aproximadamente 1977



Fonte: Arquivo do Colégio Regina Coeli.

Figura 47 - Desfile de 7 de Setembro – aproximadamente 1977



Fonte: Arquivo do Colégio Regina Coeli.

Figura 48 - Desfile de 7 de Setembro – aproximadamente 1977



Fonte: Arquivo do Colégio Regina Coeli.

Nas figuras 47 e 48, destacam-se os cursos de 2º grau. Essa nomenclatura foi adotada com a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, quando os níveis passam a ser denominados de 1º e 2º Graus. De acordo com Aranha (2006) “a reforma do ensino fundamental e médio realizou-se durante o período mais violento da ditadura, no governo Médice”. (p.318). No artigo 1º da

Lei é especificado que “o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para a cidadania”. (ARANHA, 2006, p. 318).

Em relação aos saberes escolares, do período de 1969 a 1980, percebe-se que houve uma continuidade no desenvolvimento de aspectos religiosos e morais, mesmo que abordados através de práticas distintas, se comparadas as do período analisado no Capítulo 3. Nos relatos e nas fotografias, destacou-se o registro de comemorações cívicas, para as quais, muitas vezes, os alunos eram preparados, através do desenvolvimento de conteúdo no âmbito de sala de aula. Além disso, nesse período destacam-se os cursos de 2º Grau, que tinham como objetivo preparar o aluno para o mercado de trabalho. Sendo assim, através da análise dos documentos e dos depoimentos dos entrevistados, conclui-se que as transformações, relacionadas aos saberes escolares, ocorreram devido às mudanças das leis educacionais, mas também, dos sujeitos, e da relação entre eles, dos novos usos do espaço e dos materiais, havendo um movimento constante de construção e reconstrução das culturas escolares, feita *por e para* os sujeitos escolares.

Sujeitos, saberes, tempos e espaços escolares se inter-relacionam, permitindo que sejam construídas e vivenciadas, nas instituições, histórias únicas.

É no interior dessa tessitura sobre o dia-a-dia da escola que os fins do ensino e da aprendizagem se deram. E ainda, nesse lugar de produção de cultura, ou melhor dizendo, de culturas, produziram-se as materialidades relacionadas aos processos de escolarização, mas, sobretudo, produziram-se as sensibilidades. Nesse espaço de culturas, convergiam diversas outras, advindas de lugares e momentos diferentes, trazendo subjacente a cada sujeito que esteve envolvido nessa trama, a sua própria história de vida, a história do seu grupo de pertencimento e as representações que marcaram cada uma dessas suas histórias”. (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p.40).

E é assim, que a trama dessa narrativa encerra, considerando que a história do Colégio Regina Coeli foi construída, vivenciada e lembrada, a partir da subjetividade dos sujeitos, das especificidades dos tempos e dos espaços, das representações e das inter-relações, produzidas a partir dos documentos que compuseram o *córpus* empírico dessa pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a pesquisa *História do Colégio Regina Coeli: de escola confessional à escola comunitária (1948-1980)*, fica a certeza de que se fosse possível iniciar novamente, os olhares e, conseqüentemente, a narrativa, seriam diferentes. Ao lado dessa certeza, permanecem muitas dúvidas, que permitem visualizar continuidades e pesquisas fecundas, seja sobre o Colégio Regina Coeli, seja de forma mais ampla, sobre a história da educação oferecida no município de Veranópolis. Durante o percurso, palavras expressavam os sentimentos em relação à pesquisa, sendo muitas vezes, compartilhadas. Em um dos momentos vivenciados, as seguintes palavras deram sentido e emoção à narrativa que estava sendo produzida:

Feliz, por estar superando obstáculos da minha pesquisa. A cada nova descoberta um sorriso, aos poucos as peças do enorme quebra-cabeça, que quero montar, vão se encaixando. A única tristeza é que ainda faltam muitas peças, algumas que serão encontradas, outras que não poderão compor o todo neste momento.

A escolha do objeto de pesquisa foi perpassada por interesses pessoais e profissionais, mas também foi enormemente influenciada pela percepção de que existem poucas narrativas a respeito da história de Veranópolis. E mais do que isso: nessas narrativas, pouco espaço foi destinado à história das escolas e de seus processos educacionais. Portanto, considerando que não há estudos historiográficos sobre a educação dada no município de Veranópolis, pode-se considerar a originalidade e o ineditismo desta pesquisa.

O recorte temporal proposto para este estudo compreendeu um longo período: de 1948 a 1980. O ano de 1948 foi proposto levando-se em conta que foi a partir desse ano que, com a ocupação do novo prédio construído especificamente para a escola, o colégio passa a denominar-se *Regina Coeli*. O ano de 1969, delimitado como recorte temporal no quarto capítulo, marca o início de uma escola comunitária, tendo o Centro Comunitário Veranense de Educação e Assistência (Cecovea) à frente da administração da escola. A delimitação escolhida para este estudo, até 1980, teve o intuito de abarcar duas direções leigas, já que até o ano de 1976, a escola ainda era administrada por Irmãs de São José.

Mesmo sabendo que não seria possível dar conta de muitos aspectos das culturas escolares, optou-se por esse recorte, pois, desde o início, houve um interesse muito grande em buscar quais foram as motivações para e as transformações havidas na transição de escola confessional católica para comunitária. Antes do início da pesquisa, e até muito próximo do fim, acreditava-se que o processo ocorrido no Regina Coeli, ou seja, de uma escola com

estatuto confessional católico ser assumida pela comunidade, através de uma associação fosse pioneiro. No entanto, a Congregação das Irmãs de São José já havia passado antes por processo semelhante com o Colégio Santa Rosa, localizado em Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul. O colégio, fundado em 1920, foi administrado pelas Irmãs de São José até 1959, quando passou a ser administrado pela Associação Cultural Santa Rosa, sem fins lucrativos, assim como ocorreu com o Cecovea. Provavelmente, no caso do Colégio Regina Coeli, houve influências da experiência vivida dez anos antes em outra escola da mesma congregação.

Através das pesquisas documentais, das entrevistas, dos ditos e não ditos, pondera-se que a transição ocorreu por decisão das Irmãs em conjunto com representantes (influentes) da comunidade. A decisão foi permeada por questões financeiras, que envolviam a manutenção de uma instituição escolar, assim como pela escolha das Irmãs, de investirem seus esforços na área da saúde, para a qual se dedicaram desde 1934. Tanto é verdade, que as Irmãs continuam trabalhando na área da saúde em Veranópolis, na Clínica Nossa Senhora de Lourdes, da qual são proprietárias e administradoras, havendo, inclusive, Irmãs que residem na clínica, algumas das quais estiveram inseridas na vida do Colégio Regina Coeli.

O desejo de conhecer o processo de transição surgiu a partir de uma vivência própria, que deixou muitas interrogações, pois, enquanto esta autora era aluna, durante toda a sua vida escolar, conviveu com a presença das Irmãs de São José no Colégio Regina Coeli. Lembra-se da presença constante das Irmãs e de algumas, em especial, por seu pulso firme, e de outras pelo carinho e atenção com que cuidavam de todos. Aos poucos as Irmãs foram diminuindo suas funções, mas continuavam residindo na escola. Importante é destacar que, desde o início da escolarização desta autora as Irmãs da Congregação de São José já não administravam a escola e, nem mesmo, estavam na direção. Interessante é perceber que durante todo o período em que era aluna, o Colégio Regina Coeli era conhecido e reconhecido como o “colégio das Irmãs”, denotando a influência que exerceram na escola e as representações que permaneciam para grande parte da comunidade veranense.

Tendo um interesse muito grande em desvendar as situações ocorridas na transição, o recorte temporal teve o objetivo de compreender tanto o período em que a escola era administrada e dirigida pelas Irmãs, como quando foi assumida pelo Cecovea, tendo diretores leigos. Antes do início da pesquisa, levantava-se a hipótese de que com a transição para escola comunitária, certamente muitos aspectos das culturas escolares haviam sofrido modificações, assim como, que tal transição havia provocado tensionamentos, seja entre Irmãs e leigos, seja entre representantes do Cecovea e da comunidade escolar. Alguns tensionamentos puderam

ser percebidos nesse período, principalmente quando houve a transição da direção para as mãos de professores leigos, em 1977. Em 1969, ano da transição, não foram observados conflitos de interesses, pois, mesmo que com outros papéis, as Irmãs continuavam no Colégio Regina Coeli. No entanto, problemas visíveis para a comunidade escolar se instalaram no momento em que as Irmãs deixaram a escola, em 2000, havendo um desligamento total com o Colégio Regina Coeli, a partir desse momento.

Esse desligamento pode ser comparado ao processo de elaboração de um luto ou afastamento de um filho, pois, mesmo com a ajuda da comunidade e da Prefeitura, o colégio foi construído por elas, com suas forças, suor e economias, não só das Irmãs que residiam em Veranópolis, mas também de outras escolas e instituições da congregação, que viviam com o mínimo necessário para poder enviar recursos financeiros a Veranópolis. Tanto o esforço como a economia, assim como o sofrimento com o distanciamento da escola foram percebidos, e sentidos, em várias entrevistas. A Irmã Henriete Cembrani deixou claro esse sentimento, assim como é possível inferir, a partir de relatos, o sofrimento de Irmã Carmelita. Ou ainda, através das falas da Irmã Olga Maria, que, apesar de não ter sido entrevistada formalmente, por escolha sua, narrou vivências e transmitiu sentimentos importantes em relação à escola. A partir dos depoimentos, formais ou informais, foi possível entender que deixar a escola foi difícil e doloroso, principalmente para as Irmãs que tinham passado mais tempo na instituição, porque era um “filho”, era o lar, era uma fase da vida que estava sendo concluída, uma fase que para algumas Irmãs durou 50 anos.

A transição pode ser entendida principalmente nas entrevistas, pois é impossível documentar os sentimentos que perpassam esses momentos. Nas atas, as rotinas, as discussões e os assuntos são descritos, na maioria das vezes, sem nenhuma menção quanto às emoções. Tendo tido poucas alterações perceptíveis nas práticas escolares, foi imprescindível ouvir o relato de membros da comunidade escolar que presenciaram a transição, para entender quais eram os sentimentos, as expectativas e até os medos, decorrentes desse processo. Desse modo, as entrevistas auxiliaram na compreensão de aspectos relevantes da escola, reforçando indícios encontrados nos documentos, o que permitiu que marcos importantes, como a inauguração do prédio novo do colégio e a transição para escola confessional católica, fossem socializados por sujeitos que presenciaram e sentiram o clima daquele momento. A afirmação de Ferreira e Amado (2005) explicita a relevância da fonte oral, pois para as autoras o uso da história oral permite esclarecer processos e eventos, através do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo. É importante considerar que os processos e eventos foram esclarecidos de acordo com as individualidades dos sujeitos e que o presente

interfere no relato do passado, já que, de acordo com as palavras de Alberti (2005, p. 169), “uma entrevista de História oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista”.

Narrar essa história permitiu que se relembresse e entendesse o processo de construção e estruturação da instituição onde foi construída toda a vida escolar desta autora. E mais do que isso: possibilitou a sistematização de um estudo para a comunidade veranense, narrando a história de uma escola que detém um papel significativo na educação dada no município, em diferentes épocas e contextos. Em sendo, pois o Colégio Regina Coeli marcado por diferentes tempos, concepções, vivências e pessoas, foi interessante analisar os indícios de sua história, auxiliando para que tais lembranças não fiquem apenas na memória individual dos muitos sujeitos que passaram pela instituição.

Como já mencionado, através da realização desta pesquisa, novas indagações surgiram. As culturas escolares do Colégio São José, que compreendem o período de 1917 a 1948, poderiam ser narradas, com ênfase na educação voltada para o público feminino? Afinal, a ideia de implantação da escola atendia a uma demanda voltada para a educação das jovens pertencentes à elite veranense? Sendo a escola destinada a moças e tendo tido meninos frequentando as aulas desde a inauguração do Colégio São José, em 1917, como era a relação desses meninos, como eram as práticas, os espaços e as normas escolares? Outras perguntas, que ficaram sem resposta, dizem respeito às internas e juvenistas, pode-se investigar como eram a educação e as rotinas, quais eram as diferenças entre as internas e juvenistas e até quando o Colégio Regina Coeli atendeu a essas alunas e qual era o seu perfil.

Ainda é possível realizar um estudo que contemple apenas a preparação de professoras, através do Curso Normal, que depois passou a denominar-se Magistério, ou aprofundar as análises em relação aos cursos técnicos, podendo-se, também, fazer um comparativo entre os cursos oferecidos antes e depois da cisão do Colégio Regina Coeli com a Escola Técnica Divino Mestre. Nesse período, não só os currículos sofreram alterações, mas também houve mudanças em relação ao corpo discente, já que as escolas contemplavam públicos diferentes. Também é pertinente pesquisar quem eram os alunos matriculados a partir da transição de estatuto.

Ainda ficaram para trás indagações a respeito da saída das Irmãs da escola, em 2000, assim como dos papéis assumidos pelas Irmãs durante todo o tempo em que estiveram na escola, suas relações com o Cecovea e com a comunidade escolar. No entanto, para responder a todas essas questões, seria necessário conhecer mais aspectos do período anterior ao recorte temporal proposto, bem como do período posterior à compra do prédio, investigando os

diferentes pontos de vista: do Cecovea e da Congregação das Irmãs de São José. Pela proposta e delimitação de tempo deste estudo, muitas perguntas ainda permanecem insolúveis indicando que há ainda uma longa caminhada a ser percorrida em busca de uma narrativa da história do Colégio Regina Coeli.

É pertinente destacar que muitas dessas indagações poderiam ser respondidas neste estudo. No entanto, no meio de tantos documentos e de tantas narrativas, alguns aspectos foram contemplados, e muitos outros poderiam ser contemplados, como outros nem foram encontrados. Inclusive, esta foi uma das dificuldades da pesquisa: mesmo sabendo que podem estar em algum lugar da escola, alguns documentos não foram encontrados, assim como muitos não contemplavam a data, nem nomes, dificultando a organização dos dados na narrativa. Importante também é minutar que houve maior facilidade de estudo em relação a documentos relativos ao período em que a escola era confessional católica, pois os documentos estavam mais organizados, e as fotografias continham informações, com breve descrição do momento e da data de registro. Percebe-se, assim, que, apesar de haver organização em relação aos documentos durante o período em que a escola gozou do estatuto comunitário, no período das Irmãs havia mais padronização e rigidez quanto aos registros, comum na cultura das congregações religiosas, em que tudo é documentado e organizado. Essa diferença acabou repercutindo na produção dos capítulos, sendo possível observar um número maior de fotografias no Capítulo 3, que trata do Colégio Regina Coeli com estatuto confessional católico. Na busca por fotografias correspondentes ao período de 1948 a 1980, houve grande dificuldade, já que a maior parte delas não estava datada nem especificava o momento registrado, sendo, por isso, utilizadas fotografias de outros períodos, mas que também ilustram aspectos das culturas escolares no período citado. Assim, se pode conjecturar que, na transição de estatuto, houve um descuido na sistemática de registro.

A percepção da falta de alguns documentos, não localizados para a realização desta pesquisa, também fez parte da narrativa, já que dizem muito a respeito das culturas escolares. Os documentos analisados para dar conta desta análise retratam as especificidades dessas culturas, possibilitando a construção de uma narrativa sobre a história. Essa história utiliza novos métodos, que se pretendeu atentar na pesquisa, e que de acordo com Viñao Frago (1998) é

uma história que requer uma nova leitura de fontes tradicionais – estatutos, regulamentos, discursos, memórias,... – e o recurso a outras fontes até agora menos utilizadas, como autobiografias e diários, os relatórios das visitas de inspeção, as descrições do edifício, das salas de aula ou da vida escolar em geral, as memórias de arquitetos, fotografias e plantas, cadernos e diários de classe, exames, mobiliário e

material de todo o tipo, calendário e horários escolares, inventários e um longo etc. de restos da realidade social e cultural das instituições educacionais. (1998, p. 14).

Nesse cenário, a narrativa foi construída considerando-se a diversidade de documentos disponíveis, mas também a diminuição na sistematização dos registros a partir do momento em que a escola assume o estatuto de comunitária e a continuidade de muitos aspectos das culturas escolares. Essa continuidade pôde ser percebida em relação aos espaços escolares, em que houve poucas mudanças, até porque o prédio da escola, que foi construído especificamente para ser o Colégio Regina Coeli, continha espaços adequados às práticas escolares. Provavelmente, novos usos foram estabelecidos, no entanto, não há registros que auxiliem nessa compreensão, assim como as fotografias representam mais as práticas e menos os espaços e, ainda assim, estão sem data, dificultando a construção da narrativa. Mas pelas entrevistas feitas e os documentos encontrados presume-se que houve uma continuidade quanto aos espaços e a seus usos, porque havia um interesse visível de dar continuidade ao trabalho das Irmãs, sem pretensão de distanciar o Colégio Regina Coeli da representação que as Irmãs haviam construído, qual seja, a de uma escola pautada nos valores morais, com ensino “forte” - disciplinar e em conteúdo. Com efeito, os espaços escolares continuavam os mesmos, assim como muito dos discursos também. Nessa perspectiva, o espaço escolar é analisado como “um constructo que expressa e reflete, para além da sua materialidade, determinados discursos”. (ESCOLANO, 1998, p. 26). Os discursos expressos no Colégio Regina Coeli demonstraram as relações de poder, com a outorga de uma autoridade maior à figura da diretora, quando a escola era confessional católica, assim como transpareceram questões relacionadas à disciplina, à ordem, à vigilância e aos valores morais, que estiverem presentes em ambos os períodos do colégio, seja com estatuto confessional ou comunitário.

Independentemente das dificuldades e facilidades encontradas para a realização da desta dissertação, foi possível narrar, pelo menos, parte da história do Colégio Regina Coeli. Uma pequena parte, que pode fomentar e incentivar muitas outras histórias, muitos outros olhares, configurando novas narrativas. Até porque,

a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo que a habilidade do historiador lhe permite para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. (FEBVRE, 1953, p. 428, apud LE GOFF, 1994, p. 540).

No papel de historiadora, esta autora buscou representações, construídas a partir de vivências, relações e emoções, para tornar possível a narração de uma história que passou,

mas que deixou marcas presentificadas nas práticas escolares atuais. Procurar, ler, reler, escrever, apagar, reescrever, reconstruir, refletir, ouvir, descrever, analisar e por fim, tentar compreender foram ações presentes em todos os momentos de pesquisa. Foram ações necessárias para evitar que a história de uma instituição de ensino, com grande representatividade, carregada de vivências e emoções, caia no esquecimento ou fique apenas na memória dos que fizeram sua história. Por isso, concorda-se com Lopes, quando afirma que “historiador é aquele que luta contra o esquecimento, mas deve saber que, quando faz história, grafa uma presença faltosa, grafa a presentificação de uma ausência”. (2005, p. 41).

As palavras que deram início às considerações finais, escritas durante o percurso da escrita, são agora retomadas para finalizar esta pesquisa, pois fica a certeza de que muitas peças desse enorme quebra-cabeça foram desvendadas, mas que nem todas foram encaixadas e há muitas ainda para serem descobertas. Apesar de relacionar, desde o início, a pesquisa com um quebra-cabeça, percebe-se que poderia ser comparada também com uma colcha de retalhos. Depois de dois anos escolhendo as linhas, as cores e os retalhos que comporiam a colcha, chegou a hora de costurar e construir o todo, composto por partes diferentes, que nem sempre permitiram um encaixe perfeito, mas que resultaram na tessitura de uma narrativa cheia de significados, emoções e representações. Narrativa que não encerra o assunto, muito pelo contrário, abre possibilidades à realização de uma infinidade de pesquisas com peças já descobertas e outras tantas a descobrir.

REFERÊNCIAS

- ABRUZZI, Mery Giugno. Hospital Del Prete e Farmácia Giugno. In: COSTA, Rovílio. *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 183-186.
- AHRS. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Alfredo Chaves e seus Imigrantes*: registro de Imigrantes na Colônia Alfredo Chaves de 1888 a 1892. Porto Alegre: EST, 1995. (Coleção Fontes).
- _____. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Alfredo Chaves*: imigração e povoamento. Trans. e rev. de Paulo Roberto Staudt Moreira e Jorge Roberto Petersen. 1886-1888. Registro de Imigrantes. Porto Alegre: EST, 1997.
- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia*: Geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na Primeira República ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, et al. (Org.). *Instituições escolares no Brasil*: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 95-122. (Coleção Memória da Educação).
- AZZI, Riolando. *O estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.
- BARÉA, José. *50º Aniversário da chegada das "Irmãs de São José" em Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Imprimatur, 1951.
- BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*: da escolha do tema ao quadro teórico. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. De Santo Antônio a Veranópolis na década de 1920. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. P. 23-33.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. *A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1929 - 1942)*: O novo e o nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005.
- BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*: século XX. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. v. III.
- BATTISTEL, Arlindo I.; COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos*: vida, história, cantos, comidas e estórias. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EducS, 1982.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e Espaço Escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: BENCOSTTA, Marcus Levi Albino (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005a, p. 95- 140.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e*

memórias da educação no Brasil: século XX. Petrópolis: Vozes, 2005b. p. 68-76. v.3.

BERNARDI, Marco Aurélio. Vida cultural em Veranópolis: 1955-1965. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 243-245.

BRASIL. JUSBRASIL. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2319861/art-176-emenda-constitucional-1-69>>. Acesso em 10 abr. 2013.

BRASIL. SENADO FEDERAL/Diretoria de Informação Legislativa. *Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus – Histórico da Lei nº 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Brasília: Senado Federal, 1971. t. 1.

BRANCO, Pércio de Moraes. *Fatores determinantes da emancipação de Veranópolis*. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 63-67.

BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 7-37.

CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA - 1875-1975 - RIO GRANDE DO SUL. Congregação *das Irmãs de São José de Chambéry*. Porto Alegre: Edel, 1975. p. 208-211.

CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA - 1875-1975 - RIO GRANDE DO SUL. *Veranópolis*. Porto Alegre: Edel, 1975. p. 214-217.

CHARTIER, Anne-Marie. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 2, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 jun. 2013.

CHARTIER, Roger. Epílogo. As práticas da história. In:_____. *Cultura Escrita, Literatura e História: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 161-186.

CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. Respirando a fragrância da piedade cristã: considerações sobre o espaço escolar católico: a Escola Normal de Sant'Ana (1947-1960). In: BENCOSTTA, Marcus Levi Albino (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005a. p. 192- 219.

COSTA, Rovílio (Coord.) Povoadores das Colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado. Porto Alegre: EST Edições, 1997.

COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998.

DALLA COLLETA, Ana Regina Reschke. Zanchetta: café, sorvete, hotel, adega, cinema. In: COSTA, Rovílio, (Org.) *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 214-217.

DUARTE, José Bacchieri. Síntese Histórica de Veranópolis. Porto Alegre: Santa Maria, 1958.

_____, José Bacchieri. Os pioneiros. In: *Centenário da Imigração Italiana - 875-1975 - Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edel, 1975. p. 22-29.

_____, José Bacchieri. In: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Alfredo Chaves e seus Imigrantes: registro de Imigrantes na Colônia Alfredo Chaves de 1888 a 1892*. Porto Alegre: EST, 1995. (Coleção Fontes).

ESTAFETA, O. Jornal Disponível em:

<<http://www.oestafeta.com.br/editoria.php?cod=3232&pub=1>. Acesso em: 17 jun. 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em história da educação. In: XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. *História da educação: escola no Brasil*. FTD, 1994. (Coleção Aprender & Ensinar). p. 29-37.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). *Disciplinas e integração curricular: histórias e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-71.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em história. In: XAVIER, Libânia Nacif; CARVALHO, Marta Maria Chagas de; MENDONÇA, Ana Waleska, CUNHA, Jorge Luiz da. (Org.). *Escola, culturas e saberes*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 29-37.

FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis*. Veranópolis: Smed, 1992.

FÁVERO, Maria Leônida. Irmãs de São José no Campo religioso, cultural e social. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 395-399.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Fragmentos de ontem na ótica de hoje: caminhos compartilhados. In: COSTA, Rovílio (Org.) *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 96-112.

GHIGGI, Lisete. História da imprensa em Veranópolis. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: Edições EST, 1998. p. 501-531

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIOLO, Jaime. *Estada, Igreja e Educação no RS da Primeira República*. São Paulo: FEUSP, 1997. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 1997.

GIUGNO, Marisul Terezinha; GIUGNO, Valdete. História musical de Veranópolis. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 263-268.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das Culturas e das Práticas Escolares: Perspectivas e Desafios Teórico-Metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). *A Cultura Escolar em Debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005. p.31-57.

GRAZZIOTIN, Roque M. B. *Pressupostos da prática educativa na diocese de Caxias do Sul, 1934 a 1952*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Caxias do Sul: UCS, 2010.

GUZZO, Paulo Cesar; NETSON, Luiz. História da Sociedade Alfredochavense – SOAL. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 254-255.

HEINEBERG, Leia. In: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Alfredo Chaves e seus Imigrantes: registro de Imigrantes na Colônia Alfredo Chaves de 1888 a 1892*. Porto Alegre: EST, 1995. (Coleção Fontes).

IBGE, Diretoria de Geociências - Coordenação de Cartografia. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 jul. 2013.

IWAYA, Marilda. Cenário e palco para a instrução: a linguagem arquitetônica do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). In: BENCOSTTA, Marcus Levi Albino (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005a. p. 171- 191.

JULIÁ, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. In: *Revista Brasileira da Educação*. Nº 1. Campinas: Editora Autores Associados/SBHE. Janeiro/Junho. 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. 3ª ed. Trad. de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora UNICAMP, 1994, p. 535-539.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. História das culturas escolares e a profissão docente no Brasil: o professor é um mestre? In: XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. *História da educação: escola no Brasil*. FTD, 1994. (Coleção Aprender & Ensinar). p. 38-55.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

_____, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação Feminina (1859-1919): Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Unesp, 1996.

MARASCA, Elsa Maria; ZANELLA, Clénia Maria; SILVA, Maria Elisabete Ribeiro da. *As irmãs de São José: de Chambéry para Vacaria*. Porto Alegre: EST, 2005.

MARINELLO, Adiane Fogali. *Quando o poeta toma partido: literatura e política em Mansueto Bernardi*. 2005, 187 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – UCS, Caxias do Sul. 2005.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

- MATIELLO, Nicanor. *O que dizer de Veranópolis?* Veranópolis: (s.n.) Mimeo, 2013.
- MORESCHI, Helena Itália; FAVERO, Maria Leônida (Org.). *Irmãs de São José no Rio Grande do Sul: Resgatando aspectos da Caminhada (1898-1964)*. Porto Alegre: La Salle, 1998.
- PELLICIONI, Delci Lopes da Silva. *Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Felipe dos Santos*. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 495-497.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PESSIN, Dalino. Regina Coeli: 80 anos de história na educação de Veranópolis. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 399-401.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VERANÓPOLIS. Disponível em: <www.veranopolis.rs.gov.br>. Acesso em 12. jan.2013.
- PROVÍNCIA MARISTA. Disponível em: <<http://www.maristas.org.br/portal/noticias.asp?IDNtc=1490>>. Acesso em 20 abr. 2013.
- RABELO, Giani; FERREIRA, Edinalva Leal. *Vida religiosa e magistério: a construção da identidade docente*. I Seminário de Pesquisa da Linha “Educação, Linguagem e Memória”, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/SELM/issue/view/29>. Acesso em 28 maio 2013.
- SANFELICE, José Luís. O Estado e a Política Educacional do Regime Militar. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). *Estado e Políticas Educacionais da História da Educação Brasileira*. Vitória: EDUFES, 2010.
- SAVIANI, Dermeval (Org.). *Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira*. Vitória: Edufes, 2010.
- SHIMMELPFENG, Regina Maria. Retocando imagens: Escola Alemã / Colégio Progresso (1930 -1045). In: BENCOSTTA, Marcus Levi Albino (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005a. p. 141 -170.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Prefácio. In: BENCOSTTA, Marcus Levi Albino (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005a. p. 7-11.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.
- WILDNER, Ir. Herbert; RODRIGUES, Ir. Nadir Bonini. Irmãos Maristas em Veranópolis. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, pp. 381-394.
- VALDEMARIN, Vera Teresa. *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v.6).
- VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VERANÓPOLIS. Fotografias: Mostra da História. <<https://sites.google.com/site/veranopolisrs/16---construcao-da-igreja-matriz>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

VERANÓPOLIS. Fotografias: Mostra da História. Disponível em <<https://sites.google.com/site/veranopolisrs/17---fotografias-mostra-da-historia>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

VERANÓPOLIS. Imagens Ilustrativas: mapa de localização do município. Disponível em <<https://sites.google.com/site/veranopolisrs/imagem-10>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

VERONESE, Dionísio. *Colônia de Alfredo Chaves: cem anos de história religiosa. 1886-1986: centenário da primeira missa. Canoas: La Salle, 1986.*

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.* Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIDAL, Diana. *Culturas Escolares: Estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, fina do século XIX).* Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

VIDIGAL, Luís. *A história oral, o que é, para que serve, como se faz.* Santarém: Escola Superior de Educação, 1993. 26 p. Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância.

VIÑAO FRAGO, Antônio. Fracasan las reformas educativas? In: *Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.). Educação no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 2001. p. 21-52.

VIÑAO, Antônio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levi Albino (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar.* São Paulo: Cortez, 2005a. p. 15-47.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ARQUIVO DO FOTÓGRAFO ELÍGIO PARISE. Veranópolis, 2012.

ACERVO FOTOGRÁFICO DO COLÉGIO REGINA COELI. Veranópolis, 2012.

ACERVO DOCUMENTAL DO COLÉGIO REGINA COELI. Veranópolis, 2012.

CENTRO COMUNITÁRIO VERANENSE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA. *Estatutos.* Veranópolis, 1969.

CENTRO COMUNITÁRIO VERANENSE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA. *Estatuto.* Veranópolis, 2012.

CENTRO COMUNITÁRIO VERANENSE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA. *Acervo Documental.* Veranópolis, 2012.

COLÉGIO REGINA COELI. Atas de reuniões de professores – 1977 a 1988, Veranópolis, 1988.

COLÉGIO REGINA COELI. Livro de Matrículas. Veranópolis, 1917.

COLÉGIO REGINA COELI. Livro de atas de reuniões pedagógicas do CFPP da Escola Normal Regina Coeli.

COLÉGIO REGINA COELI. Termo de visita e inspeção. Veranópolis, 1917.

COLÉGIO REGINA COELI. Pasta Alusiva aos 50 anos do Colégio. Veranópolis, 1967.

RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO PARA EFEITO DA CONCESSÃO DE “INSPEÇÃO PRELIMINAR” GINÁSIO REGINA COELI. Veranópolis, 1949.

COMUNIDADE DAS IRMÃS DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DE LOURDES. *Livro de Atas*: registro de crônicas. Veranópolis, 1993.

RELATOS ORAIS

CEMBRANI, Henriete. *Entrevista*. Caxias do Sul, 2012. Entrevista concedida a Marina Matiello.

GIUGNO, Jane Lourdes Dal Pai. *Entrevista*. Veranópolis, 2012. Entrevista concedida a Marina Matiello.

NEGLIA, Maria Diumira Barcellos. *Entrevista*. Caxias do Sul, 2012. Entrevista concedida a Marina Matiello.

PESSIN, Dalino. *Entrevista*. Veranópolis, 2012. Entrevista concedida a Marina Matiello.

RESCHKE, Marilza Ribeiro. *Entrevista*. Veranópolis, 2012. Entrevista concedida a Marina Matiello.

STRAPAZZON, Maria do Carmo de Mello. *Entrevista*. Veranópolis, 2012. Entrevista concedida a Marina Matiello.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar de um estudo científico sobre a história do Colégio Regina Coeli, realizado pela Universidade de Caxias do Sul. Este estudo constitui-se como um pré-requisito para o Mestrado em Educação e tem como objetivo elaborar uma narrativa da história do Colégio Regina Coeli, de Veranópolis, buscando analisar as motivações e possíveis modificações decorrentes da passagem de uma escola confessional católica para uma escola comunitária.

A partir destes dados, os resultados serão disponibilizados para a universidade e para a comunidade escolar, podendo ser publicado e/ou utilizado em estudos posteriores.

Se você decidir participar deste estudo, você será entrevistado pela pesquisadora em um horário e local a combinar. Também autorizará a pesquisadora a gravar a entrevista para que possa analisá-la.

Você participará deste estudo a partir do consentimento neste documento. Sua participação poderá ser em uma ou mais entrevistas, não havendo tempo delimitado para tal.

A pesquisa não oferece nenhum dano ou desconforto aos participantes. Você não receberá nenhum pagamento ou outro benefício direto por participar deste estudo bem como não terá nenhum custo. Você não estará renunciando a nenhum direito legal ao assinar este formulário de consentimento.

Os registros das entrevistas poderão ser vistos por pessoas que trabalham neste estudo e os resultados poderão ser publicados em revistas científicas. Se for consentido, seu nome poderá ser identificado em publicações resultante da informação recolhida neste estudo. Caso não permita a divulgação do nome, poderá ser utilizado um pseudônimo.

As informações obtidas serão mantidas em um banco de dados para serem analisadas de acordo com o objetivo deste estudo.

A participação neste estudo é completamente voluntária. A qualquer momento você poderá optar por não fazer parte neste estudo, sem justificar sua decisão e sem sofrer prejuízos.

Declaração de Consentimento

Eu, _____, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e qual procedimento a que serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome poderá ser divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Eu concordo em participar do estudo.

Assinatura do participante

RG

Local e Data

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação do mesmo, junto ao participante. Acredito que o participante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em uma linguagem adequada e compreensível e que ele compreendeu essa explicação.

Nome do responsável pelo estudo

Assinatura do responsável pelo estudo

Local e Data

Apêndice B – Roteiro das Entrevistas

Roteiro das entrevistas para os ex-diretores:

Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Local que reside:

Função que assumiu na Escola:

Formação escolar:

Período em que ficou na Instituição:

O que você lembra e poderia contar sobre a história do Colégio Regina Coeli?

Qual era o papel da escola na comunidade veranense?

Como eram as relações da escola com a comunidade?

Como eram as relações com os professores, alunos e funcionários?

O que vocês priorizavam na educação?

Como era a organização dos currículos escolares?

De que forma eram selecionados os professores e funcionários que trabalhavam/trabalham na escola?

Como era a relação dos professores e funcionários com a direção?

Quais eram as principais atividades e festividades desenvolvidas na escola?

Como era o dia-a-dia na Escola? Como era a rotina escolar?

Quais eram os alunos? Como era a relação deles com a direção?

Quais eram/são as principais atividades desenvolvidas pela direção?

Quais foram as mudanças na transição de uma escola confessional católica para comunitária?

Houve tensionamentos entre direção e Irmãs na transição de escola confessional para católica?

O que mudou com saída das Irmãs da escola?

Roteiro das entrevistas para os ex-professores:

Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Local que reside:

Função que assumiu na Escola:

Formação escolar:

Período em que ficou na Instituição:

O que você lembra e poderia contar sobre a história do Colégio Regina Coeli?

Como eram as relações com a direção do colégio?

Quem eram os alunos?

Como era a organização curricular da escola?

Quais eram as ênfases nos currículos?

Como era o trabalho pedagógico?

Quais eram os principais recursos didáticos utilizados?

A escola promovia festividades? Quais?

Quais foram as mudanças na transição de uma escola confessional católica para comunitária?

Como era o cotidiano antes e depois da administração passar para o CECOVEA?

O que mudou com saída das Irmãs da escola?

Roteiro das entrevistas para os ex-alunos:

Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Local que reside:

Função que assumiu na Escola:

Formação escolar:

Período em que ficou na Instituição:

O que você lembra e poderia contar sobre a história do Colégio Regina Coeli?

Como era sua relação com a escola?

O que mais lhe marcou durante o período em que esteve na escola?

Como eram as relações com as Irmãs de São José?

Como eram as relações com professores, funcionários e direção?

Como eram os professores?

Como era organizado o currículo da escola?

Quais foram os recursos didáticos utilizados?

Como eram as normas disciplinares da escola? Como elas eram cobradas?

Quais as principais atividades e festividades realizadas?

Como era o dia-a-dia na escola? Como era a rotina escolar?